UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**DA POPULARIZAÇÃO DA FILOSOFIA À *EXPERTISE*
FILOSÓFICA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO PAPEL
DO INTELLECTUAL NA MÍDIA (REVISTA *CULT* 1997-
2013)**

Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira

São Paulo
2015

Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira

**DA POPULARIZAÇÃO DA FILOSOFIA À *EXPERTISE*
FILOSÓFICA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO PAPEL
DO INTELLECTUAL NA MÍDIA (REVISTA *CULT* 1997-
2013)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: Filosofia e Educação

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

1 O48p	Oliveira, Guilherme Magalhães Vale de Souza Da popularização da filosofia à expertise filosófica: uma problematização do papel do intelectual na mídia (Revista <i>CULT</i> 1997-2013) / Guilherme Magalhães Vale de Souza Oliveira; orientação Julio Groppa Aquino. São Paulo: s.n., 2015. 189 p. grafs.; tabs.; anexos
-----------	---

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Filosofia (Popularização) 2. Governo 3. Mídia 4. Intelectual
5. Foucault, Michel I. Aquino, Julio Groppa, orient.

Para Frederico, Tânia e Adriana.

AGRADECIMENTOS

Os seguintes agradecimentos figuram, aqui, como uma singela e merecida lembrança honrosa àqueles que, de alguma maneira ou de outra, fizeram parte desta dissertação. Contudo, tantos outros deixarão de ser nomeados por mero lapso de memória e pela iminência da finalização do processo; não obstante, suas vidas também pulsam em todas as linhas que se seguem.

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida nos últimos dois anos da pesquisa.

Aos professores e funcionários das instituições e bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), por disporem de seu tempo, sua paciência e seu conhecimento.

Em especial, aos professores que, de diversas maneiras, porém sempre intensas, participaram de minha trajetória de formação ético-acadêmica: Ricardo Salgado, Ana Maria Yamin, Jeanne Marie Gagnebin, Marcelo Perine, Mario Porta, Peter Pelbart, Rachel Gazolla, Salma Muchail, Yolanda Gloria Muñoz, Carlota Boto, Gilda Naécia M. de Barros, Cintya Ribeiro, Jorge Ramos do Ó e Carlos Noguera-Ramírez.

Aos integrantes da banca do Exame de Qualificação, José Sérgio de Carvalho e Márcio Alves da Fonseca, pela cordialidade e sinceridade com que se dispuseram a ler e discutir meu trabalho, ofertando-me ânimo para a sua continuidade.

Aos amigos, alvos de admiração e respeito, entre escola, faculdade e encontros da vida, Anita Guimarães, Florencia Carrizo, Igor Marques, Julia Bettencourt, Julia Fonseca, Juliana Rotta, Lilian Leite, Michelle Martins, Marcelo Maccaferri, Mariane Nascimento, Natália Ribeiro, Nina Knutson, Rafaela Netto, Régis Yasuoka, Renata Marques, Ricardo Cavalcante, Rodrigo Inácio, Pedro Camarote, Thatiane Faria, Tatiana Santana, Tomás Troster, Vitor Serra.

Aos amigos que, por afinidade, convivência e interesse, afetaram esta dissertação mais do que esperavam, Daniel Avila e Felipe Ribeiro.

Aos colegas e parceiros recentes de investigação, alvos de não menor admiração e respeito, Anderson da Silva, Christian Vinci, Crislei Custódio, Rafael Pereira. Destaco, ainda, as contribuições e a revisão de última hora, indispensáveis para a apresentação final desta dissertação, ofertadas pela leitura atenta e generosa de Giovane Rodrigues.

Ao grupo de estudos ao qual sigo afiliado à Faculdade de Educação da USP; aos que ainda estão presentes: Ana Paula Chaves, Elisa Vieira, Fábio Zanoni, Flávio Tito, Gisela do Val, Juliana Jardim, Luiz Paulo Pimentel, Sidmar Gomes, Sandy Pessonnia e Silas Sampaio (sem a contribuição de vocês, nada disto seria possível); aos que chegam: Darian Rabbani e Taís Patrício; e aos que já passaram por ele: Claudia, Danilo, Daniela, Gustavo, Daniele e Joy (por tudo o que foi compartilhado).

Em especial, ao Marcelo Rito, primeira referência de professor, parceiro intelectual e afetivo de pensamentos, jogos, forças, sorrisos. Uma alegria e uma honra sem fim.

Por último, mas de nenhuma maneira menos importante:

À minha família (Frederico, Tânia, Adriana e todos os demais), pela força cotidiana, pelo ensinamento da perseverança e do amor; por tudo até aqui e mais.

À Clara, pelo aprendizado constante do que é conviver, pela paciência nesses últimos tempos, pelo carinho e admiração, por irradiar luz à minha devida escuridão.

Enfim, ao Julio Groppa Aquino, exímio mestre da existência, pelo governo e pela crítica constantes, exercidos de modo tão amável quanto arrebatador; por me conduzir e me fazer deslocar por caminhos nunca dantes percorridos.

Eis que viajo por terras desconhecidas, sem chegar ainda a lugar algum. Vejo-me como um homem que vagou pelo oceano e, ao avistar as Ilhas Maldivas que proliferam no Índico, quer visitar todas. Minha grande viagem de nada me valeu; vejamos se obterei algum ganho na observação dessas pequenas ilhas, que parecem servir apenas para estorvar o caminho.

VOLTAIRE. *O filósofo ignorante.*

RESUMO

O presente trabalho visa a uma discussão crítica acerca das relações entre filosofia e mídia. Para tanto, valemo-nos das teorizações foucaultianas acerca da problemática da governamentalidade, por meio de um procedimento analítico inspirado na obra *Arqueologia do saber*. Partiu-se de um primeiro mapeamento de enunciados de diferentes naturezas que se dedicaram a debater desdobramentos da popularização da filosofia e a difundir produções culturais alegadamente filosóficas. Em seguida, tendo uma revista brasileira de jornalismo cultural — *CULT Revista Brasileira de Cultura* — como plataforma empírica de investigação, mapearam-se todos os artigos e entrevistas realizados por e com filósofos — ou com alguma formação em filosofia — num período de quase 17 anos, de 1997, ano de fundação da revista, até 2013, totalizando 186 fascículos. A análise debruçou-se sobre os diversos modos de abordagem temática, teórica e metodológica presentes nos artigos da referida revista, optando por categorizar os escritos segundo suas estratégias discursivas proeminentes. Inventariamos profissões dos autores, correlações narrativas, temas gerais, teorizações, os objetos privilegiados e conceitos-chave. Deste modo, procuramos problematizar determinados jogos de governo de si e dos outros, articulados pela assiduidade, adensamento e desaparecimento de certos tipos de estratégias, auscultando também o que seria o papel relegado ao filósofo como pensador e/ou intelectual público ante seu presente — em suma, a função pública do filósofo na mídia. Nossa hipótese de trabalho apostou numa possível conversão da prática filosófica em uma *expertise* da conduta humana, por meio de sua aliança com práticas de cunho estético e psicopedagógico, findando por participar de tal modo no rol das estratégias contemporâneas de governo de si e dos outros.

PALAVRAS-CHAVE: Popularização da filosofia; Expertise; Governamentalidade; Função pública do filósofo; Mídia.

ABSTRACT

This paper aims at a critical discussion on the relations between philosophy and the media. For this purpose, we make use of Foucault's theories about the problematics of governmentality through an analytical procedure inspired by the *Archaeology of knowledge*. We started from an initial mapping of different kinds of statements who were dedicated to discussing about the unfoldings of the popularization of philosophy, and to spreading allegedly philosophical cultural productions. Having a Brazilian magazine of cultural journalism — *CULT Revista Brasileira de Cultura* — as our empirical research platform, we have mapped all articles and interviews by and with philosophers — or by authors with some philosophical background — within a period of almost 17 years, from 1997, the magazine's founding year, until 2013, totaling 186 issues. The analysis has scrutinized the diverse modes of thematical, theoretical and methodological approaches within the magazine articles, by opting to categorize them according to their prominent discursive strategies. We inventoried authors' institutional affiliations, the styles of the narratives, the general themes, the theories, the privileged objects and key concepts. Therefore, we have tried to problematize certain games of government of the self and others, articulated by attendance, density and disappearance of certain types of strategies, also observing what role would be relegated to the philosopher as a thinker and/or a public intellectual at his present — in short, the philosopher's public role on the media. Our working hypothesis bets on a possible conversion of the philosophical practice into an expertise of the human conduct, by its alliance with aesthetic and psychopedagogical practices, participating in such a way in the list of contemporary strategies of government of the self and others.

KEY-WORDS: Popularization of philosophy; Expertise; Governmentality; Public role of the philosopher; Media.

SUMÁRIO

I. O PENSADOR ANTE O PRESENTE: PREÂMBULO.....	9
Pop-Nietzsche ou da popularização da filosofia	11
Entre a filosofia pop e os filósofos como intelectuais públicos: a agonística do pensar...15	
O trabalho do pensamento pelo crivo analítico da governamentalidade	19
II. PROBLEMATIZANDO A POPULARIZAÇÃO DA FILOSOFIA: O FILÓSOFO E A MÍDIA NA VIRADA DO SÉCULO XX-XXI	25
Os novíssimos filósofos: um <i>boom</i> discursivo	28
Os estratos da popularização da filosofia	35
A popularização sob o olhar acadêmico	41
Popularização, governamentalização, pedagogização: acerca da <i>expertise filosófica</i>	45
Reproblematizando: a função pública do filósofo na mídia	52
III. FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FILOSÓFICO: PARA UMA ARQUEOLOGIA DOS ENUNCIADOS DE FILÓSOFOS NA REVISTA <i>CULT</i> (1997-2013).....	55
III.a. O método em questão: a arqueologia como atividade histórico-política	60
Arqueologia e governamentalidade	67
Hesitações e titubeios: coleta e manufatura do arquivo	70
III.b. A filosofia em questão: adentrando a revista <i>CULT</i>	82
Os primeiros anos: Lemos Editorial.....	87
Das seções e colunas de filosofia	93
Os autores de filosofia na <i>CULT</i> : constâncias, deslocamentos, diferenças	97
A função pública do filósofo na <i>CULT</i> : diagnósticos e farmácias	105
IV. ARQUIVO-ACONTECIMENTO OU O ENIGMA DO PRESENTE	121
FONTES: Artigos e entrevistas de e com autores de filosofia na revista <i>CULT</i>	136
REFERÊNCIAS	152
ANEXO I: Artigos e entrevistas de e com autores de filosofia na revista <i>CULT</i> (em ordem cronológica).....	158
ANEXO II: Os cinquenta principais autores de filosofia por assiduidade de escrita na revista <i>CULT</i> (contando com entrevistadores e entrevistados)	175
ANEXO III: Entrevistas de e com autores de filosofia na revista <i>CULT</i>	177
ANEXO IV: Capas e quantidade de artigos por edição/ano da revista <i>CULT</i>	180
ANEXO V: Palavras-chave das estratégias discursivas dos artigos e entrevistas de e com autores de filosofia por ano/edição na revista <i>CULT</i>	183

I. O PENSADOR ANTE O PRESENTE: PREÂMBULO

A última coisa que eu prometeria seria “melhorar” a humanidade.
Friedrich Nietzsche

Por volta de 1886, Friedrich Nietzsche (2006b) anunciava a chegada de *novos filósofos*. Eles seriam uma espécie de filósofos com o *gosto e o pendor diversos e contrários* aos daqueles que até o momento haviam existido.

Conforme o autor de *Além do bem e do mal*, esses *autênticos filósofos* tinham a tarefa de criar valores. Deveriam ser como *comandantes e legisladores* — seu conhecer seria criar; seu criar, legislar; eles diriam o “*assim deve ser!*” e determinariam “o *para onde?* e o *para que?* do ser humano” (p.105, grifos do autor). Para esses tipos de filósofos, não haveria escolha: deveriam ser “espíritos fortes e originais o bastante para estimular valorizações opostas e tresvalorar e transtornar ‘valores eternos’” (p.91).¹ Eles deveriam ser os precursores e arautos para “homens do futuro”, que atassem no presente o “nó, a coação que impõe caminhos novos à vontade de milênios” (p.91). Eles seriam, por necessidade, *homens do amanhã* e do *depois de amanhã*: deveriam se achar e teriam que se achar sempre em *contradição* com o “ideal de seu hoje” (p.106) — seu *inimigo*.

Acompanhando o pensamento nietzschiano sobre esses filósofos do amanhã, ficamos sabendo que eles não estariam isentos de perigos. Devido aos avanços da ciência e do conhecimento humano, eles poderiam cansar-se durante seu aprendizado ou mesmo se *deixarem prender e especializarem-se* em algum ponto. Em oposição aos homens de ciência ou aos eruditos, que requereriam “de si um juízo, um Sim ou Não sobre as ciências”, os novos filósofos ajuizariam “sobre a vida e o valor da vida” (p.95-96). A própria complacência em relação à sabedoria de sua época apoquentaria sua empreitada. A sabedoria de até então seria uma “espécie de fuga para a plebe” (p.96), um *meio* e um *artifício* do homem comum para sair bem de um “jogo ruim” — o jogo de conduzir ou ser conduzido pelos outros. O *verdadeiro filósofo*, por outro lado, viveria de modo pouco filosófico e pouco sábio, sobretudo pouco prudente, sentindo o fardo e a obrigação das mil tentativas e tentações da vida — “ele arriscaria *a si próprio*

¹ “Tresvalorar” é a opção de tradução de Paulo Cesar Oliveira, nas edições da Cia. das Letras, para o termo em alemão *Umwertung*. A seguir, por opção estilístico-conceitual, utilizaremos *transvalorar* e/ou *transvaloração*, opção de Rubens Rodrigues Torres Filho (Coleção Os Pensadores).

constantemente, jogando o jogo ruim” (p.96, grifos do autor); alguém como um *tentador*.

Nietzsche indicava que esses novos filósofos também teriam a função de médicos ou, mais precisamente, psicólogos de seu tempo. O filósofo-psicólogo seria um *leitor das almas*, da hierarquia de valores que comporiam as mil almas que contém um indivíduo. Não são poucas as passagens, aliás, que tratam da relação entre filosofia e psicologia, esta mais próxima de uma concepção psicofisiológica, a qual alcançaria a condição de “rainha das ciências” ou o “caminho para os problemas fundamentais” (p.28). Não subestimemos tal relação: o tema da filosofia como uma espécie de medicina da civilização já estava anunciado desde seus primeiros escritos.²

Criadores, legisladores, psicólogos, espíritos muito livres, Nietzsche procurou distinguir esses filósofos do futuro de outros espíritos que também conclamavam a liberdade e despontavam na Europa desde o final do Século das Luzes, o XVIII. Eram, segundo o autor, “uma espécie bem limitada de espíritos, gente prisioneira e agrilhoadas” que, em relação aos novos filósofos, seriam com certeza “portas fechadas e janelas travadas” (p.44-45). A afirmação do filósofo alemão dirigia-se aos novos pensadores, que não passariam de *niveladores*,

escravos eloquentes e folhetinescos do gosto democrático e suas “ideias modernas”; [...] rapazes bonzinhos e desajeitados, a quem não se pode negar coragem nem costumes respeitáveis, mas que são cativos e ridiculamente superficiais, sobretudo em sua tendência básica de ver, nas formas da velha sociedade até agora existente, a causa de *toda* a miséria e falência humana [...]. O que eles gostariam de perseguir com todas as forças é a universal felicidade do rebanho em pasto verde, com segurança, ausência de perigo, bem-estar e facilidade para todos; suas duas doutrinas e cantigas mais lembradas são “igualdade de direitos” e “compaixão pelos que sofrem” — e o sofrimento mesmo é visto por eles como algo que se deve *abolir*. (p.45).

Esses pretensos espíritos livres, *livre-pensadores*, defensores das “ideias modernas” (p.46), segundo Nietzsche, seriam aqueles que, no apagar das luzes do XIX e na aurora do século XX, rendiam-se aos valores idealizados pelo humanismo moderno, circunscritos pela moral democrática e pela felicidade de rebanho — *igualdade de*

² Vale citar, por exemplo, o capítulo “O filósofo como médico da civilização”, da publicação póstuma *O livro do filósofo*, escrita entre 1872 e 1875 (NIETZSCHE, 2012). Trata-se de notas escritas após *O Nascimento da Tragédia*, compiladas e publicadas mais tarde pelos editores da Edição Musarion (1920-1929). O que se pode dizer de mais rigoroso em relação a isso é que Nietzsche planejou chamar uma de suas *Considerações Extemporâneas* de “O filósofo como médico da cultura [*Cultur*]”, o que pode ser consultado nos fragmentos póstumos 23[15] de 1872, organizados por G. Colli and M. Montinari (disponível em: <<http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>>. Acesso em: 27/02/2015). Outros célebres estudos que versam sobre o assunto são de Giacoia Jr. (2001) e Kaufmann (1974).

direitos e compaixão pelos que sofrem —, os quais haviam despontado no iluminismo europeu e encontravam seus limites no imperativo de obediência às instituições e às ciências.

Podemos crer que, de modo geral, esses filósofos anunciados por Nietzsche seriam como psicólogos e médicos que diagnosticariam os males da sociedade;³ artistas que criariam novos valores e modos de vida; legisladores que, enfim, impingiriam os caminhos a seguir. Arte, psicologia, direito: criação, diagnóstico, lei.

Por todas essas tarefas e particularidades, os filósofos vindouros, do amanhã e do depois do amanhã, filósofos do futuro — possuem, para Nietzsche, uma natureza enigmática. De certo modo, poderiam ser confundidos com pensadores do *status quo* vigente, mas eram precisamente o seu avesso. Eles seriam contrários aos valores de seu tempo, não se eximindo da tarefa de determinar novos valores. Apesar de pretenderem-se antidogmáticos, pois seus valores e verdades não se estenderiam a todos, eles ditariam, como foi anunciado, o próprio rumo do ser humano. Em última instância, no contraste entre suas frentes de atuação, tais filósofos teriam uma relação conflitante e no limite paradoxal com o seu presente: seriam críticos e destruidores de seu presente ao mesmo tempo em que criariam e determinariam o seu dever ser. Nas afamadas palavras do filósofo francês Gilles Deleuze, a filosofia nietzschiana possuiria algo de um agir contra o passado, sobre o seu tempo, em favor de um tempo por vir (DELEUZE, 1976).

Pop-Nietzsche ou da popularização da filosofia

Nas quase duas décadas de sua produção filosófica, entre 1872 e 1888, Nietzsche cultivou uma intensa atividade intelectual e de escrita. Mesmo tendo abandonado a carreira de professor no final da década de 1870, Nietzsche chegou a publicar mais de uma dezena de livros, tendo legado outros tantos fragmentos e esboços. Curiosamente, por volta dessa época, Nietzsche era obrigado a lidar com sua impopularidade em meio ao circuito intelectual europeu. Em cartas a amigos e a seu editor, reclama que seus livros não eram vendidos, quanto menos lidos (NIETZSCHE, 2003; SOUZA apud NIETZSCHE, 2006b). Com pouca notoriedade na praça e quase nenhuma ajuda financeira, suas obras eram publicadas muitas vezes às suas próprias

³ Esta designação concedida ao filósofo por Nietzsche careceria de ser mais bem trabalhada, já que as próprias noções de medicina e/ou psicologia em Nietzsche não são estacionárias ao longo da obra do filósofo. Como indicação para estudos por vir, um excelente intérprete contemporâneo (TONGEREN, 2010) traça o desenvolvimento dessa figura e dessa tarefa do filósofo em Nietzsche, procurando manter a sua centralidade a despeito das diferenças dos usos posteriores.

custas. Devido à incompreensão de sua obra pelos seus coetâneos, ele teria nascido postumamente, como escreveu (2003), assegurando que seus primeiros leitores talvez só aparecessem um século mais tarde.

Chegado esse tempo, o cenário profetizado por Nietzsche parece ter se confirmado. Gozando de extrema notoriedade, a obra do filósofo alemão talvez seja, mais do que nunca, nossa contemporânea. Atualmente, suas ideias vendem, propagam-se, ganham adeptos e inimigos, não deixam de circular e serem debatidas. Muito contra sua vontade declarada (NIETZSCHE, 2003, *passim*), ele poderia ser hoje alçado à condição de estrela pop por diversos motivos: desde a quantidade de capas que estampam o seu visual bigodudo, passando pelos estudiosos que o envolvem em uma áurea sacra, até o modo como suas obras são dirigidas às massas por meio de publicações, coleções e adaptações em diferentes plataformas tecnológicas.

Um desses exemplos é a história em quadrinhos, de caráter poético-biográfico, realizada pelo filósofo francês Michel Onfray em parceria com o desenhista Maximilien LeRoy, publicada na França em 2010. Em reportagem da *Folha de S. Paulo*, em junho de 2010, Onfray afirmava que procurou “construir pontes para abrir mundos fechados em seus guetos” (apud PERES, 2010, p.E1), frase que a própria reportagem interpretou como uma tentativa de levar a filosofia às mídias de massa. A despeito das polêmicas que envolvem a filosofia nietzschiana com a ideologia nazista alemã, relatadas em várias reportagens que enfatizam sua popularidade — fato que talvez tenha retardado, mas depois alavancado sua popularização —, Onfray é categórico ao afirmar que Nietzsche foi “o primeiro a propor um pensamento vivo e concreto para viver e agir em um mundo sem Deus” (p.E4). Pensamento que, aparentemente, estaria resumido na ideia de *além do homem* ou *super-homem* (como é comumente referida) e teria servido de base para imperativos ético-morais modernos ligados ao individualismo e ao empreendedorismo, como *be yourself* ou *self-made man*.

Em reportagem mais recente, publicada no jornal *Diário de Pernambuco* em setembro de 2014, o professor de filosofia João Evangelista Tude de Melo Neto, da Universidade Católica de Pernambuco, corrobora tais aproximações e associa a popularidade de Nietzsche ao seu diagnóstico das sociedades ocidentais que se formavam após seu anúncio da morte de Deus. Esse período é apresentado como “tempo do esvaziamento, do niilismo, da quebra dos grandes paradigmas”, cujas sociedades são marcadas pelo *esvaziamento*, pelo *niilismo* e pela *quebra dos grandes paradigmas* (apud TORRES, 2014, s.p.). De acordo com o professor pernambucano, tal

quebra acarretou a fragmentação de nossas referências morais, culturais e estéticas, antes unânimes, como a religião cristã ou a moral burguesa.

Melo Neto, ao modo de Onfray, afirma que a popularidade de Nietzsche também decorre de seu pensamento ter se tornado uma opção para refletir e agir num mundo sem referências fixas. Haveria, contudo, um lado benéfico e outro maléfico de tal popularização. No primeiro caso, ela despertaria o interesse de mais pessoas nas ideias do filósofo; no segundo caso, a popularização poderia reproduzir um Nietzsche de “ideias deturpadas, mastigado, bonzinho, domesticado (porque senão não vende)” (apud TORRES, 2014, s.p.).

Esse lado *bonzinho e domesticado* também é sublinhado por Rafael Haddock-Lobo, professor de filosofia na UERJ, quando afirma que a filosofia de Nietzsche teria involuntariamente se convertido, hoje, ao “culto da autoajuda” (apud CALIXTO, 2014, p.2). Como seus colegas acadêmicos, Haddock-Lobo também afirma que sua linguagem poética e a incitação, presente em sua obra, para que “cada um busque o seu próprio caminho” (p.2) fizeram dele uma referência pop. Adverte que, apesar de sua popularização, não podemos deixar-nos enganar pela acessibilidade e aparente facilidade e familiaridade que a leitura de sua obra pode provocar. O professor da UERJ, no entanto, ressalta a importância de Nietzsche para a filosofia de hoje, em especial porque a relação aí estabelecida com a arte como criação subverteria as sólidas bases religiosas e científicas do pensamento filosófico.

Sabemos, porém, que esse discurso da necessidade de Nietzsche para os nossos dias não é nenhuma novidade. Antes dessas passagens, quem arrazoou sobre tal popularização do autor de *Além do bem e do mal* no Brasil foi o professor de filosofia da Unicamp, especialista no filósofo alemão, Oswaldo Giacoia Jr. (GOYANO; GIACOIA JR., 2006). Em entrevista publicada na primeira edição da revista *Filosofia Ciência & Vida*, em 2006, o professor antecipava as querelas entre popularização e vulgarização da filosofia, em especial a de Nietzsche. Entre uma e outra prática, para Giacoia, a popularização deveria manter as características básicas da filosofia, como a relação analítica rigorosa com os problemas cotidianos, necessitando, contudo, distanciamento dos mesmos; algo distinto do uso temático-pragmático e indiscriminado de afirmações filosóficas como referências culturais ou temas para obras literárias e teatrais, que muitas vezes tenderiam para a vulgarização. Todavia, ele acreditava que as obras que romanceiam o pensamento e as vidas de filósofos, por exemplo, de Nietzsche, não se pretendem filosóficas, mas ficcionais e, por isso, não vulgarizam a filosofia.

Por último, Giacoia tomava a iniciativa de indicar os contributos de Nietzsche para os nossos tempos, igualmente corroborados pelos seus predecessores: os diagnósticos sobre a crise da razão e dos valores éticos e a emergência desse possível mundo sem referências, beirando o niilismo; a importância da relação entre filosofia e vida, filosofia e psicologia; e, enfim, a importância da filosofia como arte e criação para vida — logo anunciando os riscos de qualquer aporte clínico ou terapêutico que tornaria o pensamento nietzschiano mais um serviço ou mercadoria.

Se por um lado a contribuição do pensamento de Nietzsche à contemporaneidade torna unânime a sua popularidade, por outro lado, tal popularidade/popularização é vigiada com olhos críticos pelos especialistas, dada a possibilidade de facilitação, acomodação e, no limite, transfiguração desse pensamento para usos que estão além e aquém da obra partilhada.

Também é de comum acordo entre os especialistas supracitados que uma das principais motivações para a retomada do pensamento nietzschiano em sua versão popularizada seja o imperativo existencial que circula em torno da ideia/atitude de criação. A criação artística ou a criação conceitual, a criação de modos de vida, em última instância, teriam a ver com o nosso tempo e suas carências diante dos diagnósticos críticos.

A discussão em torno de Nietzsche, sua obra e sua popularização podem ser aventadas como uma amostra de um processo mais abrangente que vem ocorrendo nas últimas décadas. Entre intervenções de filósofos na mídia e produções culturais que versam obre o assunto, a filosofia e seu papel estariam em pleno processo de discussão e popularização. O que parece estar realmente em jogo, entretanto, são os lugares e as possibilidades da atitude do pensador ante seu presente.

O cenário discursivo que ora apresentamos, convenhamos, pode ter aspectos repetitivos — no caminho entre a necessidade de tomar conhecimento dos autores e os possíveis problemas dessa tomada de conhecimento a partir de determinadas abordagens — ou ainda dicotômicos — entre a exaltação dos diagnósticos de crise e, como aparente antídoto, uma atitude de criação. Uma coisa, contudo, é certa: está em pauta o debate pelos desígnios do pensamento e da atividade filosófica, hoje. A tarefa daquele que pensa, daquele que se apropria de uma tradição para conservá-la e divulgá-la ou daquele que busca fazer dela algo relevante para o seu tempo.

Entre a filosofia pop e os filósofos como intelectuais públicos: a agonística do pensar

Dentro desse cenário da popularização da filosofia, algumas vertentes argumentativas se desenham: aquelas que são receosas e indicam uma possível vulgarização; aquelas que a incentivam, desde que se pretendam apenas divulgadoras das obras dos filósofos; e aquelas, ainda, que se incumbiriam de levar a cabo um novo modo de fazer filosofia. Encabeçada pelo imperativo da criação, essa última vertente se vê associada comumente à ideia de uma *filosofia pop*.

Tal abordagem filosófica que faria usos e transfigurações do pensamento filosófico ao longo da história, analisando e valendo-se de temas da cultura popular, foi inicialmente preconizada por Deleuze, estudioso, entre outros, da obra de Nietzsche.⁴ Ele a chamou de *pop'filosofia* (DELEUZE; PARNET, 1998). Esta seria algo como uma nova maneira de ler e talvez de escrever, tratando os livros como se escuta um disco ou se vê um filme, sem qualquer tratamento especial. Para tal abordagem não haveria dificuldade na compreensão ou na utilização de conceitos filosóficos — não haveria “nada a compreender, nada a interpretar” (p.12). Seria uma forma de exaltar essa espécie de imoralismo histórico do pensamento, de seu devir como pura transformação, de acordo com os interesses daqueles que o utilizam.

Esses experimentadores do pensamento ainda teriam como característica o uso despretensioso e interessado de outros autores, de variados campos do conhecimento, para elaborarem suas argumentações e inferências. Na sugestiva imagem deleuziana (2013), a atividade filosófica de orientação pop *enraba*ria os pensamentos de autores para fazer filhos pelas suas costas.

Ao constatar o enfrentamento desses diferentes modos de receber e fazer filosofia pode-se inferir um jogo de deslocamento e conservação entre diferentes vetores, uma luta perene pelos desígnios do pensamento: sua agonística.

Em consonância com essa perspectiva, o pensador Michel Foucault consideraria a história do pensamento “como uma sucessão de fragmentos, uma sucessão de acasos, violências, rupturas” (2011b, p.65). Não haveria definitivamente o certo e o errado com

⁴ Não é nossa a relação estabelecida entre Nietzsche e *pop'filosofia* no cenário intelectual brasileiro, bem como a marcação do mote da criação como principal contributo nietzschiano à contemporaneidade. Antes, tal relação estaria nos primórdios da popularização da filosofia no Brasil, que datam do final da década de 1990 e, quiçá, com o artigo analisado no próximo capítulo de Charles Feitosa (2001). Recentemente, a palestra intitulada *Nietzsche: 100 anos de papo cabeça com o Brasil*, ministrada pelo psicanalista e professor de filosofia Daniel Lins no programa televisivo *Café Filosófico*, transmitido pela TV Cultura e organizado pela CPFL Cultura em 2012, retomam tal relação.

o que se faz do pensamento, pois tal juízo só poderia ser feito pela posteridade. Assumindo-o agora, corre-se o risco de se entrar em debates sem fim. Em termos gerais, o que está em jogo são os modos como o pensamento se endereça ao seu objeto e aos próprios sujeitos. Em suma, os modos de governo do pensamento e da conduta humana.

Diante dessa instabilidade histórica dos afazeres filosóficos, a pergunta pela utilidade, muito comum quando se fala em popularização da filosofia, não seria propriamente profícua para indagarmos sobre sua prática hoje. Por ela nunca ter deixado de ser praticada e, hoje em dia, menos ainda, restar-nos-ia talvez apenas uma pergunta: como poderíamos perspectivar, por um recorte histórico, os diferentes usos que são dados ao ato de pensar pelos próprios pensadores e filósofos?

A discussão acerca da tarefa do filósofo em relação ao seu presente, todavia, ainda esbarra num outro modo de ser do pensador, atrelado ao que em nosso século se convencionou nomear de *intelectual público*. Em meio a sua popularização, parece que a tarefa do filósofo, quando convocado a se manifestar sobre assuntos do presente, confunde-se com o papel de tal intelectual. Papel esse que, na maioria das vezes, deslocou-se entre o representante universal da humanidade, esta caracterizada por uma classe social ou grupo político, e a sua tomada de posição em lutas políticas, sociais e econômicas, não como um representante universal, mas como partícipe em situações mais específicas.

Tomemos a acepção que Maurice Blanchot dá ao termo “intelectual”. Apesar de suas particularidades, em geral os intelectuais seriam aqueles profissionais que, em seus respectivos campos de atuação, emitem uma opinião. É indiferente que essa opinião seja expressa em seu nome ou em nome de todos, ou que verse a respeito de um assunto que não pertence ao seu próprio campo de atuação: sua respeitabilidade e poder de interferência estariam fundamentados pela excelência em sua profissão (BLANCHOT, 2001). Tal definição explicaria, por vezes, certa ignorância e discrepância da opinião do intelectual em relação ao fato sobre o qual se opina, não desqualificando, contudo, a própria opinião. Isso ocorreria por que aquele que não é um especialista no acontecimento sobre o qual opina, também estaria implicado nele. Na medida em que ele não está envolvido com os interesses diretos relativos ao ocorrido, sua opinião é alimentada exclusivamente por sua dimensão de cidadão e partícipe de um todo social.

Essa entrada do filósofo como intelectual público, e sua respectiva problematização nos nossos dias, poderia ser colocada em cena pela descrição teatral de

um recente evento.⁵ Ao discutir a relação entre filosofia e jornalismo, dois palestrantes definiram as tarefas do pensador ou do intelectual público como sendo mais ou menos estas: corrigir e diagnosticar, a um só tempo, a sociedade e a si mesmo; desmistificar e desvendar as mentiras proferidas pelo poder, libertando a verdade e a criação.

Os debatedores à mesa eram um jornalista e um filósofo. Cada um ao seu modo expôs uma *crise atual* — da sociedade, do conhecimento, da ética, da educação — como justificativa das suas proposições. A primeira fala, que anunciava o papel do intelectual como próximo das práticas pedagógica e psicanalítica (os termos foram “correção dos erros do poder” e “autoconhecimento/conhecimento do outro”), era seguida por aquela que apresentou o papel do intelectual como o de desmistificar os discursos do poder, os discursos que se repetem e tornam-se clichês, frases feitas manipuladoras, atreladas a interesses múltiplos, que escondem a verdade e proliferam mentiras.

No primeiro caso anuncia-se uma função médico-corretiva; no segundo, uma função de desmitificação e distinção da mentira em relação à verdade que, ao final, poderia inspirar-se/refugiar-se num *fora do poder*, ora no campo literário, ora no artístico, vociferando contra aqueles que escreveriam de acordo com pautas ou interesses econômicos/ideológicos. Essa última fala deixou claro, ainda, que na sua perspectiva era preferível ser afetado pelas coisas e falar sobre o que nos interessa.

Terminadas as falas, seguidas de retumbantes aplausos, um ouvinte/interlocutor procura realizar uma pergunta não em termos de proposições e prescrições, mas de estratégias e jogos, onde tudo o que é dito e feito participam das relações de poder que determinam nossos modos de vida. A pergunta, então, foi acerca das implicações dos papéis defendidos pelos autores e suas consequências numa perspectiva nietzschiana-foucaultiana da verdade e do poder: se o intelectual se aproximaria das funções do pedagogo, do psicanalista e do artista, quais seriam os efeitos de tais tarefas num contexto em que não haveria mentiras a desvelar ou sociedades a melhorar; em que não haveria algo *fora* das relações de poder?

A resposta do primeiro palestrante (o jornalista por profissão) foi modesta, dizendo não ter pensado sobre o assunto dessa maneira; mas de forma muito afável e

⁵ O evento em questão trata-se do 1º Colóquio de Filosofia e Jornalismo, organizado pelo estudante da USP Duanne Ribeiro e realizado nas instalações da Tenda Cultural Ortega y Gasset da Universidade de São Paulo. No colóquio, entre outras mesas, a intitulada “O papel do intelectual público”, no dia 16 de abril de 2014, apresentou uma conversa entre a professora de filosofia e autora Marcia Tiburi e o cientista político e jornalista Bruno Paes Manso.

convidativa, reafirmou as semelhanças entre as práticas jornalística, pedagógica e psicanalítica, embora o trabalho do jornalista como intelectual parta, necessariamente, de uma agenda do dia-a-dia.

A resposta do segundo palestrante (o professor de filosofia por profissão), partiu da convicção de que, mesmo sabendo da crítica frankfurtiana à indústria cultural e da concepção nietzschiana da verdade como inventada pela repetição/circulação de dizeres, seria preciso sair dessa circulação dos discursos *mesmificados*. Para escapar a essa circulação, seria preciso formular sua *própria voz*, sua própria expressão, para criar espaço público. Era “óbvio”, continuou o segundo palestrante, “que o caminho da arte é o caminho muito mais prazeroso”, era “óbvio que escrever literatura é muito mais legal”, era “óbvio que ficar fora do poder é muito mais curtido [sic], muito mais legal” — apesar de, aparentemente, tudo isso ser um tanto utópico e, ao mesmo tempo, necessário ser antecipado.

Desqualificando aqueles que vendem a informação, como jornalistas e publicitários, em favor do papel do artista — muito devido à infelicidade que aqueles provocariam a si mesmo e aos outros pelo contato “com o mundo feio” —, o segundo palestrante *manda* todos esses que vendem “a alma para essa merda toda” *tomar no cu* [sic], argumentando que dizer a palavra *cu* seria “alta epistemologia acadêmica” quando proferida numa palestra transmitida para toda a universidade, pois quebraria “com algum pensamento pré-estabelecido”.

Diante do largo sorriso de seu interlocutor, como se este saboreasse um exótico prato que, não obstante, só ele parecia apreciar, o segundo palestrante chama-o pelo nome e o inquire sobre sua cara de *perplexidade*. Tendo como resposta do seu interlocutor apenas essa cara, tal palestrante emenda: “vira artista ou vai tomar cu [sic]! Se Nietzsche estivesse aqui, ele assinava embaixo”. Após tal vitupério, o segundo palestrante olha seu relógio, levanta-se da mesa e despede-se com um sorriso no rosto ao som dos aplausos da plateia.

Se à primeira vista, a cena desenrolada nesse evento remete-nos aos traços atribuídos por Nietzsche à figura do filósofo, evidenciando, talvez, as relações tecidas entre o filósofo pop e sua posição como intelectual público, quando observarmos mais atentamente, talvez poderemos encontrar no seio dessas relações um processo mais profundo e disseminado na sociedade: aquilo que denominamos como *psicopedagogização* das práticas sociais — entre elas, a do filósofo quando exercendo o

dito papel de intelectual. Tal é a hipótese que pretendemos desenvolver no nosso trabalho.

O trabalho do pensamento pelo crivo analítico da governamentalidade

Observa-se como o conceito de criação e a tarefa de psicólogo e pedagogo da sociedade em Nietzsche são constantemente evocados pelos filósofos que pleiteiam a popularização da filosofia, apontando sempre para um mundo outro, melhor etc. Em contrapartida, pouco se ouve falar sobre as atividades teórico-metodológicas experimentais desenvolvidas pelo próprio filósofo alemão ao longo de sua obra.

Segundo Nietzsche, sua prática teria sido a de uma *filosofia histórica* (2006a) — em oposição à uma *filosofia metafísica* —, pautada por um constante, laborioso e rigoroso método, mais próximo da ciência natural do que das especulações morais, de modo que a partir de tal método seria possível demonstrar que “este mundo gradualmente *se tornou*” (p.25, grifo do autor). Tal prática e percepção só se tornaram possíveis, continua ele, devido ao nível que a ciência alcançava em sua época, o que o permitiu aventar acerca de uma “*química* das representações e sentimentos morais, religiosos e estéticos, assim como de todas as emoções que experimentamos nas grandes e pequenas relações da cultura e da sociedade, e mesmo na solidão” (2006a, p.15). A essa química ou mistura ele associou as condições de possibilidade do que nominou como *sentido histórico* ou a capacidade de perceber que “*não existem fatos eternos*: assim como não existem verdades absolutas” (2006a, p.16, grifo do autor). De acordo com Nietzsche, seria esse *sentido* que faltaria aos filósofos.

A nosso ver, tais princípios da filosofia histórica iriam de encontro ao uso quase metafísico da ideia de criação que circula por aí, hoje, como se esta fosse um valor *em si*, a favor de um melhoramento do mundo. Nietzsche (2006a) teria alertado sobre os perigos da formulação de problemas e pontos de vista a partir de um pensamento metafísico: eles tomariam o homem atual como uma verdade eterna, como se devessem, a cada época, recuperar uma suposta essência humana esquecida ou escondida, descobrir uma verdade sonhada. O pensamento metafísico também operaria por opostos, marcando os lados do bem e do mal, da mentira e da verdade, do poder e da resistência. Pensamento dicotômico perigoso, pois correria o risco de impor certas verdades últimas e universais ao ignorar o *vir a ser* de nossos valores e juízos, igualmente ignorando a possibilidade de que não exista “ação altruísta nem contemplação totalmente desinteressada” (2006a, p.15).

Dáí que, por parte dos filósofos atuais, possa haver um uso metafísico ao acreditar que a tarefa do pensador, do filósofo ou do intelectual, deveria ser o de revelar e desmistificar as verdades ocultas do mundo, promovendo uma espécie de cura ou correção social, de melhoria pela sua atuação. Tal tarefa de diagnosticador da sociedade e de seu presente estariam condicionados, em Nietzsche, por determinados procedimentos teórico-metodológicos; somente por meio destes é que conseguir-se-ia aferir o estado das coisas e o que seria preciso fazer ante tal diagnóstico do presente.

Acreditamos que somente após tais procedimentos foi possível ao filósofo alemão elaborar e prescrever seus motes de criação e autodeterminação. Talvez, aplicando tal filosofia histórica ao pensamento contemporâneo acerca de Nietzsche, poderíamos intuir que até mesmo as ideias e os valores em torno da criação são dignas de desconfiança e deveriam implicar, como em todo processo analítico-histórico, o seu próprio questionamento e sua possível transvaloração como imperativos.

De modo geral, esses procedimentos teórico-metodológicos poderiam se resumir a dois: a investigação histórico-genealógica e a escrita fragmentária e experimental. Se, por um lado, podemos ver seus procedimentos de escrita sendo estudados e absorvidos por outros autores,⁶ são poucos aqueles que se aventuram na atividade genealógica. Talvez, desses poucos, seja Foucault aquele que a tenha levado mais adiante.

Tributário do trabalho teórico-metodológico de Nietzsche, o pensador francês desenvolveu estudos que colocavam em questão não a legitimidade, mas a operacionalidade e a hegemonia de certos valores e práticas sociais. Ele não colocava os problemas das relações sociais em termos dicotômicos, como poder e resistência, mas em termos das relações de poder entre verdade e sujeito; ou, em uma palavra, o que ele tardiamente chamou de *governamentalidade* (FOUCAULT, 2006a; 2006e), na esteira da qual tais relações constituir-se-iam como tramas de um diuturno jogo de forças baseadas na *condução da conduta*⁷ (2013).

⁶ Desses, destaco os estudos do pensador francês Maurice Blanchot (2007), o ensaio de Alberto Pucheu (2003) e o artigo do presente autor (OLIVEIRA, 2012).

⁷ Foucault explicita que tipos de relações esses termos descrevem, bem como precisa a razão para a junção deles, aparentemente redundantes: “O termo ‘conduta’, apesar de sua natureza equivocada, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’ (FOUCAULT, 2013, p.288).

Bem ao modo nietzschiano, Foucault denominou os estudos levados a cabo pelo crivo analítico da governamentalidade de práticas *histórico-filosóficas* (2000). Estas, não teriam nada a ver com a “filosofia da história, nem com a história da filosofia”, mas com uma prática mista, em que nenhum domínio é descartado para a análise. Por uma questão de precisão e potência metodológicas, Foucault procurou dar maior exatidão aos seus procedimentos e objetos de estudos: percebeu que um discurso, esse aparente conjunto de letras, palavras e frases encadeadas logicamente, não se resumiriam a seu estatuto linguístico. Eles tampouco seriam superestruturas ideológicas, ideias flutuando sob o mundo, que mascarariam sua realidade. A materialidade do discurso implicaria, então, um complexo de gestos, instrumentos, atores, instituições, valores morais e modos de pensamento que, atados uns nos outros, configurariam todo um modo de sentir, ver e pensar, tanto daqueles que o produzem quanto daqueles que a ele aderem.

Os discursos para Foucault são, ao mesmo tempo em que implicam, todo um *modo de ser* (2009b) ou, como preferiu nomear ao final de seus estudos, todo um *pensamento* ou um *foco de experiência* (2010c). Por meio dessa última noção, particularmente, Foucault buscou demonstrar a articulação recíproca entre: primeiro, “as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de um comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (p.4-5). O estudo da loucura, da prisão ou das relações de si consigo foram temas/objetos tratados para desenrolar uma análise dos focos de experiência por esses três níveis. No nosso caso, é a própria ideia e a prática da *filosofia*, em meio a sua alegada popularização, que colocamos em questão: primeiramente, como forma de saber sobre o trabalho do pensamento; em segundo lugar, matriz normativa que permite decupar o que é o pensar filosófico e o sujeito filósofo em meio a outros e, por último, a constituição de certo modo de ser filosófico.

Diante de tal perspectiva analítica, o trabalho do pensador seria o da *crítica*. Esta, entendida não como uma denúncia, desmistificação e desmoralização dos atos e verdades ditas alhures para, em seguida, serem substituídas por outras, melhores, mais eficazes, mais verdadeiras etc. A crítica consistiria, nem mais nem menos, na análise das “relações entre as estruturas de racionalidade que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de sujeição que a elas estão ligados” (2000, p.180). De outro modo, uma análise das relações que amarram uns aos outros o conjunto de normas, as formas de saber e a constituição dos modos de ser — ou, em poucas palavras, *o poder, a verdade e o sujeito* (2000).

Arelado a esse trabalho da crítica, residiria outro processo, de alcance histórico-social, que demandaria atenção especial de todo pensador. Esse processo Foucault denominou de *governamentalização* ou a entrada dos modos científico-rationais no cálculo das relações de poder que passaram a atravessar e a conduzir tudo o que envolve a existência humana. Em relação a tal processo de racionalização da vida humana, a crítica seria, então, “o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (p.173). A crítica seria algo como uma postura obstinada e analítica face aos mecanismos de governo dos homens: uma “arte da não-servidão voluntária”, da “indocilidade refletida” (p.173).

Do modo como Foucault reconstrói sua história da crítica como trabalho analítico, ela não existiria sem tais jogos de governar a si mesmo e ao outro pela discurso verdadeiro racional e científico. A emergência da atitude crítica e a governamentalização da sociedade fazem parte de um movimento reversível pelo qual, na história moderna ocidental, os homens governaram a si mesmo e aos outros. Em outras palavras, a crítica seria parceira e adversária das artes de governar, como forma de desconfiar, recusar, limitar e transformar, mas, em todo caso, uma forma de deslocar, de desenvolver as artes de governar. Reciprocidade mútua entre crítica e governo, portanto.

Extrapolando o recorte histórico proposto por Foucault, imaginamos que a reciprocidade adversária e produtiva entre crítica e governo ou, simplesmente, a relação crítica/governo pode ser usada como um profícuo crivo analítico ou um ponto de inflexão acerca do papel do filósofo e do intelectual. Nas últimas décadas, os filósofos, angariando o papel de intelectuais públicos seriam, por um lado, aqueles que teriam o aval, senão o dever, de criticar os modos pelos quais práticas sociais governam a vida das pessoas, com o fim de transformar suas vidas, de liberá-las, de emancipá-las do modo como estão vivendo e dar-lhes outro rumo. Mas, por outro lado, e quase que simultaneamente, ao passo que conduzem essa mudança de vida, eles também se tornariam parte de estratégias de governo pelo deslocamento, proposição e determinação da condução de conduta alheia.

Julgamos que, em concordância com o pensamento de Foucault, não deveríamos fazer crítica convictos de estarmos fora dos jogos de governo de si e dos outros. Assim, é partindo dessa intersecção crítica/governo que gostaríamos de investigar o nosso problema de pesquisa: os filósofos e sua atividade, sua tarefa, sua verdade no *habitat*

que mais os temos visto ultimamente — os meios de comunicação em geral. Em última instância, nossa próxima pergunta seria: como vem sendo desempenhado o papel do filósofo e da filosofia em meio à sua popularização?

Desta feita, valendo-nos da noção de governamentalidade, a hipótese geral do trabalho aponta para a popularização da filosofia como uma prática pedagogizante e de teor corretivo/adaptativo, consubstanciada na oferta de discursos identitários, de preceitos morais e de prognósticos salvacionistas. Mais especificamente, tratar-se-ia da irrupção de uma *expertise* técnico-filosófica em meio a um contexto de midiaticização e pedagogização sociais, por meio da qual o filósofo, arrogando-se a autoridade de intelectual público ou especialista social (ROSE, 1993), findaria por ocupar um papel de destaque na racionalidade típica dos regimes neoliberais.

A pesquisa consistiu em um duplo mapeamento levado a cabo por meio de uma investida, segundo acepções foucaultianas, arqueológica e problematizadora. Num primeiro momento, partindo do alegado fenômeno da popularização da filosofia, realizamos um levantamento das principais reportagens e artigos de jornal e revista, produções culturais e artigos acadêmicos que versam sobre o assunto, com o intuito de perspectivar a difusão e a circulação de determinadas ideias ditas filosóficas num âmbito não acadêmico, bem como sondar alguns juízos sobre tais práticas.

Num segundo momento, tratou-se de mapear e analisar as diferentes intervenções de filósofos por meio de seus escritos veiculados em uma revista de divulgação cultural, a *CULT Revista Brasileira de Cultura*, desde sua fundação em 1997 até 2013, contabilizando 186 fascículos. Nela, averiguamos as tendências das temáticas mais usuais, dos objetos dos quais trataram, das interpretações mais recorrentes, das filiações teóricas, das próprias concepções de filosofia em jogo (sua tarefa, suas verdades etc.). Em seguida, procuramos vislumbrar o que esses dados têm em comum, o que é divergente, quais são os deslocamentos.

De modo geral, analisamos os discursos não em termos de representações do que foi dito sobre o tema da filosofia, mas evidenciando os conceitos, os objetos tratados, os estilos de enunciação, as estratégias e alianças discursivas operadas por produções culturais e pelas intervenções de filósofos na revista em pauta. Esse tipo de análise por meio de um *arquivo* determinado propiciou constituir uma problematização outra em relação ao que vem sendo feito sobre e no âmbito da popularização, evidenciando, dessa maneira, a engenhosidade dos discursos, sua luta constante de produção de inteligibilidades, bem como os processos de subjetivação a reboque de tais produções.

Ao fim e ao cabo, ambicionamos tornar visível a discursividade da popularização da filosofia e, por sua vez, do filósofo como intelectual público, consubstanciada na possível subjugação do sentido histórico por um ensejo explicativo, de aconselhamento e, no limite, de tutela da conduta e do pensamento alheio; ensejo perpetrado ora por uma aliança com outras práticas contemporâneas, ora por um apelo a imperativos da ordem moral e pragmática — ambos avessos à potência da inconformidade e da suspeita, tão cara ao trabalho filosófico quando compreendido como um gesto recalcitrantemente crítico.

II. PROBLEMATIZANDO A POPULARIZAÇÃO DA FILOSOFIA: O FILÓSOFO E A MÍDIA NA VIRADA DO SÉCULO XX-XXI

Existe atualmente em nossas sociedades um certo número de questões, de problemas, de feridas, de inquietação, de angústias que são o verdadeiro motor da escolha que faço e dos alvos que procuro analisar, dos objetos que procuro analisar, e da maneira que tenho de analisá-los. É o que somos — os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam — que, finalmente, é o solo, não ousa dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco.

Michel Foucault

Todas terças e quintas-feiras, em um horário próximo às 10h00 da manhã, soa um alarme escolar em meio à programação diária de uma estação de rádio, avisando à locutora que o programa *Escola da Vida* entrará no ar. Com aproximadamente cinco minutos em cada dia, a locutora traz um tema acerca do qual o professor Mario Sergio Cortella discorrerá. De assuntos que rondam o cotidiano nacional e internacional às raízes histórico-etimológicas de palavras como educação ou felicidade, passando por dicas de como viver bem, Cortella entoa um polido português na certeza lisonjeira de que educação e filosofia são práticas não só essenciais à escola como à vida em geral.

Cortella, graduado em filosofia e doutorado em educação sob a orientação de Paulo Freire, lecionou durante muito tempo na PUC-SP e, há mais de duas décadas, é personagem ativa na realidade educacional, política e editorial brasileira. Tendo ocupado o cargo de Secretário Municipal de Educação de São Paulo, entre 1991 e 1992 e realizado numerosas palestras em diferentes instituições, é ainda autor de diversos livros sobre educação, filosofia, ética e gestão de pessoas — alguns deles, angariando a condição de *best-sellers*. Por alguns anos no início da década de 2000, fez parte do Conselho Editorial da revista *CULT*. Desde maio de 2012, é, entre tantas ocupações, o especialista em filosofia/educação convidado para comentar e discutir temas do cotidiano à luz da reflexão filosófica em programas de rádio e TV.

Juntam-se à prática de Cortella ao menos outra meia dúzia de filósofos que ao longo das últimas duas décadas vêm aparecendo recorrentemente com sua voz pública de especialista em diversos meios de comunicação. A seguir, podemos conferir uma tabela com os principais dessa leva.

Tabela I: Autores de filosofia brasileiros com presença recorrente nas mídias

Filósofo	Veículo(s)/Program(a)s/Periodicidade/Período(s)	Profissão
Charles Feitosa	1. Revista <i>CULT – Filosofia com arte</i> – mensal – janeiro de 2006 (n.99) a agosto de 2006 (n.105). 2. Jornal <i>O Povo – Filosofia Pop</i> – semanal – em parceria com Alessandro Sales e Paulo Oneto – desde janeiro de 2014.	Professor adjunto de filosofia e teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Clóvis de Barros Filho	1. Revista <i>Filosofia Ciência & Vida</i> – colunista (seção <i>Ética</i>) – mensal – 2011-2012. 2. TV <i>Globo – Programa do Jô</i> – outubro de 2012 e setembro de 2013.	Professor livre-docente da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).
Luis Felipe Pondé	1. Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> – colunista – semanal (segundas-feiras) – desde agosto de 2008. 2. TV <i>Cultura – Jornal da Cultura</i> – comentarista – esporádico – desde 2011. 3. TV <i>Cultura – Peripatético</i> – desde outubro de 2013 (programado para 13 episódios de 24 minutos, foram realizados apenas cinco até agora).	Professor de ciências da religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor titular de filosofia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).
Márcia Tiburi	1. Revista <i>CULT</i> – colunista – mensal – desde março de 2008 (n.122). 2. Jornal <i>Zero Hora</i> – colunista (esporádico) – (ao menos) desde maio de 2006. 3. Canal <i>GNT – Saia Justa</i> – semanal – maio de 2005 até o final de 2011.	Professora de filosofia do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie.
Mario Sergio Cortella	1. Rádio <i>CBN – Escola da vida</i> – entrevistado – semanal (terças e quintas-feiras) – desde julho de 2012. 2. TV <i>Cultura – Jornal da Cultura</i> – comentarista – esporádico – sem data específica.	Professor do programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Renato Janine Ribeiro	1. Jornal <i>Folha de S. Paulo – Caderno Mais!</i> – 1994-1995. 2. Revista <i>CULT – Ética & política</i> – mensal – maio 2003 (n.69) a setembro de 2005 (n.95). 3. TV <i>Futura/TV Globo – Ética</i> – episódico – TV <i>Futura</i> : 1ª temporada (2006); 2ª temporada (2008) / TV <i>Globo</i> : 1ª temporada (2008). 4. <i>Website AOL</i> – colunista – (não foram encontradas mais informações). 5. Revista <i>Filosofia, Ciência & Vida</i> – colunista – mensal (esporádico) – desde 2007. 6. Jornal <i>Valor Econômico</i> – colunista – semanal – desde agosto de 2011.	Professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP).
Vladimir Safatle	1. Revista <i>CULT</i> – colunista – mensal – desde setembro de 2010 (n.150). 2. Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> – colunista – semanal (terças-feiras) – desde novembro de 2010. 3. Revista <i>Carta Capital</i> – colunista – mensal (irregular) – desde janeiro de 2011. 4. TV <i>Cultura – Jornal da Cultura</i> – comentarista – esporádico – sem data específica.	Professor livre-docente da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).
Viviane Mosé	1. TV <i>Globo – Ser ou não ser?</i> – semanal – 2005-2006. 2. Rádio <i>CBN – Liberdade de expressão</i> – diálogo – diariamente (2ª a 6ª feira) – desde 2012, com Carlos Heitor Cony e Artur Xexéo.	Escritora, filósofa, psicóloga e psicanalista, teve sua formação acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A despeito de formações e percursos intelectuais diferentes, eles possuem atuações mais ou menos semelhantes: comentadores de temas do cotidiano à luz de suas escolhas teóricas, geralmente trazem alguma citação ou embasamento erudito para comparar ou alentar certas opiniões e fatos. Outros ainda trazem estatísticas, conceitos de vários campos das ciências humanas, procurando autorizar seu juízo ora pela sua robusta formação acadêmica ora pelo excesso de referências científicas. Quase todos têm suas carreiras validadas e consolidadas dentro de instituições acadêmicas, apesar de fazerem parte de uma leva de profissionais que passaram a exercer uma espécie de papel público como comentadores da cultura e da sociedade. Em última instância, eles defendem, cada um à sua maneira, a necessidade de professores/pensadores ligados à área da filosofia virem a público para debater temas e dar sua contribuição esclarecedora. Seu papel e seu lugar na sociedade, atualmente, estão cada vez mais em evidência, embora engalfinhados entre a legitimidade e a desconfiança sobre sua atuação.

Quase meio século antes, num artigo para uma revista francesa de 1966, Foucault afirmava que o filósofo *não tinha papel* na sociedade (2008a). Dito papel só poderia ser estabelecido retrospectivamente, voltando aos documentos históricos e percebendo sua relação com a sociedade. O pensador francês rememora alguns pontos históricos que confirmam sua declaração: Sócrates possuía, no limite, um papel subversivo, pois seus questionamentos não eram admitidos pela ordem estabelecida. Nos séculos seguintes, alguns poucos eram escolhidos preceptores ou conselheiros de imperadores, alguns destes sendo reconhecidos como filósofos postumamente, como o caso do imperador romano Marco Aurélio.

No período de maior influência da religião cristã, eram os teólogos que tinham certo poder sobre o pensamento e um papel de conhecimento. Espinosa fora caçado pela congregação religiosa da qual fazia parte ao emitir uma carta com fortes críticas às autoridades teológicas. Até o século XIX os filósofos não eram reconhecidos como tais:

Descartes era matemático; Kant não ensinava filosofia, mas antropologia e geografia; aprendia-se retórica, não filosofia, e então não existia para o filósofo a questão de se integrar (2008a, p.34).

Nietzsche ensinava filologia e teve que abandonar a universidade para poder pensar mais livremente. “É só no século XIX”, continua Foucault, “que se encontram,

enfim, as cadeiras de filosofia: Hegel era professor de filosofia” (p.34). A essa altura, pensava-se que a filosofia atingia seu fim.

Ainda em plena atividade e atrelada a uma diversidade de lugares e atitudes, julgamos que o cenário atual da produção filosófica *lato sensu* não poderia ser suficientemente perspectivado sem levarmos em conta suas aparições extra-acadêmicas. Para além do perímetro universitário, o que vem sendo produzido no campo filosófico abarca os periódicos culturais e jornalísticos, as ondas do rádio e da televisão, os DVDs e, igualmente, a internet. É certo, portanto, que a filosofia, nesta última década, tem sido alvo de um pronunciado processo de popularização. É o que também atestam os *best-sellers* que pululam nas livrarias, bem como a convocação recorrente aos filósofos para que se manifestem sobre assuntos os mais variados — alguns desses profissionais, inclusive, assinando colunas em jornais e em revistas de grande circulação ou ancorando programas televisivos.

Portanto, o que é dito/feito hoje como filosofia compreende uma dispersão de diferentes práticas. Seja no campo editorial, seja nos veículos de comunicação, o termo *filosofia* e a designação *filósofo/filosófico* circulam na evocação de muitos autores, aplicados a muitos temas e submetidos a muitas interpretações. Tais iniciativas impelem-nos a tomar a dispersão da discursividade alegadamente filosófica nos meios de comunicação contemporâneos (aqui englobados na rubrica *mídia*) como objeto da própria reflexão filosófica.

Os novíssimos filósofos: um boom discursivo

Da famigerada inutilidade da filosofia para a vida (desde a paródia de Aristófanes e a reprovação de Cálicles) e sua vilania (Sócrates e sua incriminação por corromper os jovens), chegamos a seu hiperinvestimento no plano sociocultural. A *filosofia está viva* (RODRIGUES, 2012), matéria publicada no jornal *Valor Econômico*; *Filosofia POP* (CORDEIRO, 2012), artigo publicado na revista *Galileu*; *Filosofia pop em questão* (SANTIAGO, 2011), coluna de opinião publicada em *O Estado de São Paulo*; *Entre a academia e a receita de bolo* (FEITOSA, 2011), artigo publicado na *Revista de História*; e *A Filosofia em meio à popularização e ao estranhamento* (SILVA, 2011), artigo publicado no *Jornal da Cidade* de Aracaju, compõem uma pequena amostra daquilo que bem poderia ser sintetizado como um *boom* discursivo acerca da filosofia e de temáticas filosóficas na atualidade.

Carla Rodrigues (2012) apresentava a afirmação do contemporâneo filósofo alemão Peter Sloterdijk sobre o lento processo de morte da filosofia, embora sua consumação não ocorresse tão cedo, dado sua tarefa ainda não cumprida (SLOTERDIJK apud RODRIGUES, 2012)⁸. A despeito dos prognósticos negativos do filósofo alemão, a reportagem divulgava o crescimento do mercado editorial brasileiro voltado à publicação e à tradução de filósofos tanto consagrados e mortos como daqueles em plena atividade. O próprio Sloterdijk era um desses autores traduzidos à época. Para exemplificar, a reportagem trazia o depoimento de Claudio Oliveira, tradutor e professor de filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmando que “o mercado editorial ainda não se deu conta do potencial da área de filosofia” (OLIVEIRA apud RODRIGUES, 2012, s.p.). Como justificativas para tal crescimento do mercado editorial, a reportagem apresentava três: além das boas traduções de livros de filósofos consagrados, a venda de livros voltados para o ensino de filosofia — que, desde 2008, é obrigatório na Educação Básica brasileira — e a própria iniciativa de alguns filósofos tornar suas obras acessíveis para facilitar as vendas.

Tiago Cordeiro (2012) relatava as impressões que comumente se tinha da filosofia até então — vista “como coisa de gente que pensa demais, que vive em um mundo paralelo”, embora, “desde o começo da última década, uma nova geração de pensadores vem se dedicando a popularizar a disciplina” (s.p.). A reportagem ressaltava que o tipo de filosofia popularizada hoje, cujos autores e obras servem como guias existenciais, estaria mais próximo de uma reflexão sobre a vida do que da preocupação com a “definição de conceitos” (s.p.).

Cordeiro fazia referência a certos usos dessa filosofia popularizada. No corpo do artigo, apresentava algumas passagens das obras de filósofos famosos, como Sócrates/Platão, Epicuro, Sêneca, Montaigne, Schopenhauer e Nietzsche, adaptadas por especialistas do ramo como fórmulas morais para orientação na vida cotidiana. Um desses especialistas era entrevistado pela reportagem: Emrys Westacott, professor da Universidade Alfred, em Nova York e autor de *Thinking through philosophy* (sem edição em português). Em seguida, o autor da reportagem avaliava as abordagens atuais que tentam deixar a filosofia *mais acessível*, como os romances filosóficos de Jostein

⁸ Alguns artigos de jornais e revistas a seguir foram citados de fontes *online*, dos seus respectivos *websites*, devido à impossibilidade de acessá-los em seu veículo material original. Com isso, algumas paginações das citações estarão ausentes e só as referenciaremos com o nome do autor e a data de publicação. Como de praxe, indicaremos, nas referências bibliográficas, quais são os *websites* consultados e quando esses artigos foram acessados.

Gaarder, autor de *O Mundo de Sofia*, entre outros; os autores que relacionam “a disciplina a temas de cultura popular”, como Gregory Bassham com *Harry Potter e a Filosofia* e Willian Irwin com *Os Simpsons e a Filosofia*; e, por fim, autores mais influentes, como Alain de Botton, que escrevem para o grande público e aproximam-se de uma terapia filosófica ou da autoajuda. Sobra espaço ainda para que, ao final da reportagem, Roger-Pol Droit, autor de *Filosofia em Cinco Lições*, entre outros títulos de popularização da filosofia, propusesse alguns exercícios prático-filosóficos, como meditações, caminhadas e conscientizações de ideias no cotidiano.

Silviano Santiago (2011), escritor e então colunista do jornal *Estado de São Paulo*, comentava em seu artigo sobre Mehdi Belhaj Kacem, jovem filósofo franco-tunisiano que havia lançado um livro intitulado *Pop Philosophie*, em 2005. Segundo o colunista, Kacem, ex-discípulo fervoroso de Alain Badiou, queria “reconciliar a pesquisa na filosofia e na psicanálise com a atualidade política e comportamental” (p.S2), trabalhando uma série de questões da atualidade, como a competição no trabalho, a vida amorosa, a cultura pop e os distúrbios de comportamento nas grandes cidades.

Charles Feitosa (2011), então professor adjunto de filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tinha como eixo do seu artigo a análise de dois acontecimentos recentes envolvendo a popularização da filosofia: “duas situações extremas”, “dois riscos possíveis para a filosofia na atualidade” (s.p.). Em relação ao primeiro, Feitosa descrevia a palestra de Lou Marinoff, autor dos livros *Menos Prozac e mais Platão* e *Pergunte a Platão*, no qual o palestrante procurava aliar pensamento e terapia. No outro acontecimento, um encontro de especialistas no pensamento hegeliano que procuravam discutir uma questão que, para os dias atuais, era importantíssima, referente à *intenção* e à *ação* humanas.

Na análise do primeiro caso, Feitosa afirmava que tal perspectiva concedia à filosofia um papel aconselhador. O risco seria, então, fazer da prática filosófica uma *receita de bolo*, explorando comercialmente a inquietação das pessoas. Na análise do segundo caso, o professor da UNIRIO criticava a ausência de um pensamento criativo e experimental, o que gerava o risco de a filosofia acadêmica, “altamente codificada”, perder “cada vez mais a conexão com seu lugar e seu momento” (s.p.).

A alternativa proposta por Feitosa a esse dilema atual da filosofia era uma revisitação do espírito da *pop art* no modo de fazer filosofia — já evocada por Deleuze na sua célebre e curta passagem sobre a *pop’filosofia* ou *filosofia pop*. De maneira geral,

a filosofia pop proposta por Feitosa seria uma prática *híbrida* entre filosofia e arte, a qual se orientaria segundo duas principais atitudes: a recusa de apenas se basear no “supostamente clássico e incontornável”, conjugando “o universal e o singular”; e a ocupação das mídias como um “projeto de divulgação do pensamento” (s.p.). Ambas as atitudes procurariam reforçar tanto a importância de se pensar as manifestações culturais da atualidade, como a própria questão da divulgação. Segundo Feitosa, em se tratando da atitude de divulgação, “faz parte do processo de pensar, de modo estrutural e não acidental, o compartilhamento dos saberes em busca de novas e melhores partilhas dos poderes”. Em relação a tal atitude, o filósofo ou o intelectual deveriam evitar as “generalizações apressadas” (s.p.), tão comuns em entrevistas e declarações públicas (2011).

Saulo Henrique Souza Silva (2011), à época doutorando em filosofia e professor do Colégio de Aplicação da UFS, defende a ideia de que a popularização da filosofia se trata de um fenômeno duvidoso, já que “não tem por finalidade desvelar o seu significado e nem a sua especificidade disciplinar, visto que está atrelada às leis do mercado” (SILVA, 2011, s.p.). Considerando a importância do retorno dela como disciplina escolar e evidenciando a dificuldade de estabelecer a tarefa e o lugar do filósofo em meio a sua popularização, para o autor, tal tarefa consistiria na construção de “novos edifícios conceituais”, operando “demolições e apropriações, parciais ou totais, das estruturas filosóficas antecedentes”, objetivando “novas explicações a determinados problemas, antigos ou recentes, construindo tais respostas sobre um alicerce de argumentos” (s.p.). Tais afirmações reiteram certa ideia de que o discurso filosófico se constituiria como um comentário *ad infinitum*.

Cada reportagem ou artigo ofereceu características do que se tem feito a título da popularização da filosofia. Rodrigues noticia o crescimento do mercado editorial para os livros de filosofia em geral, apesar da alegada crise editorial e da impopularidade, da morosidade e, em último caso, da inutilidade imediata da prática filosófica. Cordeiro apresenta as aplicações mais comuns da filosofia hoje, aliançadas à psicanálise e à autoajuda, que formulam pequenas receitas práticas de como conduzir a vida. Santiago explorava a emergência do filósofo como novo ator e especialista social à luz da prática de um filósofo contemporâneo. Feitosa, partindo da recusa do aconselhamento terapêutico e da erudição acadêmica, propõe uma *filosofia pop* aliada à arte, à imagem, à reflexão sobre a cultura do presente — ele mesmo buscando praticar tal vertente. Silva, enfim, defende um distanciamento para com a popularização, enfatizando os

alicerces da verdadeira tarefa da filosofia ao retomar certa história de sua origem. Cinco lugares e cinco modos que a filosofia estaria ocupando: o mercado editorial; a prática terapêutica; o filósofo como intelectual social; o filósofo pop; e o filósofo conservador.

Todos os cinco autores também fazem menções genéricas às razões que justificariam o fato de a filosofia vir ocupando crescentemente o cenário mercadológico-cultural de diversos países, não só o brasileiro. Razões que compreenderiam desde as “eternas questões da humanidade” e “problemas contemporâneos diversos” (CORDEIRO, 2012; SANTIAGO, 2011), até o resultado do “investimento do mercado editorial” especializado (RODRIGUES, 2012), passando pela inquietação das pessoas “diante de um mundo em que não se sentem em casa” (FEITOSA, 2011) e pelo contexto de um país “embevecido pelo capitalismo”, sem uma “sólida tradição filosófica e científica, cuja educação visa à reprodução tecnicista e o lucro, mas não o saber pelo saber” (SILVA, 2011).

Contudo, tais razões e condições, bem como o tema da popularização da filosofia na mídia, não é tão recente como podemos supor.

O estudante Rafael Rogara, 17, a dona de brechó Denise Pini, 50, e o médico pernambucano Mozart Cabral, 42, vivem em mundos completamente diferentes. Mas os três reservam pelo menos uma noite por mês para tentar entender o que está por trás de sentimentos tão díspares quanto coragem, desejo e medo da morte. Com a ajuda de filósofos e historiadores, buscam decifrar o sentido dos acontecimentos cotidianos para viver melhor (FALCÃO, 2001, p.8).

Uma década antes, na matéria da *Folha de S. Paulo* de 21 de junho de 2001, anunciava-se a filosofia como uma ajuda para viver melhor, porque desperta “a interrogação, aprofunda a reflexão, pesquisa motivos ocultos e reinterpreta fatos, ridicularizando justificativas aparentes ou falsas” (FALCÃO, 2001, p.9).

A reflexão filosófica, segundo o filósofo e professor Mario Sergio Cortella — ali entrevistado — protagonizava um *revival*, já que a supervalorização do mundo prático teria gerado “nas pessoas comuns um vazio existencial que só a filosofia pode ajudar a preencher porque as explicações técnico-científicas não são mais suficientes” (apud FALCÃO, 2001, p.8).

Em 17 de julho de 2005, o programa de televisão *Fantástico*, veiculado pela Rede Globo, levava ao ar o programa *Ser ou Não Ser*, apresentado pela filósofa e psicóloga Viviane Mosé. Em oito minutos, quando de sua estreia em 2005, e em nove minutos, em sua reestreia em 2006, a apresentadora, partindo de cenas e situações do cotidiano, fazia uso de algumas ideias e passagens de obras dos filósofos mais

conhecidos, com o intuito de oferecer aos telespectadores uma reflexão propedêutica e, ao mesmo tempo, aconselhadora.

Uma matéria no caderno *Ilustrada da Folha de São Paulo*, no dia da estreia do programa em 2005, trazia o seguinte posicionamento do professor de filosofia da UNICAMP, Roberto Romano:

Não que o meio [televisivo] não tenha condições nem o público. O problema é que a filosofia exige raciocínios longos e uma lógica dedutiva e indutiva completa. É um objeto difícil de ser exposto. A televisão tem um tempo rápido, mas depende do virtuosismo da professora que vai apresentar o programa. A filosofia é a pesquisa que vai levar à descoberta de coisas, ao pensamento e à crítica (apud BARTOLOMEI, 2005, p.E6).

Outra opinião que representava a corrente, se quisermos, *oficial* e mais crítica à iniciativa, era a do professor de filosofia José Arthur Giannotti, da USP:

Uma coisa é jornalismo filosófico e outra é a reflexão, que implica em ócio, sossego e tempo. Não sou contra, o problema é não confundir uma coisa com outra. Não haverá uma discussão filosófica de conceitos filosóficos, apenas insinuações (apud BARTOLOMEI, 2005, p.E6).

No suplemento *Cultura do Estado de São Paulo* de 05 de novembro de 2006, Luiz Zanin Orichio tratava da matéria de capa da revista francesa *L'Express*, com um título que antecipava sua conclusão: *A felicidade pela filosofia*.

Há algumas décadas, quem fazia um curso de filosofia sabia-se candidato preferencial ao desemprego. A filosofia, com o avanço tecnológico e o crescente anti-intelectualismo social, era tida como a mais démodée das disciplinas. Quem iria querer estudar Platão e Kierkegaard no mundo prático que surgia pós-anos 60? Ninguém. Só um bando de pseudointelectuais que não tinha nada mais importante com que se ocupar. (2006, p.D6).

O colunista do *Estado* apresentou uma digressão sobre os últimos acontecimentos que popularizavam a filosofia (os cafés filosóficos, as publicações editoriais, os programas de TV), tomando o cuidado de não julgar tais iniciativas sem antes investigar as possíveis razões de tal fenômeno. Ele também identificava o fato de que a sociedade tecnológica trouxera muitas vantagens, mas nenhuma que aumentasse a felicidade individual, concluindo que, se a religião perdera espaço como discurso hegemônico e o consumo na sociedade capitalista mais esvaziava do que preenchia, o que restava era o apego à *velha sabedoria*.

Em matéria publicada em 12 de novembro de 2006, o professor de filosofia da USP Vladimir Safatle escrevia para a *Folha de S. Paulo* sobre “um dos fenômenos mais

pitorescos na vida cultural do Brasil dos últimos anos: o crescente interesse pela filosofia” (2006, p.7) ou por algo que se aproximasse dela. Para o autor, tal fenômeno poderia ser denominado heteróclito, já que composto por “práticas e expectativas diversas”, cujas características seriam: a simplificação da linguagem filosófica por jargões da área de administração de empresas; uma recusa das hierarquias da cultura; uma atenção tanto para o corpo como para o pensamento, tanto para o cotidiano como para os universais. Mas todas essas abordagens portariam um objetivo em comum: “reconciliar o pensar e a alegria de viver” (p.7).

Outra matéria, publicada por *IstoÉ* na edição de 11 junho de 2008, afirmava que a filosofia estava *em alta*. Segundo especialistas entrevistados pela matéria, àquela altura a filosofia já era “disciplina obrigatória nas escolas, mania na tevê, nas empresas e até nos livros para crianças”, sendo ensinada aos interessados como uma maneira de “ler o que acontece no mundo contemporâneo e [de] agir no presente” (CARDOSO, 2008, s.p).

Uma última passagem significativa desse cenário recente é a entrevista⁹ concedida pela professora de filosofia Jeanne Marie Gagnebin, da PUC-SP, à *Folha de S. Paulo* em junho de 2012. Indagada sobre a validade do lançamento de livros que prometiam conhecimentos complexos para o público leigo, Gagnebin identificou que certamente havia um “fenômeno mercadológico em torno da filosofia atualmente” (apud AQUILES, 2012, p.E12). Segundo a professora, tal fenômeno seria alavancado por três razões: o retorno do ensino de filosofia na Educação Básica brasileira; a crise das religiões na Modernidade que outrora garantiam certa segurança aos conceitos e valores para explicar o mundo e servir de guia pessoal; por fim, uma espécie de revanchismo anti-intelectual, uma vez que a popularização desmistificaria o caráter complexo e transcendental das obras filosóficas. Contudo, Gagnebin esclarece que escrever sobre algum assunto complexo a ponto de torná-lo algo acessível seria um trabalho muito difícil. Mas alcançar tal simplicidade, sem simplificar, poderia contribuir de maneira didática para a compreensão da filosofia. Caso contrário, apenas serviria para gerar ganhos financeiros.

Poderíamos, então, recuar um tanto mais na história e encontrar na edição da revista *Veja* de 28 de março de 1979 — mais de 20 anos antes, portanto, das alegações

⁹ A íntegra dessa entrevista foi publicada no blog do Departamento de Filosofia da PUC-SP. Disponível em: <<http://filosofiapucsp.wordpress.com/2012/06/08/a-filosofia-e-o-mercado-de-consumo-editorial-entrevista-com-jeanne-marie-gagnebin-inedita/>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

da popularização na virada do século — uma reportagem que procurava expor certas mutações em curso no trabalho do filósofo como intelectual. Antecipando a justificativa de certo afastamento da filosofia acadêmica em relação à realidade cotidiana, professores de filosofia mobilizavam-se para reintroduzi-la nas escolas, na tentativa de engajá-la a problemas tocantes à realidade brasileira da época.

As funções atribuídas à filosofia, segundo os professores Tarcísio Padilha e Arthur Giannotti, eram oferecer “novas respostas para os desafios do mundo moderno”, bem como suprir uma “falência de ideias que marcaram as décadas de 50 e 60 no Brasil”, quais sejam: o “desenvolvimento como instrumento da liberação nacional” e a “crença na sociologia como conhecimento da realidade” (ALVARENGA, 1979, p.102).

Entretanto, o professor Bento Prado Júnior, também entrevistado na reportagem, e o próprio Giannotti conclamavam outro modo de endereçamento da filosofia ao cotidiano: não em termos de oferta de novas respostas ou de uma inteligibilidade da realidade, mas ora retornando às questões clássicas da filosofia à luz dos problemas do presente, ora valendo-se dos pensadores do passado para enriquecer o exame dos temas atuais. Um modo de operar a filosofia mais analítico e menos propositivo; mais afeito, portanto, ao trabalho de uma *filosofia histórica*, nos moldes daquela praticada principalmente por Foucault (2000), com a qual nos alinhamos na presente pesquisa.

Os estratos da popularização da filosofia

Com o intuito de aprofundar o mapeamento do universo das diferentes produções culturais de cunho alegadamente filosófico,¹⁰ distinguimos inicialmente quatro estratos de difusão: 1) obras autorais; 2) coleções; 3) livros (para)didáticos; 4) multimídia. A opção por detalhar os estratos por material consistiu em uma tentativa de não ajuizar as produções culturais, mas exemplificar a heterogeneidade das produções, evidenciando suas características materiais: veículo, tipo de produção, seus modos de enunciação, as abordagens temáticas e teóricas etc. Não obstante, o problema não é o suporte material, mas as racionalidades materializadas nos discursos que presidem algumas das produções — racionalidades que serão sumariamente discutidas ao longo das exposições.

O primeiro estrato refere-se às obras que se valem de reflexões filosóficas ou nelas se apoiam, sendo alguns autores considerados filósofos. Trata-se de obras as mais

¹⁰ Um levantamento complementar de tais produções é oferecido por Tatiana Sanches (2011), cujo trabalho também será contemplado adiante.

variadas, as quais poderiam ser categorizadas segundo o tipo de abordagem empregada. O que as caracteriza, de modo geral, é a finalidade expressa de veicular reflexões e noções filosóficas por meio de histórias ficcionais, de ponderações sobre temas genéricos ou de sugestões de teor pragmático-terapêutico.

Esse tipo de publicação abarca, por exemplo, os romances filosóficos, como o largamente conhecido *O mundo de Sofia*, publicado em 1991 por Jostein Gaarder; os livros do psiquiatra Irvin D. Yalom, *Quando Nietzsche chorou*, de 1992, *A cura de Schopenhauer*, de 2005, e o mais recente *O problema Espinosa*, de 2012; ainda, o brasileiro Eduardo Giannetti, com seus *Felicidade*, de 2002, e *A ilusão da alma*, de 2010. Todos eles são inspirados, de alguma maneira, por temas e reflexões filosóficas oriundas da vida pessoal de filósofos ou de pensadores clássicos.

Há também a abordagem de tipo ensaística, por meio da qual os autores desenvolvem reflexões de apelo histórico-filosófico sobre os mais variados temas que atravessariam a realidade atual. Exemplos disso são *101 experiências de filosofia cotidiana* e *Filosofia em cinco lições*, do filósofo e jornalista francês Roger-Pol Droit, lançados no Brasil em 2002 e 2012, respectivamente, e cujas intenções são ora propor que a filosofia tenha finalidades úteis para o cotidiano, ora refazer o percurso histórico da filosofia em pequenas lições temáticas. O mesmo se passa com os dois últimos livros de Clóvis de Barros Filho intitulados *A vida que vale a pena ser vivida*, de 2010, e *A filosofia explica as grandes questões da humanidade*, de 2013, (em coautoria com Arthur Meucci e Júlio Cesar Pompeu respectivamente) nos quais são apresentados temas supostamente gerais da humanidade entremeados por passagens e referências a filósofos consagrados e por digressões próprias.

A terceira abordagem corrente das obras autorais é a de apelo expressamente terapêutico, comumente associada ao ramo da autoajuda. Tais produções, podendo também ser confundidas com as de tipo ensaístico, têm como característica principal uma intencionalidade mais pragmática, valendo-se da história da filosofia, de excertos específicos de filósofos e de reflexões muitas vezes descontextualizadas historicamente, com o objetivo de oferecer ao leitor argumentações de efeito prático e moral, tais como revalorizar determinados aspectos da vida, adotar certos exercícios diários etc. A argumentação empregada é geralmente associada a fórmulas, receitas ou alternativas para os problemas da vida cotidiana. Exemplos disso são os *best-sellers* de Alain de Botton, como *As consolações da filosofia*; de Lou Marinoff, *Mais Platão, Menos*

Prozac; e de Allan Percy, *Nietzsche para estressados*, publicados em 2000, 2001 e 2011, respectivamente.

Um segundo estrato das publicações contempla as coleções de livros filosóficos, com vistas à divulgação de partes da obra de autores selecionados, como é o caso da tradicional coleção *Os Pensadores*, primeira do ramo na divulgação filosófica no Brasil, publicada pela Abril Cultural (em três reedições, de 1973 a 1984) e depois pela Nova Cultural (em cinco reedições, de 1988 a 2004), bem como da coleção *Pocket* ou da recente *O essencial de Nietzsche*, ambas a cargo da L&PM. Há também as coleções de comentadores de filósofos que procuram introduzir/sintetizar as ideias de determinado pensador a partir de breves condensações de suas vidas e principais obras/teorias. É o caso das coleções *Filósofos em 90 minutos*, organizada por Paul Strathern, e *Entendendo...* que, apesar de não se devotar exclusivamente à filosofia, “oferece informações úteis sobre os pensadores e os temas mais importantes da história com uma linguagem acessível e bem-humorada” (LEYA BRASIL, 2015). Um terceiro tipo de coleção é voltado para temas específicos, como os *Miniensaios de filosofia*, que veio a público no Brasil em 2013, trazendo filósofos brasileiros refletindo sobre temas gerais da filosofia, como ética, medo, desejo, racionalidade etc. Por fim, há de se mencionar as coleções que priorizam a relação entre cultura pop e filosofia, como *The Blackwell Philosophy and Pop Culture* (organizada pelo professor do King’s College William Irwin, contabilizando 44 fascículos até o momento); *Popular Culture and Philosophy* (organizada por George A. Reisch, com 85 fascículos); e *The Philosophy of Popular Culture* (organizada por Mark T. Conard, com 32 fascículos até o momento).

Sob o arco do terceiro estrato das publicações, concentram-se as publicações de natureza (para)didática, tal como aqui optamos por designá-las. Três são seus tipos: os livros didáticos propriamente (que desde o ano de 1997 vêm se proliferando segundo várias versões e autorias)¹¹, geralmente adotados em escolas e subsidiados por políticas públicas de incentivo à leitura. Há também os de cunho enciclopédico ou propedêutico, os quais, valendo-se igualmente de contextualizações histórico-bibliográficas ou culturais, mas não se atendo a um só filósofo ou tema, visam servir de leitura geral e introdutória ou apenas de informação/curiosidade/entretenimento. Exemplos disso são o *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*, de Luiz Felipe Pondé, de 2012; *O Livro da*

¹¹ Levantamentos e análises criteriosas desses livros vêm sendo desenvolvidos pelo *Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia* (LLPEFIL) da UFRJ. Disponível em: <<http://www.llpefil-uerj.net/material-didatico/levantamentos-bibliograficos>>. Acesso em: 28 maio 2014.

Filosofia, de Will Buckingham e Douglas Burnham, lançado em 2011; e *Casos Filosóficos*, de Martin Cohen, de 2012.

A esse terceiro estrato associa-se ainda uma terceira forma de publicação, geralmente periódica, de cunho jornalístico/informativo e de abordagem ora mais genérica, ora mais específica. No âmbito internacional, as mais emblemáticas são a *Philosophy Now*, publicada trimestralmente à época do seu lançamento em 1991, e bimestralmente desde 1997, com corpo editorial inglês e norte-americano; a publicação francesa *PhiloMag*, editada mensalmente desde 2006; e a publicação espanhola *Filosofía Hoy*, também editada mensalmente desde 2011. No contexto brasileiro, destacam-se *Filosofia: grandes temas do conhecimento*, de periodicidade mensal (atualmente em seu número 20), tendo começado a circular no final de 2011; *Filosofia Conhecimento Prático* e *Filosofia Ciência & Vida*, duas publicações mensais, respectivamente, na 49ª edição/5º ano de circulação (desde 2009) e 101ª edição/9º ano de circulação (desde 2006). Soma-se *Mente, Cérebro & Filosofia*, publicação esporádica e organizada em volumes pela revista *Mente e Cérebro*, cujas primeiras 12 edições circularam entre 2010 e 2011, e outras quatro edições, em 2012.

O último estrato da difusão filosófica remete às produções multimidiáticas, abarcando desde publicações de DVDs em bancas de jornal (*Filosofia de Botequim*, *Filosofia & Conhecimento* etc.), colunas assinadas por filósofos e apresentações destes em programas de TV e rádio (as colunas de Marcia Tiburi e Vladimir Safatle na revista *CULT*, bem como a de Safatle, que também escreve para a *CartaCapital*, e Luiz Felipe Pondé no jornal *Folha de S. Paulo*; o *CPFL Café Filosófico*, transmitido pela TV Cultura, assim como vários outros programas de rádio e TV que trazem em sua programação participações de filósofos; o programa *Peripatético*, de Pondé, na TV Cultura), até chegarmos à internet, na qual sites com artigos e conferências (*philosophybites.com*, por exemplo), histórias em quadrinhos e sátiras (*existentialcomics.com*) despontam com frequência. Nessa seara, vale destacar a publicação em dois volumes de *Pensar bem nos faz bem!*, de Mario Sergio Cortella, em 2013, abordando temas variados que foram tratados no seu programa semanal na rádio paulistana CBN, no ar desde julho de 2012.

Levando em consideração a dificuldade acentuada de perspectivar as nuances presentes em tal cenário discursivo complexo, ubíquo e multifacetado, restringimo-nos inicialmente a apontar uma distinção preliminar entre tais produções.

Uma parcela delas devota-se ao que denominamos *divulgação*: trata-se daquelas obras que não procuram romancear, aligeirar, simplificar ou mesmo viabilizar o acesso imediato às ideias filosóficas. Elas estariam praticamente circunscritas pelas coleções de obras completas e selecionadas de filósofos, para a difusão de determinado pensamento; e por alguns ensaios autorais temático-históricos que se concentrariam mais em tecer comentários e relações no interior da obra de um dado filósofo ou tema, buscando não incorrer necessariamente em algum tipo de facilitação ou distorção.

De outra parte, há aquelas iniciativas que se valem de passagens de obras de filósofos com vistas a facilitar sua leitura, traduzindo seus conceitos de modo às vezes aligeirado e atribuindo-lhes certa destinação pragmática, para seu suposto uso na vida cotidiana. Trata-se, aqui, propriamente da *popularização* — tais como as biografias romanceadas, os guias introdutórios, os livros de cunho pragmático-terapêutico e aqueles declaradamente de autoajuda.

Desta feita, podemos afirmar que todo tipo de popularização pode ter um efeito de divulgação, mas nem todo tipo de divulgação almejaria a popularização das ideias filosóficas. Parece-nos, assim, que as produções da popularização, apesar de muitas vezes estarem apoiadas na autoridade acadêmica de seus autores, procuram espalhar certa inteligibilidade redutora e, em última instância, utilitarista do discurso filosófico, para além das fronteiras universitárias ou escolares.

No interior dessa seara popularizante, poderíamos encontrar mais uma cisão entre os modos de fazer filosofia hoje. A maioria das produções popularizantes leva adiante uma espécie de retorno da filosofia ao cotidiano, de voltar-se para as questões do dia-a-dia e oferecer questionamentos ou procedimentos práticos, de modo que podemos observar três concepções desse fazer filosófico:

- Um de orientação mais pragmático-clínica, voltada para a relação entre filosofia e terapia, alcançando, no limite, a pecha de autoajuda (aqui, poderíamos encontrar desde Lúcio Packter e sua Filosofia Clínica até os livros de Botton, Marinoff e Percy);
- Uma de orientação mais crítica, experimental e criativa, geralmente pautada por algum engajamento em questões socioculturais e/ou filosóficas (como os temas de gênero, emancipação social, vida como obra de arte) segundo uma orientação geral nietzschiana-deleuzeana, com forte influência da Escola de Frankfurt.

- Uma terceira, enfim, cuja postura seria a de se diferenciar dessas duas e apresentar um lado, digamos, mais politicamente incorreto da filosofia, intentando não resguardar nenhuma utopia salvadora ao pensamento ou ao conhecimento, mas cultivando certa interpretação neoliberal e conservadora do conhecimento como prática científica eficaz na busca da verdade e, quiçá, do desenvolvimento da vida.

Embora os autores das três vertentes realizem intervenções em variados veículos de informação, apenas as duas primeiras granjeiem a alcunha de *pop*; os autores da segunda e da terceira prática, no entanto, dizem-se contrários a primeira vertente e procuram definir sua postura diante do presente de modo mais crítico.

Com respeito à segunda vertente, a filósofa e professora Marcia Tiburi, atuante em diferentes mídias, na apresentação do seu livro intitulado *Filosofia Pop — Poder e biopoder* (2011), escreve sobre como filosofia pop teria se tornado uma espécie de “contraponto à filosofia acadêmica”, mas a boa filosofia pop seria feita de “bases tão pesquisadas quanto as acadêmicas” (p.7).

De modo similar, Charles Feitosa também descreve a filosofia pop como uma forma de resistência tanto ao pedantismo erudito quanto à simplificação exagerada, aliançando “rigor e inventividade ao tratar de temas da cultura contemporânea” (FEITOSA, 2014, s.p.). Em suma, tal modo de fazer filosofia seria a aliança de uma pesquisa rigorosa, de um ensaio corajoso, de um pensamento coerente e de conteúdos desprezados por sistemas intelectuais moralizantes, abrindo caminho para uma espécie de democratização da linguagem e para o estudo de fenômenos culturais independentemente de sua tradição cultural ou localização social.

A terceira vertente, não se classificando como *pop*, não configurando nos seus discursos uma mesma política de verdade (como a perspectiva da ajuda e da melhora pelo pensamento), ainda sustenta a necessidade da filosofia para o presente e o cotidiano. Tal proposta pode ser encontrada, por exemplo, na entrevista de Olavo de Carvalho concedida a um site sobre o filósofo na mídia, na qual ele assevera que

Um filósofo na mídia é um pregador “in partibus infidelium” — um jesuíta entre antropófagos. Não entendem uma palavra do que ele diz e ele ainda se arrisca a ser comido vivo. [...] Hoje é preciso, ao mesmo tempo, argumentar e ensinar ao público o que é um argumento (CARVALHO, 2002, s.p.).

Também como exemplo dessa terceira vertente, encontramos o texto do projeto do *Peripatético* (BOSSA NOVA FILMS, 2015), programa comandado por Luiz Felipe Pondé, autor do *Guia politicamente incorreto da filosofia*. Perpetrando uma crítica à filosofia acadêmica, “não conectada ao cotidiano como esteve na sua origem” (p.6), afirma que características como curiosidade e necessidade de compreender a vida não são exclusividade de especialista. Apresentando temas como fé, sexo, casamento e melancolia, o programa propunha como finalidade “provocar o pensamento filosófico no homem comum”, usando a filosofia “como instrumento prático para vida, não como uma área de conhecimento que teoriza a vida”, reconectando a filosofia do mundo acadêmico “com a vida em tempo real” (p.6).

Algo curioso, no entanto, é a proposta de dinâmica do programa e seu princípio norteador. Tratar-se-ia de uma conversa entre indivíduos com diferentes formações e convicções para tratar de um tema em comum, mediada por um filósofo, o Pondé. Encerrada a conversa, os participantes teriam um tempo livre para refletir sobre as discussões. Por fim, voltariam para discutir acerca dos efeitos da conversa sobre suas convicções e valores. O projeto afirma que seria um momento para “rever as pessoas como na primeira cena da apresentação, mas com certeza, de alguma forma, transformados [...] em um nível mais elevado” (p.11).

Podemos observar que tanto um tipo de filosofia *pop*, mas afeita à análise experimental e crítica da sociedade, em oposição à outra tarefa *pop*, de diagnóstico e consolo, encontram-se com a terceira vertente na tentativa de encontrar sua legitimidade dentro da popularização por uma espécie de disputa e mútua derivação entre a academia e a vida cotidiana, entre o pensamento tradicional e a liberdade de pensar, entre a teoria como pura abstração e a prática como conhecimento senão eficaz, ao menos crítico e criativo. Tais modos de fazer filosofia, hoje, parecem carregar um gesto analítico ora denunciativo e ajuizador (o bem e o mal), ora propositivo e imperativo (faça isso ou aquilo), fundamentado em pressupostos tão evidentes e habituais — como liberdade do pensamento, democratização da linguagem, capacidade de revelar a verdadeira verdade e realidade — quanto insuspeitos e conflitantes entre si.

A popularização sob o olhar acadêmico

A temática da popularização da filosofia ou de sua relação com a cultura contemporânea tem sido igualmente objeto de alguns trabalhos acadêmicos. Vejamos.

Dos trabalhos que tratam da relação entre filosofia e cultura na contemporaneidade, Carlos João Nunes Correia (1995) e Marcos Carvalho Lopes (2011), mesmo em tempos e contextos diferentes, caracterizam a filosofia como um tipo de atividade e de conhecimento que está na base de toda sociedade, presente nos domínios da moral, do direito, da política ou da técnica e da ciência. Os autores elaboram argumentações semelhantes acerca da impopularidade da filosofia, cujo retorno ao interesse público teria se dado tão somente no século XX. Atribuindo-lhe tanto o propósito de procurar a essência e o imutável, como a tarefa de uma formação geral da população para os novos tempos flexíveis e instáveis, ambos os autores clamam pela necessidade de a filosofia se voltar para a experiência prática humana.

No caso de Correia (1995), é reforçado o “caráter eminentemente formativo” da filosofia como um exercício crítico voltado a “discutir, aprofundar e esclarecer as razões subjacentes às nossas crenças” e como um “modelo pedagógico necessário das sociedades vindouras” (p.42). No caso de Lopes (2011), o retorno da filosofia ao campo das discussões em torno das práticas humanas comuns deveria ocorrer pela substituição de uma filosofia “com letra maiúscula e sabor teológico” para outra com “letra minúscula e parte da cultura ordinária”, cuja tarefa “passaria a ser ajudar no processo de mudar nossas crenças e nossa forma de vida” (LOPES, 2011, p.46).

No que tange propriamente à popularização da filosofia, poucos autores detiveram-se na questão. Dentre eles, Tatiana Amendola Sanches (2011) e Paola Zordan (2006).

Para Sanches (2011), apesar da relação sempre intrínseca entre filosofia, cultura e população, é a partir do lançamento do livro de Gaarder que os olhos do mundo se voltam novamente para a filosofia como um conhecimento útil e acessível a todos.

Aliada à perspectiva da teoria crítica, a autora debruça-se sobre o fenômeno da popularização de modo a interpretá-lo como um efeito da pós-modernidade, de um mundo “em que antigas referências ligadas à religião, família e comunidade perdem a importância” (p.129). Em relação à filosofia, ela também estabelece a dicotomia entre banalização e senso crítico, este último visto como um caminho necessário “de disseminação e aproximação da filosofia a aspectos da vida comum e de práticas cotidianas das pessoas — passo inicial para o cultivo de novos meios de pensar, refletir e aprender” (p.125).

Para essa autora, tal processo só se efetivaria caso a população tivesse maior acesso à *cultura comum*, se todos fossem produtores de cultura e não apenas seus

receptores, o que se daria pela própria disseminação da cultura. Os meios de comunicação de massa, nesse sentido, *potencializariam a recepção ativa* da filosofia, convertendo os meios de informação e de entretenimento em “fonte de pedagogia cultural” (p.132).

Já o texto de Paola Zordan principia distinguindo duas denotações da noção de *popular*. De um lado, o sentido de *massa/vulgar* e, de outro, o de *multidão/anônimo*, este último indicando um caminho que a filosofia deveria seguir. Zordan afilia-se à teoria pós-crítica ou pós-estruturalista, valendo-se, mormente, de Deleuze como interlocutor. Ao longo do texto, a autora alia a sua concepção de filosofia popular à de arte, advogando em favor de uma relação necessária e indispensável entre ambas. Para tanto, toma a arte como uma prática que

subverte a opinião, aprofunda-a e a substitui pelo conceito; afinal, a arte é atividade criadora em sua essência. Daí sua extrema importância para a pop’filosofia, pois, é por meio da arte, que acontece a metamorfose do *factício* (2006, p.8).

O que chama atenção nos textos acima é o consenso em torno do necessário desencastelamento da filosofia, de modo que esta viesse a se tornar mais “uma voz na conversação da humanidade” (LOPES, 2011, p.47), uma prática cultural “a partir do ponto de vista da negociação de significados” (SANCHES, 2011, p.132), uma filosofia feita para o povo, própria do povo — uma “pop’filosofia: banalidade de um pensamento que cria e inventa uma vida” (ZORDAN, 2006, p.10).

Três outros trabalhos tratam das transformações e das relações da atividade filosófica num presente midiático: mais uma vez, é Charles Feitosa (2001), em um dos primeiros artigos brasileiros sobre o tema; a dissertação de Angelo Ricardo de Almeida Guarnieri (2005) e a tese de Marli Aparecida Pechula (2007).

Feitosa realizou uma análise do conceito de *filosofia pop*, originalmente articulado por Gilles Deleuze. Por uma espécie de distinção entre as duas atribuições que se dão ao conceito *pop* na cultura geral — uma de cunho alternativo, marginal, específico da década de 1960, e outra de cunho comercial, industrial, genérico, a partir da década de 1980 —, Feitosa, de modo parecido ao que fez Zordan, opta pelo primeiro, evidenciando que seria este o uso subversivo da tradição pelo *pop* que Deleuze gostaria de trazer à filosofia.

Valendo-se principalmente de Jürgen Habermas como interlocutor teórico, Guarnieri, por sua vez, desenvolveu um trabalho empírico sobre o tratamento oferecido à filosofia num jornal brasileiro entre 1994 e 2003. Envidando uma análise em termos

de *indústria cultural* e *autonomia do sujeito*, o autor procura diagnosticar a relação estabelecida entre filosofia e imprensa escrita, em consonância com os diferentes interesses econômicos, políticos e ideológicos que estão em jogo nessa relação. Segundo o autor, a filosofia

permanece viva no interior das páginas do jornal Folha de S. Paulo e mantém um diálogo com seus leitores, inclusive no que diz respeito aos objetivos precípuos, que são os de informar e formar a consciência de leitores afeitos à filosofia como prática acadêmica e no tocante à sua popularização (2005, p.157).

Já Pechula, apoiada numa espécie de discurso histórico-essencialista de uma filosofia originária da Antiguidade grega, analisa seu uso contemporâneo para fins clínicos e terapêuticos, identificando quatro abordagens específicas: Gerd Achenbach, na Alemanha; Marc Sautet, na França; Lou Marinoff, nos EUA; Lúcio Packter, no Brasil. Contudo, contrariando certos estudos contemporâneos relativos às diferentes finalidades da prática filosófica em sua emergência greco-romana, a autora assevera que haveria uma contradição entre a filosofia clássica grega, voltada para a educação política, e uma possível filosofia prática de cunho terapêutico, utilizada de maneira desviante da original.

Desta feita, ora orientados pela Escola de Frankfurt, pela fenomenologia, por filósofos pragmáticos ou da ciência, ora apoiados na tradição clássica da história da filosofia, ou mesmo na filosofia contemporânea, os autores versam, em uníssono, sobre o modo como o espraio da filosofia na cultura oscila entre a banalização do seu rigor e a necessidade de um cultivo, senão universal, ao menos local ou pessoal, de um senso crítico aguçado para interpretar o mundo à volta. Propagam-se palavras de ordem para a tarefa da filosofia, como *revolução*, *formação*, *construção* e *criação* de modos de vida, tecendo também diferentes alianças, seja com as ciências contemporâneas, seja com a pedagogia e com a arte. Assim, todos parecem apegar-se à premissa da filosofia como um bem cultural, como uma prática benéfica e imprescindível, cujos resultados, quando adequadamente alcançados, seriam sempre da ordem do desenvolvimento e da melhoria da condição humana.

Popularização, governamentalização, pedagogização: acerca da *expertise filosófica*

Ainda que seja possível argumentar contra a ou em favor de uma presumida *filosofia para as massas*, optamos pela problematização de sua popularização com um objetivo diferente do que, a nosso ver, se viu até o momento tanto no âmbito acadêmico quanto no jornalístico. Assim, não se trata, aqui, de perguntar se se trata de banalização ou proselitismo, se aquilo que se populariza é a *verdadeira* filosofia ou não — mesmo que ambos os juízos encontrem legitimidade na própria história da filosofia. De outro modo, o que nos interessa interrogar diz respeito aos jogos de veridicção/subjetivação que vêm sendo levados a cabo em nome da prática filosófica, bem como os efeitos governamentalizadores aí testemunhados.

Nesse sentido, convém esclarecer que optamos por nos distanciar de algumas abordagens que, dialogando com a teorização foucaultiana, compreendem a mídia como um dispositivo de controle e de alienação (LOPEZ; DITTRICH, 2004; HARA, 2007; RANOYA, 2009; GROHMANN, 2009/2010). Tendo em mente o fato de que nosso problema investigativo não reside no estatuto da mídia, mas nas investidas popularizadoras aí verificadas a título de trabalho filosófico, é possível admitir, a reboque do próprio Foucault (2008e), que a relação entre pensamento e mídia poderia ser compreendida, reservados seus tantos perigos, como campo de *direito ao saber* e de cultivo da *inquietação*, ou seja, espaço de mútua interpelação, de produção e de circulação de ideias, entendendo que, nessa relação, toma lugar toda sorte de estratégias ético-políticas.

De modo contrário à noção de mídia como falsificação ou manipulação, o problema que se apresenta à atualidade intelectual e comunicacional, então, seria o de multiplicar os “canais, as vias de acesso, os meios de informação, as redes de televisão e de rádio, os jornais” (p.304). As reclamações constantes contra os meios de comunicação e a própria cultura seriam queixas, no mínimo, *misantrópicas*. Face à abundância de coisas por saber, do que realmente se sofre? “De muito pouco”, responde Foucault: “de canais estreitos, afunilados, quase monopolistas, insuficientes” (p.304).

Isso não equivale a dizer, continua Foucault, que se deveria instalar uma “sociedade sábia” ou, em outras palavras, uma sociedade onde o conhecimento fosse a salvação. Contudo, “não deveria haver, por um lado, essa formação à qual nos submetemos e, por outro, essa informação à qual se é submisso” (p.305). Meios de comunicação, educação e pensamento não deveriam, segundo Foucault, ficar à mercê dos monopólios do conhecimento, dos meios oficiais de informação.

Julgamos, assim, que tal popularização faz coro com um processo distinto. Poderíamos designá-lo como donatário da *popularização dos saberes* ou, de outro modo, da *racionalização da experiência*, ambas atreladas à *governamentalização* da sociedade (FOUCAULT, 2000). Tendo em mente que a circulação e a discussão pública de ideias na modernidade datam do século XVIII, temos testemunhado, nos últimos três séculos, um acirramento dos jogos de governo de si e dos outros por meio dos saberes. Segundo Foucault,

com o final do absolutismo, o poder começou a ser exercido por meio da intervenção de um certo saber governamental, que abarca conhecimentos dos processos econômicos, sociais e demográficos. [...] As ciências políticas, econômicas, humanas passam por um verdadeiro renascimento, pois os dirigentes sabem que não se pode governar sem um saber. A qualidade do saber qualifica o governo (2011d, p.307).

A governamentalização do espaço social apregoada por Foucault descreve um conjunto de práticas em um determinado período histórico marcado por formas de governar os homens não mais a partir de um poder soberano, mas por relações específicas com a verdade. Trata-se de um mecanismo implacável dos jogos de (auto)governo, ligado à racionalização dos discursos políticos, morais e científicos sobre a vida; estes perpetram, por sua vez, uma atitude de sujeição, cujo fim seria a salvação daqueles que se conformassem a tais discursos. As artes de governar pela verdade, oriundas e difundidas pela pastoral cristã à época do início da modernidade, teriam se acomodado historicamente como práticas laicas de *direção de consciência* (2000, p.171).

Não obstante, tais jogos de governo de si e dos outros nos séculos XIX e XX — subsumidos na ação do que se conveniu designar *Estado do bem-estar social*, com sua preocupação com a saúde da população, sua educação etc. — vêm sofrendo deslocamentos nas últimas décadas. Segundo Nikolas Rose (1993), nas sociedades ditas liberais avançadas ou neoliberais, a proposição desses jogos não estaria mais exclusivamente a cargo do Estado, cujos abusos de autoridade foram duramente criticados ao longo do século XX, tanto pela esquerda quanto pela direita. Nas últimas décadas daquele século, viram-se transformar essas críticas em novas estratégias de governo aliadas aos já tradicionais modos de disciplinamento e de monitoramento, por meio de técnicas de “monetarização, mercadologização, aumento dos poderes dos consumidores, contabilidade financeira e auditorias” (p.295, tradução nossa).

O que salta à vista, segundo Rose, é uma espécie de transferência da autoridade de governar a vida para uma série de práticas não estatais, as quais vêm assumindo o papel de regulação da conduta humana — papel incorporado na figura dos *experts*. O que se vê aqui, então, é a autoridade sendo paulatinamente deslocada da esfera do Estado para um rol de especialistas sociais, os quais teriam a responsabilidade de instruir os cidadãos, fornecendo-lhes técnicas e conhecimentos variados para que eles próprios se responsabilizem pelo governo de si mesmos.

A popularização da filosofia como um espriamento ou uma variação das artes de direção de consciência por intermédio da mídia contemporânea pode, então, ser problematizada, a nosso ver, não em termos de ideologia ou manipulação, mas como uma luta perene na constituição de um tipo específico de sujeito-cidadão.

Daí que, pelo prisma da governamentalidade, tratar-se-ia, segundo Foucault, de situar as relações entre política e ética ou entre veridicção e subjetivação como um campo estratégico *móvel, transformável, reversível* (FOUCAULT, 2006a): incitação de condutas e não opressão das mesmas, portanto. Assim, uma análise dos mecanismos de governo da conduta por meio da relação entre discursos, valores morais e constituição de subjetividades evidenciaria os efeitos de poder que certa prática filosófica poderia produzir.

No caso das análises dos discursos midiáticos, foi possível detectar o fato de que ora eles examinam as questões mercadológicas (RODRIGUES, 2012), ora eles a reprovam (SILVA, 2011), ora promovem a utilidade da popularização da filosofia (FALCÃO, 2001; CARDOSO, 2008; SANTIAGO, 2011; CORDEIRO, 2012; FEITOSA, 2011), com certa predominância desta última abordagem, pela qual alguns autores distinguem qual seria a verdadeira filosofia, insinuando as razões para tal. As exceções residem nas considerações de Orichio (2006), Safatle (2006) e Gagnebin (*apud* AQUILES, 2012), os quais mantêm certa distância em relação ao que está em jogo nessas produções: uma análise da composição do cenário da popularização, na qual ensejam uma possível reconciliação entre pensamento erudito, paciente e rigoroso e as experiências cotidianas, de modo a não simplificar ou oferecer soluções rápidas aos problemas do presente, mas cultivar certa atitude crítica.

No caso das produções culturais, foi possível perceber a pronunciada diferença entre divulgação e popularização, já que as produções que elencamos como popularizadoras carregam consigo um apelo redentor, fazendo do pensar uma prática moralizante e prescritiva que se coaduna com os preceitos morais em voga.

Quanto aos discursos acadêmicos, desponta na maioria das vezes uma abordagem mais ajuizadora: ora a popularização é repreensível¹² (PECHULA, 2007), ora ela é legítima (FEITOSA, 2001; ZORDAN, 2006; LOPES, 2011; SANCHES, 2011). Claro está que cada autor busca atribuir legitimidade à filosofia próxima ao cotidiano como meio de defender determinados tipos de trabalhos filosóficos, sejam eles na forma de pedagogia cultural (SANCHES, 2011), de formação básica e indispensável para o futuro (LOPES, 2011) ou de um trabalho criativo e artístico (ZORDAN, 2006).

Tal defesa da legitimidade, que aparece tanto em certos artigos jornalísticos e acadêmicos como nas produções culturais notadamente popularizadoras, parece ignorar outra vertente da prática filosófica — não a eminentemente criadora ou transformadora, mas aquela que opera como desconstrução, suspensão de juízos, distanciamento analítico-crítico; a nosso ver, atitudes profícuas para a compreensão de nosso presente.

Essas iniciativas filosóficas acompanhadas dos termos como “popularização”, “populares” ou mesmo “pop”, parecem-nos voltadas principalmente para a acessibilidade da filosofia a partir de dois princípios: econômico e de linguagem. Segundo o primeiro, buscar-se-ia oferecer livros e obras de baixo custo; a acessibilidade de acordo com o segundo princípio visaria oferecer um conteúdo cuja linguagem não fosse especializada, excluindo termos extremamente técnicos, tendendo para uma abordagem pragmática. Tais condições da popularização deixam claras as tendências mercadológicas dessas iniciativas, como atestam Silva (2011), Rodrigues (2012) e Gagnebin (apud AQUILES, 2012), bem como indicam a proposta de uma forma de erudição leve e de ascese pessoal cotidiana. Um aporte pragmático com interesses econômicos, portanto.

Desta feita, seria forçoso reconhecer no advento da popularização da filosofia indícios inequívocos do processo de governamentalização social descrito por Foucault e atualizado por Rose. Ademais, talvez seja possível supor que a *expertise* do *como se deveria* viver redundaria no imperativo do *como se deve* governar a si mesmo. Exemplo disso é a iniciativa de filósofos como Alain de Botton, apresentada em matéria de 2012 da revista *Época*, em oferecer “textos de autoajuda leves e eruditos, repletos de referências aos grandes pensadores [para] nos ensinar a viver melhor” (VENTICINQUE, 2012, p.82). Evocando algumas variações de nomenclatura adotada

¹² Aqui, o artigo de Silva (2011) corrobora tal abordagem repreensiva, valendo-se, também ele, de uma retomada histórica clássica do que é a filosofia.

para esse tipo de literatura, como *lifestyle design* ou *psicologia aplicada*, a matéria apresenta uma nova coleção de livros, a cargo de especialistas de diferentes áreas e organizada pelo filósofo suíço. Intitulada *A escola da vida* — nome também de sua escola londrina de filosofia —, a coleção oferece títulos sugestivos que vão desde *Como encontrar o trabalho de sua vida* a *Como pensar mais sobre sexo*.

De modo geral, parece-nos que a singularidade dos discursos acerca da popularização apoia-se tanto na alegação de que a filosofia acadêmica estaria apartada da realidade cultural, quanto na descrição dessa mesma realidade como incerta e cambiante, para, em seguida, o discurso filosófico despontar como algo sólido e, portanto, benéfico. Em suma, uma lógica produtiva de *crise-salvação*, de viés utilitarista e supostamente democratizante.

Como vimos, essa parece ser o tom discursivo dominante, alardeado desde a mídia até a universidade. Nas publicações e aparições midiáticas aqui escrutinadas, salvo as exceções já apontadas, os filósofos passaram a figurar como atores sociais autorizados a emitir uma gama de juízos sobre os mais variados problemas sociais, analisando e prescrevendo condutas, ajuizando comportamentos pessoais, políticas públicas, educacionais etc.

Seria o caso, portanto, de, ao se problematizar a popularização da filosofia, conferir destaque à sua performatividade e, assim, fazer surgir suas singularidades. Tal performatividade, por conseguinte, finda por produzir um modo *pedagogizado* e *pedagogizante* de se apropriar do trabalho do pensamento. Mais especificamente, trata-se de um complexo discursivo que converte o discurso filosófico em matriz de experiências relacionadas a uma formação individual intensamente regulada, não obstante se proclame criativa, livre e global. Essa formação de si mesmo calca-se, assim, em certa concepção *psicopedagógica* do indivíduo como instância psicológica dotada de consciência autônoma e imbuída da responsabilidade de autocorreção, segundo os valores da época.

Algo semelhante parece ocorrer com outras práticas afins — com destaque para as práticas educacionais de timbre não formal — que, ao se espriarem para além das fronteiras das instituições que historicamente as delimitavam, vêm se convertendo em imperativos seculares de responsabilização e de ajustamento corretivo dos indivíduos por eles mesmos, a reboque das múltiplas diretrizes oferecidas pelos especialistas sociais. Segundo o pensador francês Jacques Rancière (2002), antecipando tais

implicações, a filosofia popularizada seria a repetição do “refrão midiático do cuidado de si no cotidiano”, inscrevendo-se

na infinidade de recomendações que nos fazem, em centenas de revistas e programas de TV, médicos, psicólogos, higienistas, nutricionistas e outros, para nos ensinar a cuidar bem de nosso eu e a viver harmoniosamente a vida (s.p).

Talvez não menos perigosas, como assevera Rancière, mas possivelmente menos aguerridas, as produções popularizadas da filosofia estariam, a seu modo, fomentando e reiterando alguns princípios ético-políticos dominantes da modernidade, tal como o projeto humanista de formação com vistas à autorrealização do sujeito de modo racional, autônomo e evolutivo, para quem, ao fim e ao cabo, estaria assegurada uma felicidade, outrora transcendente e teológica, agora terrena, cidadã, participativa etc.

Dito isso, convém lembrar que não se trata aqui de rechaçar o trabalho filosófico quando debruçado sobre questões *mundanas*. Ao contrário. Afiliamo-nos à concepção foucaultiana de filosofia como, estritamente, *atividade do pensamento sobre si mesmo* (2006b), segundo a qual este não teria “de ser procurado somente em formulações teóricas, como as da filosofia ou da ciência; ele pode e deve ser analisado em todas as maneiras de dizer, de fazer, de se conduzir” (FOUCAULT, 2014d, p.209).

Para Georges Canguilhem (1995), que exerceu grande influência sobre Foucault em sua formação acadêmica, a própria definição de filosofia evidencia sua relação com coisas alheias à sua realidade instituída: ela “é uma reflexão para a qual qualquer matéria estranha serve, ou diríamos mesmo para a qual só serve a matéria que lhe for estranha” (p.15).

O problema em tela reside, a nosso ver, no caráter do trabalho filosófico quando convertido em uma *expertise* ancorada num tipo de autoridade atribuída ao filósofo; a partir dessa atribuição, ele seria consagrado como farol de supostos valores morais, bem como de modos mais apropriados ou convenientes de interpretação do próprio presente. A filosofia e o filósofo popularizados passam a ter, então, sua atuação bem definida: aliando-se a práticas corretivas e terapêuticas, findam por exercer a função de pastores de uma tal *boa consciência*, na esteira da qual cidadania, democracia e formação continuada convertem-se em diretivas morais. Nos jogos contemporâneos de governo de si e dos outros, o filósofo desponta, então, como um especialista que deve incitar o sujeito a se adequar aos preceitos vigentes, sem questioná-los. Ao fazê-lo, converter-se-ia, parafraseando Foucault (2014c), em um mero *funcionário da verdade*.

Dáí o fato de o encontro entre filosofia e mídia levar-nos, hoje e mais uma vez, a indagar sobre o papel do intelectual-filósofo na sociedade, sem, contudo, pleitearmos qualquer espécie de gesto diretivo ou de selo de porta-voz de uma suposta essencialidade da filosofia e sua tarefa. Nessa perspectiva, intentamos, no presente texto, oferecer uma mirada sumária sobre os deslocamentos da atividade filosófica em meio ao contexto de midiaticização/pedagogização da sociedade com o propósito de tomar certa distância do nosso presente, logrando, quiçá, diagnosticar certas forças discursivas em jogo no presente, invisibilizadas que são por sua circulação e justificação constantes.

Segundo o próprio Foucault (2014a), o trabalho intelectual, resguardado seu raio de ação no interior de uma área específica de atuação, cujas lutas locais, no entanto, findariam por extrapolar seu campo de conhecimento, jamais deveria se avizinhar à moldagem da vontade política alheia, nem à prescrição de como se deveria viver. Ao contrário, seu trabalho seria,

através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (2006d, p.259).

Em tal contexto pedagógico-midiático, o papel do filósofo como intelectual, por sua vez, poderia restringir-se a não ser o juiz do verdadeiro e do falso, mas o investigador da relação entre o indivíduo e a verdade. Não uma filosofia soberana, mas uma “filosofia em atividade” (2008e, p.305): afastar-se, por uma série de esforços, daquilo que é adquirido como verdadeiro; deslocar e transformar os parâmetros pelos quais pensamos, modificando os valores recebidos e todo o trabalho que se faz para pensar de outra maneira. Seria preciso, então, acrescentar uma pergunta com implicações ético-políticas para o filósofo: “se esta é a relação que temos com a verdade, como devemos nos conduzir?” (p.306). O que está em jogo, aqui, é uma conjunção complexa entre pesquisas e movimentos sociais que põe em questão os modos como nos relacionamos com a verdade e a maneira que nos conduzimos eticamente a partir dela. Estar no cerne desse jogo seria a “própria vida da filosofia” (p.306).

Ora, sob o manto pragmático da popularização, a convocação, a difusão e a convivência de teorias, práticas e atores filosóficos tão díspares parecem convergir, numa tentativa paradoxal e explícita de festejo da multiplicidade e da diversidade democráticas, para um horizonte intelectual consensual e apaziguante, num mundo tido como incerto e em crise permanente. A filosofia e o filósofo popularizados, mesmo procurando identificar suas particularidades em meio a tantas outras práticas sociais para que, enfim, retomem sua alegada utilidade social, acabam por se confundir com essas mesmas práticas de timbre utilitarista. Destarte, tornam-se incapazes de se furtar à prescrição de valores morais, abrigoando-se na confortável condição de benesse formativa ou de *commodity* cultural de aspiração redentora.

Se, por um lado, o filósofo pop, dos romances, das colunas semanais, dos programas midiáticos e livros de preceitos customizados, aproxima-se do cotidiano das pessoas ao oferecer fórmulas de (auto)governo como exercício de liberdade cívica, por outro, ele findaria por arrefecer a tarefa crítica inerente ao gesto analítico (FOUCAULT, 2000). Até aqui, os discursos filosóficos popularizados, a despeito de terem o presente como seu problema analítico e, concomitantemente, seu foco de atuação, dirigem-se a ele mais como um terreno fértil para semear verdades inexoráveis do que como um solo minado por certezas frágeis e, no limite, disparatadas. Na ânsia de assegurar um controle utópico sobre o viver, embota-se a capacidade do pensamento de se impacientar consigo próprio, relegando o trabalho crítico e criativo à condição de pastor ordeiro de uma vida. Esta, no entanto, reluta intempestiva, insuspeita, impopular.

Reproblematizando: a função pública do filósofo na mídia

Após embrenharmo-nos nas variadas formas popularizadas de fazer filosofia, foi-nos possível perceber que os artefatos e os atores correlacionados à popularização são múltiplos, difusos e relacionam-se uns com os outros, seja para associarem-se, seja para recusarem-se. Podemos conjecturar, agora, que nesse processo de popularização atuam forças e interesses tão diversos politicamente quanto longínquos cronologicamente. Tal processo envolve, por exemplo, interesses econômicos, valores morais, preceitos pragmáticos, estabelecendo alianças com tantas outras práticas sociais quanto possíveis, como a arte, a psicanálise, o empreendedorismo e a pedagogia moderna. Em última instância, a popularização da filosofia significaria, então, pôr em jogo determinados modos de pensar, tornar operatórios regimes de inteligibilidades para

a interpretação e a intervenção na realidade. É fazer vingar um modo de ver e pensar o mundo.

Antes de figurar de modo antagônico em relação às práticas de ensino de filosofia nas universidades, a popularização acarreta, a nosso ver, um acirramento dos efeitos normativos que podem ser observados na academia, nas filosofias engajadas teoricamente ou naquelas que atribuem a si próprias a tarefa de descoberta de verdades universais.

É possível ver, assim, o filósofo contemporâneo entrincheirado. Não só pela Universidade, mas pela própria circulação bibliográfica e midiática; entrincheirado, diríamos até, pela própria demanda de uma população por orientação e respostas aos seus problemas, dada a tamanha visibilidade que sua atividade angariou nas últimas décadas. Exercendo esse papel de defender, posicionar-se e de argumentar sobre alguma teoria ou acontecimento em um veículo midiático, o trabalho do filósofo vê-se atravessado por todas essas vertentes da popularização de sua atividade: os contra e os a favor, os acadêmicos, os pop, os terapeutas etc.

Disseminado como mais um especialista social na trama dos saberes e afazeres cotidianos, o filósofo participa, impreterivelmente, do jogo da condução de conduta. Algo como uma *expertise* filosófica desponta na atualidade. Seria necessário, então, prosseguir em nossa análise de modo a destrinchar as atividades dos filósofos a fim de melhor vislumbrar as relações entre veridicção e subjetivação que tal *expertise* suscita.

Vale destacar, contudo, que a maioria das vertentes da popularização da filosofia, analisadas neste capítulo, encontra lugar na mídia em geral. É claro que não iremos ver professores de filosofia contrários à popularização fazendo programas de TV temáticos sobre dado assunto. Contudo, observamos muitos deles divulgando sua obra, fazendo resenhas sobre outros livros, tratando de assuntos temáticos, históricos e conceituais que se referem à publicação de algum livro ou à efeméride de algum autor ou acontecimento. Muitos deles, aliás, publicam sua opinião sobre um dado assunto quando seu conhecimento é solicitado, desempenhando um papel de intelectual público.

Se o nosso problema está voltado para rever o papel do pensador ante seu presente, seria o caso de estudarmos mais detidamente *como* tais forças se configuram para subjetivar a atuação do filósofo: quais seriam as estratégias discursivas, entre objetos, conceitos, temas, teorias e modos de enunciação, que estão em voga na atuação do filósofo quando este aparece na mídia?

Relembremos que não se pretende ver tal jogo pela abordagem coercitiva, a partir dos pares poder/resistência, dominação/libertação. Tais dualidades camuflam um estudo positivo dos procedimentos que descrevem, definem, conformam, excluem, criam etc. os sujeitos, suas formas de relação com os outros, seus modos de ver, dizer e viver o mundo. Nossa tentativa é a de vislumbrar a atividade filosófica por meio da materialidade mesma da luta de forças do pensamento, em meio ao teatro de suas verdades. Não pressupomos que por trás destas haveria um impulso ao conhecimento, suposto pai de toda filosofia,

mas sim que um outro impulso, nesse ponto e em outros, tenha se utilizado do conhecimento (e do desconhecimento!) como um simples instrumento. [...] todo impulso ambiciona dominar: e *portanto* procura filosofar (NIETZSCHE, 2006b, p.12-13).

Tal como em Nietzsche, trata-se de uma problematização do filósofo e/ou do pensador atual por meio do jogo de impulsos, valores e interesses variados que rondam a sua tarefa mais eminente: a de pensar e escrever sobre o mundo — sobre *seu* mundo e o dos outros, tanto para si quanto para os outros.

Nossa intenção, agora, será a de vislumbrar a relação entre o filósofo e a mídia, a partir das revistas culturais. Mais detidamente, concentrar-nos-emos no desempenho do filósofo como intelectual público a partir do modo como ele analisa o presente. Ver-se-á que tal atividade tampouco é homogênea ou mesmo constante.

No próximo capítulo justificaremos e descreveremos a empiria eleita para o nosso trabalho — uma publicação que estaria próxima do estrato (para)didático —, bem como apresentaremos o método com o qual nos inspiramos para analisá-la. O capítulo está dividido em duas grandes seções: a primeira trata da apresentação, da justificativa e da descrição do método; a segunda trata da apresentação e da descrição da revista, aportando na análise das intervenções dos filósofos.

III. FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FILOSÓFICO: PARA UMA ARQUEOLOGIA DOS ENUNCIADOS DE FILÓSOFOS NA REVISTA *CULT* (1997-2013)

Tudo o que sei sobre método é que quando eu não estou trabalhando, às vezes penso que sei alguma coisa, mas quando estou trabalhando, é bastante claro que nada sei.

John Cage

A despeito de termos conjecturado acerca de certa *expertise* filosófica no cenário sociocultural brasileiro, falta-nos ainda pôr à prova nossa hipótese — a saber, a tendência da psicopedagogização da filosofia quando de sua popularização — em um terreno tanto mais conciso quanto menos difuso. Isso por julgarmos que o problema não é tanto a plataforma material onde ela ocorre, nem tampouco o fenômeno da popularização em si. Parece-nos que a argumentação acerca da popularização, bem como algumas das produções culturais analisadas, dispõe valores morais e códigos de conduta no interior de jogos de forças e entre interpretações de mundo. Além disso, ela exemplifica um flanco de práticas que difundem e apregoam certo modo de pensamento corretivo/adaptativo ou mesmo denunciador/ajuizador.

O fato de, nas últimas décadas, termos constatado uma popularização da filosofia com certa configuração difusa de sua prática impele-nos, por prudência, a indagar: será que tal *expertise* se resumiria ao campo das produções próprias ao que nomeamos “popularização”? Seria conveniente imaginar que tal configuração pudesse ser algo generalizado, homogêneo e espreado em todas as diferentes produções culturais? Tanto os filósofos que produziram algo da ordem de uma filosofia popularizada, como os filósofos contrários ou distantes das práticas que aligeiram a filosofia, tomam parte desse movimento mais geral, mais difundido, que é o da intervenção dos filósofos na mídia. Nossa análise, portanto, passaria a não mais indagar pelas produções e práticas popularizantes, mas pelo que vem sendo feito pelos filósofos em suas aparições midiáticas. Um problema que residiria, agora, em algo como *a função pública do filósofo*, imanente aos seus escritos.

Como nossa intenção não é ajuizar ou mesmo denunciar, é-nos importante conjecturar quais seriam, entre as distinções que fizemos acerca das produções de divulgação e de popularização, as possíveis semelhanças e diferenças, quais seriam as

prováveis intercessões entre esses modos de abordagem da filosofia, ponderando sobre as fronteiras frágeis dessa distinção um tanto lacônica que propusemos. Em última instância, seria o caso de averiguarmos o que tais filósofos têm escrito na mídia quando não pretenderam, estritamente, popularizar a prática sob sua alçada.

Se há uma espécie de configuração discursiva aliançando pedagogia e saberes “psi” no discurso filosófico — caracterizando-se como uma espécie de *expertise* filosófica, de cunho formativo, corretivo e moralizante, almejando certa melhoria do ser humano —, competir-nos-ia aprofundar tal hipótese a partir da análise de textos pertencentes a um dos estratos mais espreitados segundo nossa categorização: o estrato assim definido como *(para)didático*, no qual filosofia, educação e informação parecem se confundir.

Duas razões nos levaram a tal escolha. A primeira razão reside na consideração desse estrato — que contempla os livros paradidáticos, os guias propedêuticos e as revistas culturais e específicas — como um cruzamento entre as práticas educacionais e informacionais. Nessas publicações, continuamente vemos investimentos intelectuais, políticos e econômicos na elaboração de discursos que circulam acerca da sociedade, por meio dos quais diversos especialistas enunciam juízos, análises e pareceres sobre os mais variados assuntos. Tal cruzamento nos é importante pela relação intrínseca que, em nossa sociedade, se instituiu entre informação e conhecimento, entre educação e cultura. Tal relação sugere o espraio das práticas educacionais, nomeadas como *não formais*, pois não estariam mais restritas às instituições propriamente pedagógicas, mas dariam forma a todo tipo de instituição e produtos culturais.

Uma segunda razão seria a emergente relação que se estabeleceu, desde a modernidade ocidental, entre filosofia e jornalismo (FOUCAULT, 2000; 2010e). Época de efervescência política e filosófica, da aparição da prensa gráfica de Gutemberg e da *Enciclopédia* dos iluministas, da circulação de panfletos e novelas filosóficas em folhetins, da possibilidade do debate público de ideias. Como exemplo, destacaram-se as produções híbridas de filósofos que flertavam com o teatro e com a literatura, bem como o célebre texto de Immanuel Kant e o debate em torno do conceito de *esclarecimento* (FOUCAULT, 2010c). Nessa época há uma relação nebulosa entre jornalismo e filosofia, que gira em torno da produção, da difusão e da reflexão pela qual o pensamento ocupa-se dos seus limites e de sua função no tempo presente, e não mais apenas dos universais e de sua história. É nessa relação que os contornos do papel dos intelectuais modernos se constituíram: profissionais de algum campo do conhecimento

emitindo opiniões sobre algum assunto de interesse geral, muitas vezes distinto de seu próprio campo de atuação. Dito isso, as publicações no campo dos (para)didáticos, mais ou menos regulares, acarretam, pelas aparições de filósofos que escrevem nelas, um pensamento não estacionário, mas ativo, pois tratam geralmente de algum assunto relativo ao tempo presente — este, tão caro à discussão em pauta e a nós mesmos, que, por ora, escrevemos.

Dessa maneira, no interior desse estrato, o que nos interessou foram as revistas culturais mais afeitas à divulgação e ao debate de ideais e temas não específicos ao campo da filosofia.

Se tomamos como marco histórico para a popularização da filosofia num âmbito internacional o ano de 1991, com a publicação do livro *O mundo de Sofia*, de Jostein Gaardner, para o Brasil, estipulamos que o marco histórico adequado seria o ano de 1997, anterior aos discursos sobre a popularização (que começam a surgir por volta do ano 2000) e bem anterior às publicações especializadas em filosofia. Nessa época em que consolidava-se a democracia brasileira e fortalecia-se a discursividade neoliberal nos domínios da economia, da política e do social, viram-se despontar algumas das principais revistas de cultura brasileiras pós-ditadura: *CarosAmigos*, *Bravo!* e *CULT*.

A *CarosAmigos*, publicada pela Editora Casa Amarela, teve seu lançamento em abril de 1997 e ainda circula mensalmente. A *Bravo!* foi publicada pela Editora D'Ávila entre outubro de 1997 e fevereiro de 2004, e pela Editora Abril entre março de 2004 e julho de 2013, quando encerrou suas atividades. Assim como neste último caso, pode-se dizer que a história da revista *CULT* também divide-se em dois momentos. O primeiro momento, de julho de 1997 a abril de 2002, esteve sob a direção da Editora Lemos e seu subtítulo era *Revista Brasileira de Literatura*. Nela, o privilégio dado à literatura era evidente. Em maio de 2002, a Editora 17, de propriedade de Daysi Bregantini, adquiriu a revista, que passou a ter o subtítulo *Revista Brasileira de Cultura*, ampliando a abrangência dos conteúdos vinculados. A partir de 2005, a Editora 17 é renomeada como Editora Bregantini. Apesar de não serem dedicadas exclusivamente à filosofia, essas três revistas culturais visam (ou visavam) a um debate acerca da realidade cultural, veiculando matérias e artigos sobre e/ou de filósofos. Dito isso, algumas razões nortearam nossa escolha por uma revista cultural como a *CULT*.

Primeiramente, as revistas culturais ou revistas de cultura vêm sendo, no Brasil, lócus de produção intelectual e crítica cultural desde o Estado Novo, na década de 1930. No entanto, apenas após os anos de chumbo do regime militar, pós-1988, é que o

cenário do que é chamado de *jornalismo cultural* vem tomando corpo na realidade brasileira. Em jornais, sites e revistas especializadas, a reflexão sobre o que é dito como cultura ou, de modo geral, os debates sobre as práticas, os hábitos, os valores e as produções técnico-intelectuais vêm ocupando cada vez mais espaço. A própria ideia de *cultura de massa* ou de *indústria cultural*, cunhadas por Theodor Adorno e Max Horkheimer, apontam para a proeminência do tema como um grande vetor de processos. Segundo nossa perspectiva, não de alienação, mas de subjetivação das condutas sociais. Com reportagens que pretendem maximizar as informações e ampliar o espectro de sua abrangência, bem como dinamizar o acesso, a quantidade e o tempo de leitura, o jornalismo cultural parece tomar parte de um processo social entendido como *pedagogia cultural* (SANCHES, 2011).

Em segundo lugar, as revistas culturais têm, em sua maioria, tanto o público leigo como certo público especializado como alvo, cujos interesses são diversificados. Assim, vale reafirmar que essas revistas vêm preencher um nicho não apenas mercadológico, mas também pedagógico, suscitado pelo eminente avanço das práticas não formais de educação. Nesse sentido, a ação dos filósofos — o que escrevem, divulgam e propõem — está ligada não à especificidade do público-alvo, mas à formação dessa diversidade. Ou seja, obtém-se assim um maior alcance de seus conteúdos aliando uma concepção pedagógica ao entretenimento e à informação.

A terceira razão: não importando se elas são de fato lidas ou não, as revistas culturais são respostas tanto a demandas sociais de caráter geral quanto a demandas de uma parcela da sociedade, a dos intelectuais. Uma das consequências disso é que elas só sobrevivem quando o público as compra. As mudanças editoriais, as reportagens, a mudança de imagem, identidade, seções, enfim, são como um termômetro do desejo do público, evidenciando, muitas vezes, a que respondem as práticas filosóficas quando inseridas no mercado editorial. Tal dinâmica da produção de uma revista em todos os seus âmbitos evidencia também os efeitos de tais mudanças nas demandas do público em relação à filosofia — o que o público quer da filosofia? Se algo muda, é para agradar o público; se ainda está em circulação, é porque agrada ao público. Interessam-nos tais implicações.

A quarta razão, no caso da escolha da *CULT*, refere-se à formação de seu corpo editorial. Por alguns anos, ele possuiu uma diversidade de atores sociais, como o atual superintendente do Museu da Língua Portuguesa, Antonio Carlos Sartini, que, à época de sua ligação com a revista, ocupava cargos públicos vinculados à cultura; a socialite e

ex-proprietária das lojas Mappin, Cosette Alves; o diretor cultural do SESC-SP, Danilo Miranda; o crítico literário e professor aposentado da USP, João Alexandre Barbosa; o professor e filósofo Mario Sergio Cortella; e a agitadora cultural e esposa do político José Serra, Monica Allende Serra. Afinada em certa medida com os discursos teórico-filosóficos, desde 2003 a revista nunca deixou de ter seções especiais voltadas à filosofia e sempre contou com diretores editoriais ou colunistas filósofos.

Apesar de revistas como a *Bravo!* ou mesmo a *Filosofia Ciência & Vida* possuírem grandes tiragens e serem, elas mesmas, veículos de divulgação e/ou popularização da filosofia, queremos nos aproximar dos momentos anteriores a esse alegado momento de popularização, começando desde a fundação da revista *CULT*, em 1997, até os dias de hoje, para analisar o processo de emergência e dispersão dos discursos e temas filosóficos, bem como analisar as características e as mudanças em torno das inserções dos filósofos na revista.

Iremos nos ocupar de todas suas edições até dezembro de 2013, contabilizando 186 fascículos. Ela é agora, após a extinção da *Bravo!*, uma das revistas de cultura de maior tiragem no Brasil, com um número aproximado de 35.000 exemplares. É considerada, segundo o site da publicação, “a mais inteligente revista de cultura do Brasil”, sendo assinada por praticamente “todas as universidades e bibliotecas do país” (REVISTA CULT, 2015).

De largada, admitamos: o estudo dos escritos de filósofos na *CULT* é apenas uma amostra, imprecisa, por certo, das atividades dos filósofos. A análise dessa amostra, contudo, tem por finalidade uma visão microscópica, como se olhássemos pelo *buraco de uma agulha* (FOUCAULT, 2010c) a relação que se estabelece entre filosofia, educação e sociedade e, nessa relação, o par veridicção/subjetivação. Que fique clara nossa intenção de não totalizar ou acreditar numa verdade abrangente e totalizante, não obstante concreta, a respeito do que aqui se configurou. Nenhuma das enunciações que aqui se desenredam terá como finalidade o arremate do assunto; antes, tão somente seu desenlace.

De tal modo, antes de imergirmos na análise propriamente dita, cabe-nos argumentar acerca da escolha de nossa metodologia de trabalho, seus atributos e contribuições para a presente investigação.

III.a. O método em questão: a arqueologia como atividade histórico-política

Como peixes num aquário. Esta é a celebre tradução possível, oferecida pelo historiador e parceiro intelectual de Foucault, Paul Veyne (2009), para descrever os indivíduos encerrados em seus próprios discursos em uma dada época. Aqueles ignorariam muitas vezes a existência contingencial destes, dissimulados por uma traiçoeira familiaridade que beira à transparência.

Nossa experiência não consegue discordar de Veyne: os discursos que nos rodeiam passam por verdadeiros para nós, seus coetâneos. Somente as transformações no decorrer do tempo permitir-nos-iam entrever que geralmente falamos “conforme o que se admite ser verdade”; as mesmas verdades que poderiam nos fazer “sorrir um século mais tarde” (p.19).

Os discursos para os indivíduos seriam, então, como lentes através das quais, em cada época, “os homens tiveram a percepção de todas as coisas, pensaram e agiram” (p.33). Eles não teriam como função alienar ou mentir para o indivíduo acerca de sua realidade, dado que a própria realidade é ela mesma vista, interpretada e constituída por determinados discursos, sejam os dos dominantes quanto os dos dominados.

Obcecado pelo fato de as palavras em forma de discursos existirem e de continuarem a circular e a exercer certas funções em nossa realidade, tanto no ato de sua emissão como passados muitos séculos depois de seu aparecimento, Foucault afirma ter se debruçado, por via de regra, sobre o que chamou ora de *regimes de verdade* ou *economia política da verdade* (2014a), ora de *política de verdade* (2000). De toda maneira, tal regime político-econômico dos discursos consiste nos modos pelos quais uma sociedade define, em uma dada época,

os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto dos que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (2014a, p.33).

Em oposição à crença de uma verdade transcendente, sem história, como prêmio ou promessa para poucos, os discursos verdadeiros ou as formas de veridicção passam a ser compreendidas como um arranjo instável e complexo de imposições, retóricas, imagens, desejos que produzem e organizam o modo como sentimos, pensamos e vivemos. Estabelecer a relação entre verdade e subjetividade dessa maneira é evidenciar

as relações reversíveis entre desejo e inteligibilidade como alvos de disputas e embates que compreendem numerosas configurações de forças, as quais, por fim, consubstanciam-se nas *experiências* possíveis de um indivíduo.

Dada a relação imanente entre verdade/subjetividade, ao modo foucaultiano, também somos assolados por certo espanto em face de uma massa discursiva que se acumula sob nossos pés; por um espanto diante da existência de discursos que circulam, combinam-se, desaparecem e subsistem no interior das relações sociais, ora passando despercebidos, ora discutidos até a exaustão, invisibilizados que estão por sua notável propagação ou enaltecidos como possíveis interpretações indiscutíveis e obrigatórias sobre o homem e o mundo. Tal circulação diuturna dos discursos não passa incólume em nossa existência. Foucault teria dito que, em certo sentido, “não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...” (FOUCAULT, 2010b, p.258).

Para organizar e descrever nossa massa discursiva produzida sob o bastião da filosofia inspiramo-nos na atividade da *arqueogenealogia*, tributária das análises nietzschianas, e empregada e desenvolvida por Foucault ao largo de sua obra. De modo mais específico, nosso gesto metodológico-analítico aprofundou-se nas preocupações deflagradas pela atividade propriamente arqueológica, tal como Foucault a apresentou ao longo de alguns escritos até os meados da década 1970 (em ordem cronológica da publicação original: 1967/2008b; 1968/2010d; 1969/2009a; 1969/2008c; 1969/2014b; 1974/2003, 1978/2010b). Já em 1966, Foucault (2008a) afirmava que o filósofo poderia desempenhar o *papel de arqueólogo*, que “estuda o espaço no qual se desdobra o pensamento, assim como as condições desse pensamento, seu modo de constituição” (p.35). Ora de modo prospectivo, ora de modo retrospectivo, tal noção foi se compondo como uma *atividade histórico-política* (2003), cuja forma de análise histórica dos discursos implicava questionamentos políticos para o tempo presente. O desígnio dessa atividade resumia-se, por assim dizer, a apenas um: *saber o que somos hoje*.

Para delimitar melhor o modo como nos apropriamos dessa atividade, precisamos demarcá-la em relação às diferentes teorias e metodologias de trabalho com as quais concorria a empreitada foucaultiana à sua época.

A princípio, adotamos a arqueologia como não sendo efetivamente uma história, ao menos, tal como era praticada por diferentes vertentes clássicas no século XX. Ela não procuraria determinar longos períodos, os equilíbrios estáveis, os processos irreversíveis, os movimentos de acumulação e de saturação lentos, características, por exemplo, de uma história feita pela Escola dos *Annales* ou de uma história das

mentalidades. A atividade arqueológica também se diferenciaria do que se conveniu chamar *história das ideias*, apesar de ter contado com suas contribuições. Esse tipo de análise histórica, de modo conciso, caracterizava-se mais pela descrição dos fenômenos de rupturas, com uma atenção aos atos e limiares epistemológicos, aos deslocamentos e transformações, às escalas micro e macroscópicas. A arqueologia foucaultiana, ainda, manteve-se apartada tanto de uma possível epistemologia histórica, quanto das análises internas da estrutura, por exemplo, de uma ciência ou de um texto literário.

Nas palavras de Frédéric Gros (2012), o cenário intelectual desde o final do século XIX estava dominado pela fenomenologia e pelo marxismo. Com seus anos de formação sob tal égide, Foucault confeccionou suas pesquisas a partir dos limites próprios de cada corrente:

limite da fenomenologia, baseada no mito de uma subjetividade originária e constituinte, incapaz de dar conta dos sistemas significantes na complexidade ordenada e rigorosa de suas articulações; limite, enfim, do marxismo, cujos protestos humanistas escondiam mal a realidade sombria dos regimes comunistas (p.318).

Poder-se-ia dizer, além disso, que no marxismo, talvez a teoria que mais fez frente às pesquisas foucaultianas, subsistiam ainda noções fundamentais a toda filosofia: o sujeito e a verdade como noções a-históricas. Caso quisesse escapar aos ditames de tais filosofias, seria precisar aproximar-se ou da filosófica analítica, tradição anglo-saxônica de estudos linguísticos, ou corroborar com as análises propostas em termos de estruturas, característica do estruturalismo — ambos, no entanto, comprometidos com noções distantes de uma historicidade. É nesse sentido, segundo Gros, que Foucault aproximou-se dos estudos filosóficos tributários de Nietzsche, que se voltavam para a história como campo fértil de problematização para se desembaraçar de universais dogmatizantes. Para Foucault, seria o caso de praticar uma análise do sujeito que não estaria dissociada da história e de suas práticas de transformação.

Desse modo, a relação da arqueologia com a prática da história se daria, por um lado, pela recusa desses expedientes, descrevendo os discursos não como grandes unidades homogêneas contínuas e coerentes entre si, mas fazendo surgir as relações de *implicação*, de *oposição*, de *exclusão* entre eles (2008b). Por outro lado, ela se fez possível por uma reelaboração de algumas das principais noções que compõem esses tipos de investigação (2009a): a abordagem ao *documento*; as noções de *continuidade* e de *descontinuidade*; e os temas ligados a uma *concepção antropocêntrica* da história.

Primeiro, a noção de documento. Foucault realiza uma crítica ao modo como a história interroga os documentos: não mais como rastros de uma memória trazida à vida, mas como *monumentos* a serem descritos em sua materialidade e multiplicidade de inscrições, desde as canônicas às consideradas não nobres (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, técnicas, objetos, regulamentos, costumes etc.). Não se trataria de interpretá-los ou de determinar se dizem a verdade ou qual seria o seu valor expressivo, mas trabalhá-los e elaborá-los no sentido de conferir-lhes uma organização e um recorte próprios, decompondo-os e reagrupando-os de acordo com critérios metodológicos convenientes ao problema de investigação. A intenção geral dessa abordagem seria, afinal, a de *desmonumentalizar* os documentos: a um só tempo, de forma independente e levando em conta a sua função à época, trata-se de atribuir aos documentos um *status* singular dentro de uma dada sociedade.

Em seguida, as noções de continuidade e descontinuidade. Noções antagônicas e igualmente relevantes, pois levam em conta a complexidade de relações entre os diferentes discursos que comporiam uma série documental. Por meio delas, duas categorias estruturantes das análises históricas clássicas são postas em questão: a de teleologia e de unidade. No primeiro caso, abandona-se a suposição de que as análises históricas precisariam indicar um caminho evolutivo, um fio condutor progressivo apontando uma finalidade das transformações históricas. Em oposição a isso, tratar-se-ia a história como uma série de transformações, tão somente. No segundo caso, as unidades de análise canonizadas pelas ciências humanas (como filosofia, economia, medicina, livro, obra, autor etc.) são decompostas de acordo com outras categorias, evidenciando as possíveis continuidades e descontinuidades de elementos que compõem uma série documental. Tal procedimento colocaria em primeiro plano a autoridade e a arbitrariedade dos discursos: no nosso caso, não se falará mais em filosofia para lhe atribuir certo *status* ao que é dito, mas se evidenciarão as *condições de existência* para que tal e tal coisa seja dita sob a alcunha, por exemplo, de filosofia.

Por último, pela descrição arqueológica não se pretende fazer falar um sujeito histórico, cuja caracterização ora se dá por um protagonismo onipresente na história, ora por uma passividade excludente dos processos de transformação. Na primeira, uma subjetividade unitária garantiria à história seu sentido evolutivo. Na segunda, o sujeito estaria à mercê de um processo no qual é vítima de instâncias exteriores a ele. Nesse sentido, a análise em termos arqueológicos libertaria a história dos temas ligados a certo *antropologismo* ou superaria sua concepção antropocêntrica.

O indivíduo como um objeto transcendental e sua história como uma teleologia fundamental estariam na base de todo o projeto do humanismo moderno. Logo, Nas palavras da historiadora Margareth Rago (1993), o problema geral de Foucault em relação ao fazer histórico era o de “dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente” (p.135), não buscando “reencontrar as raízes de nossa identidade” ou o “destino da continuidade histórica que permite nos explicar a nós mesmos no presente” (p.139). Dito de outro modo, como sustenta o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2004), fazer história ao modo foucaultiano assemelhar-se-ia a compreender tanto o desenrolar dos acontecimentos quanto sua própria análise como um *jogo* ou uma *luta* de interpretações e ficções sobre nós e o mundo, por meio dos quais não se buscaria reconstituir a identidade de um objeto, de um acontecimento ou de um indivíduo, mas pensarmos e nos colocarmos no interior de todas

as peripécias dos corpos, a análise do que eles fazem e de como explicam o que fazem, a descrição de suas atuações, deslocamentos, fraturas, indisposições, choques, atrações, desejos, seduções. São os corpos pensados como documentos, como pergaminhos em que vêm se escrever e inscrever as memórias das múltiplas experiências que vivenciamos (p.92).

É por conta de tais recusas e reelaborações da relação com a história que não devemos associar a arqueologia praticada por Foucault com sua definição etimológica, a qual remete ao termo *arché* — do grego, origem, princípio etc. Assim, a arqueologia não teria parentesco com a genealogia como um estudo dos começos e das sucessões, “começo no sentido da origem primeira, do fundamento a partir do qual todo o resto seria possível” (FOUCAULT, 2008c, p.146). Ela tampouco teria parentesco com uma geologia e a escavação dos *subsolos* dos discursos, linguísticos ou semânticos, com a qual se estudaria as “relações que seriam secretas, escondidas, mais silenciosas ou mais profundas do que a consciência dos homens” (p.146). Em poucas palavras, a arqueologia não é absolutamente uma análise do discurso pela “descoberta de um começo ou a exposição à luz das ossadas do passado” (2014b, p.52).

A atividade arqueológica interessa-se, então, mais pela *superfície* e a *exterioridade* dos discursos, tentando “tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (2008c, p.146). Ela debruça-se sobre a materialidade discursiva no sentido mais amplo: tanto pelas relações de superfície entre seus elementos — como os objetos, os conceitos, os temas e as teorias —, quanto pelas suas

relações de exterioridade, “em que se pode relacioná-lo com outros estratos, de práticas, de instituições, de relações sociais, políticas, etc.” (2008b, p.67).

A partir dessas demarcações, então, é-nos possível resumir o objetivo da análise da arqueologia como o estabelecimento de certo número de relações, a partir de documentos, entre os acontecimentos discursivos e outros tipos de acontecimentos. Em poucas palavras, a arqueologia seria a *descrição da existência acumulada de discursos* que Foucault conveniou chamar de *arquivo* (em ordem cronológica, 2008b; 2010d; 2008c; 2014b).

Por arquivo, pode-se compreender o conjunto de regras de uma massa verbal fabricada pelos homens, investida por suas técnicas e suas instituições e tecida com sua existência e sua história (2014b). É o que foi possível dizer em tal e tal época e que permitiria entrever certas regularidades nas relações complexas e móveis entre as coisas ditas e as outras práticas sociais. Ditos que, por sua vez, não estão presos ou mortos nos documentos históricos, mas que persistem e continuam a funcionar e a se transformar “através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos” (2008c).

Os documentos como arquivo continuam a operar em nosso tempo porque o próprio pesquisador também os traz à vida conforme seu recorte, sua problematização, seus fins. Não é uma questão de parcialidade ou manipulação, mas de ensejar um trabalho analítico-crítico que relegue aos discursos sua importância como um acontecimento sempre singular, complexo e, no limite, indecifrável — sem lhes conceder a verdade última ou a totalidade do seu tempo; não uma resposta para o presente, mas a materialização da vitalidade de um gesto. É a entrada dos discursos na história do homem, atentando para o fato de que “alguém disse alguma coisa em um dado momento”, ao passo que se busca abarcar “a função que se pode atribuir [aos discursos] uma vez que essa coisa foi dita naquele momento” (2010b, p.255).

Ao constituirmos um dado arquivo como objeto de análise, recortando-o com um problema, delimitando-o em suas diferentes relações, configurando-o em seus elementos e categorias próprias, não nos valemos dele a fim de ofertar modelos ou exemplos de práticas ou ideias para o presente. Tampouco ele seria útil para averiguarmos o que foi pensado ou vivido em dada época, inquirida por procedimentos que nos remeteriam ao encontro de uma verdade essencial depositada numa memória autêntica, pois registrada.

A arqueologia como uma atividade histórica e política, tratando de um conjunto de discursos como arquivo, poderia servir à política na medida em que se investigam as

bases, as condições, as continuidades e os deslocamentos dos regimes de verdade ligados a certos sistemas de poder que, por sua vez, são investidos por ao mesmo tempo em que investem modos de pensamento e de vida. Indagar e decompor as configurações desses regimes enquanto acontecimentos discursivos é a atividade mais próxima de uma positividade analítico-científica que dê conta de abarcar as possibilidades de transformação do que somos e pensamos. Precisamente em função disso, a arqueologia, não se baseando na analogia utilitarista e anacrônica entre o passado e o presente, pode definir “objetivos táticos de estratégia de luta” para o presente (2003, p.156).

Os artigos de filósofos e entrevistas de e com filósofos das 186 edições da *CULT* foram constituídos por nós como uma série documental histórica possível de ser analisada arqueologicamente. Apesar de a metodologia arqueológica ter sido utilizada por Foucault na análise de discursos mais bem formados, extensos, duradouros, complexos e mais diversificados, parece-nos não menos válido utilizarmos tais procedimentos pela simples questão de querer evitar uma análise do discurso na sua forma estrutural e linguística ou histórico-dialética.

De modo que, para a presente pesquisa, para além da unidade que o termo “filosofia” possa suscitar, no âmbito do indivíduo que diz ou no modo e com o conteúdo do que se diz, o que nos interessa vislumbrar são as possíveis relações, conexões, alianças constituintes dessas práticas sob o abrigo do que se chama filosofia ou atividade filosófica. Auscultar a heterogeneidade, o aparecimento e a dispersão, ao longo dos anos, dessas práticas; apanhar as discrepâncias e disjunções sob sua aparente unidade; os diversos vetores discursivos que impingem efeitos de sua veracidade nas relações de poder (a composição entre objetos, enunciações, conceitos, temas e teorias e o que eles ensinam, inibem, fazem falar ou calar). Nem palavras, nem coisas, mas o complexo que as constituem: o discurso em ato (tanto escrito quanto falado).

Nesse sentido, seria atentar para qual regularidade evidencia-se como uma espécie de regra de formação dos discursos filosoficamente orientados nos meios de comunicação. Tomar de assalto essa possível formação de um discurso filosófico cuja razão de existência é ser lida por um público. É a voz/escrita de um pensador em público, voltado para o público, em favor do debate público. Mais uma vez, quando os filósofos propõem análises ou tomar partido dos acontecimentos do presente, como eles os abordam? De que modo eles descrevem aquilo de que tratam? O que propõem em termos de procedimentos de análise e pensamento?

Arqueologia e governamentalidade

Até o momento, nossa intenção procedimental foi a de nos valermos da descrição arqueológica à luz das últimas teorizações foucaultianas, principalmente dos desdobramentos que competem às relações de governo de si e dos outros. Embora tais formulações teórico-metodológicas estejam cronologicamente mais de uma década afastadas, e os deslocamentos do trabalho de Foucault tenham sido alvo de debates e interpretações acadêmicas diversas, queremos pensar que dentro desses deslocamentos, transformações e descontinuidades, talvez seja possível encontrar certas regularidades e singularidades. Parece-nos que o procedimento arqueológico de análise seria uma delas.

Aproveitamos para advertir que não conformamos Foucault às suas fases metódicas — arqueológica, genealógica etc. —, nem por fases temáticas — loucura, criminalidade, ética etc. Embora muitos autores corroborem, de forma legítima, tais demarcações (MACHADO, 2007; GALLO, 2004) buscando conferir uma unidade ao pensamento foucaultiano, parece-nos que uma das suas principais características é seus deslocamentos teórico-metodológicos e temáticos. O próprio autor, em suas entrevistas e livros, evitava deixar-se rotular e enclausurar pelo que era dito sobre seu trabalho, experimentando certa liberdade de escrita e pensamento, ainda que austera, deslocando-se e distanciando-se do ponto de onde partira, tateando às cegas os objetos tratados, chocando-se com o que não queria dizer ao passo que ele mesmo denunciava suas confusões possíveis (2009a, p.19-20). Rejeitando renitentemente as clássicas nomenclaturas de filósofo ou historiador, preferia definir-se de maneiras pouco ortodoxas, como um jornalista radical, um empirista cego, um pirotécnico, um espadachim ou mesmo um simples professor.

Como pretendemos demonstrar a seguir, tais esforços aparentemente incoerentes com o trabalho rigoroso do método científico evidenciam uma tática combativa aos próprios modos operativos vigentes nas ciências humanas de seu e, quiçá ainda, de nosso tempo. O agenciamento de procedimentos heterogêneos com temas improváveis, até então estranhos ao trabalho analítico, seja do filósofo ou do historiador, produziu movimentos de circunvolução nos seus escritos, que foram reconfigurando e alterando seus modos de pensar e abordar seus problemas, arregimentando certa vontade de saber avessa aos dogmatismos com uma lucidez atenta aos problemas do seu tempo; tudo isso para que a investigação e a escrita em seus livros fossem realmente *experiências* por meio das quais pudesse sair transformado (2010f).

A atividade arqueológica, por exemplo, foi sendo reapropriada por outros procedimentos que Foucault experimentou, como a análise genealógica, para enfim, coincidirem com a noção de *problematização* (2006c; 2014e). Daí uma noção como *arqueogenealogia* configurar de modo mais preciso o trabalho metodológico propriamente foucaultiano, já que suas análises teriam como ponto de partida *uma questão atual* (2006d).

Em tese, poderíamos dizer que Foucault nunca deixou de analisar discursos atentando para os problemas histórico-políticos. Fossem os discursos psiquiátricos, médicos, clínicos, científicos; fossem os documentos de regulamentação, os relatos e as cartas, as legislações; ou, ainda, obras históricas ou literárias, teorias políticas ou econômicas, da modernidade à antiguidade, o problema que nunca deixou de inquietar o pensador francês foi a *interface* estabelecida entre verdade e poder, ou, entre saber e poder (2010a).

Se pelo termo “saber” referimo-nos a “todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento aceitáveis em um momento dado e em um domínio definido”, pelo termo “poder” recobrimos “toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, que parecem suscetíveis de induzir os comportamentos e os discursos” (2000, p.183). O uso desses termos, como o próprio Foucault afirmou, não dizem respeito aos *princípios de realidade*, mas a um modo de fixar um tipo de análise. Não são estranhos um ao outro, mas interferem na coerção e validação tanto de um quanto de outro.

Pode-se, então, estabelecer uma relação intrínseca entre a descrição do arquivo, na sua superfície e na sua exterioridade, com os mecanismos de poder nas sociedades.

Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/ poder, saber/poder que me preocupam (2010a, p.229).

A análise discursiva proposta pelas primeiras obras de Foucault, dessa maneira, extrapola as dimensões relativas apenas ao discurso, fazendo-o ligar-se com toda uma trama de relações exteriores à sua produção, mas intrínseca a todos os efeitos e consequências de tal ação enunciativa. A nosso ver, a descrição arqueológica foi se sofisticando e compôs-se com a análise em termos de procedimentos, técnicas, tecnologias, táticas e estratégias próprias aos seus estudos ao longo da década de 1970,

enredando o discurso nos mecanismos complexos de funcionamento das ações humanas em meio a ideias e instituições.

Apesar dessas demarcações metodológicas, a interface saber/poder passa a sofrer modificações nos últimos escritos de Foucault. Neles se insere a dimensão ética do sujeito, a relação de si consigo, estabelecida como uma subjetividade ativa e não passiva, produzida no interior do nexos saber/poder por meio do que ele chamou de “pragmáticas de si”. Foi esse conjunto de saber-verdade, poder-governo e ética-sujeito que Foucault nomeou *pensamento* ou *focos de experiência* (2010c).

Pela aproximação do procedimento arqueológico à perspectiva da governamentalidade, pode-se afirmar que o tipo de análise à qual pretendemos nos filiar, afinal, examina

os jogos estratégicos entre liberdades — jogos estratégicos que fazem com que fins tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros e os estados de dominação, que são o que geralmente se chama de poder (2006e, p.285).

Procurando evitar a hipótese repressiva das relações e a interpretação ideológica dos discursos, Foucault faz aparecer o caráter volitivo e agonístico das redes de relações de governo de si e dos outros. Uma vez descritos os acontecimentos discursivos pelos feixes de relações que determinadas formas de veridicção estabelecem, é possível situar e problematizar as funções e os efeitos de tais discursos sobre os processos de subjetivação correntes.

Dado nosso recorte analítico da função pública do filósofo em tempos de popularização da filosofia, o que está em questão na presente pesquisa são as relações veridicção/subjetivação estabelecidas entre o indivíduo que pratica a filosofia e os objetos dos quais ele trata. Dupla dimensão dessas relações entre as formas de veridicção e os processos de subjetivação, portanto: uma primeira, referente ao próprio indivíduo que pratica a filosofia (de que modo ele pratica a filosofia e como ele se subjetiva como filósofo); e uma segunda, referente aos modos de endereçamento que constituem objetos da prática filosófica, entre eles, o indivíduo socialmente localizado.

Daí podermos dizer, com Foucault, que nossa investida arqueológica não chega a ser exatamente um método, tampouco um conceito, mas um procedimento analítico artesanal, entre *hesitações* e *titubeios* (2010a), para pensar e escrever diversamente daquilo que se pensa e escreve.

Hesitações e titubeios: coleta e manufatura do arquivo

O trabalho da historiadora Arlette Farge pode ser designado como outra fonte de inspiração para nossos procedimentos de coleta e análise. Em seu livro *O sabor do arquivo* (2009) ela descreve a sua experiência de anos adentrando bibliotecas e arquivos nacionais na realização de um exercício de leitura e de análise de documentos copiados com a própria mão — exercício obstinado, banal e estranho, beirando a imbecilidade em tempos da informática. Mas não nos enganemos. É por meio desses exercícios que encontramos o tempo necessário para introduzir-se e deixar-se levar pelo arquivo, entre a familiaridade e o estranhamento. É um sem pensar, pensando o tempo todo, que nos permite conviver com os escritos e, só mais tarde, descobrir seus sentidos e formular interpretações.

Apesar de seu foco ter recaído sobre os arquivos judiciários e sua concepção de arquivo ser um tanto distinta daquela de Foucault, foi a descrição de sua relação com a materialidade deles e o sabor desprendido por tal atividade que mais nos comoveu.

Se à primeira vista estudar revistas de cultura poderia parecer maçante e inculto para quem teve uma sólida formação filosófica, composta por leituras exegéticas dos grandes pensadores e obras que, disseram-nos, fizeram e mudaram o mundo, as idas à biblioteca, a escolha do lugar, se perto do ar-condicionado ou no andar de cima onde o *wi-fi* tinha melhor sinal, a troca de olhares entre os parceiros de recinto ou a solidão em meio a mesas, prateleiras e letras, todos esses elementos remetiam-nos a uma situação estranha, não obstante, instigante, pois algo parecia ocorrer para além da interpretação e da erudição.

Esse modo apaixonado de construir uma narrativa, de estabelecer uma relação com o documento e com as pessoas que ela revela, pode aparecer como o vestígio de exigências extintas no presente, que não correspondem mais a uma época intelectual ao mesmo tempo mais tradicional — e até conservadora — e menos presa à descrição do cotidiano (2009, p.57).

O sentimento de intimidade com autores coevos à nossa própria época, mas nunca vistos pessoalmente, estranhando outros falando de maneira pouco convencional sobre livros, obras e filósofos de cabeceira; os pensamentos que se avizinhavam e não nos pareciam tão portentosos, muito embora a busca por tecer as relações entre acontecimentos ainda estivesse presente; sentir-se meio herege, como peixe fora d'água, filosofando sobre a resenha de um livro, o editorial da revista, a repetição ou a distância

entre as ideias, fatos e comentários de uma edição, a quantidade de páginas devotadas a um tema ou um autor.

Parecia-nos, entretanto, que tais incidências de sensações e acontecimentos, discursivos ou não, estavam carregadas de um sentido insuspeito por outros, privilegiados que estávamos por ler aquilo ao nosso modo, segundo nossos interesses, a partir de nossos problemas. Cada linha, imagem ou disposição de informações revelava portar mais do que um significado — era toda uma dramaticidade da produção de pensamento. Eram verdadeiras encenações de forças, quebra-cabeças de ideias, oferta de valores, a confabularem e redefinirem os ditames do nosso tempo, as interpretações do que já fora dito, a valorar e transvalorar nossos ideais mais caros e também aqueles mais abomináveis. Ler nosso arquivo era despir-nos de toda vestimenta pomposa com a qual havíamos nos vestido durante os anos de formação para, enfim, adentrarmos os bastidores e o teatro das verdades filosóficas (e, por que não, sociais, políticas, econômicas, morais etc.) quase que inteiramente nus, sem nada saber ao certo nem qual papel nos caberia a partir dali.

Estávamos, quiséssemos ou não, em uma situação oposta ao do conforto, do planejado, do evolutivo e progressivo, do anunciado. Mesmo que esperássemos encontrar algo próximo à nossa hipótese, admitimos agora, ainda que de modo irrisório, ou mesmo ritualístico, que encontramos-nos face a um conflito: “lugar de nascimento”, no qual o que “advém depois dele raramente tem a ver com o que se passava antes” (FARGE, 2009, p.49). Sim, o arquivo construído em meio a uma revista cultural — o conflito de forças do pensamento pertinente aos filósofos na *CULT*.

Mas o que poderia ainda dizer o arquivo? Tudo já estava dito nele, e, sobre ele, muito já se dissera. Munidos, talvez, da paciência, de uma lenta criatividade, recolhendo, impregnando-se, errando pelos ditos e escritos, sem propriamente ter um método, um jeito certo de fazer, apenas, como acontece de se fazer — dar mais uma volta, começando sempre outra vez: oferecer-nos ao mundo como arquivo.

* * *

Iniciado o procedimento de construção do arquivo, um dos primeiros problemas surgidos ao depararmo-nos com a materialidade dos discursos foi a delimitação do próprio objeto em questão — o *filósofo* e sua *atividade*. Quem é esse ator social? O que o caracteriza? No campo atual, o filósofo seria aquele vinculado à academia? Aquele

que se graduou em filosofia? Aquele que seguiu a carreira de professor ou de pesquisador? Ou filósofos poderia ser qualquer escritor/pensador que, pelas relações mais ou menos regulares entre temas e objetos escolhidos e os modos de abordá-los e enunciá-los, caracterizariam um modo de ser filosófico?

Para não essencializarmos a atividade filosófica e excluirmos de antemão determinados discursos constituídos por diferentes feixes de relações, usamos como critério a ocorrência, na descrição do autor de cada artigo, da palavra *filosofia* e/ou *filósofo*. Esse critério contemplava, então, aqueles cuja formação acadêmica, seja graduação, seja pós-graduação, incluía cursos de filosofia; aqueles que desempenhavam alguma atividade docente relativa à filosofia (história da filosofia, filosofia do direito, ética, política etc.); e aqueles cuja denominação dada pela revista ou pelo próprio autor foi a de filósofo.

Partimos, então, da ideia de que a atividade filosófica não se caracterizaria por um tipo de discurso invariável ou por uma função própria a um tipo de sujeito — muito embora ao longo da história tenha-se investido nesse modo de rarefação e autorização. Tal atividade, segundo nossa perspectiva, parece-nos ter sido constituída por determinados jogos de investimentos heterogêneos e extrínsecos ao campo filosófico formal, funcionando por meio de estratégias variáveis, segundo características e funções possíveis, mas não menos improváveis. Em última instância, tentamos tornar visível a formação da discursividade filosófica em sua multiplicidade constitutiva, demonstrando que todos aqueles que mantiveram e/ou mantêm algum vínculo com o pensamento filosófico levam-no adiante a seu modo. Nem tanto o filósofo, portanto, mas a atividade filosófica.

Para a coleta das informações dos discursos ditos filosóficos construímos tabelas inspiradas nos elementos constituintes de um discurso aventados no livro *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2009a). São eles: *objeto*; *modalidade enunciativa* ou tipos ou estilos de enunciação; *conceito*; e o *nexo tema/teoria*. As organizações de conceitos, objetos, e tipos de enunciação formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias. A configuração geral desses elementos num discurso denominaria o que Foucault ratificou como *estratégias discursivas*.

Os objetos, os modos de enunciação, os conceitos, os temas e as teorias de um discurso como o da filosofia não foram, ao longo de sua história, sempre os mesmos. Se o interrogarmos no nível de sua existência, unidade, permanência e transformações,

escreveu Foucault, o discurso não poderá ser considerado como a soma dessas opções diversas. Essas opções, ao contrário,

devem ser descritas como maneiras sistematicamente diferentes de tratar objetos de discurso (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), de dispor formas de enunciações (de escolhê-las, organizá-las, constituir séries, compô-las em grandes unidades retóricas), de manipular conceitos (de lhes dar regras de utilização, fazê-los entrar em coerências regionais e constituir, assim, arquiteturas conceituais). Essas opções não são germes de discurso (onde estes seriam determinados com antecedência e prefigurados sob uma forma quase microscópica); são maneiras reguladas (e descritíveis como tais) de utilizar possibilidades de discurso. (p.77)

Muito embora algumas temáticas, numa perspectiva mais afamada e conservadora da história da filosofia, sejam hegemônicas ou existam objetos mais pertinentes que outros, fica claro, ao atentarmos para os artigos de filósofos publicados em uma revista de cultura, que o discurso filosófico possui relações entre elementos muitas vezes incoerentes, contraditórios e insuspeitos quando comparados uns com os outros. Seria possível então definir se um discurso é filosófico apenas pelo seu tema ou pelo seu objeto, pelo modo como ele enuncia e narra ou pelos conceitos que escolhe?

São esses questionamentos acerca de uma espécie de essencialidade do discurso filosófico, bem como de sua materialidade e sua tarefa, que pretendemos pôr em operação com uma análise arqueológica. Desde que nossa intenção não é encontrar nenhuma essência ou identidade fixa do discurso filosófico, mas bem ao contrário, sua complexidade de composição, sua historicidade desapercibida, a algaravia das diferentes formas de pensar e fazer filosofia, torna-se necessário uma análise que evidencie tal formação dos discursos. Por uma análise de inspiração arqueológica, então, o mapeamento realizado permite vislumbrar os feixes de relações entre esses elementos, almejando flagrar, entre relações hegemônicas e inesperadas, uma possível regularidade de formação de um discurso.

A possibilidade de descrever tal formação de uma regularidade discursiva nos possibilitaria demonstrar que os discursos pertencentes a um determinado campo do conhecimento são alvejados e atravessados por uma série de outras forças discursivas e não discursivas. Essas regularidades discursivas só são passíveis de serem captadas quando nos debruçamos sobre os discursos não como realidades prontas, ciências, ideias e conceitos já determinados de antemão. Na análise proposta, não há discursos ideais. Esses são artefatos construídos em um jogo de interesses em que dada configuração de

elementos, constituindo uma formação discursiva, sobressai-se em relação a outras. Daí que, em dado momento, os discursos filosóficos da revista privilegiaram certos objetos ou temas, conceitos ou teorias. E essas configurações não serão menos filosóficas que outras.

Não se trata de algo como uma moda ou mesmo uma imposição do exterior para o interior dos discursos. Não parte somente da *intelligentsia* política ou científica, mas tampouco da população. Não diremos ainda que tal foco de forças exerça sobre outros algo como a dominação ou repressão ou mesmo soberania; mas, sim, excede-se como uma eficácia nos modos de condução e de governo. Nas palavras de Roberto Machado (2007), em suma, a arqueologia teria por objetivo “descrever conceitualmente a formação dos saberes”, quaisquer que fossem, “para estabelecer suas condições de existência” (p.166), suas condições de aparecimento, organização, transformação e dispersão, valendo-se da noção nietzschiana de que as verdades são uma produção histórica, enunciados duradouros que se tornam hábitos.

Dado que a análise dos discursos por meio dessas categorias não constituiria um método formalmente estabelecido e pronto para ser aplicado, elaboramos ao menos três tabelas, até chegarmos, já ao final do percurso de pesquisa, numa que nos pareceu satisfatória.

Portanto, além de um campo na tabela destinado à edição, a data e a paginação dos artigos publicados na revista, estabelecemos os seguintes campos das tabelas para dar visibilidade aos elementos que constituem um discurso:

- Num primeiro campo, as *modalidades enunciativas*. Estas foram divididas em dois outros campos:
 - a. O(s) nome(s) do(s) autor(es) do(s) artigo(s) e suas filiações institucionais.
 - b. As *naturezas narrativas* dos artigos, buscando entender de que modo seus enunciados eram tecidos e com que fins. Tais naturezas narrativas foram estipuladas em:
 - i. *Resenha/divulgação*, quando o discurso tratava de comentar obras, eventos e/ou autores com o intuito de divulgá-los, seja para a aquisição, a participação ou suscitar interesse. Ele consiste numa descrição de partes e passagens da obra, elencando a possível contribuição para a discussão acerca do tema e/ou objeto em pauta.

- ii. *Histórica conceitual, temática e/ou biográfica (comentários)*, quando o discurso abordava seu objeto, fosse ele temático, conceitual ou biográfico (i.e. *amor* ou a *ideia* em Platão; *esclarecimento* ou a *crítica* em Kant; a *política* ou *banalidade do mal* em Arendt; a *loucura* ou *genealogia* em Foucault, entre tantos outros; a vida e a trajetória intelectual de um autor, geralmente, fazendo a relação entre obra e vida), de maneira exegética, a partir de um ponto de vista histórico, buscando traçar o significado e seu desenvolvimento no decorrer de uma obra ou no pensamento de um autor; quando ele expunha as várias acepções que um tema ou conceito possui em um mesmo ou em diferentes autores — avizinando-se às histórias da filosofia tradicionais. Associamos tal abordagem enunciativa com a estrutura formal que geralmente caracteriza artigos acadêmicos, pois continham desde subtítulos, passando por notas e referências bibliográficas mais ou menos bem definidas. Apesar de expressarem um ponto de vista sobre seus objetos, pertinente ou não a algum tema ou acontecimento contemporâneo à sua escrita, os artigos incluídos nessa categoria não apresentavam nenhuma proposta ou aplicação pragmática das teorias que utilizavam ou das conclusões a que chegavam, muito embora certas conclusões, a partir dos próprios autores que tematizavam, pudessem apontar questões do presente.
- iii. *Crítica e/ou propositiva (ensaio)*, quando, em tese, os artigos possuíam uma forma mais experimental e distante da ortodoxia acadêmica no modo apossar-se de seu tema, objeto ou conceito tratado, ora contextualizando-os de maneira escassa, ora aludindo a eles de modo mais aligeirado e sem precisão de referências históricas. Os ensaios tendiam também a tratar acontecimentos da atualidade, ora de forma velada, ora de forma explícita. Apesar de manterem certo rigor de escrita, os ensaios abordavam seu objeto, sem esgotá-lo, conferindo um gesto crítico de duas intencionalidades; ora somente como a exposição de diferentes questões acerca de um determinado assunto, ora como um gesto

crítico-ajuizador, quando convinha defendê-lo ou denunciá-lo de acordo com valorações propostas. Em oposição ao comentário, em sua grande maioria as argumentações ou as conclusões a que chegavam os ensaios eram ajuizadoras, buscavam propor, prescrever ou mesmo convencer seus leitores do ponto de vista exposto, tecendo relações com seu contexto contemporâneo.

- iv. *Ficcional*, quando autores de filosofia se propuseram a fazer ensaios ou qualquer outro tipo de escrita ficcional e não diretamente analítica.
 - v. *Entrevistas*, que, de modo geral, tratavam ou da trajetória biográfico-intelectual do entrevistado ou da obra recém-publicada ou desenvolvida pelos entrevistados. Nesses casos, questionava-se acerca da relação entre vida e obra, teoria e prática e, fundamentalmente, acerca da função, do papel e da tarefa das atividades realizadas pelo entrevistado, indagando, por vezes, quais seriam suas opiniões e interpretações sobre determinado assunto em pauta. Não obstante, na leitura das entrevistas, algumas características ressaltaram: por um lado, muitas delas eram curtas e não permitiam que muitos assuntos fossem abordados; por outro lado, aquelas que eram mais extensas, salvo raras exceções, não propunham uma continuidade nas perguntas, aparentando perguntas sem muita flexibilidade, não propiciando que o entrevistado pudesse desenvolver uma ideia de maneira mais detalhada e relacionada com outros assuntos.
- Num segundo campo da tabela, alocamos os outros componentes de um discurso, divididos entre:
 - a. *Temas e objetos* dos artigos. No caso do *objeto* buscamos delimitar do que tratavam os artigos, sobre o que eles se debruçavam (i.e., o papel da razão para a tarefa do intelectual; a noção de ágape para o tema do amor no cristianismo; um livro específico na obra de um filósofo). Buscamos também atentar, sempre que possível, para os estratos da realidade de onde o objeto poderia emergir (i.e. a política brasileira caso o objeto fosse o regime político da democracia) e qual disciplina ou prática social determina esse objeto paralelamente aos discursos filosóficos (qual outra

prática poderia se debruçar sobre esse mesmo objeto, i.e. para os distúrbios do comportamento, a psicanálise, a psiquiatria; para o modelo de governo ideal, a política, a economia). Os temas apareceram como o todo de uma parte (i.e. a sexualidade quando se tratava de homofobia).

- b. *Teorias e conceitos* (palavras-chave). Aqui foram dispostas as palavras-chave em termos de conceitos e teorias, indicando que certas palavras ascendiam a conceitos quanto utilizados por determinados autores (i.e. marxismo, história natural, filosofia do direito, linguística, psicanálise, crítica literária, dialética, ideologia, crise, genealogia etc.).
- c. *Autores e obras citadas*. Aqui, os autores e suas obras citadas, compondo com o nexos tema-teoria.

A pergunta pela formação das modalidades enunciativas nos termos arqueológicos estabelecidos por Foucault era norteada por estas outras: 1) quem fala? — qual é o estatuto daquele que fala, quais condições institucionais e legais dão-lhe o direito a uma prática e à experimentação de um saber; com quem estabelece relações por meio de seu estatuto? 2) Quais são os lugares de origem e quais são os lugares de aplicação do discurso? 3) Quais as relações estabelecidas entre o discurso e seu objeto, as categorizações, as técnicas e os instrumentos utilizados, a atitude adotada sobre ele? Essa questão nos remete aos modos como o autor se dirige e intervém sobre algo, incluindo seus pontos de vistas e formas de valorar seu objeto de acordo com juízos estético-morais (bom ou mau, aprazível ou desprezível etc.) e técnico-científicos (falso ou verdadeiro, eficaz ou incompetente, duradouro ou instável etc.) historicamente constituídos.

Pode-se censurar as denominações que escolhemos para caracterizar as modalidades enunciativas como pertencentes mais à análise linguística do que à arqueológica. Ainda, poderíamos colocar-nos um problema concernente à relação entre modos de pensamento e de escrita na filosofia — problema que por si só daria margem à escrita de teses e livros, como já ocorreu. Contudo, preferimos nos valer de caracterizações buscando resumir alguns traços que nos foram aparecendo na leitura dos artigos e, de outro modo, dar um pequeno contributo à disputa de valores entre os dois principais modos de operação da escrita filosófica. Há tratados e manifestos, cartas e fragmentos, mas parece-nos que o comentário e o ensaio, a exegese e o livre pensamento, possuem suas finalidades tão consolidadas quanto insuspeitas. Essas

formas se contrapõem de uma maneira específica. Por um lado, a escrita da história da filosofia, desde Aristóteles, pode ser considerada premissa para todo filosofar, e consiste sempre em um comentário exegético sobre algo, numa sutil atitude de parcialidade velada em que se deixa sobressair mais o texto de outrem do que o seu próprio. Por outro lado, o ensaio, de Montaigne a Adorno, contrapõe-se a essa exigência de sistematicidade do pensamento, contribuindo, no limite, para uma nova premissa filosófica. Aqui, talvez, acompanhamos Nietzsche quando ele diz que toda grande filosofia ou lance de pensamento, seja sobre o que for, não passa da “opinião pessoal do seu autor” (2006b, p.12), e revela-nos a hierarquia de seus valores morais e experiências subjetivas sobre as quais edificam seu argumento, sua imagem, seu sistema de ideias, seu pensamento, seu modo de ser no mundo.¹³

Tal forma de categorizar as modalidades não impede, por isso mesmo, que características de uma categoria adentrem a outra, mostrando, em primeiro lugar, o hibridismo e a multiplicidade de intervenções; em segundo lugar, a dificuldade de operar com conceitos que buscam sintetizar tais abordagens e a necessidade de maior maturidade na observação e interpretação dos escritos por parte do pesquisador; e, em terceiro lugar, a maneira como valorações morais e modos de escrita se encontram em determinadas épocas de acordo com determinadas regras discursivas — o mote de nossa inspiração metodológica. Tais escolhas, ainda, parecem fazer saltar, mais uma vez, a relação agonística entre os acontecimentos e nossas interpretações sobre eles, sua composição complexa e nunca definitiva. Elas trazem à tona não “a própria vida em efervescência, a vida ainda não capturada, mas sim uma espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas” (FOUCAULT, 2009a, p.85).

A segunda parte da tabela, de modo geral, foi preenchida com as palavras-chave que remetiam às teorias e conceitos utilizados no artigo ou entrevista. Recolher desse modo os autores e as obras citadas permitia configurar melhor a fundamentação teórico-conceitual de suas abordagens e argumentações. No campo *tema e objeto*, também recolhíamos passagens inteiras sobre um assunto, a fim de flagrar a argumentação

¹³ Dito isso, não nos caberia reforçar, ao fim e ao cabo da análise, uma ou outra forma de escrever e pensar, mas extrair delas uma espécie de seu contraponto: o comentário, nos seus moldes histórico-acadêmicos, como seus detratores o expõe, não permite a liberdade de relacionar ideias típicas ao fazer literário-poético. Esse seria o papel do ensaio. Uma amostra da insustentabilidade de tal juízo de valor, por exemplo, é a própria crítica de Foucault, Barthes, entre outros, inserindo a literatura e derivações na ordem do discurso, destituindo-as de seu lugar foram do poder ou da posse de qualquer tipo de valor moral *a priori*.

acerca de um dado objeto ou tema que, por sua vez, relacionava-se com a construção dos conceitos e a configuração da modalidade enunciativa.

Deu-se maior destaque, por um lado, aos objetos do discurso e aos temas tratados, e, por outro, aos tipos de enunciação, elencando, perifericamente, os conceitos e as teorias utilizados. Não obstante, o que está em questão são as formações das *estratégias*, definidas pela organização e sistematização das dimensões do discurso elencadas (objeto, conceito, tipo de enunciação, tema/teoria). Como já dissemos alhures, nosso objetivo é dar visibilidade para a prática filosófica no que compete aos modos de endereçamento das suas questões, evidenciando, assim, os deslocamentos, aparições, desaparecimentos e as hegemonias desses modos e das próprias questões. Em última instância, pretendemos mostrar que os modos de endereçamento que se valem dessas estratégias são a forma como o próprio pensamento é posto para funcionar. Resguardando-nos uma modéstia analítica, nosso estudo almeja distinguir e assinalar os diferentes usos do pensamento e as concepções e funções do conhecimento filosófico em particular.

Esse modo de indagação e descrição pela materialidade das relações que o autor e seu escrito estabelecem, permite-nos fazer aparecer as transformações de seu ponto de vista e de suas interpretações, as supostas evoluções ocorridas na sua prática, bem como a dispersão e o deslocamento dos elementos que constituem seu discurso, os temas e as interpretações válidas para o estudo de sua atividade e seu suposto objeto.

Tal análise não se pergunta pela essência do autor, de um indivíduo constante em suas atitudes e relações, mas pergunta-se pelas regularidades e instabilidades de sua conduta entendida como configurações variáveis de atitudes adotadas sempre em relação a algo: seja a si próprio ou ao outro — sua formação, as tomadas de decisão e ação, as relações pessoais e institucionais, a própria função desempenhada e reconhecida socialmente, os instrumentos e técnicas utilizados no desenvolvimento de sua prática e saber.

Uma segunda dificuldade apresentou-se a nós. Devido à multiplicidade de referências a autores e obras, bem como a conceitos e temas, a coleta se viu, muitas vezes, mutilada e prevaricada. Isso porque a leitura completa dos artigos, apesar de nos parecer necessária, demonstrou-se exaustiva a ponto de alertar-nos quanto ao nosso tempo e nosso objetivo. Não seria nossa intenção tecer comentários exegéticos ou mesmo realizar um ensaio propositivo sobre o que cada um deveria ou não falar. Daí que preferimos movimentos de leitura mais desenvoltos, de sobrevoo, não com o intuito

desmerecer os escritos, mas apenas de indicar certas modulações ao longo dos anos analisados.

Temos consciência de algumas falhas e das imprecisões de nossa análise. Ela não pretendeu ser dura e minuciosa, apesar de exaustiva; extensos foram seus procedimentos de coleta e interpretação. Lentamente e de modo muito mais simples do que o descrito por Foucault, nossa intenção foi a de estabelecer relações entre componentes do discurso e, logo, entre as diferentes formações discursivas a fim de vislumbrar o que é feito em termos de filosofia na mídia. A análise, em última instância, pretendeu-se como um sobrevoo geral pelo discurso filosófico, detendo-se em alguns fragmentos com a esperança de surpreender as constâncias e inconstâncias dessa tarefa em plena popularização.

Nesse cenário de difusão e propagação da filosofia na virada do século XX para o XXI, qual tem sido o uso do pensamento pelos filósofos, quando estes empenham-se na discussão pública? De que modo eles se valem do pensar? Com que finalidade? A que papel relegam sua atividade?

A proposta de nossa análise não é necessariamente oferecer uma resposta definitiva, mas recolher as diversas respostas a tais questões. Como dito antes, tampouco procuraremos propor a verdadeira maneira de se praticar a filosofia ou fazer uso do pensamento, de modo crítico e reflexivo. São apenas apostas, lances — errância, enfim. À objeção de não cientificidade, oferecemos as impressões de um trabalho obstinado a multiplicar as dúvidas, a movimentar o pensamento, deslocando-nos das respostas e impressões já dadas. Multiplicar, pulverizar, deslocar.

A partir da análise inspirada nos procedimentos foucaultianos para da configuração geral do discurso filosófico na mídia, talvez seja possível tomar distância, caso queiramos, *desses modos* de fazer filosofia, em nome *desses princípios*, em vistas de *tais* objetivos, por meio de *tais* procedimentos (FOUCAULT, 2000). Tal endereçamento analítico assemelhar-se-ia, em último caso, a um mirabolante salto, ainda que breve e perigoso. Pelos malabarismos com o arquivo, poder pairar e vislumbrar, nem que por alguns instantes, os contornos desse aquário — o que é aceito ou não como verdade em uma época. Breve momento também de respiro, de experimentação de novos ares, menos aproveitados, incógnitos até — outros modos prováveis de pensar e ver o mundo.

O que até aqui foi dito como inspiração metodológica, pode servir-nos a partir de agora, como diretriz ou como caminhos possíveis já trilhados. Como o próprio

Foucault nos alerta, “nenhum método deve ser, em si, uma meta. Um método deve ser feito para nos livrarmos dele” (2008f, p.160). Não apegar-se estritamente às categorizações e aos gestos propostos tanto por Foucault quanto por Farge é honrar seus próprios esforços: errar pelo arquivo com a severidade necessária para sobreviver nele. Tais descrições metodológicas desses autores foram nosso mapa, nossas dobras: foram nossos arquivos sobre arquivos. Uma lição teórico-afetiva: os procedimentos metodológicos em torno do arquivo assemelhar-se-iam ao abrir sendas numa floresta fabulosa, caminho vivo, sombrio, barulhento, escorregadio; cuja força e sonoridade dos encontros e desencontros reverberam as coisas vivas, ainda na sua condição de indistintas, embora comoventes. No trabalho com o arquivo parece sempre haver algo de “medir o patético, pensar o inominável” (FARGE, p.48).

III.b. A filosofia em questão: adentrando a revista *CULT*

De julho de 1997 a dezembro de 2013, arco temporal que abarcamos em nossa pesquisa, a revista *CULT* publicou 186 edições, lançadas mensalmente, com exceções a partir de 2002, quando a revista passou a não ser publicada no mês de fevereiro (2003) e depois no mês de janeiro (a partir de 2009). No interior dessas edições, contabilizamos 538 artigos¹⁴ escritos e entrevistas concedidas por autores que atuam na área da filosofia ou que tiveram boa parte de sua formação ou que apenas flertaram com a filosofia em sua trajetória de formação — todos eles, como optamos por designá-los, autores de filosofia.

Ao longo dos 17 anos analisados, houve um aumento significativo no número de artigos de autores de filosofia. Vejamos o gráfico a seguir.

Quantidade de artigos de autores de filosofia por ano (1997-2013)

¹⁴ Conferir Anexo I.

Nos primeiros cinco anos é notável a pouca frequência de artigos. Até a edição 56, de abril de 2002, quando a revista ainda se subintitulava *Revista Brasileira de Literatura*, são apenas 33. Desses, dez são resenhas bibliográficas ou de divulgação de obras e conceitos; quatro são entrevistas; outros três são ensaios ficcionais e cinco ensaios críticos; 11 são comentários históricos, temáticos e/ou conceituais. Entre alguns dos ensaios críticos e comentários históricos, como no caso dos dossiês de Sartre e Nietzsche, há características semelhantes.

A partir da mudança de editora e da linha editorial, em junho de 2002, é substancial o aumento de artigos; no mesmo ano de 2002, o crescimento foi de 58%. Em 2003 o crescimento foi mínimo, mas em 2004 o aumento foi de 66% em comparação ao ano anterior. De 2005 em diante, o número de artigos jamais é inferior a 38, e a média é de 47,6 artigos por ano, com dois grandes picos em 2008 e em 2010, e uma nova ascensão em 2013. Levando em consideração que cada edição teve em média 12 artigos acerca das diferentes áreas abrangidas pela revista, e que 11 edições foram lançadas por ano entre de 2005 e 2013, temos um total de 1188 artigos publicados no período. Destes, quase 36% ou mais de 1/3 de toda a produção da revista nos últimos nove anos é relacionada à filosofia.

Ao longo de todas as edições, ocorre também uma mudança na quantidade de vezes que os filósofos aparecem nas capas.¹⁵ Estas, até 2002, eram na maioria das vezes ocupadas por outros atores sociais, como escritores, poetas, músicos etc. Foram apenas quatro capas com filósofos até esse ano: Sartre (n.34), Marilena Chaui (n.35), Nietzsche (n.37) e Heidegger (n.44).

Três edições após a compra da revista pela Editora Bregantini, em maio de 2002, há duas edições em seguida com filósofos/pensadores na capa: é o caso de Wittgenstein (n.60) e Marx (n.61). Daí em diante, entre filósofos, pensadores e temas filosóficos, aparecem: Camus (n.63); Cristianismo e modernidade (n.64); Adorno (n.72); Lévi-Strauss (n.74); Santo Agostinho (n.75); Foucault (n.81); pensamento norte-americano (n.83); os relacionamentos intelectuais e amorosos de Sartre e Simone de Beauvoir, entre outros (n.84); Marilena Chaui (n.85); Nietzsche, filosofia e fé (n.88); Sartre e a liberdade (n.91); Adorno (n.92); pensamento radical (n.95); filosofia contemporânea,

¹⁵ Conferir Anexo IV.

com Sartre, Foucault, Rorty, Rawls, Habermas (n.97); Bento de Núrria, teólogo (n.98); Hannah Arendt (n.99); Barthes (n.100); Freud (n.101); as origens históricas da filosofia (n.103); Norberto Bobbio e filosofia do direito (n.104); Walter Benjamin (n.106); tragédia grega (n.107); Gilles Deleuze (n.108); Lévi-Strauss (n.110); Edgar Morin (n.111); filosofia do direito (n.112); pensadores discutindo o poder e a ética na TV (n.115); Noam Chomsky (n.116); Jacques Derrida (n.117); Slavoj Žižek e a renovação do pensamento de esquerda (n.118); István Mészáros (n.119); Gilles Lipovetsky (n.120); a atitude cética na filosofia (n.121); marxismo nos EUA (n.122); Merleau-Ponty n. (123); Max Weber (n.124); os pensadores de Maio de 68 (n.126); Herbert Marcuse (n.127); Pierre Bordieu (n.128); Hannah Arendt (n.129); Deus no pensamento contemporâneo (n.131); Marilena Chaui (n.133); Foucault (n.134); Jürgen Habermas (n.136); Zygmunt Bauman (n.138); Jacques Rancière (n.139); Gramsci (n.141); filosofia e consolação (n.143); ética em tempos de crise (n.145); Freud (n.147); Nietzsche (n.149); o mal (n.150); mídia e poder (n.154); Slavoj Žižek (n.158); Foucault (n.159); Lévi-Strauss (n.162); Pierre Bourdieu (n.166); a esquerda na encruzilhada (n.169); Camus e Nietzsche (n.170); Walter Benjamin (n.171); Rousseau (n.172); Adorno (n.173); a realidade da alma humana, com artigos de filósofos e psicanalistas (n.175); Kierkegaard (n.179); Giorgio Agamben (n.180); Freud (n.181); Marilena Chaui (n.182); Judith Butler (n.185); Vladimir Safatle (n.186).

De 1997 até 2013, são aproximadamente 75 capas com temáticas do pensamento e ciências humanas ou cerca de 40% do total (cerca de 55% se contarmos a partir de 2002); e 44 capas estampadas propriamente com filósofos¹⁶ — aproximadamente 23% do total (ou cerca de 30% a partir de 2002). Os filósofos que mais apareceram nas capas foram Friedrich Nietzsche (4), Marilena Chaui (4), Michel Foucault (4), Jean-Paul Sartre (3), Theodor Adorno (3), Hannah Arendt (2), Slavoj Žižek (2) e Walter Benjamin (2). Poderíamos dizer, talvez incorrendo em uma leviandade, que se tratam das principais vertentes da filosofia contemporânea do século XX: Nietzsche, o perspectivismo histórico e uma filosofia da crítica e da criação; Chaui, como uma das

¹⁶ São eles: Sartre (34); Marilena Chaui (35); Nietzsche (37); Heidegger (44); Wittgenstein (60); Marx (61); Camus (63); Adorno (72); Santo Agostinho (75); Foucault (81); Marilena Chaui (85); Nietzsche (88); Sartre (91); Adorno (92); Sartre, Foucault, Rorty, Rawls, Habermas (97); Hannah Arendt (99); Norberto Bobbio (104); Walter Benjamin (106); Gilles Deleuze (108); Edgar Morin (111); Jacques Derrida (117); Slavoj Žižek (118); István Mészáros (119); Gilles Lipovetsky (120); Merleau-Ponty (123); Herbert Marcuse (127); Hannah Arendt (129); Marilena Chaui (133); Foucault (134); Jürgen Habermas (136); Jacques Rancière (139); Gramsci (141); Nietzsche (149); Slavoj Žižek (158); Foucault (159); Camus e Nietzsche (170); Walter Benjamin (171); Rousseau (172); Adorno (173); Kierkegaard (179); Giorgio Agamben (180); Marilena Chaui (182); Judith Butler (185); Vladimir Safatle (186).

principais filósofas brasileiras; os estudos sobre a relação poder/saber nas práticas sociais de Foucault; o existencialismo com Sartre; a teoria crítica com Adorno e, logo, com Benjamin; a filosofia política de Arendt; e a nova filosofia contemporânea, mesclando engajamento político, teoria crítica e psicanálise, com Zizek.

A grande maioria das edições com capas de filósofos correspondiam a dossiês sobre sua vida e obra, constituídos por um conjunto de artigos específicos, salvo algumas exceções que continham somente artigos especiais ou entrevistas. Outras capas com temáticas filosóficas também apresentavam dossiês, os quais contavam com a participação recorrente de autores de filosofia — é o caso de Cristianismo e modernidade (n.64); pensamento norte-americano (n.83); os relacionamentos intelectuais e amorosos de Sartre e Simone de Beauvoir, entre outros (n.84); pensamento radical (n.95); as origens históricas da filosofia (n.103); filosofia do direito (n.112); pensadores discutindo o poder e a ética na TV (n.115); a atitude cética na filosofia (n.121); marxismo nos EUA (n.122); os pensadores de Maio de 68 (n.126); Deus no pensamento contemporâneo (n.131); filosofia e consolação (n.143); ética em tempos de crise (n.145); a esquerda na encruzilhada (n.169); a realidade da alma humana (n.175). Em relação aos dossiês sobre filósofos ou com temáticas filosóficas que não ocupavam as capas, mas possuíam suas chamadas nelas, destacamos: Maquiavel (n.74); Kant (n.79); Espinosa (n.109); Kierkegaard (n.116); estética (n.120).¹⁷

Todos esses números corroboram as pistas aventadas no nosso capítulo anterior: a partir de 2002, a filosofia entra num processo de maior difusão, acentuando-se em 2004 e mantendo-se num nível de circulação intenso na próxima década. Determinados acontecimentos ao longo desse período, alguns deles relatados também no capítulo anterior, poderiam oferecer-nos algumas balizas para elucidar esses números: o crescimento do mercado de livros voltados para a área; a ascensão de um governo de esquerda no Brasil; em 2008, filosofia e sociologia tornam-se disciplinas obrigatórias no ensino básico brasileiro; antes, em 2005, a UNESCO estabelece toda terceira quinta-feira do mês de novembro como o Dia Internacional da Filosofia (UNESCO, 2014); o aumento do medo e da necessidade de posicionamento teóricos e práticas acerca das eminentes ameaças perpetradas pós-11 de setembro; além de todas as questões que

¹⁷ Foram publicadas, ainda, quatro edições especiais sobre filosofia, reunindo os principais artigos publicados na revista sobre o tema: Escola de Frankfurt (2009); Filosofia francesa contemporânea (2010); Os clássicos do pensamento social (2011); Filosofia contra o sistema (2012).

envolvem o enfraquecimento e/ou o reposicionamento dos parâmetros e paradigmas ético-morais tidos como tradicionais nas sociedades ocidentais.

Esse panorama traçado a partir da *CULT* poderia, então, confirmar a ideia da popularização da filosofia, alardeada e discutida desde o final da década de 1990. Porém, como afirmamos, o que pode ser configurado como popularização é um tanto mais extenso quanto diverso em termos de sua produção, não se circunscrevendo às produções propriamente popularizantes — é todo um cenário em torno da circulação e de intervenção de ideias e personagens filosóficos. Seria preciso, então, deter-nos um tanto mais nas particularidades das intervenções de autores de filosofia na *CULT* para configurarmos melhor sua atuação e difusão.

Os 538 artigos mapeados estão distribuídos, em sua grande maioria, em quatro grandes campos de publicação da revista: artigos *avulsos* (que contêm tanto artigos críticos/histórico-temáticos quanto resenhas bibliográficas); os *dossiês* sobre filósofos ou pensadores das ciências humanas, incluindo alguns artistas; as *seções* e/ou *colunas* de autores de filosofia que, ao longo de algum período, detiveram-se sobre variados temas a partir de suas escolhas teóricas e conceituais; e, por fim, as *entrevistas* com e/ou conduzidas por autores de filosofia.

Entre as principais estratégias discursivas identificadas nos artigos publicados por autores de filosofia (exceto as entrevistas por e com autores de filosofia) — entre modalidades enunciativas (resumidamente em termos das naturezas narrativas), objetos, conceitos, temas e teorias, podemos ressaltar —, de modo bem aproximativo e em ordem de decrescente de relevância:¹⁸

- Modalidades enunciativas: comentário histórico, entre temático, conceitual e biográfico-intelectual (ocorreu, aproximadamente, em 216 ocasiões ou 40% do total); ensaio, com a incidência do crítico e depois do propositivo (aproximadamente em 200 ocasiões ou 36%); resenha/divulgação (aproximadamente em 61 ocasiões ou 12%).
- Temas, objetos, conceitos: em primeiro lugar, a maioria tratou de acontecimentos da atualidade temporal em que os artigos foram escritos; em seguida, foram os temas/objetos relativos à política; democracia; papel da filosofia ou do filósofo; ética ou subjetividade; moral; arte; religião; sociedade;

¹⁸ Conferir Anexo V.

conceitos do cristianismo; crítica; liberdade; poder; indústria cultural; ciência; experiência.

- Os principais filósofos citados e campos discursivos: Hegel; Nietzsche; Adorno; Kant; Foucault; Heidegger; Platão; Aristóteles; Benjamin; Marx; história ou historiografia da filosofia; filosofia crítica; estética; psicanálise; teoria crítica; filosofia do direito; teologia.

Podemos destacar, ainda, os 10 principais autores de filosofia que escreveram na revista, dentre os 50 que escreveram ao menos dois artigos cada. Em ordem crescente, temos: Jeanne Marie Gagnebin (6 artigos); Luís César Oliva (9); Charles Feitosa (9); Juvenal Savian Filho (14 e realizou 10 entrevistas); Renato Janine Ribeiro (18); Roberto Romano (19); Eduardo Socha (29 e 3 entrevistas); Vladimir Safatle (44 e 2 entrevistas); Marcia Tiburi (80 e 2 entrevistas).¹⁹

Com respeito às entrevistas com filósofos e/ou realizadas por filósofos, os entrevistados, os entrevistadores, os títulos e as edições, respectivamente e em ordem de aparição, foram 60 ocorrências.²⁰ O principal entrevistado foi Marilena Chaui, cinco vezes ao longo dos 17 anos, seguida por Paulo Eduardo Arantes (3 vezes) e Jacques Rancière, José Arthur Giannotti, Olgária Matos, Slavoj Žižek e Vladimir Safatle, todos entrevistados por duas vezes. Isso implica que a modalidade enunciativa da entrevista foi também uma das principais formas de os autores de filosofia se manifestarem na revista, com cerca de 12% do total de artigos de nosso arquivo.

Os primeiros anos: Lemos Editorial

Na sua primeira edição, o lugar reservado à introdução/editorial da revista, denominado *Ao leitor*, discute a pertinência do lançamento de uma publicação que se propunha ser um espaço para a literatura, a cultura e a reflexão. Com uma epígrafe de Jorge Luis Borges sobre o poder transformador do livro, a revista queria ser um espaço de divulgação e reflexão sobre o exercício da palavra e sua influência na sociedade, exibindo

um retrato multifacetado do panorama cultural, um retrato necessariamente pluralista (embora seletivo) de uma realidade fragmentária como a nossa — e talvez por isso seja oportuno explicar, aqui, a ideia do nome *CULT*, fragmento da palavra “cultura” que

¹⁹ Conferir Anexo II.

²⁰ Conferir Anexo III.

procura traduzir a instantaneidade e a rapidez caleidoscópica da comunicação contemporânea (LEMOS; PINTO, 1997, p.2).

Na sua primeira edição, com capa do guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, constam matérias de tipos tão diversos quanto resenhas críticas sobre livros, entrevistas, divulgação de eventos, crítica sobre eventos, uma coluna periódica assinada pelo gramático Pasquale Cipro Neto e um espaço para a divulgação de locais turísticos cuja história está ligada à literatura. Há apenas uma matéria escrita por um filósofo: Adma Muhana, doutora em filosofia pela USP e professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL-Unicamp).

Seu artigo intitulado *O profeta encarcerado* (p.40-46), é sobre o missionário português Padre António Vieira, sua relação com o Brasil e os motivos que o levaram a ser encarcerado pela Inquisição. Tal artigo poderia ser considerado como um ensaio biográfico-histórico, já que intercala dados históricos sobre a vida do autor tratado e o contexto político-social em que se inseria, apresentando passagens de documentos, e tendo como fim relatar certo recorte temático: os conflitos com a Coroa portuguesa e com a Igreja deflagrados pela atuação de Vieira. A autora não faz uso de referências às suas abordagens teórico-metodológicas.

Até a edição de número 30, de janeiro de 2000, foram publicados no total apenas 14 autores de filosofia. O primeiro autor a escrever na revista cuja formação estava circunscrita à área filosófica e fora nomeado pela revista como “filósofo”, Jacques Leenhardt, aparece na edição 24, de julho de 1999, numa seção especial de divulgação das palestras ministradas no evento *Rumos Itaú Cultural*. Diretor de estudos da *École des Hautes Études em Science Sociales*, seu artigo é intitulado “Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo” (p.10-13). O primeiro autor filósofo brasileiro a escrever na revista, na edição 26, ainda na seção sobre o *Rumos Itaú Cultural*, foi Benedito Nunes, formado também em direito, mas professor de filosofia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Seu artigo intitulado “Crítica literária no Brasil, ontem e hoje” (p.20-24) tratava da crise da crítica literária no Brasil e, por sua vez, da crise da literatura num contexto de midiaticização da cultura.

Até janeiro de 2000, o autor de artigos mais recorrente ligado à filosofia é Luciana Artacho Penna, mestre em literatura brasileira e doutoranda em filosofia política na USP, que escreve nas edições 02, 06 e 10; seguida por Rosa Gabriela de Castro, artista plástica e mestrandia em filosofia na USP, que escreve nas edições 19 e 26. Ambas tratam de assuntos não diretamente filosóficos, como resenhas de livros e

comentários sobre obras de artistas. Vê-se que são ora os temas da história da cultura, ora os temas ligados à arte que estão em questão na pauta dos autores ligados à filosofia e/ou filósofos.

De 1997 até janeiro de 2002, dos artigos que tocam de alguma maneira no tema da filosofia (ou citando filósofos ou obras filosóficas, ou tratando de temas que beiram a discussão filosófica de uma época ou de um autor), contabilizamos 35 ocorrências, todas elas oscilando entre os temas da literatura, da arte, da resenha crítica literária/artística ou seções de recomendação de livros de filosofia. Em particular, no entanto, estão as quatro edições com capa de filósofos e seus respectivos artigos.

A primeira edição dedicada a um filósofo só veio a ocorrer no número 34, em maio de 2000. Na capa, Jean-Paul Sartre e um dossiê sobre os 20 anos de sua morte. No interior da revista, dois artigos sobre assuntos ligados à filosofia escritos por não filósofos e dois escritos por autores de filosofia.

Nas reportagens de não filósofos, José Alexandrino de Souza Filho, professor de literatura francesa na Universidade Federal da Paraíba, escreve um artigo sobre a torre na França onde estão localizados os livros do filósofo francês Michel de Montaigne (p.30-34). O artigo encontra-se na seção *Turismo Literário*, que se ocupa da descrição de histórias dos lugares ao redor do mundo que possuem alguma relação com escritores, literatos ou pensadores renomados.

A outra reportagem de um não filósofo é de Manuel da Costa Pinto. Ela faz parte do dossiê preparado sobre o filósofo Jean-Paul Sartre. O então editor e jornalista responsável da *CULT* escreve sobre a morte do filósofo francês Jean-Paul Sartre e sobre como Michel Foucault era o “sucessor natural de Sartre no posto da figura central da intelectualidade francesa” (PINTO, 2000, p.54). Ele ainda afirma que Sartre talvez tenha sido o último intelectual total da contemporaneidade, cuja escrita caminhava entre a filosofia, a literatura e a biografia.

As reportagens de autores de filosofia nessa edição competem a André Duarte e Franklin Leopoldo e Silva. Duarte, professor de filosofia da Universidade Federal do Paraná, escreve uma resenha para o livro do escritor Julianio Garcia Pessanha, intitulado *Ignorância do sempre*. Descreve-o como um livro de linguagem poética com espanto filosófico, citando influências do autor, entre escritores e filósofos, como Heidegger, Kafka, Cioran, Gombrowicz, Piglia e Bernhard (DUARTE, 2000).

Franklin Leopoldo e Silva, professor do departamento de filosofia da USP, escreve para o dossiê sobre Sartre. Seu artigo discorre sobre os romances literários de

Sarte, como *A náusea* e *Os caminhos da liberdade*, que tratam da relação entre liberdade, existência e história e, em particular, encerra-se discutindo a função da literatura segundo Sartre, a qual, nas palavras de Silva, deve despertar a consciência dos vínculos entre o indivíduo e a comunidade humana, entre a condição metafísica da existência e os embates do homem para construir sua singularidade na história — consciência que jamais se cumprirá através da subordinação a um partido ou a uma doutrina, mas, possivelmente, pela representação da liberdade falhada de seus anti-heróis (SILVA, 2000).

A segunda edição que exibiu um filósofo em sua capa, de junho de 2000, número 35, é a que consta a primeira e longa entrevista com Marilena Chaui, nomeada filósofa e professora titular de filosofia da USP. Ali, a filósofa toca em tantos assuntos quanto possíveis a partir de sua trajetória intelectual: o tema da sexualidade nos anos 1960 e 1970, bem com o retrocesso da temática após os anos 1980 com a AIDS (CHAUÍ; CARRASCO; FURTADO, 2000, p.46-47); a crítica da razão como narrativa mítico-interpretativa, esquecendo-se da questão ideológica de cada discurso (p.45-46); a crítica à ideologia da competência, a qual supõe que o indivíduo no poder sabe e o trabalhador não sabe (p.48); capitalismo e o declínio da coesão e da consciência de classe (p.48-50); socialismo no Brasil (p.51); ética de esquerda (p.51); marxismo como teoria eficiente para explicar os fenômenos culturais (p.54). Ela ainda se deteve sobre a questão do papel da filosofia, do filósofo e do intelectual em tempos de crise, bem como a relação do intelectual com o poder — temáticas que serão retomadas por nós na última seção deste capítulo.

A terceira edição da revista cuja capa estampa um filósofo é a 37, de agosto de 2000. Nela, aparecem Friedrich Nietzsche e um dossiê sobre o centenário de sua morte. Um primeiro artigo, de um não filósofo, Manuel da Costa Pinto, é uma resenha sobre o lançamento do livro *Folha explica Nietzsche*, de Oswaldo Giacoia Junior, pela editora PubliFolha. Costa Pinto exalta a publicação do livro, relacionando a popularidade de Nietzsche com sua relevância para os dias atuais:

Esse acontecimento editorial é por si só revelador da posição que Nietzsche ocupa dentro de nossa cultura. Que outro filósofo poderia rivalizar com ele na condição de voz que ultrapassa os muros da universidade e ganha as bancas de jornal e prateleiras de hipermercados de um país como o Brasil com tiragens de 15 mil exemplares? Que outros pensadores teriam esse poder de falar ao mesmo tempo aos exegetas mais sofisticados e a uma massa de leitores que consomem esse opúsculo pressentindo que Nietzsche

pode inocular neles a desconfiança de que, afinal, nem tudo vai bem sob o céu da indústria cultural? (PINTO, 2000, p.60).

Outros três artigos escritos por autores de filosofia fazem parte do dossiê especial para o filósofo alemão.

Em seu artigo, o professor da Unicamp, Oswaldo Giacoia Junior, realiza um ensaio de divulgação e de comentário acerca dos principais conceitos nietzschianos, que dão o nome ao artigo: *Nietzsche, perspectivismo, genealogia, transvaloração* (2000, p.46-51). Giacoia ainda referencia outros importantes conceitos para Nietzsche, como a vontade de poder, niilismo, eterno retorno, além-do-homem e justiça, doutrinas importantes ligadas à tradição metafísica. Para ele, seria o caso de discernir, dentro desses temas, o núcleo sistemático na reflexão de Nietzsche que talvez não o incluam na tradição metafísica.

O segundo artigo no dossiê Nietzsche é o de Ernani Chaves, professor do Departamento de Filosofia da UFPA, intitulado *Raízes do Brasil e Nietzsche* (2000, p.52-55). Nele, o autor realiza um comparativo histórico-conceitual entre a obra de Sérgio Buarque de Holanda e a de Nietzsche, a partir das próprias leituras e citações de Buarque de Holanda em seu livro principal. Chaves explora como o pensador alemão, entre outros, influenciou a elaboração do livro *Raízes do Brasil* e o conceito de *homem cordial*. A passagem da obra nietzschiana no livro de Buarque de Holanda que ilustra tal influencia é derivada de *Assim falou Zaratustra* (capítulo “Do amor ao próximo”, Parte I), e pode ser encontrada no quinto capítulo de *Raízes do Brasil*, “O homem cordial”: “Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativeiro” (p.54).

Por último, o artigo “Amor fati prisioneiro: Horkheimer e Adorno lêem [sic] Nietzsche” (2000, p. 56-59), de Gerhard Schweppenhäuser, professor de design, comunicação e teoria da mídia na Universidade de Weimar, formado em filosofia na Universidade de Hamburgo. O autor trata do diálogo radiofônico, em 1950, entre Theodor Adorno, Max Horkheimer e Hans-Georg Gadamer sobre a filosofia nietzschiana e sua relação com o marxismo e o nazismo. Schweppenhäuser trata do acerto de contas entre perspectivas filosóficas com respeito ao nazismo. Nietzsche é declarado pelos nazistas como o arquétipo do *homem germano-heroico*. Na tentativa de instrumentalizar Nietzsche pela perspectiva do marxismo, Horkheimer, na *Revista de Pesquisa Social*, em 1937, afirma que sem Nietzsche, não haveria Teoria Crítica (HORKHEIMER apud SCHWEPPENHÄUSER, 2000). Ainda segundo o autor do

artigo, poderíamos entender o ódio e o ataque nietzschiano ao trabalho e à economia não como uma forma de dominação das massas pelo além-do-homem, mas como uma crítica à situação conformista com relação ao seu presente industrial-liberal. O amoralismo nietzschiano para Adorno, segundo Schweppenhäuser, assumiria uma moralização ideológica (como se existisse um estado ou modelo ideal de homem, cooptado pelo nazismo). Trata-se, portanto, de um ensaio mais propriamente crítico, apesar de conter referências históricas precisas e citações para elucidar o tema Nietzsche e o nazismo.

A quarta e última edição com filósofos na capa e artigos especiais para a ocasião, até a troca da editora em 2002, contém um dossiê sobre o filósofo alemão Martin Heidegger. Além de uma entrevista com Gianni Vattimo sobre seu pensamento e sua atuação na política italiana, outros quatro artigos versam sobre o filósofo alemão em questão. O primeiro, de André Duarte, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, intitulado “Heidegger em seu tempo”, é uma resenha com o intuito de divulgar a publicação do livro *Heidegger, um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*, escrito por Rüdiger Safranski e editado pela Geração Editorial.

O segundo, de Zeljko Loparic, professor-titular do Departamento de Filosofia da Unicamp e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, intitulado “Sobre a aniquilação da coisa”, é um comentário histórico-conceitual sobre a crítica de Heidegger à ciência e à objetificação do ser pela tecnologia, tratando da tese de heideggeriana da aniquilação da coisa pela ciência, baseando-se no artigo *Das Ding* (“A coisa”) e nos estudos sobre o poeta alemão Friedrich Hölderlin.

O terceiro, de Juliano Garcia Pessanha, escritor e ensaísta, mestre em Psicologia e doutorando em Filosofia na USP, intitula-se “Ser e tempo: uma ‘pedagogia’ da perfuração”. De modo ensaístico, mas comentando questões conceituais em Heidegger e seus possíveis usos na escrita e na análise da realidade, Pessanha discorre sobre a metáfora da britadeira/perfuração.

O quarto e último artigo é de João da Penha, escritor e jornalista, mas nomeado filósofo pela revista, e intitula-se “Heidegger e Wittgenstein, uma (im)possível convergência” e estabelece relações, de modo temático-conceitual, entre dois filósofos aparentemente diferentes e suas denúncias à insensatez da metafísica. O autor começa com uma discussão sobre a linguagem filosófica e a tensão entre obscurantismo/profundidade e simplicidade/clareza para expor um assunto complexo.

Ele revela ainda certa predominância da filosofia alemã no século XX em face da matriz francesa do pensamento filosófico.

O que podemos destacar sobre esses dados ainda é a ausência em várias edições de autores e/ou temas filosóficos até o ano de 2002. Por mais que — ou justamente por isso — a revista subintitulasse-se, nos primeiros cinco anos de sua existência, como *Revista Brasileira de Literatura*, e mesmo sendo um espaço reservado para a reflexão sobre a cultura em geral, os temas de filosofia eram escassos, senão nulos. Poderíamos supor, com isso, que antes dos primeiros anos do século XXI (até mais ou menos 2002, quando a revista é comprada pela *Editora 17*, que logo se tornará *Editora Bregantini*), a filosofia simplesmente não tinha prioridade na pauta editorial antes de 2002: ou não era relevante para a cultura midiática ou não era vendável. Ou ambas. Filósofos eram pouco requisitados para darem seus pareceres e, principalmente, não se escrevia sobre assuntos concernentes ao campo das problemáticas filosóficas na revista. Tampouco se viram filósofos falarem sobre assuntos do presente/cotidiano ou relatarem alguma referência clara à atividade específica dos filósofos.

Por via de regra, os artigos dos dossiês se propuseram ora a divulgar ora a comentar, histórica e conceitualmente, alguns filósofos, discorrendo sobre seus conceitos, algumas situações históricas, fazendo comparativos. Com exceção da entrevista com Chauí, nenhum artigo se propôs a analisar a realidade atual de seu tempo e tampouco emitiu opiniões mais precisas ou elucidou tarefas da filosofia com relação aos seus objetos — isto é, relegaram ao autor de filosofia o papel de historiador e comentador de outros filósofos e obras.

Ficamos a imaginar o que pode tê-lo tornado, de certa maneira, em algo *pop*.

Das seções e colunas de filosofia

Como pudemos perceber, até a edição 57, quando a Editora 17 adquire a revista *CULT*, a grande maioria dos artigos de filósofos eram resenhas ou ensaios de divulgação de obras e conceitos, ou artigos de comentários, fossem histórico-biográficos, fossem comparativos entre filósofos. Tal característica dos artigos de filósofos começa a se modificar com o surgimento das seções especializadas de filosofia.

Desde 2002, apareceram seis seções e/ou colunas de filósofos na revista. As principais foram:

- *Filosofia Cult* — teve início na edição 58, de junho 2002 e desapareceu na edição 67, de março de 2003, contabilizando nove artigos de Luís César Oliva, mestre e doutor em filosofia pela USP, e um artigo (edição 65 de janeiro 2003) de Tessa Moura Lacerda, mestre em filosofia e doutoranda pela USP;
- *Ética & Política* (a partir de outubro de 2005, passa a se chamar apenas *Ética*) — alternadamente a cada mês, contava com artigos dos professores de Ética e Filosofia Política da USP e da Unicamp, Renato Janine Ribeiro (da edição 69, de maio 2003, até a edição 95, de setembro de 2005) e Roberto Romano (da edição 70, de junho de 2003, até a edição 104, de julho de 2006), contabilizando 14 e 18 artigos, respectivamente;
- *Filosofia com arte* — escrita por Charles Feitosa, de janeiro de 2006, na edição 99, até agosto de 2006, na edição 105, contabilizando sete artigos. Antes dessa seção, Feitosa escreveu em duas edições consecutivas, 97 e 98, numa seção denominada *Estética*, que nunca mais reapareceu;
- *Filosofia: resenha* ou *Filosofia: livros* — aparece na revista em agosto de 2007, mas se consolida como seção relativamente regular em março de 2008, na edição 122. Na sua grande maioria, Eduardo Socha, editor de filosofia da revista ao longo de 2008, é quem escreve, mas outros autores, como Marilena Chaui e Marcia Tiburi também contribuíram para a seção;
- *Colunas de filósofos* — a primeira colunista filósofa da revista é Marcia Tiburi; ela redigiu, inicialmente, 13 artigos de modo regular a partir de abril de 2007, edição 112, no interior de uma seção chamada *Filosofia*, nome para tematizar artigos avulsos da revista; oficializa-se como colunista em março de 2008, na edição 122 e continua escrevendo regularmente até a edição analisada pela nossa pesquisa. Vladimir Safatle é o segundo colunista filósofo, debutando em setembro de 2010, na edição 150. Após algum tempo para de redigi-la e ingressa numa outra coluna, intitulada *Diálogos na transversal* (a partir de maio de 2013, edição 179), intercalando seus artigos com Christian Dunker, psicanalista e também colunista da revista. Até final de 2013, Tiburi e Safatle escrevem, aproximadamente, 65 e 21 artigos, nas suas respectivas colunas.²¹

²¹ Houve ainda uma seção chamada *Situações críticas*, cuja primeira aparição ocorreu em julho de 2002, na edição 59, com um artigo do professor de filosofia, Luiz Paulo de Rouanet (sobre renda básica e filosofia política) e se repetirá por mais cinco vezes, nas quais três dos escritores são autores de filosofia: o filósofo catalão, Eduardo Subirats (setembro de 2002, n.61, com uma reflexão sobre o mundo pós-11 de

Adentrando um pouco na análise das seções, tratemos de alguns artigos de cada uma das seções.

Na *Filosofia Cult*, entre junho de 2002 e março de 2003, Oliva escolhe alguns conceitos-temas caros à atualidade social, política e filosófica, como *modernidade*, *causalidade*, *finalidade*, *progresso*, valendo-se de Bacon, Platão, Aristóteles, Espinosa, Chauí, Santo Agostinho, Jean Bodin, Lucrécio, Pascal e Descartes. No seu único artigo, Lacerda escreve sobre Leibniz e liberdade de escolha, tematizando tal reflexão como um assunto relativo à nossa contemporaneidade. Em uma única página, os autores procuram refazer certos percursos da história da filosofia, buscando a origem de tais conceitos/temas e indicando as discussões para o seu porvir, de modo breve e simples. São comentários que não chegam a ser totalmente exegéticos, mas tampouco ensaísticos, críticos ou propositivos; indicam algumas obras de filósofos que trataram do assunto e descrevem o contexto histórico-social em que tal pensamento se inseria. De certa forma, era uma proposta híbrida, que mesclava o comentário da história da filosofia com a fluência de um ensaio temático-conceitual, sem demasiadas conexões ou sem querer expor sua visão de maneira explícita.

Pouco menos de um ano depois de seu lançamento, a *Filosofia Cult* desaparece e, em maio de 2003, na edição 69, estreia a seção *Ética & Política*. Como apresentada pela própria revista, a seção pretende dedicar-se a “discutir o significado filosófico e ético dos fatos mais importantes do mundo contemporâneo. Os textos serão assinados em edições alternadas por dois dos maiores especialistas no assunto” (REDAÇÃO apud RIBEIRO, 2003, p.16).

Quem começa a escrever na seção *Ética & Política* é Renato Janine Ribeiro. Seu artigo intitula-se “Democracia: entre a mimese e a criação” (p.14-16). Ele versa sobre o tema, contemporâneo à escrita do artigo, da crise do modelo de democracia vigente no Primeiro Mundo e o fracasso antropológico da política ocidental em sua tentativa de impor a países como Iraque e Afeganistão um direito baseado no indivíduo e uma sociedade fundada na economia. Ele suscita a questão do Terceiro Mundo como nova potência democrático-política. E questiona-se acerca da possibilidade de que as democracias emergentes, com déficit social, possam começar a dar aulas de democracia aos ricos: “Eis uma questão fundamental para a filosofia política” (p.15). Em todo seu

setembro); o doutor em filosofia e professor das Faculdades Integradas Tibiriçá, Walter Zingerevitz (janeiro de 2003, n.65, sobre a influência do pensamento de Bachelard na modernidade).

artigo, ele cita, sem muita importância para o desenvolvimento de seu tema geral, o livro de Alan Macfarlane, *Origens do individualismo inglês*.

Na edição seguinte, de junho de 2003, é Roberto Romano quem escreve. Intitulado “Deuses e democracia” (2003, p.16-18), o texto explora a defasagem entre as concepções de democracia ao longo da história. Ele traz um apanhado sobre as concepções de democracia e as práticas políticas contemporâneas. Valendo-se de mais de seis citações teóricas, Romano vai defender como a realidade atual da democracia é fruto de uma intensa modificação de seu conceito e prática ao longo da história.

Acerca dos modos como esses colunistas operam em seus artigos, podemos dizer que o estilo de Renato Janine Ribeiro é um tanto mais desinibido e pouco temeroso com relação à legitimidade de seu discurso. Muitas vezes sem citar uma só obra teórica ao longo das próximas colunas, ele reflete sobre acontecimentos específicos do presente, geralmente girando em torno do contexto político atual brasileiro, como as eleições, os valores do eleitorado etc. Já Roberto Romano pode ser considerado um tanto comedido e fiel à tradição acadêmica, valendo-se de citações precisas de obras teóricas e tomando um tema da história da filosofia para iluminar uma situação do presente.

O primeiro artigo da seção *Filosofia com arte*, na edição 99, de janeiro de 2006, Feitosa remonta às origens histórico-filosóficas da estética a fim de questionar seu estatuto de experiência apenas sensorial e não inteligível. Esse exame inicia-se a partir de temas do filósofo alemão Alexander Baumgarten, passa, sem seguida, por Platão e retorna à teoria estética de Hegel, de modo que o autor busca defender a tese de que a estética é um conhecimento inteligível, apesar de imediato e intuitivo. Ele alia um comentário histórico, conceitual e temático com um ensaio teórico-metodológico em torno da investigação estética, a partir da perspectiva hegeliana. Ele encerra propondo que uma investigação mais sensata da arte deveria começar colocando fim a alguns dos pressupostos fundamentais da própria estética.

Já o primeiro artigo da coluna de Marcia Tiburi, na edição 122 de março de 2008, aborda a relação e as diferenças entre filosofia e literatura, no que diz respeito ao trabalho com as palavras. Para a autora, tal relação estaria na tensão entre a razão dos conceitos, próprios ao trabalho filosófico, e os afetos das palavras, mais próximos do trabalho literário. Tiburi reconhece que o afastamento da filosofia da sua materialidade linguística, desde a antiguidade, com a condenação dos sofistas e retóricos, consolidou o poder estratégico-histórico do pensamento metafísico como um lugar do *indizível* ou do *ainda por dizer*, cabível apenas à filosofia. Segundo a autora, é pela separação entre

conceito filosófico e palavra retórica que a filosofia consolidou sua autoridade na história do pensamento. A filosofia, contudo, é sempre ameaçada pela sua proximidade com a literatura. Essa ameaça, prossegue Tiburi, não ocorreria pela afecção desviante da palavra em relação ao pensamento rigoroso, mas pela exigência ontológica e ética da *responsabilidade* pelo que foi dito e escrito. Encerrando, a autora afirma que a filosofia não deveria se esquivar desse destino material do seu dito, incorrendo num pensamento covarde.

Há algo de comentário histórico-conceitual no artigo de Tiburi, ao redistribuir, de modo ensaístico, a cisão entre filosofia e retórica. Do meio para o final do artigo, no entanto, a autora leva a discussão para a perspectiva que lhe interessa: a relação possível e necessária da palavra literária com o pensamento conceitual filosófico, a fim de desconstruir certa autoridade metafísica da filosofia.

Finalmente, o primeiro artigo de Safatle, em setembro de 2010, na edição 150, medita, em duas partes, acerca de um episódio próprio da condição humana — o momento de quebra e ruptura e o momento de enfrentar um obstáculo — a partir das metáforas do *prato quebrado* como a *vida interior* do indivíduo e do *muro* como obstáculo na vida a ser *saltado*. O ensaio direciona-se para ponderar acerca do estatuto da subjetividade humana, da sua forma de se constituir como uma dimensão funcional por meio das possibilidades de viver experiências evitáveis ou inevitáveis sob o risco do sofrimento. Tal sofrimento, consubstanciado na ruptura ou no obstáculo, tenderia a ser superado quando compreendido como parte constitutiva da trajetória de vida de um indivíduo, necessário para sua transformação e fortalecimento. Uma noção de vida, segunda Safatle, benevolente àqueles que continuam tentando; vida capaz de resolver os problemas que ela coloca para si mesma.

Os autores de filosofia na *CULT*: constâncias, deslocamentos, diferenças

Enveredemo-nos, então, num cenário geral dos artigos de autores de filosofia na *CULT*, buscando descrever as constâncias e os deslocamentos entre as diferentes estratégias discursivas utilizadas.²² Tal empreitada, por assim dizer, visa entrever a

²² Para a menção genérica de artigos da revista a partir daqui, limitar-nos-emos a apresentar a edição e os autores, sem dispô-las no formato ABNT (autor, data, página). Isso se deve à grande quantidade de autores mencionados, que extrapolaria as letras possíveis do alfabeto para identificarmos seus artigos e citá-los corretamente. As referências completas podem ser consultadas nas fontes ao final do texto e no Anexo I.

possível formação de uma regularidade discursiva que caracterizaria a atividade filosófica quando praticada na mídia.

No caso específico das seções de filosofia, elas contemplam, *grosso modo*, os quatro grandes campos ou estratos, bem como os certos tipos de atividade filosófica. A seção *Filosofia Cult* trata de temas mais tradicionais, ao modo da história da filosofia. A seção *Ética & Política*, como o próprio indica, foca nos temas relacionados às teorias políticas, aos seus regimes de governo e às relações sociais entre Estado e população por meio da aliança entre comentário histórico e ensaio crítico-opinativo, muitas vezes com um tom denunciativo de certas práticas. A seção *Filosofia com arte* (anteriormente denominada *Estética*) volta-se para a reflexão sobre as técnicas, a criação e os efeitos das produções artísticas dos seres humanos sobre si mesmos, cultivando o campo epistemológico relativo aos sentidos. Por último, as colunas de Tiburi e Safatle abordam seus temas a partir de uma perspectiva filosófica crítica e/ou do sujeito, oriundas da teoria crítica, da estética e da psicanálise.

Poderíamos dizer que a primeira mudança da seção de filosofia, bem como os autores escolhidos e seus estilos, apresentam um deslocamento do sentido que a própria revista concederá à atividade filosófica e seu objeto de análise nos anos seguintes. De uma seção cujo autor valia-se da história da filosofia como modelo de apresentação de temas, refazendo tal história muitas vezes de modo sóbrio e tradicional, para uma seção chamada *Ética & Política*, podemos observar de que modo a filosofia toma como tema e objeto algo mais específico; ela, de certo modo, especializa-se. Seu objeto deixa de ser conceitos mais ou menos aleatórios da modernidade retomados por uma abordagem histórica e passa a ocupar-se de acontecimentos do presente, abordados muitas vezes de forma ensaística, restringindo a análise filosófica ao seu caráter ético e político. Ética e política entendidas, na maior parte do tempo, como análise das formas de governo político e seus valores morais estabelecidos, ora teoricamente, ora opinativamente. Daí os artigos privilegiarem como seus temas e objetos, principalmente, o regime político da democracia e suas particularidades em cada país, como Brasil e Estados Unidos; as questões ideológicas e os dispositivos sociais que configuram sociedades mundo afora, tais como a discussão das orientações políticas direita/esquerda ou tecnologias de vigilância e espionagem utilizadas pelos governos.

A entrada da seção *Filosofia com arte* contribui para esse processo de especialização. Por um lado, pode ser uma tentativa, como dissemos, de abarcar os vários campos da filosofia. Por outro, entendendo tal processo como uma tentativa de

analisar o presente, a coluna de Feitosa escolhe campos das produções artísticas, tais como a dança, a literatura, a música, a arquitetura e, principalmente, o cinema, para servirem de temas e poder discutir, a partir de elementos característicos de cada um (a coreografia da dança, o belo e a imagem em movimento do cinema, a voz e o grito na música, o labirinto na arquitetura), as possibilidades de sua relação com a vida cotidiana. Um uso ilustrativo da arte para a vida, o pensamento como comparação entre elementos heterogêneos. Há, então, todo um uso da arte e de artistas como dispositivo e exemplos de criação e reflexão, de análise e proposição de modos de pensar e viver.

Nas colunas de autores de filosofia, como Tiburi e Safatle, que abrangem quase 24% de todos os artigos de nosso arquivo, encontramos o modo ensaístico no seu estado mais peremptório. Ambos seguem a linha das seções de filosofia, tratando principalmente de assuntos relevantes da atualidade ou próprios de certo entendimento da condição humana — uma investida sobre acontecimentos sociais, políticos, econômicos e também sobre uma espécie de natureza humana, tendendo para certa descrição de suas características essenciais.

Ambos também partem de temas e objetos da cultura em geral. Tiburi escreve mais sobre uma cultura pop, como o rock, o funk, filmes e documentários, fazendo uso principalmente de conceitos da teoria crítica de Adorno e Horkheimer, como indústria cultural, e engajando-se nas problemáticas relativas aonexo temático-teórico do feminismo através de Kant, Nietzsche e Agamben. Safatle aborda desde o capitalismo, passando pela música até as análises da subjetividade (sexualidade, saúde mental, comportamento etc.) — este, um tema caro entre os colunistas. O professor de filosofia da USP, no entanto, não se vale tanto da teoria crítica quanto dos conceitos e temas forjados no interior das teorizações psicanalíticas de Freud à Lacan, mas transitando por autores franceses como Foucault ou Deleuze.

O que parece interligar todas as estratégias discursivas das seções de filosofia são certas abordagens dos seus temas e objetos que, cada uma a sua maneira, procuram ou relacioná-los ou partir de algum acontecimento da atualidade e do presente. Contudo, como pudemos notar, são seus temas e modos de abordagem que se alteram. Do comentário histórico da filosofia, passando pelas meditações ético-políticas da atualidade, chegando às alianças com as teorias crítica, da arte e da psicanálise para analisar tanto questões clássicas quanto *pop*. Há todo um deslocamento de uma orientação basicamente histórico-conceitual e analítica em direção a uma orientação estético-política e opinativa, fazendo da filosofia um exercício não mais tanto exegético,

quanto fundamentado por impressões pessoais e sustentados pelas formações teóricas de seus autores. Poucos são aqueles que, de fato, aproveitando o espaço público da revista, trabalham com a materialidade de um arquivo para uma análise pormenorizada sobre alguma questão específica.

No que diz respeito ao âmbito geral dos artigos de autores de filosofia, também encontramos algumas constâncias e deslocamentos ao longo dos 17 anos.²³

Em meio a artigos de resenhas de livros e filósofos escrevendo e fazendo crítica literária, os primeiros quatro anos e meio da revista são marcados pelos quatro dossiês sobre a filosofia de Sartre, de Chauí, de Nietzsche e de Heidegger, constituídos por artigos de comentários histórico-temáticos e conceituais, com exceção da entrevista da professora de filosofia da USP, na qual se aborda sua trajetória intelectual, seu papel como intelectual e sua participação na política no Brasil. Outros autores como Aristóteles, Kant, Husserl e Arendt ganham evidência nos artigos e nas três entrevistas com filósofos nesse período, tendo como principais temas Nietzsche, metafísica e existencialismo (Gianni Vattimo, n.44), globalização e sociedade pós-industrial (Eduardo Subirats, n.46), e a relação entre poesia, literatura e filosofia (Michel Deguy, n.52)

De 2002 até 2004, os artigos ao modo de comentários históricos acerca de temas, conceitos e teorias filosóficas são a maioria, passando a cair a partir de 2005, quando modalidades enunciativas como a resenha e a divulgação de conceitos começam a aparecer; autores menos canônicos passam a ganhar terreno. Os principais autores citados durante esse período são (daqui em diante, sempre em ordem decrescente de assiduidade): Bacon, Pascal, Aristóteles, Wittgenstein, Agostinho e Espinosa (2002); Maquiavel, Adorno, Sartre, Platão, Agostinho, Rousseau e Kant (2003); Kant, Foucault, Hegel e Hobbes (2004); e Kierkegaard, Hegel, Adorno e Sartre e demais pensadores franceses contemporâneos (2005).

Todos os citados circulam parcialmente em todos esses anos, com destaque para a permanência, por exemplo, de Sartre (segundo dossiê na edição 91),²⁴ Adorno (primeiro dossiê na edição 72),²⁵ Foucault (primeiro dossiê na edição 81)²⁶ e Hegel (que

²³ Conferir Anexos II, III, IV e V.

²⁴ Escrevem: João da Penha (com uma biografia intelectual e a herança crítica de seu pensamento), Franklin Leopoldo e Silva (sobre liberdade e compromisso), Luiz Damon Santos Moutinho (existencialismo, consciência e as influências de Hegel, Kierkegaard e Husserl na filosofia sartreana).

²⁵ Jeanne Marie Gagnebin (sobre o grande sistema de dominação social que constitui a Auklärung, segundo Adorno).

embora não tenha um dossiê próprio, aparece como referência em vários artigos). Nietzsche também está sempre pairando como uma sombra a ser aludida aqui e acolá, com destaque em um dossiê sobre filosofia e fé (n.88).²⁷ Temas e teorias dos artigos sobre os filósofos acima abrangem a pauta da ciência, da antiguidade à modernidade; as teorias políticas e a relação entre Estado, indivíduo e liberdade; e teorizações acerca da história pelo viés do humanismo, do materialismo dialético e do existencialismo.

Se nos primeiros anos os principais temas eram as teorias e conceitos de filósofos clássicos da história da filosofia, de 2002 até 2005, eles restringem-se e passam a girar em torno da política, com a democracia, e da ética, com a discussão acerca da liberdade (são os anos dos artigos de Ribeiro e Romano). Em 2004, os Estados Unidos e seu pensamento ganham destaque (n.83).²⁸ Esse é também o ano da segunda entrevista concedida por Chaui com destaque de capa (n.85), sobre o contexto da discussão política na mídia àquela época e os rumos políticos, culturais e econômicos do país. Em 2005, são hegemônicos os temas e acontecimentos da atualidade em geral, como: capitalismo (segundo dossiê Adorno na edição 92); políticas públicas (entrevista com Olgária Matos, n.94); cultura, filosofia e educação (entrevista com Mario Sergio Cortella, n.98); estética (artigos de Feitosa, n.97 e 98) e pós-modernidade (Claudio Julio Tognolli, n.98). Destaque especial para uma edição inteira sobre filosofia contemporânea (n.97, com artigos acerca de Sartre, Foucault, Rorty, Rawls e Habermas, na qual se concentra o maior índice de autores de filosofia numa só edição, com 14 artigos)²⁹ e discussões em torno da religião divididas em dois dossiês (edições 88 e 98).³⁰

²⁶ Renato Janine Ribeiro (vida e obra de Foucault, seu papel como intelectual, suas polêmicas) e Salma Tannus Muchail (um breve comentário introdutório sobre a prática intelectual filosófica de Foucault a partir de suas investigações históricas).

²⁷ Roberto Romano (fanatismo religioso, ética e verdade em Tomás de Aquino, Goethe e Montaigne), Oswaldo Giacoia Jr. (Nietzsche, cristianismo, história das religiões), Fabiano Curi (entrevista com Luiz Felipe Pondé sobre filosofia, religião, Deus e Pascal).

²⁸ Ghiraldelli Jr. (filosofia política, E.U.A. e uma entrevista com o filósofo pragmatista John Shook), Cody Carr (filosofia, E.U.A., guerra) e Heraldo Aparecido da Silva (E.U.A., política, crise, imperialismo).

²⁹ Franklin Leopoldo e Silva (solidão e solidariedade pelo viés do existencialismo, citando Pascal, Kierkegaard, Dostoiévski), Álvaro L.M. Valls (resenha de livros que popularizam a filosofia), Alain de Botton (filosofia pop e solidão), Rodrigo Toledo França (tecnologia, espiritualidade, filosofia da religião), Marcio Gimenes de Paula (relação entre Kierkegaard, Sócrates e Cristo), Renato Janine Ribeiro (o engajamento político de Sartre), Marcio Alves da Fonseca (o engajamento em Foucault e a noção operatória de poder como estratégia), Paulo Ghiraldelli Jr. (entrevista com Richard Rorty), Luiz Paulo Rouanet (John Rawls, democracia e sociedade), Luiz Bernardo Leite Araújo (Habermas, pluralismo e a nova ordem mundial). Além de duas entrevistas, com Michel Onfray e Olgária Matos.

³⁰ Na edição 98, além do dossiê, escrevem Tiburi, Feitosa e Kwasi Wiredu, filósofo ganês, sobre os diferentes modos de filosofar.

A partir de 2006, as reflexões sobre as tarefas e os rumos da filosofia começam a granjear espaço. Comentários ao modo da história da filosofia e divulgação de conceitos continuam como as principais modalidades de enunciação. Temas como a origem da filosofia e seu contexto histórico (com dois dossiês, n.103 e 107) e a prática filosófica de autores (Arendt, n.99; Barthes, n.100; Bobbio, n.104; Benjamin, n.106; Deleuze, n.108; Espinosa, n.109) são maioria ao longo das 11 edições desse ano. Outros temas de grande circulação pelos artigos são a arte, a política e a ética.

Os anos de 2007 e 2008 — este último alcançando um dos picos de artigos/ano — possuem farta abordagem na discussão a respeito do papel da filosofia e do filósofo. Em particular, no ano de 2008, das 11 edições, 10 apresentam temas relacionados ao pensamento filosófico ou às ciências humanas (a exceção quase não chega a sê-lo, já que se trata da capa e dossiê dedicados à Goethe e seu legado para o humanismo moderno, na edição 130). Todas as outras abordam temáticas como: o ceticismo (n.121); o marxismo nos E.U.A. (n.122); a filosofia de Maurice Merleau-Ponty (n.123); a sociologia de Weber (n.124); a psicanálise de Lacan (n.125); a militância e o pensamento de Maio de 1968 na França (n.126); a filosofia da revolução em Herbert Marcuse (n.127); cultura, arte e educação em Pierre Bourdieu (n.128); a filosofia e o amor pelo mundo na visão de Hanna Arendt (n.129); e o conceito de Deus no pensamento contemporâneo (n.130). Outros autores constantemente citados nos artigos desses dois anos são Hegel, Kant, Sócrates, Derrida, Adorno, Agamben e Heidegger.

Em 2009 e 2010, temos o retorno de Foucault e Nietzsche como protagonistas dos artigos, com ênfase no primeiro em 2009 (segundo dossiê, n.134)³¹ e no segundo em 2010 (terceiro dossiê, n.149).³² Os temas e objetos relativos à democracia, ao poder, ao direito e ao papel da filosofia e do intelectual, são predominantes. Autores pouco assíduos nos artigos, como Habermas (n.136), Bauman (n.138), Rancière (n.139) e Gramsci (n.141), ganham um dossiê cada. Feminismo, com um dossiê próprio, e biopolítica também são conceitos recorrentes; capitalismo e psicanálise, são temas frequentemente abordados. O contexto contemporâneo continua sendo o pano de fundos dos artigos.

³¹ André Duarte (centralidade da obra de Foucault para as ciências humanas), Ernani Chaves (relação de Foucault com a psicanálise e sua recepção no Brasil), Peter Pál Pelbart (literatura e filosofia em Foucault), Márcio Alves da Fonseca (mecanismos de normalização e os perigos do funcionamento do direito), Cláudio Oliveira (a herança de Foucault para Agamben).

³² Ivo da Silva Jr. (filosofia da cultura), Scarlett Marton (ética, genealogia e transvaloração dos valores), Rogério Miranda de Almeida (religião, nihilismo e decadência), Henry Burnett (arte e redenção).

A partir de 2009, é a modalidade enunciativa do ensaio que ganha força, já com a estreia da coluna de Tiburi e, no ano anterior, as resenhas/ensaios de Eduardo Socha sobre livros e eventos. As entrevistas também são mais assíduas, as quais geralmente privilegiam a opinião do entrevistado em relação ao seu tempo presente, sua tarefa como pensador ou intelectual e sua biografia intelectual. É o ano da terceira entrevista com Marilena Chaui (n.133).

A primeira edição de 2010 (n.143) apresenta um dossiê sobre as implicações entre filosofia e consolação, indagando sobre as diversas funções atribuídas à filosofia, tanto históricas quanto em face de sua atual popularização.³³ Com a coluna de Safatle, a modalidade do ensaio crítico-propositivo toma ainda mais corpo nesse ano, tendo como principais temas a ética, a liberdade, a moral e a política. Destaque para os dossiês sobre ética em tempos de crise (n.145, escrevendo Leopoldo e Silva, Savian Filho, Torres Carrasco, Haddock-Lobo), a era Lula (n.148, com Safatle escrevendo para o dossiê) e rumos da cultura no Brasil e contracultura (n.151 e 152, respectivamente, com João Carlos Salles e Robespierre de Oliveira). Democracia, religião e literatura sempre estão presentes, ubíquas no decorrer das edições. Temas gerais, pertinentes a diferentes áreas do conhecimento, como perversão (n.144), o amor (n.146), o mal (n.150) e o tempo (n.153) ganham dossiês.³⁴ As principais teorias evocadas são a psicanálise, bem como a teoria crítica, de Adorno a Benjamin. Vale notar que é de 2010 o maior registro de artigos de autores de filosofia/ano e a quarta entrevista com Chaui (n.151).

A grande maioria dos temas continua tendo como objeto acontecimentos da atualidade, cujo auge, segundo nossa análise, é alcançado no ano de 2011. São os dossiês sobre mídia e poder (n.154, escrevem sobre o tema Olgária Matos e Rafael Cordeiro Silva), mundo árabe (n.156, com uma coluna de Safatle tocando no tema), juventude (n.157, com Ricardo Musse), cultura pop (n.160, com uma coluna de Tiburi que trata do assunto), literatura e cinema (n.164 e 165, com colunas de Tiburi escrevendo sobre cultura pop, funk, moral e subjetividade). Mais um dossiê sobre

³³ Luizir Oliveira (Sêneca, vida equilibrada e o poder consolador do pensamento), Juvenal Savian Filho (Boécio e a função do conhecimento no seu livro *A consolação da filosofia*), Silvana de Souza Ramos (Montaigne, a experiência pessoal, melancolia e o riso de liberdade; ela realiza também uma entrevista com Plínio Smith), Débora Morato Pinto (Bergson e o consolo do tempo; entrevista com Silvia Faustino), Jeanne Marie Gagnebin (filosofia para ajudar a viver uma vida sem consolação).

³⁴ Para cada dossiê, respectivamente, escrevem Safatle e Paulo Jonas de Lima Piva; Marcelo Pimenta Marques, Savian Filho, José Luiz Furtado; Leopoldo e Silva, Joel Birman e Anderson Gonçalves; Fernando Ruy Puente, Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, Eduardo Socha e Alexandre Ferreira.

Foucault (o terceiro, n.159)³⁵ e uma entrevista com Zizek (n.158), com destaque na capa. Teorias como psicanálise e, dessa vez, marxismo, são as mais abordadas. A realidade brasileira, nos dossiês, é objeto da maioria dos artigos. Mais uma vez, Heidegger, Hegel, Marx, Adorno, Nietzsche, Sartre e Benjamin são os autores mais citados. Ricœur é uma constante menor desde 2009. Temas como a condição humana contemporânea, identidade e sexualidade estão na base de boa parte dos artigos.

Fechando nosso arco temporal, 2012 e 2013 são anos que mantêm a toada dos últimos em relação às estratégias discursivas utilizadas. Eles poderiam ser tratados como a consolidação de certa temática e de objetos filosóficos (tanto a reflexão sobre acontecimentos da atualidade e a constante indagação e definição sobre o papel do filósofo e da filosofia); de certa fundamentação teórica (sem dúvida a tradição crítica alemã, com Kant, Hegel, Nietzsche e Adorno, principalmente; mas também do existencialismo de Heidegger, Sartre e um pouco menos de Kierkegaard; o aumento da presença da psicanálise freudiana e lacaniana, bem como a influência teórico-temática dos fenomenólogos, Husserl, Merleau-Ponty e Ricœur, e a presença dos filósofos pós-críticos, como Foucault e, bem depois, Deleuze); e, por último, de certos modos de enunciação (como o recuo histórico em busca da origem das palavras e dos problemas; e a tensão entre comentário exegético com o fim de explicar um dado assunto, beirando o caráter erudito e informativo, e o ensaio crítico ou apologético que, de maneira quase pedagógica, isto é, mostrando como algo deve ou não ser, experimenta e propaga o discurso filosófico como uma opinião de caráter imperativo). Por fim, é a quinta entrevista de Chauí, de agosto de 2013 (n.182).

Algumas questões levantadas no início do nosso trabalho passam a ganhar maior corporeidade a partir desse panorama traçado no presente capítulo: haveria, entre os modos tradicionais e experimentais de apropriação e enunciação de um pensamento, um uso anacrônico das reflexões histórico-filosóficas que fazem uso do que foi dito e estudado como uma referência prática para o tempo presente do leitor? Estaria a filosofia, como atividade de pensamento, configurando-se como uma estratégia discursiva aconselhadora e corretiva do olhar do leitor, bem como da própria realidade?

São tais perguntas, em decorrência da análise geral dos artigos, que nortearam nossa seguinte análise das principais áreas e temáticas tratadas nos artigos que, de um

³⁵ Escrevem: Joel Birman (loucura), Antonio Negri (sua apropriação dos temas e conceitos de Foucault), Caio Liudvik (sobre as visitas e a relação de Foucault com o Brasil), Safatle (que na sua coluna comenta o método histórico foucaultiano) e Ernani Chaves (psiquiatria e anormalidade).

modo geral, indicaram a passagem do filósofo como historiador e/ou especialista em alguma teoria para a posição daquele que atua, por meio de seu arcabouço teórico, nas discussões acerca dos rumos de seu presente — aquela tarefa que ficou conhecida como sendo a do intelectual.

A função pública do filósofo na *CULT*: diagnósticos e farmaceias

No decorrer dos artigos, um gesto passou a se configurar com relação aos autores de filosofia: estes passaram a discutir, analisar e emitir opiniões sobre os acontecimentos contemporâneos. Primeiro, com as seções e colunas; mas, talvez, antes delas, principalmente com as entrevistas, bem como com alguns artigos esparsos.

Tais escritos e posicionamentos dos autores abordaram três principais temáticas. Política, na forma de discussões em torno dos regimes de governo mais propícios para nosso tempo, em que a democracia é o regime hegemônico. Ética, na forma de discussões sobre comportamento, valores morais e descrições acerca da constituição e da natureza humana, as quais circunscrevemos sob a denominação de “subjetividade”. Pensamento, ou as maneiras pelas quais os autores procuraram definir o trabalho do pensador, entre concepções de conhecimento e procedimentos práticos, que redundariam na função, no papel ou na tarefa da própria filosofia, do filósofo ou do intelectual.

Enquanto a questão da ética redundava em inúmeros comentários a respeito dos valores, de aspectos de comportamentos modernos, passando pela questão da *liquidez* proposta por Bauman até a necessidade de tomada de posturas críticas e reflexivas por boa parte dos artigos. Acreditamos que nosso foco deveria residir nas discussões em torno da política e do pensamento — ambos, pertinentes um ao outro, como veremos, e reverberando na constituição da noção da subjetividade contemporânea segundo os autores abordados.

Política e democracia

Uma das principais áreas de conhecimento filosófico abordadas nos artigos foi a política. Pôde-se ler desde comentários acerca dos regimes totalitaristas do século XX, como o fascismo, o nazismo e o stalinismo, até recuos históricos a fim de tratar, por exemplo, da obra de Maquiavel e de Hobbes. Isso se deve, principalmente, aos dois anos de seção *Ética & Política*, já que os dois especialistas no assunto comentavam questões atuais à luz de seus conhecimentos na área. Foi ao longo dessa seção, que, por

exemplo, o tema da democracia como regime político passou a ser examinado e, por algumas vezes, defendido, passando ao estatuto de questão central.³⁶

Na edição 35, de junho de 2000, em sua primeira entrevista publicada na *CULT*, Marilena Chaui anunciava vivermos “num tempo de crise, de fechamento das expectativas sociais, econômicas, políticas e de fechamento das expectativas culturais”, numa mescla de “niilismo e de resignação insatisfeita ou satisfeita com o tempo presente” (p.45). Para a filósofa brasileira, estaria na ordem do dia a discussão daquilo que é a “crise na e para a filosofia que é a crise da razão, a maneira pela qual esse universo pós-moderno transformou a razão no veículo de todas as formas de autoritarismo e de totalitarismo” (p.45). Segundo esse diagnóstico da filósofa, próprio talvez da dialética do esclarecimento anunciada pela Escola de Frankfurt, além dos autoritarismos pré e pós-Segunda Guerra, estaríamos vivendo numa espécie de autoritarismo do conhecimento, marcado por uma *ideologia da competência*.

Chaui, então, tece algumas condições para o exercício do intelectual em meio a esse contexto de ameaça à democracia. A ideologia da competência, como conjunto de ideais e valores que fundam boa parte das divisões de trabalho contemporâneas, pressupõe que aquele que dirige e comanda *sabe*, e aquele que obedece e executa, *não sabe*, instalando no seio das relações sociais um empecilho para a democracia. Isso pressuporia, por exemplo, a eliminação da assembleia como o lugar de onde sairiam as decisões e transportaria tal tarefa para a figura do dirigente técnico e/ou erudito. Isso, por sua vez, colocaria um problema para o próprio intelectual como personagem nessa engrenagem ideológica.

Também do ponto de vista de uma crise atual, Antonio Negri, em sua entrevista na edição 69, de maio de 2003, diagnosticava as sociedades ocidentais vivendo no interior daquilo que ele chamou de *Império*, conceito que resumiria as características de formas de poder transnacionais e transgeográficas, cujo objeto de governo seria a vida social como um todo. Em face do Império, identificado com uma economia de mercado globalizada mediante a qual pareceria impossível qualquer forma de resistência, Negri negar-se-ia a pronunciar fórmulas e respostas e limitar-se-ia a avisar que tais lutas seriam desenvolvidas no interior de dinâmicas locais, como as experiências de protestos antiglobalização de Seattle e Gênova em 1999 e 2001, respectivamente, “movimento sem fronteiras, sem armas, extremamente eficaz na denúncia da ambiguidade da

³⁶ Basta fazer uma varredura nos títulos dos artigos para encontrar 13 com a palavra democracia; além de mais de 40 artigos sobre o tema (ou seja, quase 8% do total de artigos).

globalização e ao reivindicar sua democratização” (NEGRI; MUNCINI; VILLANI, 2003, p.10). Imaginamos que, segundo Negri, a democratização das oportunidades de mercado e da globalização significaria, para o Império, sua própria ruína.

Num caminho inverso ao de Negri, o filósofo Slavoj Zizek, em entrevista concedida na edição 90, de março de 2005, apresentava seu “jogo filosófico” (2005, p.7) sobre a possibilidade de *retornar* a algum personagem ou ideia, sem necessariamente repeti-la. Para o filósofo esloveno, retornar não significaria fazer do passado um modelo, mas tampouco seria o caso de inutiliza-lo. Seu retorno acenava para uma releitura de um personagem e suas ideias do período pré-revolucionário russo, anterior à Primeira Guerra Mundial, portanto. Esse personagem seria Lenin. Ainda de modo similar a Negri, para Zizek, estaríamos “hoje em uma situação similar” à de Lenin, a de um grande conflito global; e apesar de toda a promessa antiglobalização, “estamos em uma crise ainda maior” (p.8). Um retorno a Lenin não seria repetir todo o processo desastroso que se seguiu após a Revolução Russa com Stalin; nem tampouco acabar num modismo como ocorreu com Che Guevara. Um dos indicadores para afirmar um destino diferente de sua leitura sobre o revolucionário russo foi a pouca aceitação de seu livro sobre tal retomada nos círculos acadêmicos europeus e norte-americanos.

Não jogar o jogo acadêmico, para Zizek, seria repensar a prática e a teoria sem pressupostos dogmáticos, esquivando-se, por um lado, dos marxistas da velha escola que ainda acreditavam na globalização como uma nova forma de imperialismo e, por outro, dos pensadores ditos pós-modernos que acreditavam ser necessário criar novas fórmulas e conceitos, como o de “sociedade pós-industrial”. Para além da demonização, de um lado, e do entusiasmo estilístico, de outro, o caso seria transtornar ainda mais a teoria, dado que não possuímos, até então, uma “real, boa e global teoria sobre o que está acontecendo no mundo hoje” (p.10). Essa era a crítica de Zizek, por exemplo, às teorias de Negri, entendendo-o como herdeiro de uma lógica da resistência que não possuía “a força necessária para criar um modelo alternativo”, vide as aspirações, no último livro de Negri, intitulado *Multitude*, à “construção de uma nova sociedade na Terra”, de tom “totalmente abstrato, quase místico, religioso” (p.10). Em tais conceitos ignorar-se-iam, por exemplo, as suas ambiguidades constitutivas, as quais possibilitam que eles sejam usados tanto por progressistas quanto por reacionários, não havendo, para Zizek oposição real entre Estado e *multitude*.

A ambiguidade das teorias e conceitos, por sinal, deveria ser levada a sério segundo o entrevistado: pseudoconceitos, tais como “terrorismo”, utilizados por nações ocidentais tidas como progressistas para pôr em evidência modos de vida contrários aos seus, esconderiam o próprio terror em projetos de “libertação” dessas nações opostas. A *democracia*, segundo Zizek, seria uma dessas palavras sendo usadas como *disfarces*, significando tanto o levante popular para que mudanças aconteçam, como uma forma de manipulação dos interesses sociais por uma maquinaria fascista. Logo, democracia pode significar nada:³⁷ “ela pertence a um grupo de palavras que não possuem mais sentido diante de uma análise crítica” (p.11).

A concepção crítica de Zizek demonstra um pouco os próprios usos do pensamento em nome de valores e regimes políticos: legitimação desses regimes pelo pensamento, por um lado, e metaficização desses valores, por outro — supondo haver nessas palavras (seja “democracia”, seja, por exemplo, “revolução” ou “liberdade”) valores e realidades possíveis em si mesmos, sem qualquer suspeita. Não obstante, a noção de retornar a estágios anteriores da história para melhorar certas concepções teóricas de pensadores passados, apresentada ao final da entrevista, revela um tanto do otimismo do pensador esloveno para os ditames da política e do papel do intelectual.

Dois anos adiante, em dezembro de 2007, na edição 120, encontramos um dos artigos de Tiburi defendendo a ideia de uma “democracia do olhar” (2007c, p.38). Da democracia como conceito do pensamento político, para um uso estético-existencial, segundo a autora, ela “seria a eliminação da violência, a libertação do olhar para que ‘eu pudesse ver com meus próprios olhos’” (p.38) em face da ditadura do “vejo, logo existo”, da “indústria visual” que nos obrigaria ao que e ao como ver o que vemos. Em última instância, “olhar fascista”, que “tudo quer abarcar” (p.39). Nesse sentido, para Tiburi, “só a arte salva nosso olhar” — entendendo como arte (vídeo, cinema, pintura ou instalação) o “termo que devemos reservar a toda imagem que ainda nos reserva a distância que promove pensamento” (p.38). Ao final, Tiburi considera pensarmos uma ética democrática do olhar como possibilidade de “incluir pensamento no modo como vemos o que vemos” (p.39).

Curiosa apropriação da ideia de democracia, entendida aqui, sem a suspeita de Zizek ou sem seu fundamento no *conflito* e sua *impossibilidade real*, evocados, por exemplo, nos artigos de Ribeiro e Romano (edições 75 e 70, respectivamente). Outros

³⁷ Ele retornaria ao tema na edição 137, de julho de 2009, no artigo intitulado “Democracia corrompida”.

dois artigos de Safatle, por exemplo, trazem à tona, talvez, essa ideia relativa de democracia, esse conceito conflitivo e disputado, usado ora com o fim de defender um lado, ora com o de atacar outro.

Segundo Safatle, na edição 156, de abril de 2011, um uso interessado de “democracia” seria a apologia que países ocidentais fazem ao seu regime aparentemente democrático e laico face aos regimes político-religiosos do Oriente Médio. Países ocidentais gostariam de acreditar que seus regimes políticos são sistemas laicos, “no interior dos quais a força das crenças religiosas deu lugar à possibilidade de uma confrontação eminentemente política” (2011, p.46). Isso representaria, segundo as convicções desses países, uma modernização política que ainda não teria sido alcançada pelo mundo árabe. Versão difícil de ser sustentada, escreve Safatle, devido à influência da religião, com o cristianismo e suas variadas vertentes, nos diferentes regimes políticos de países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Brasil. Bastaria lembrar não só a representatividade dessas religiões nas câmaras de deputados, os partidos políticos essencialmente religiosos e as variadas referências ao cristianismo, como crucifixos, nas escolas e empresas.

Esse contexto, prossegue Safatle, revelaria que a aversão por um governo político islâmico, por exemplo, nos países do Oriente Médio, refletiria a constante intervenção dos países ocidentais nas decisões políticas desses países. Em oposição às tentativas de organização política própria, mesmo que baseadas nos dogmas de uma religião diferente do cristianismo, países ditos laicos apoiaram diferentes ditaduras em países que tentaram erguer um governo islâmico. Ainda segundo Safatle, a aversão ocidental à ascensão de um governo islâmico encontrou fundamento na violência empregada por tais políticas de governo islâmicas, esquecendo-se que o fenômeno da violência e, por sua vez, do terrorismo nesses países, é algo relativamente recente e alimentado exatamente pela constante interferência dos países ocidentais nos interesses das nações que gostariam de se ver livres das ditaduras. Segundo Safatle, a relação entre política e religião estaria longe de ser uma questão resolvida, tanto no Ocidente quanto no Oriente: ambos precisarão “inventar um meio de equalizar esse problema, da mesma forma que nós também precisamos” (p.46).

Chegamos, finalmente, à edição 175, de dezembro de 2012, com o artigo de Safatle intitulado “A democracia que não veio”. O autor afirma que a maioria das pessoas que se portam como defensores dos valores democráticos, tendo a palavra democracia sempre à mão como argumento de autoridade, são as que menos acreditam

nela. Isso porque lhes é interessante sustentar a democracia tal como ela existe hoje, em suas imperfeições e distorções, por ora, insuperáveis.

A democracia segundo Safatle deveria ser compreendida como algo que não se realizou, o que não implica a posição contrária a ou simplesmente a favor do atual estado de coisas. Advogando a favor de uma “verdadeira democracia” (2012, p.11), ele indica as três razões pelas quais esta ainda não teria ocorrido: a primeira seria “a confusão deliberada ente o jurídico e o político”, não reconhecendo a dimensão extrajurídica do direito de resistência e o caráter provisório das estruturas normativas do direito; a segunda razão seria “o medo atávico da participação popular direta” por parte daqueles que defendem as estruturas representativas e negam a possibilidade de uma participação direta pela tecnologia, por exemplo; a terceira e última razão seria a “relação de reconhecimento entre Estado e cidadão”, indicando que, com a falência do Estado-nação, vê-se a necessidade de construir um espaço político de absoluta indiferença às identidades ou, em outras palavras, um Estado capaz de “socializar sujeitos em seu ponto de indeterminação”, sem precisar determinar de forma completa o modo de ser do sujeito por processos disciplinares e de controle. Seria preciso levar em consideração, ainda segundo Safatle, uma discussão acerca da influência dos conglomerados globais de mídia sobre a circulação de informação e questões como liberdade de expressão, pondo em pauta os interesses econômico-financeiros que permeiam tais conglomerados e direcionam seu funcionamento.

No decorrer dessas discussões aqui apresentadas, vemos a palavra “democracia” oscilando entre a possibilidade real de uma convivência justa e, no limite, digna entre seres humanos (caso de Negri, Tiburi, Safatle) e outros modos mais céticos e cautelosos (como Zizek, Romano e Ribeiro), como formas de problematizar a realidade dos discursos a favor da democracia. No caso de Romano e Ribeiro, principalmente no artigo deste último, na edição 75, a democracia deveria ser compreendida por dois princípios: o de conflito e o de respeito; conflito pelo diálogo de diferenças e o respeito pela não desqualificação do discurso oposto.

Democracia como redenção, nem que seja utópica, por vir; ou democracia como desconfiança do que nos é familiar, no limite, como engodo. Seria preguiça intelectual não pensar outras formas possíveis de relações sociais e de poder entre seres humanos? Ou uma espécie de ceticismo filosófico-político, que poderia nos levar a uma paranoia infinita e quiçá niilista dos ditames dos regimes políticos para os indivíduos. O que caberia à filosofia fazer?

Pensamento e o papel da filosofia, do filósofo ou do intelectual

As renitentes investidas que procuram problematizar e redefinir a tarefa do filósofo e da filosofia são tão frequentes quanto díspares. Em nosso arquivo, tais investidas constam tanto dos artigos que comentam o pensamento de filósofos (explicitando aí uma interpretação da própria definição de filosofia desses autores a partir de suas referências teóricas), quanto em artigos mais ensaísticos e entrevistas. Todo um mapa da tarefa da filosofia poderia ser definido, então, a partir desses enunciados. Contudo, ativemo-nos a algumas passagens que nos possibilitaram problematizar tal questão a partir de uma agonística do pensamento.

Retomemos, por exemplo, a entrevista com Marilena Chaui na edição 35. Em primeiro lugar, com respeito ao trabalho da filosofia, esta precisaria se posicionar em relação ao contexto atual da *crise da razão*, descrita pela entrevistada. A filosofia teria muito a dizer em tempos de crise e de grande fechamento de horizontes. Por exemplo, o fato de que dimensão prática da filosofia seria mediada por um trabalho especulativo, conceder-lhe-ia “uma liberdade muito grande de se movimentar no tempo, portanto, de operar com o alargamento das fronteiras temporais” (2000, p.45). A filosofia teria, então, “esse poder de abertura da chave temporal”, tendo como objeto “a interrogação do sentido do ser das coisas” (p.45).

Em segundo lugar, Chaui em relação à atuação do filósofo como intelectual. Pelo fato de terem seu trabalho atrelado ao campo acadêmico-especulativo ou, em outras palavras, por fazerem política através das letras, os filósofos/intelectuais seriam, por mais libertários que fossem, parte estruturante da segregação social perpetrada pela ideologia da competência e pelo autoritarismo da razão e do conhecimento. Para escapar a essa condição *sine qua non* de sua atividade, o filósofo/intelectual teria que de alguma maneira participar da divisão de trabalho que competiria aos executantes, àqueles que, segundo tal ideologia, nada saberiam. É essa atitude que Chaui chamou de *militância*, uma ação não apenas escrita, mas que abarcasse uma participação direta ou nas ações de um partido político ou nas ações dos movimentos sociais. Foi essa a justificativa para ter se filiado ao Partido dos Trabalhadores ou ter exercido cargo público, logo no início dos anos 1990. Para Chaui, foi a única maneira de provar que se pode, enquanto intelectual, “mergulhar numa ação política com outros e realizá-la a partir de decisões coletivas e sobretudo realizá-la a partir de um aprendizado que você tem na relação com o outro” (p.61).

É notável que, após essa primeira entrevista, nas duas que se seguem, a autora passa a anunciar e avaliar os primeiros anos do novo governo comandado pelo partido à qual era filiada (2004, n.85) e, logo, a defendê-lo em meio às críticas públicas (2009, n.133). No entanto, nessa última entrevista, ela retoma mais uma vez, uma definição de filosofia, agora, um tanto distante de sua atuação como intelectual pública.

Conforme Chauí, a atitude filosófica inicia-se com a desconfiança da veracidade ou do valor de crenças cotidianas, propondo-se como uma interrogação “sobre o sentido e o valor do conhecimento e da ação” (2009, p.19), um trabalho do pensamento e da ação para pensar-se e compreender-se a si mesmo. Por isso a pergunta pela utilidade ou funcionalidade não serve para averiguar os contributos da filosofia para o indivíduo e a sociedade. A entrevistada retoma, ainda, a função da história da filosofia para o próprio filosofar: como enraizamento da filosofia na história, cujos problemas são suscitados pelo seu tempo; como atitude diante do presente, a partir do passado e mirando o futuro; e, por último, pela possibilidade de deslocar, de descentrar, de modificar o sentido do que já foi pensado. A força do filosofar residiria, então, nessa relação entre presente, passado e futuro para suscitar problemas.

Duas edições após a segunda entrevista de Chauí na revista, a *CULT* dava a José Arthur Giannotti, citado na entrevista de Chauí como opositor à sua posição de intelectual, o direito de também ele flertar com o diagnóstico da situação do país àquela época e discorrer sobre o papel do intelectual.

Para Giannotti, o que caracterizaria o intelectual em contraposição ao cidadão comum — que tem a possibilidade de agir e pensar seu presente, que paga imposto, tem CPF etc. — é a diferença de que alguns se “engajam numa atividade política nem sempre partidária, mas ocupando uma posição no espaço público” (2004, p.9). A partir desse engajamento, ele pode se voltar para o “futuro levando em conta o passado e o presente ou pensar esse futuro na sua imaginação” (p.9). Para o entrevistado, partindo da premissa que a política vale-se do pensamento da mesma forma que o pensamento vale-se da política para seus próprios propósitos, um intelectual que pensa o futuro na sua imaginação, de maneira a deixar seus sonhos determinarem suas ações e desejos, correria o risco de alimentar realidades políticas com resultados práticos nefastos. Nesse caso, o intelectual não deveria propriamente abdicar de seus pensamentos e desejos, mas, sobretudo, limitar e controlar sua imaginação (p.9-10).

Outros dois autores tratam diretamente da questão do intelectual. O primeiro deles, Sergio Paulo Rouanet, na edição 108, de novembro de 2006, ponderava a respeito

do desaparecimento desse ator social denominado intelectual. Este, como dizia Sartre, intromete-se naquilo que não é da sua conta, saindo do lugar que lhe cabe na divisão dos trabalhos intelectuais para formular julgamentos na esfera pública. Para tal gesto, ele precisaria ser caracterizado, primeiro, por uma formação multidisciplinar e, segundo, pela formulação de julgamentos de valor, sendo tanto descritivo quanto normativo. Tal postura e condições de possibilidade, então, estariam desaparecendo devido à especialização na formação acadêmica das ciências humanas. Caso quiséssemos ter de volta tal ator social, diz Rouanet, precisaríamos criar meios para que “haja uma cultura geral maior do que existe hoje” (2006, p.11), num retorno a uma formação mais universalista ou, dito de outro modo, no retorno do intelectual universal e orgânico, “a fim de que as pessoas tenham mais disposição em participar da discussão de temas de interesse coletivo” (p.11).

Poderíamos reconhecer essa aspiração ao retorno ou à manutenção do intelectual universal na entrevista de István Mészáros para a edição 119, de outubro de 2007. Nela, o filósofo marxista húngaro contesta tanto a recusa da figura do filósofo como intelectual de inspiração sartreana, aquele que falaria em nome dos interesses universais, quanto a adoção de um filósofo mais circunscrito ao seu campo de trabalho, engajando-se num combate prático munido de um conhecimento especializado, como o proposto por Foucault na definição de um intelectual específico. Segundo Mészáros, não necessitaríamos escolher, em definitivo, um ou outro modo de atuação, sob a ameaça de, ao rejeitar um e optar pelo outro, arrefecer ou mesmo inutilizar suas teses e gestos, tal como aconteceu com Sartre após Foucault. Na sua visão, um não exclui o outro.

É no interior dessa problemática do filósofo como intelectual, daquele que se volta para os problemas da sociedade na qual ele vive e atua, que Renato Janine Ribeiro, na edição 95, de setembro de 2005, em seu último artigo na seção *Ética & Política*, problematiza a razão de não haver uma filosofia brasileira, principalmente, no que compete à “reflexão propriamente filosófica sobre os temas que hoje nos desafiam” (2005, p.45). Ali ele ainda conclama a retomada da atitude de pensar o presente por certa tradição europeia denominada *continental*, a qual relacionaria a filosofia com a cultura, com a história, com a política. A tradição que atualmente mais se arrisca a filosofar sobre as questões pertinentes a seu tempo, a *analítica*, leva em consideração mais a lógica argumentativa do que o contexto histórico.

Para Ribeiro, deveria chegar a hora em que os professores e pesquisadores da tradição continental deveriam parar de fazer somente história da filosofia e pensar filosoficamente seu presente, desde as traduções dos clássicos até a questão de pensar filosoficamente a política. Conforme o autor do artigo, embora o Brasil tenha uma comunidade filosófica que se manifesta politicamente discutindo coisas públicas, poucos se prestariam “a uma reflexão filosófica propriamente inovadora”, muitas vezes apenas opinando e ficando na *dóxa*. Isso decorre, segundo seu modo de ver, de uma aplicação da teoria que não leva em consideração a experiência cultural, histórica e política singular — não se inova em filosofia ou não se produz filosofia brasileira por não valorizarmos tal realidade, e, conseqüentemente, não teorizamos sobre ela.

No caminho contrário à argumentação de Ribeiro, na entrevista publicada na edição 98, de dezembro de 2005, Mario Sergio Cortella afirma que os filósofos brasileiros têm buscado renovar as questões tradicionais da filosofia, numa aceleração “bastante forte da reflexão e compreensão filosófica” (2005, p.11). Mais uma vez evocando a noção de crise, no caso, ecológica, Cortella alertava, contudo, que não bastaria ficar pensando questões “meramente ontológicas, teológicas ou metafísicas”, mas “olhar o cotidiano e a história” do que fora produzido. Ainda na contramão, agora dos argumentos favoráveis à popularização da filosofia, Cortella não afirma que a filosofia deveria guiar o ser humano ou ser ensinada na escola ou no trabalho, pois não se ensina a pensar.³⁸ Para o entrevistado, a atividade do pensamento seria um “atributo atávico da espécie humana” e muitos filósofos teriam criado formas de pensamento que não eram propriamente edificantes ou pedagógicas, como seriam aquelas próprias dos inspiradores de ditaduras e totalitarismos.

Algumas concepções de filosofias que pretendiam redefinir ou renovar o pensamento crítico e filosófico à luz de seu presente já circulavam antes e continuaram a circular nos artigos e entrevistas.

Na edição 64, de dezembro de 2002, o jornalista e professor de filosofia Domingos Zamagna anunciava a filosofia como uma disciplina insólita porque ninguém mais ousaria defini-la, pois “tal definição varia de acordo com os filósofos, as correntes filosóficas e os períodos históricos” (2002, p.34). Zamagna procurou associá-la, por sua vez, ao papel do cientista e à empresa da ciência, que buscam a verdade num processo contínuo, comum e acumulativo. “Cada pensador”, continuava, “ambiciona colocar o

³⁸ Curiosa afirmação de Cortella, vide a sua participação em programas de rádio e televisão, bem como redigir livros que visam facilitar a filosofia para a leitura do público leigo.

tijolo da sua contribuição para a construção de um grande edifício”. Daí a razão de dizer que a filosofia possuiria tantos atrativos quanto as ciências, a fim de mostrar sua relevância para o presente.

De outro modo, Luiz Felipe Pondé, na mesma edição 64 de dezembro de 2002, problematizava o contexto do pensamento ocidental à luz de uma “virada pragmatizante” (2002, p.9), encarada pelo autor ora como pura miséria intelectual e próxima à autoajuda, ora como certo ceticismo de fundo, por vezes construtivo (vertente esta que levou a uma reflexão utilitarista e epistemológica de viés propriamente pragmatizante). Resumindo: “o terror é condição geral do ser humano e o modo ‘medroso’ de enfrentá-lo não é necessariamente religioso, muito pelo contrário” (p.9). Ao seu modo, Pondé defende um retorno ao pensamento religioso como forma de crítica ao pensamento pragmatizante do mundo moderno e contemporâneo.

Na onda dessa possível popularização, em sua entrevista publicada na edição 97 (especial sobre filosofia), de novembro de 2005, o chamado de Michel Onfray era para a filosofia se libertasse das amarras da universidade para, enfim, poder “produzir efeitos na realidade” (2005, p.19). Em oposição a uma parcela significativa da filosofia da era moderna, quando filósofos iluministas tinham contribuído para o “arsenal conceitual de uma grande parcela da Revolução Francesa” (p.19), a filosofia atual estaria confinada aos especialistas e universitários, não oferecendo grande perigo. Uma filosofia para o povo, por sua vez, significaria “multiplicar os efeitos críticos e radicais”. Em resumo, para alcançar esses efeitos críticos e radicais seria necessário, segundo Onfray, realizar uma *leitura crítica do mundo* e, em seguida, *propor uma solução* alternativa a esse mundo. De outro modo, a filosofia poderia ensinar o povo a pensar por outros dois movimentos: em primeiro lugar, praticando uma história crítica do mundo, mostrando como outros fizeram antes de nós; em segundo, resgatando o ensino de filosofia.

Por sua vez, Oswaldo Porchat, na sua entrevista da edição 121, de janeiro de 2008, declarava que o ceticismo filosófico o fez entender a relação entre a vida comum e a filosofia, bem como a necessidade de uma para a outra, sem necessariamente apelar ao pragmatismo ou a soluções alternativas. Na perspectiva cética, não haveria verdades transcendentais, mundos extraterrenos ou crenças dogmáticas. Nesse sentido, a filosofia cética se voltaria para o “espaço mundano” (2008, p.57), o qual, por sua vez, alimentaria os interesses do pensamento para trabalhar analiticamente sobre a vida comum e seus dilemas. Tal modo de fazer filosofia seria uma tentativa de compreensão do mundo e de nossa experiência, e, na verdade, “a mais totalizadora e abrangente

possível” (p.60). Dito isso, Porchat prossegue afirmando que o filósofo cético não precisaria voltar-se para a situação ético-política de uma sociedade de modo especial. Essa atitude, comum a qualquer cidadão, seria parte da própria atitude filosófica que privilegia a vida comum e, assim, só distinguir-se-ia da opinião do cidadão pela sua capacidade de se dirigir ao um âmbito mais geral, dizendo respeito “à comunidade dos seres humanos” mais do que “ao contexto particular de um país” (p.60).

Na longa entrevista concedida em dezembro de 2008, na edição 131, André Comte-Sponville respondeu perguntas sobre o papel do intelectual e sobre sua concepção de uma filosofia feita sobre o presente para a humanidade. Averso ao ideal da popularização da filosofia nos moldes do uso de grandes conceitos, sem diferenciação e rigor no seu pensamento tal como teria sido propagado na França desde os *Novos Filósofos*, na década de 1980, o entrevistado propunha um retorno à psicanálise de Freud e à filosofia em geral para praticar uma “espiritualidade sem Deus” (2008, p.18) e recusar esses esquematismos espiritualistas *new age*, cheios de confusões e sentimentalismos frouxos. Conforme Comte-Sponville, não seria o caso de inventar uma nova ciência ou comentar a filosofia dos outros, mas “reatar com a tradição filosofante” (p.20), tradição presente tanto na antiguidade quanto na modernidade, a qual não escrevia para uma comunidade culta, mas para a humanidade. Se isso fosse considerado popularização da filosofia, continua o entrevistado, também o seriam a *Carta a Meneceu* (Epicuro), os *Ensaio*s (Montaigne), as *Meditações metafísicas* (Descartes), o *Dicionário filosófico* (Voltaire) ou a *A gaia ciência* (Nietzsche).

Daí a razão do filósofo entrevistado tomar a pergunta pelo papel político do intelectual como uma forma de expor, também ele, a relação entre intelectual e cidadão. O intelectual deveria trabalhar e não simplesmente assinar petições. Seu trabalho seria o de ajudar os outros a “refletir e não o de pensar por eles”; seria o de “trazer um pouco de complexidade, de inteligência, de dúvida ao debate público e não o de reforçar as paixões e os esquematismos de uns e outros”; seria o de “buscar a verdade e não o de dar lições de moral”; seria o de “escrever livros e não o de dizer em quem votar” (p.16). Nesse sentido, afastando-se dos engajamentos políticos, por exemplo, de Sartre e Bourdieu, cujas posições e escolhas foram pouca lúcidas e um tanto dogmáticas, segundo o entrevistado, sua posição na política seria a de exercer sua profissão de pensador e, caso optasse por participar de levantes populares ou manifestações políticas, fá-lo-ia não como intelectual, mas como cidadão.

Entrevendo um meio termo entre pensamento empírico e pensamento transcendental, em sua entrevista publicada na edição 140, de outubro de 2009, Frédéric Worms, especialista em Henri Bergson, falava a respeito da responsabilidade da filosofia nos dias de hoje. Não podendo negligenciar “a vida em sua dimensão real, concreta, frágil, nem em sua dimensão última, intensa, metafísica, talvez menos real” (2009, p.40), o papel da filosofia seria retomar um gesto duplo, próprio de Bergson, resumido na ideia da crítica como formulação de problemas: “a crítica aos falsos problemas e a formulação daqueles que realmente importam” (p.40).

Marcia Tiburi, entre os temas abordados em sua coluna, às vezes de forma mais breve ou mais alongada, também expressava alguns posicionamentos sobre como pensa o papel do filósofo e da filosofia. Por exemplo, ao escrever sobre a relação com o feminismo (n.113), afirma que o que importa à filosofia é “enfrentar a nudez dos fatos” (2007a, p.24). Escrevendo sobre o conceito de *profanação* em Agamben (n.114), ela afirma que o filósofo, quando nasce, seria “um mago da palavra porque conhece a lei de seu funcionamento”, mas que, em nome da dúvida, logo abandonaria a poesia, “sempre ameaçada de virar certeza” (2007b, p.34); ainda nesse artigo diz, pensando com Agamben, que a “boa filosofia”, profanadora, seria análoga ao gesto de restituição democrática de devolver à esfera humana o que tinha sido sacralizado, facilitando sua compreensão, expondo o complexo sem torná-lo raso.

No seu artigo da edição 123, de abril de 2008, Tiburi também abordou um subtema recorrente (por exemplo, no caso de Chauí, acima): a relação da filosofia com sua história. A partir do anúncio de que a filosofia está na moda, muitos interessados gostariam de conhecer sua história. Sua potência, para a autora, em meio à sua popularização seria a da “modificação das bases da educação pelo avanço da crítica e da compreensão em território sem especialização reflexiva” (2008, p.40). Uma má filosofia, contudo, segundo Tiburi, ameaçaria “calcificar” a educação, quando pensada como saber constituído ou área pertencente apenas aos eruditos apartados das relações sociais, podendo “minar um projeto de formação para a democracia” (p.40), tarefa tanto da educação quanto da filosofia.

O discernimento entre a filosofia e sua história (sempre as grafando com maiúsculas), para Tiburi, seria uma primeira atitude para, por um lado, destituí-la de sua superioridade datada cronologicamente como verdade absoluta e, por outro, promover sua atitude reflexiva, núcleo essencial. Que a filosofia esteja no interior da história, que surja dos problemas de seu tempo, é algo inevitável; nesse sentido, ela seria a “história

do pensamento crítico ligada à vida de certos homens que a escreveram e à cultura à qual pertenceram” (p.40). Não obstante, ao promover uma leitura historiográfica que “apenas repete e assina embaixo dos grandes conceitos do passado”, elimina-se tal núcleo essencial da filosofia — situação, de acordo com a autora, perpetrada nas pós-graduações das universidades, bastiões do “pensamento como instituição” (p.41).

A filosofia e sua história deveriam manter, por sua vez, um diálogo crítico com o que é pensado e estabelecido, com vista tanto ao estatuto do presente quanto à historicidade de sua prática. Afirmando-a como *liberdade do pensamento*, em oposição à mera conversa ou debate, mas também à propriedade por um público restrito, é preciso defender a filosofia como algo que é criado e recriado a cada vez que alguém se “dá o trabalho de elaborar, de modo organizado e com espírito sistemático, as concepções, as teorias, as interpretações que aparecem” (p.41) no rumo de uma pesquisa.

Talvez de modo semelhante, outra concepção de filosofia e sua relação com a história, por exemplo, foi apresentada por Luís Oliva na primeira seção da *Filosofia Cult*, edição 59, julho de 2002. Oliva afirmava que uma das primeiras lições para quem começa a estudar filosofia seria “a descoberta de que os conceitos têm uma história e por isso sempre se referem ao passado, seja para continuá-lo ou rejeitá-lo” (2002, p.24). Dessa afirmação, poderíamos retirar, a nosso ver, dois fundamentos. No primeiro, a filosofia seria uma forma de compreender o presente a partir da história de seus conceitos. No segundo, a filosofia seria uma atividade conceitual, seja para estudar os conceitos, seja, num caso implícito, para rejeitá-los e criar novos.

Ainda, o artigo de Jeanne Marie Gagnebin no dossiê da edição 143, de fevereiro de 2010, ponderou a respeito da relação entre filosofia e consolação. Evitando ser complacente com duas modalidades atuais da filosofia, a saber, como uma nova terapia ou como a arrogância erudita da lucidez crítica, Gagnebin procurou reestabelecer historicamente as pistas sobre os laços e seu enfraquecimento, tal como proposto pelo dossiê. Num primeiro momento, Adorno e a impossibilidade da consolação pela razão após Auschwitz: face à organização racional da violência, não se poderia narrar sua história como consolo para a posteridade. Em segundo lugar, as modificações da atitude crítica em meio à modernidade: numa aliança entre cristianismo e Iluminismo, a democratização dos saberes e o desencantamento do mundo não poderiam se satisfazer com o apelo a qualquer forma de “entidade transcendente” como consolo — caso contrário, abandonar-se-ia todo o discurso que buscava se fundar na razão e na impossibilidade da metafísica, caindo na confusão entre discurso filósofo e religioso.

É a partir daí que a autora tece suas considerações finais para a filosofia de hoje: remetendo-se aos *mestres da suspeita* Nietzsche, Marx e Freud, propostos por Foucault, à atualidade impor-se-ia uma atitude filosófica, epistemológica e ética, de “resistência à assimilação entre aspirações a uma vida justa e suas traduções apressadas em doutrinas políticas ou religiosas” (2010, p.64). Portanto, segundo a Gagnebin, é forçosa uma recusa, por parte da filosofia, a associar o pensamento crítico a proposições políticas ou metafísicas. Uma “filosofia sem absoluto”, Gagnebin parafraseando Ricœur, “ciente dos limites tanto da razão quanto da fé, que não pode pretender encontrar um sentido último nem para a vida humana, nem para a morte, nem para o sofrimento, nem para o mal” (p.64). Uma filosofia, em suma, que não poderia nos consolar ou, antes, como diz Gagnebin ao parafrasear Camus, que nos ajudaria a viver “uma vida sem consolação” (p.65), a viver plenamente, até a morte.

Por fim, Vladimir Safatle, na sua entrevista publicada na edição 186, de dezembro de 2013 — última de nossa abordagem analítica — apresenta sua definição ou apropriação da atividade filosófica no presente. Safatle responde sobre os campos de sua atuação, entre a psicologia, a psicanálise, a estética e a política — nesta última frente, afirmando ter se filiado a um partido político de orientação socialista com o fim de pensar o âmbito político “para além dos partidos” (2013, p.15). Suas inspirações teóricas provêm de autores que, de certa maneira, compreenderam a filosofia como “um discurso vazio, no sentido dela não ter objetos próprios”, mas “recupera objetos que lhe são exteriores” (p.9), como foi o caso de Adorno ou de Foucault. Descrevendo a natureza humana como sendo da ordem da plasticidade, avessa às limitações identitárias, a atividade filosófica seria algo como o retirar a pele das coisas para ver suas estruturas, esfolar um pouco as coisas, ou seja, “ver um pouco aquilo que outros não gostariam de ver” (p.15). Segundo Safatle, nada a ver com qualquer visão epifânica, mas sim com uma “complexificação da visão, acompanhada da decepção em relação a certezas do senso comum”. A filosofia seria uma consciência de que se pode pensar contra si mesmo, brigar consigo mesmo, percebendo que se estava errado antes — “agressividade da filosofia”, diria o autor, como uma agressão contra si mesmo: contra o que se pensa, contra o que se é — a favor, quiçá, da plasticidade natural do ser humano.

De forma breve, é possível observar tantas abordagens quanto possíveis da filosofia expressas nos artigos dos autores de filosofia aqui analisados. Da sua relação com a ciência, com a história ou com a religião; passando pela necessidade de retornar

ao presente, muitas vezes reconhecendo a impossibilidade desse retorno, ora porque a filosofia ainda estaria presa a especializações e academicismos, ora porque esse retorno seria descabido, uma vez que ela sempre esteve em relação com o seu tempo e contexto. Vimos, desse modo, a filosofia tecer tantas relações quanto apresentar funções para seu trabalho. Consolar, pôr problemas, solucionar, descortinar, revelar, libertar, democratizar, deslocar, alargar, criar. Toda uma miríade ou um caleidoscópio dos afazeres filosóficos que nos faz, a seguir, repensar o percurso da pesquisa até aqui percorrido.

IV. ARQUIVO-ACONTECIMENTO OU O ENIGMA DO PRESENTE

Sair da filosofia pela filosofia.
Gilles Deleuze

Adentrando o capítulo final da presente dissertação, uma espécie de sensação paradoxal da escrita, bem ao modo de Blanchot, assaltou-nos: à eminência da famigerada conclusão, perante a carência de uma síntese de tudo o que foi até aqui tratado, o final, esse ponto tão esperado quanto desejado, tão buscado quanto planejado, parece abrir-se como um buraco diante de cada palavra ou releitura. É como se um abismo se escancarasse sob as tentativas de sintetizar, de reagrupar, de distribuir e novamente dispor a exuberância excessiva dos enunciados descritos, mesmo à luz das breves conclusões alcançadas ao final de cada capítulo.

Chamemos essa impressão após a lida com o arquivo como resultado de um verdadeiro acontecimento — uma explosão de sentidos imanentes, de interpretações possíveis, de relações explícitas e implícitas, de derivações e digressões iminentes. Pasma, espanto e/ou perturbação são algumas das palavras que podem descrever, paradoxalmente, os efeitos do contato com a pletora de estímulos e pensamentos. Padecimento pelo arquivo, por assim dizer, numa distorcida alusão à Derrida.

Digno da descrição do defunto mais ilustre da literatura brasileira, arquivo-espetáculo: “acerbo e curioso espetáculo”, no qual

a história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que não lhe podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago. (ASSIS, 1999, p.27)

Sim, o arquivo como um clarão arrebatador, o qual poderia cegar qualquer inteligência brilhante, munida da mais alta erudição; e que nem chegaria aos pés das mais suntuosas imaginações. Tal sensação absorta poderia ser explicada, a bem da verdade, como incapacidade intelectual; uma teimosia e birra diante de sistemas filosófico-dialéticos; uma preguiça mimada e derradeira, diante da colossal empreitada, desprovido do fôlego para encerrar o que, epistemológica e historicamente, contraria a evidência material de que tudo tem um fim.

Não filosofemos mais impunemente, porém.

Foucault uma vez escreveu que o “fundamental da história passa pelo fio miúdo e tênue dos acontecimentos”, passa pelo “buraco de uma agulha” (2010c, p.100), diante do que seria preciso resolver-se e passar corajosamente ao enfrentamento. O contato com o arquivo resultou em numerosos acontecimentos discursivos e fios argumentativos (sentido e emergência da popularização da filosofia ao longo da história, as muitas relações e desígnios que a prática filosófica pode assumir, os diversos temas e objetos etc.), que desenrolar tal novelo seria o mesmo que procurar refazer tantas histórias da filosofia quanto possíveis, cada qual com uma linha temática própria — nossos *buracos da agulha*. Todavia, não nos seria lícito — muito menos preferível — adotar tal empreitada agora, seja por modéstia, seja por prudência. Acreditamos que restou-nos, contudo, a coragem do enfrentamento.

Se nos foi impossível fixar o arquivo-relâmpago, temendo pela nossa pesquisa e sanidade intelectual, tal como ocorrera com Brás Cubas, talvez tenha sido por certa obstinação na erudição que sobrevivemos à presente empreitada. Pelo afastamento de concepções prévias acerca do que havíamos pensado e agenciado pelo constante e laborioso processo da ciência, sumamente entendida como a atenção às verdades despretensiosas achadas com método rigoroso (NIETZSCHE, 2006a), recobramos a vitalidade e pudemos fruir da inebriante desordem do arquivo.

Tratou-se, assim, por meio da metodologia foucaultiana, de tentar perceber o que está acontecendo com a filosofia no presente, eminentemente, na sua relação com a mídia: de “fazer aparecer o que está tão próximo, tão intimamente ligado a nós que, por isso mesmo, não o vemos” (FOUCAULT, 2011c, p.246). *Tornar visível o visível* para anunciar suas possibilidades e perigos; diagnóstico do presente, não com o intuito de curar, resolver ou solucionar males e problemas. No fim das contas, nossa atitude analítica não nos parece uma incapacidade intelectual ou uma recusa de saber; ao contrário, parece-nos que abre passagem, em meio aos infinitos discursos, para a *insurreição dos saberes* (1999, p.14).

Nada de achismos ou verdades pré-determinadas; nada de conclusões previsíveis. Tampouco, nenhuma proposição ou alternativa, nenhuma definição definitiva, nenhuma verdade profética, portanto. A construção e o atravessamento do arquivo pela nossa leitura problematizadora multiplicaram as histórias e as práticas filosóficas empenhadas hoje, e fizeram-nos pensar para além do que a mais vã filosofia poderia esperar. Se o trabalho do pensamento “não é denunciar o mal que habitaria secretamente em tudo o que existe, mas pressentir o perigo que ameaça em tudo o que é

habitual e tornar problemático tudo o que é sólido” (FOUCAULT, 2014e, p.217), o choque perante nosso arquivo, então, presenteou-nos com a concretude da experiência do pensar, da qual não se sai o mesmo. *O pensamento como um transe* — e, então, vale a pena pensar de novo (2008d).

Tudo ocorreu mais rápido do que prevíamos. Ou a lentidão de todo o processo fez com que as coisas passassem por nossos olhos — a história do presente filosófico — num raio. Tempos e enunciados sobrepondo-se em 17 anos ou, mais precisamente de nossa parte, em três anos e alguns meses. A decisão pelo tema do trabalho, a elaboração de sua problematização, os primeiros textos e análises, a constituição do duplo arquivo — o genérico e o específico —, enfim: perda da noção de tempo e verdade. Daí a necessidade de retomada.

* * *

Na primeira parte da presente pesquisa (capítulos 1 e 2) partimos da alegada popularização da filosofia para averiguarmos as seguintes questões: por um lado, como estaria se realizando a discussão desse cenário, entre filósofos, especialistas, jornalistas e população? Em decorrência dessa, quais seriam as verdades e tarefas propostas para a atividade filosófica?

Percebe-se que a filosofia passa a não mais se ocupar exclusivamente de questões ditas clássicas, alheias à pluralidade do real, como tampouco é somente o filósofo capaz de praticar e produzir filosofia. Atualmente, muitos se aventuram na reflexão filosófica e diversas coisas são ditas como *filosóficas*. Coisas em geral, como objetos, pessoas, produções artísticas ou características de algo, recebem esse adjetivo — ora devido à sua referência direta ou indireta à história da filosofia, ora tão somente num sentido conotativo. Julgamos, então, que o estatuto da filosofia devesse ser compreendido por meio do grande espectro de suas aparições, como esse nome que engloba tanto a atuação do filósofo quanto tudo aquilo a que é conferida a alcunha de filosófico.

Nesse primeiro momento, para além dos guias introdutórios e coleções de livros com obras originais ou de comentadores, para iniciados ou não, foi-nos possível perceber o despontar de duas principais práticas filosóficas — ambas, contudo, voltadas para o mesmo objeto: o presente.

Um primeiro modo, o filosófico-terapêutico, aliançado com o discurso psicológico-psicanalítico e espalhado em diferentes plataformas materiais, tinha como finalidade diagnosticar e buscar tratar certos acontecimentos e comportamentos do presente com o auxílio dos enunciados de filósofos. Mais do que abarcar uma atividade filosófica de análise e crítica, a filosofia terapêutica, *pop* ou não (da filosofia clínica até Alain de Botton), faria uso de tais enunciados a fim de comentar situações e oferecer, de modo anacrônico, possíveis soluções ventiladas para problemas e tempos outros.

Um segundo modo, uma espécie de filosofia *pop* propriamente dita, aliançada com a estética e a arte, de cunho crítico-ajuizador, impunha-se como uma modalidade que resgataria a criatividade e a utilidade da filosofia para o presente: desconstrução das mentiras, revelação das verdades. Desmascaramento e invenção de modos de vida. Algo que, apelando a Foucault, flertaria tematicamente com a ideia de uma estilística da existência ou da vida como obra de arte.

Desta feita, de Nietzsche a Charles Feitosa, poderíamos dizer que a filosofia ter-se-ia voltado definitivamente ao presente de modo crítico e criativo. Contudo, na sua mais recente emergência, como analisamos, esta teria tornado o campo fértil e movediço da contemporaneidade em um solo minado de prescrições e opiniões diversas acerca de imperativos e análises ético-clínico e estéticas de fundo aconselhador, corretivo, adaptativo.

A partir daí, a intenção de nosso trabalho dirigiu-se para pensar o que seria esse filósofo na mídia — o que seria esse ator social, misto de *expert* e professor, de sábio e jornalista, médico e artista, nas plataformas materiais de divulgação cultural. Desse modo, investigamos quais e como poderiam ser suas atuações possíveis nesses veículos de comunicação; muito embora esses tenham emergido no século das luzes como uma forma de fazer circular e discutir temas relevantes à sociedade na qual estariam inseridos, nunca dantes possibilitaram, tanto como agora, que esses atores exercessem sua atividade para além dos lugares aos quais eles haviam sido confinados, talvez por eles mesmos — as instituições pedagógicas.

Tal entrada desses atores na mídia, desde Kant, tornou-se a possibilidade real de uma discussão generalizada, almejadamente fértil, sobre os valores, os costumes, as verdades e os rumos éticos, políticos, econômicos e culturais de um dado tempo e sociedade. Era oportunidade, entre as tantas correntes e vertentes filosóficas ao longo da história, de colocar o pensamento sob o signo de uma *ontologia do presente*

(FOUCAULT, 2010c), perguntando-se sobre o que estava acontecendo ali, naquele instante.

Dáí o mirante privilegiado que escolhemos para a observação dessas estratégias e táticas discursivas por meio da revista *CULT* (capítulo 3). Nos 17 anos analisados, paralelamente ao alardeado *boom* discursivo apresentado no início do capítulo, pôde-se afirmar que a filosofia passou por um processo, diferentemente do que identificamos como popularização, mas de larga difusão. O crescente aumento de artigos de autores de filosofia a partir de 2002 — ou seja, alguns poucos anos depois das primeiras incidências discursivas sobre a popularização da filosofia na mídia jornalística — é uma prova do interesse do público, por um lado, e da legitimidade angariada pelos filósofos para escreverem assiduamente, por outro, fazendo do discurso filosófico mais uma política de verdades no rol das discursividades veiculadas nessas revistas culturais e, em particular, na *CULT*.

Entretanto, se no início conjecturávamos a respeito da emergência e/ou formação de uma *expertise* filosófica — de um tipo de saber/poder de alicerces liberais, cuja função social seria a de ofertar veridicções para que indivíduos adotassem-na como formas de conduzirem-se uns aos outros —, ao adentrarmos na revista *CULT* e constituirmos nosso arquivo de enunciados filosóficos, o problema tornou-se tanto mais abrangente quanto complexo.

Da popularização à *CULT*, pensar à luz do presente também foi o mote.

Os autores de filosofia da revista, de modo geral, empenharam-se em duas grandes formas de atuação: por um lado, a divulgação, a explicação ou a informação para iniciados e não iniciados (na forma de comentários ou ensaios); e, por outro, os ensaios a respeito de algum tema do presente, orientados por certas fundamentações teóricas, aos quais relacionamos a função do filósofo como intelectual.³⁹ Pudemos detectar, no entanto, que toda uma complexidade de estratégias discursivas configuram os enunciados e produzem diferentes efeitos de poder — efeitos que incidem sobre o que se é capaz de pensar e fazer.

Apesar da complexidade das configurações estratégicas, foi-nos possível reconhecer, contudo, certos regimes ou políticas de verdade configurando certa regularidade discursiva.

³⁹ Talvez esse seja um caso clássico do problema da diferença entre fazer história da filosofia e filosofar.

O feixe de relações da temática filosófica consolidou-se em torno dos temas da atualidade: fosse a política, com a subtemática da democracia no centro do palco das discussões, fosse a ética, com diferentes comentários e alusões sobre a natureza ora essencial ora plástica do ser humano ou sobre o que está ocorrendo com a nossa alma, nossa identidade, nossos modos de vida ao longo dos últimos anos. Ainda, a própria atualidade da filosofia foi colocada em questão: fosse também a própria história da filosofia, num primeiro momento, com artigos de certo modo imitando e aligeirando a estrutura acadêmica de enunciação; fosse a própria tarefa e possibilidade de fazer filosofia em nosso tempo, com diversos autores discorrendo sobre os diferentes modos de filosofar e, logo, de fazer história da filosofia — julgamos que isso tenha se intensificado mais propriamente a partir de 2006.

Tais temáticas mais recorrentes pareceram-nos, de certa maneira, os campos tradicionais da filosofia — política, ética e o próprio questionamento acerca dos limites e possibilidades do pensamento, entre, por exemplo, história, epistemologia e metafísica —, atravessados pelas estratégias discursivas predominantes.

Apesar de toda a variedade dessas estratégias, foi possível identificar a regularidade de outro feixe de relações: o das teorizações. Ora por abordagens exegéticas, ora por abordagens mais aplicadas, as teorias rondaram as tradições alemã e francesa, com um menor destaque para a filosofia analítica anglo-saxã.⁴⁰ Notadamente, a teoria crítica, por meio de conceituações acerca da indústria cultural ou da ideologia ou mesmo da crítica como emancipação. Foi também o crescente uso da psicanálise como referencial teórico que ocupa e estrutura um número relevante deles.

Embora muitos autores de filosofia defenderem a ideia de uma hibridização da filosofia, ocupando fronteiras com outras formas de práticas e conhecimentos, a nosso ver, tal filosofia híbrida procurou praticar a filosofia assumindo as finalidades daquelas outras disciplinas, mais do que partilhar ideias e métodos ou transpor barreiras identitárias. Como exemplo disso, em nossos mapeamentos, a filosofia aliada à arte deve criar conceitos e inventar outros modos de vida possíveis; a filosofia como terapia deve encontrar soluções precisas a partir de fundamentos conceituais como sujeito, consciência, inconsciente — categorias que poderiam ser colocadas em questão por um

⁴⁰ Com respeito a essa influência da tradição europeia nos artigos e, por sua vez, na formação do pensamento filosófico brasileiro, notamos o artigo de Renato Janine Ribeiro (2005) cobrando o aparecimento de uma filosofia brasileira que respondesse às urgências de problematizações sobre o presente; de fato, poderíamos dizer que há uma filosofia brasileira que se volta para as questões do presente, como ele mesmo assevera, mas a grande maioria de autores de filosofia brasileiros produziram artigos na revista acerca de filósofos estrangeiros.

gesto crítico para com o entendimento do que é a subjetividade humana; todavia, a filosofia ético-política viu-se, na revista, entrincheirada entre a análise crítica e a proposição ao engajamento em temas e questões sustentados por valores morais pouco questionados.

Ainda nos artigos da revista, dos que se aventuram a falar sobre o presente de modo a analisá-lo e ofertar possibilidades de pensá-lo de modo diferente, fizeram-no de modo circunspecto (eram concedidas poucas páginas, não mais de três, para as seções especiais de filosofia), muitas vezes ensaístico, sem uma possível sistematização ou problematização para além da dicotomia erro e acerto, mentira ou verdade, encerrando com uma argumentação mais ou menos incitadora ou propositiva sobre como se deveria pensar tal problema a partir de então.

No tocante ao uso da democracia como plataforma conceitual de discussão, a grande maioria ainda a enxerga como possibilidade real de convivência, sem muito discernir suas contradições internas. Aposta-se na possibilidade de uma sociedade justa, igualitária e harmoniosa, não abdicando dessa espécie de refúgio político-conceitual; sem investigar, por exemplo, as diferentes nuances tanto históricas quanto dos modos de convívio nas novas sociedades micropolitizadas de nossos dias.

Quando chegamos às discussões acerca da concepção e do papel da filosofia, tratadas na parte final do capítulo anterior, são 13 filósofos brasileiros que discorrem sobre a tarefa da filosofia e do filósofo e quatro estrangeiros. Além disso, é-nos oferecido um campo múltiplo de posicionamentos e problemas suscitados, como as relações entre filosofia e (sua) história (mostrando sua mútua necessidade); filosofia e ciência (mostrando sua similaridade); e filosofia e religião (fazendo uma apologia da última frente a um tipo de uso em voga da primeira).

No que concerne à tarefa da filosofia propriamente dita, encontramos um conjunto de problemas levantados que dizem respeito: ao modo como o pensamento e o pensador devem endereçar-se ao mundo e à sua atualidade, se pelo eruditismo ou pela acessibilidade do discurso; a elaboração de problemas relevantes e descartar outros como falsos; à ideia de uma filosofia que possa, de fato, diagnosticar criticamente ao mesmo tempo em que possa ofertar soluções, mundos imagináveis, alternativas reais; e, enfim, que dizem respeito à questão do intelectual, essa figura um tanto fantasmática, esboçada ora como uma função necessária ora como apenas uma atitude sem particularidade alguma, de modo que qualquer cidadão comum poderia exercê-la. Com respeito a essa última questão, há toda uma discussão histórica que gira em torno do

papel do filósofo e do intelectual no século XX — de Gramsci a Foucault, de Marx aos *Nouveaux Philosophes*. Toda uma problemática sobre a análise crítica, a militância, os propósitos finais da filosofia e do pensamento — discussões, a nosso ver, propícias a serem desenvolvidas num trabalho por vir.

Se caracterizarmos de modo breve o intelectual como aquele que interfere em campos e problemas aos quais ele não pertence profissionalmente, mas que o afetariam como cidadão, o filósofo na mídia nem sempre exerceu tal atividade, tampouco da mesma maneira. Pela *CULT*, podemos observar que, inicialmente, os autores de filosofia se inseriram na revista de maneira muito pontual, quase no sentido da divulgação de obras, temas e conceitos filosóficos. É a partir das seções de filosofia, quando começam a aparecer em 2003, que eles passam a abordar assuntos diversos, muitas vezes alheios ao seu campo, mas valendo-se do pensamento filosófico para pensar os conceitos que giram em torno do problema. Vale lembrar, aqui, que mesmo aqueles que defendem uma filosofia de orientação mais popularizada, isto é, *pop/criativa*, afirmam que a filosofia tem no trabalho conceitual a sua principal forma de atuação. Não obstante, alardeou-se mais o imperativo de que a filosofia deveria ser criativa do que foi-nos possível perceber um pensamento criativo nos autores de filosofia.

Em tese, a atividade filosófica entra em cena na *CULT* inicialmente na figura do velho professor de história da filosofia, que se vale de sua erudição para elucidar temas caros ao seu presente (como é o caso dos dossiês e do primeiro colunista das seções de filosofia, Luís Oliva). Algo acontece, no entanto, quando ela passa ao comentário crítico, ora ajuizador, ora propositivo, versando sobre assuntos do presente e amparado pela formação acadêmica do autor, formação que se manifesta em breves referências teóricas e conceituais, explícitas ou implícitas. Do comentador histórico ao ensaísta do presente, ele não está assumindo tão somente o papel do intelectual — que, a partir de seu próprio campo, interfere em assuntos de outros campos, engajando-se em lutas ora universais, ora mais específicas.⁴¹ Ele tampouco trata apenas de perguntar pelo que ocorre, mas muitas vezes investe-se de seu poder formativo-institucional para propor

⁴¹ Nesse sentido do engajamento em lutas, vemos Roberto Romano, na edição 96, denunciando o discurso eugenista do governador de Santa Catarina e sua política pública, a fim de questionar os fundamentos do pensamento e da atuação política no país. É o caso também das lutas abordadas por Marcia Tiburi em torno da arte como princípio criativo e emancipador (talvez, algo da ordem do universal) e do feminismo e sua postulação como pensamento crítico social (aqui, algo da ordem do específico). Hibridismo, então, entre intelectual universal e intelectual específico.

tanto uma leitura do acontecimento de que trata, quanto uma proposição prática (seja de ordem moral, conceitual, teórica etc.) sobre o ocorrido.

Como aventamos mais acima, tais práticas poderiam ser analisadas como uma oscilação ou um híbrido, sim, mas entre duas diferentes linhas históricas do pensamento filosófico, tal como Foucault as apresenta segundo diferentes conceituações em seus três últimos cursos: entre *filosofia e espiritualidade* (2006a, p.21-22); entre *analítica da verdade e ontologia do presente* (2010c, p.21-22); e entre *metafísica da alma e estilística da existência* (2011a, p.139-141). Cada um desses pares compreende concepções diferentes do fazer filosófico. De um lado (filosofia, analítica da verdade, metafísica da alma), o discurso filosófico ocupa-se da distinção do verdadeiro e do falso, voltado para identificar e descrever a natureza ou a alma humana, alçada à dimensão metafísica; atribui-se, assim, um caráter transcendental e normativo à verdade, em relação a qual o indivíduo deveria subjetivar-se. De outro lado (espiritualidade, ontologia do presente, estilística da existência), o discurso filosófico ocupa-se das relações sempre móveis e transitórias entre as verdades e os modos de vida que ela conforma, não havendo dimensão outra de verdades imutáveis ou um conhecimento metafísico sobre a natureza das coisas; em suma, ela evidenciaria a constante agonística entre modos de verificação e processos de subjetivação.

Nenhum privilégio é, a rigor, concedido a nenhuma das duas vertentes históricas. Apesar de Foucault se posicionar no interior das segundas conceituações (2010c), ambas as linhas, em sua mútua implicação, estariam atuando dinamicamente como modos de fazer filosofia e de configurar modelos de conduta moduláveis, flexíveis, mas nem por isso menos governados.

Dito isso, estaria em voga na discursividade dos filósofos na mídia cultural um hibridismo que resultaria numa prática estético-científica, de apelo clínico-existencial. Um modo analítico ao mesmo tempo em que normativo de estabelecer a verdade — esta muitas vezes alçando-se a uma dimensão metafísica, ou seja, entendida de modo *a priori* e inquestionável. A despeito disso, tal verificação conforma modos de vida tão moduláveis como constantemente estimulados pela variedade de ofertas cada vez mais atrativas sobre como é bem viver; ensejo pragmatizante do conhecimento aliado a um estatuto metafísico da verdade.

Talvez, em contraste a essa regularidade discursiva e com menor constância e assiduidade, haveria uma espécie de trabalho que não se pretenderia propositivo, mas, de certo modo, experimental-ensaístico, operando certa análise do presente à luz de

alguns conceitos e temáticas históricas ao levantar mais suspeitas do que proposições. O trabalho com arquivo, nesse contexto, sobretudo, é geralmente legado ao recolhimento de algumas passagens temático-conceituais de autores ou impressões pessoais sobre um determinado fato para aí sim ponderar sobre o presente. Pouco ou quase nada escreve-se sobre um conjunto determinado de enunciados escolhidos por um recorte temporal e problematizador. Devido à exiguidade dessa abordagem teórico-metodológica na revista, poucos artigos ofertaram ou demonstraram perspectivas historicizantes dos modos de pensar filosóficos, visando, com isso, alimentar a suspeita para com a transcendência de uma verdade possível de ser ofertada como interpretação última da realidade.

É curioso notar que em todos os artigos investigados, a educação, embora destacada em alguns artigos como o agente provável de transformação rumo a um futuro idealizado, sua recorrência é relativamente pouca, possuindo um destaque paralelo, sem muito alarde, aparentando ser um assunto a que não se deva dedicar demasiadas explicações — apenas esperanças.

O lugar da educação na filosofia midiática parece localizar-se em outra instância. Suspeitamos que grande parte dos autores de filosofia age, a partir da sua perspectiva ou da especialidade oriunda de sua formação, sobretudo, por meio de um *modus operandi* psicopedagógico: ancorados pelos fundamentos da pedagogia moderna ou do discurso psicanalítico, tais autores, como se fossem especialistas no ser humano (nas suas relações sociais, na sua natureza), executam análises na forma de avaliações, que procuram identificar os possíveis males e crises da sociedade, cotejando tal diagnóstico da realidade a partir de seu referencial teórico, ofertando-o, por sua vez, como explicação correta sobre tal e tal assunto. Uma *pedagogização* — ensinamento, apaziguamento, melhoramento — do pensamento e das condutas humanas.

Tal análise-avaliação pode ser considerada, no limite, sempre um veredito, um juízo de valor, uma denúncia de um poder — o qual, pretensiosamente talvez, o articulista ignora que também exerça. O lugar do autor no discurso, aliás, geralmente é em face de um outro, oposto, adversário a ser combatido, a ser corrigido, tal como um poder que estaria dominando, em relação ao qual ele, o filósofo-intelectual, seria tanto a resistência quanto a promessa de solução. O que se observa, mais uma vez, é a continuidade da dicotomia poder/resistência e não a compreensão de uma luta perene, de um antagonismo entre interpretações, constitutivo da própria possibilidade de pensar: nada parecido com a perspectiva da reciprocidade entre crítica/governo, de forma a

compreender tais relações como “batalha de saberes contra os efeitos de poder do discurso” (FOUCAULT, 1999, p.18).

Pelo que pudemos averiguar, os autores de filosofia — e, quiçá, enfim, o filósofo como o estrato midiático analisado apresenta-o a nós —, menos do que como intelectual e mais como um especialista geral, não desconfia de seu próprio saber. Como poderia, se é pela autoridade conquistada com esse saber que angaria a possibilidade de alguma mudança social com sua profissão e sua ação? Como poderia suspeitar de sua atividade intelectual quando acaba de conquistar, enfim, seu lugar reconhecido, institucionalizado para além das instituições, relevante, útil e, por que não, redentor da humanidade?

Só agora, talvez, seja preciso localizar nosso trabalho no interior de um conjunto de pesquisas acerca da hipótese de uma *pedagogização das relações sociais*. Tais pesquisas são levadas a cabo por investigadores de diferentes campos acadêmicos sob a orientação do Prof. Dr. Julio Groppa Aquino, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Cada pesquisa visa a um tema diferente: os escritores, seu modo de vida, sua relação com o outro e com a escrita; o jornalismo e sua prática de circulação, difusão e conformação de ideias e modos de vida; a saúde, as práticas escolares, as categorizações das tessituras do corpo humano; a cidade, seu investimento psicobiológico, suas práticas utópicas cotidianas. Todas voltadas a entender essas práticas sociais eivadas por uma racionalidade pedagógica: um modo de se endereçar à realidade, ao outro e a si mesmo. Conforme Aquino (2013),

se for correta a premissa de que a governamentalidade terá as práticas educacionais menos como um terreno empírico pontual e mais como um dos *modus operandi* privilegiados de governo dos viventes, será também correto concluir que a celeridade e o espraio dos atuais processos de pedagogização constituirão uma forma de gestão social tão onipresente quanto onisciente, porque apoiada paradoxalmente no dever impetrado e no direito autoproclamado ao usufruto de uma educabilidade ininterrupta, sem amarras, que a tudo descortina porque a tudo contém. (p.204)

Se concordarmos com a hipótese da *pedagogização do social*, bem como a advertência foucaultiana acerca de um *mundo tornado sala de aula* — mundo da “tirania de uma vontade boa, da obrigação de pensar ‘em comum’ com os outros, o domínio do modelo pedagógico, e, sobretudo, a exclusão da tolice” (2008d, p.242-243) —, os esforços analíticos supracitados visam transtornar toda uma *vilania moral do pensamento* pedagogizado: ao perverter essa moral, é toda a filosofia que se desloca.

Inquieta-nos certa hegemonia, se assim a pudermos nomear, de uma racionalidade no interior dos discursos que, de um lado, posiciona o pensamento/saber e, de outro, o poder/controle; como se, de um lado, o pensador pudesse libertar alguém sem exercer, por ele mesmo, um ato de condução de conduta. O quase silêncio dos artigos estudados a respeito desse paradoxo do pensador ou do pensamento, evidenciou-nos que muitos daqueles que se reivindicam herdeiros de Nietzsche e de toda uma vertente filosófica que deseja pensar o presente, ignoram os estudos de Nietzsche sob o signo do *sentido histórico* (2006a; 2006b).

Tal herança teórico-metodológica, carregada de suspeita para com toda verdade, inclusive a sua própria, parece ter se subsumido nas discursividades e teorizações impregnadas pela ânsia de encontrar soluções práticas, efetivas, duradouras para a formação dos modos de vida humanos. Trata-se possivelmente de um otimismo do pensamento, levado a cabo pela intelectualidade contemporânea quando em exposição na mídia, flertando com a possibilidade de encontrar uma metafísica da educação humana — realmente libertária e edificante, enfim.

Ao modo de uma ressalva, não obstante, consciente de seus efeitos de poder, limitamo-nos a repassar, então, tão-somente alguns pontos teórico-metodológicos que se mostraram pertinentes para nós; os quais, por ventura, poderão servir de faísca para todo aquele que se interessar em fazer pesquisa sob a perspectiva da agonística do devir de todo pensamento — do seu constante jogo de forças de apropriação e aniquilação, de criação e destruição, de crítica e governo. Eles concernem a duas considerações do trabalho analítico e metodológico foucaultiano que, entretanto, não intenciam normatizar o trabalho filosófico ou desqualificar outras teorizações, diferentes das suas.

O primeiro diz respeito à definição de *crítica*, tal como já exposta por nós, mas, em particular, como Foucault a expôs no seu prefácio, descartado depois, ao segundo volume da *História da sexualidade* (2014d). Nesse escrito, posteriormente dispensado para seu uso no livro, a crítica seria entendida como “análise das condições históricas” segundo as quais se constituem as “relações com a verdade, com a regra e consigo”, não fixando fronteiras intransponíveis e não descrevendo sistemas fechados, mas fazendo aparecer singularidades transformáveis. Essas transformações, contudo, não podem “efetuar-se senão por um trabalho do pensamento sobre ele mesmo: seria isso o princípio da história do pensamento como atividade crítica” (p.209-210). Atividade crítica sobre seu próprio pensamento, sob a suspeita de seu próprio pensamento, não para anunciar sua verdade última, mas sua historicidade em perspectiva.

Um segundo ponto concerne a uma das indicações que Foucault escreve para seu prefácio ao *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, feito um manual ou guia para uma vida não fascista: “não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação” (2014c, p.10). Não fazer do pensamento uma proposição política, mas tampouco fazer da realidade um princípio que desqualifique as possibilidades que o pensamento — e, enfim, todas as experiências humanas — tem de formular questões.

Atividade crítica sem nenhum apelo propositivo ou redentor para tornar visíveis forças discursivas e não discursivas móveis, que poderão se deslocar a partir do momento em que são anunciadas. Aqui, uma vez mais, podemos encontrar a herança de Nietzsche na sua melhor forma:

Agora lhe parece um erro o que outrora você amou como sendo uma verdade ou probabilidade: você o afasta de si e imagina que sua razão teve aí uma vitória. Mas talvez esse erro, quando você era outro — você é sempre outro, aliás — lhe fosse tão necessário quanto as suas “verdades” de agora, semelhante a uma pele que lhe escondia e cobria muitas coisas que você ainda não podia ver. Foi sua nova vida que matou para você aquela opinião, não sua razão: você não precisa mais dela, e agora ela se despedaça e a irracionalidade surge de dentro dela como um verme que vem à luz (NIETZSCHE, 2007, p.208).

Daí a importância capital do trabalho com o arquivo. Convivência e experiência com a materialidade do dito e escrito, anterior a qualquer raciocínio ou julgamento. Tomar o arquivo com ódio e, ao mesmo tempo, com a compaixão devida, pois são vidas que influem nas nossas ao passo que também podemos nos distanciar delas. Esmiugar e apaixonar-se por suas verdades e estratégias; compadecer-se de sua vaidade, de seu desvairo, de seu esvaecimento. Tentando escapar do risco de tomar partido em relação a algo aparentemente incólume, poderíamos abordar o presente não partindo de nossas impressões e interpretações *a priori*, eternos preconceitos disfarçados de conceituação; abarcá-lo, sim, a partir de um bloco material de inscrições no corpo do mundo para vislumbrar toda sua algaravia, todo seu escarcéu — toda a transitoriedade e a impermanência das coisas humanas, sem nunca almejar considerar sua totalidade.

Inserido na historicidade dos acontecimentos, todo saber é apenas uma fenda, uma quebra, uma ferida aberta nas entranhas misteriosas do mundo presente. Nenhuma mistificação ou culto à irracionalidade, à complexidade ou à ignorância. Apenas a constatação do falhanço do saber e, portanto, do poder sobre as coisas e os

acontecimentos. O saber, ao longo da história, é constantemente apropriado e modificado com fins inauditos, mesmo que projetados, reproduzidos, ecoados. Efeitos de poder que trocam de lado, de valoração, de normatividade. Isso ainda nos faz lembrar como Foucault imaginava o alvedrio entre os processos de produção e circulação de obras humanas, tais como esperava que acontecesse com seus escritos: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível (FOUCAULT, 2005, p.VIII).

Parece-nos que Foucault, ao contrário de Nietzsche (muito embora sua profissão e seu modo de pensar interferissem e o fizessem refletir acerca da constituição dos modos de vida, inclusive o seu), distinguia claramente aquilo que era opinião de engajamento e aquilo que desenvolvia em seus estudos. Essa clareza, no entanto, não significaria a separação ou distinção entre vida e obra. Era mais uma questão ético-política: uma distinção entre fazer filosofia e fazer política. O papel de cidadão, que participa de uma realidade política, adota posições dentro das lutas cotidianas e que não deveria impor ao pesquisador/professor (ou qualquer outro cidadão) o que ou como ele deveria pensar e escrever sobre tal e tal problema. O pesquisador/professor tampouco deveria legitimar e propagandear sua postura política enquanto cidadão engajado.

Tal relação não dogmática entre essas duas possíveis instâncias de um indivíduo fazia com que tanto uma quanto outra pudessem reavaliar, reproblematicar e, por ventura, modificar determinadas atitudes, valores e interpretações acerca do que se faz sobre o real. Era, de certa maneira, uma luta contra a identidade enquanto um dispositivo fixo e estável, bem como a recusa de fazer do presente um objeto passível de conhecimento total e, por isso mesmo, próprio para uma intervenção utilitária, conveniente às suas convicções, consubstanciada por certas configurações morais, epistemológicas, procedimentais. Em última instância, “uma atitude crítico-criativa em relação à herança cultural, bem como a conquista de certo distanciamento em relação ao próprio presente” (AQUINO, 2014).

Penso que, se há hoje uma crítica possível à filosofia, ela não ocorreria necessariamente por sua associação a outras práticas sociais, já que estas também estão enviesadas por modos de pensamento e valores morais mais ou menos hegemônicos e bem determinados historicamente. Não é pela psicologia, pela arte ou pela política que se poderia fazer uma crítica do nosso modo de pensamento. Filosofia a partir de um arquivo, pois, a rigor, só vale a pena pensar sobre algo quando não se sabe precisamente

o que ou como. Assim, *sair* da filosofia apenas pelo deslocamento em relação aos modos de filosofar e pensar hegemônicos.

Tal crítica não seria tampouco a oferta de uma saída, de uma idade de ouro derradeira para o *porvir da humanidade* — palavras tão carregadas de esperanças quanto de totalitarismos potenciais. A crítica do pensamento contemporâneo, exemplificado na análise do pensamento dentro do âmbito filosófico-midiático, por exemplo, equivaleria a um questionamento dos seus alicerces metafísicos. Alicerces que estariam na duração de suas projeções, nas criações de instâncias naturais imutáveis para o ser humano, alimentando a suposição dogmática de um ideal e de um progresso planejado. Alicerces que se fincaram mais fundos ainda pelas crenças na cientificidade moderna como possibilidade de conhecer o presente e de constrangê-lo a seu bel prazer, ignorando a fatalidade de desconhecê-lo por inteiro, de não acessá-lo e desvendá-lo em todo o seu enigma. Só podemos falar do presente como algo que acontece, e não como sempre aconteceu ou acontecerá. Na presença de tal enigma, somente a impostura de não saber: percepção das verdades como tão transitórias quanto determinantes. Não sabemos quanto durarão, mas podemos indagar impertinente sobre seus efeitos. Talvez, antes de propor e apontar o caminho, aprender a perguntar.

FONTES: Artigos e entrevistas de e com autores de filosofia na revista *CULT*

- ADORNO, Theodor; BENJAMIN, Walter. Passagens, Brecht e Ka. **CULT**, n.173, p.30-36, out. 2012.
- ADVERSE, Helton. Um livro essencial. **CULT**, n.74, p.52-53, nov. 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. Sobre a dificuldade de ler. **CULT**, n.180, p.46-47, jun. 2013.
- AGUIAR, Odílio Alves. Violência e banalidade do mal. **CULT**, n.129, p.54-57, out. 2008, out. 2008.
- ALBORNOZ, Suzana. O trabalho na balança dos valores. **CULT**, n.139, p.46-48, set. 2009.
- ALMEIDA, Guilherme de Assis. Filosofia do direito e direitos humanos: uma proposta de reflexão. **CULT**, n.112, p.50-52, abr. 2007.
- ALMEIDA, Rogério Miranda de. Nietzsche e a religião. **CULT**, n.149, p.58-61, ago. 2010.
- ANDRADE, Pedro Duarte de. Ética da alegria: o pensamento moderno de Spinoza vivo entre nós. **CULT**, n. 119, p.32-34, nov. 2007.
- ANDRADE, Pedro Duarte de. O óbvio e o oculto. **CULT**, n.116, p.14-17, ago. 2007.
- ARANTES, Paulo Eduardo; ALAMBERT, Francisco. “A realidade imita o marxismo”. **CULT**, n.61, p.26-27, set. 2002.
- ARANTES, Paulo Eduardo; REZENDE, Marcelo. Um intelectual destrutivo. **CULT**, n.84, p.27-29, set. 2004.
- ARANTES, Paulo Eduardo; TIBURI, Marcia. Paulo Arantes: “Hoje a filosofia se encontra em estado de sítio”. **CULT**, n.118, p.8-12, out. 2007.
- ARANTES, Otília; LIUDVIK, Caio. A potência pós-urbana. **CULT**, n.167, p.47, abr. 2012.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Habermas, ou como não jogar fora o bebê junto com a água do banho. **CULT**, n.97, p.64-65, nov. 2005.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Um pensador da razão pública. **CULT**, n.136, p.45-48, jun. 2009.
- ARCO JR., Mauro dela Bandeira. A obra fundadora. **CULT**, n.172, p.37-39, set. 2012.
- ATTIE FILHO, Miguel. Falsafa ou epístola de uma filosofia. **CULT**, n.53, p.46-48, dez. 2001.
- AYOUB, Cristiane Negreiros Abbud. O tempo espelho da alma. **CULT**, n.153, p.62-65, dez. 2010.
- BAIONI, José Eduardo Marques. Espinosa e a Alemanha. **CULT**, n.109, p.58-60, dez. 2006.
- BARROS FILHO, Clóvis de. A dinâmica dos meios de comunicação. **CULT**, n.128, p.56-58, set. 2008.
- BARROS, Douglas Ferreira. Giorgio Agamben e o horizonte de um novo combate: a crítica da soberania política. **CULT**, n.118, p.58-60, out. 2007.
- BARROS, Douglas Ferreira. Por que teimamos em desconhecer o passado?. **CULT**, n.145, p.38-41, abr. 2010.
- BAUDRILLARD, Jean; EICHENBERG, Fernando. Na companhia dos homens. **CULT**, n.95, p.7-11, set. 2005.
- BIGNOTTO, Newton. Maquiavel e o republicanismo. **CULT**, n.74, p.50-51, nov. 2003.
- BIGNOTTO, Newton. Arendt e o totalitarismo. **CULT**, n.129, p.50-53, out. 2008.
- BIRMAN, Joel. Arqueologia do campo. **CULT**, n.77, p.48-51, fev. 2004.
- BIRMAN, Joel. Derrida e a psicanálise. **CULT**, n.117, p.56-59, set. 2007.
- BIRMAN, Joel. A predação e o mal na contemporaneidade. **CULT**, n.150, p.74-77, set. 2010.

- BIRMAN, Joel. Guerras psi. **CULT**, n.159, p.20-46, jul. 2011.
- BITTAR, Eduardo C. B. Filosofia crítica e filosofia do direito: por uma filosofia social do direito. **CULT**, n.112, p.53-55, abr. 2007.
- BOLLACK, Jean. Sigi, o tirano. **CULT**, n.161, p.26-31, set. 2011.
- BOLZANI FILHO, Roberto. O mito da preexistência da alma em Platão. **CULT**, n.175, p.25-27, dez. 2012.
- BONACCI, Valeria. Forma-de-vida e uso em Homo Sacer. **CULT**, n.180, p.35-38
- BORNHEIM, Gerd. As dimensões da crítica. **CULT**, n.25, p.10-13, ago. 1999.
- BOTTON, Alain de. Sobre o homem sozinho. **CULT**, n.97, p.32-33, nov. 2005.
- BOTTON, Alain de; PERES, Marco Flaminio. Por cima, por baixo. **CULT**, n.158, p.23-24, jun. 2011.
- BURNETT, Henry. Wagner em Bayreuth: uma revolução?. **CULT**, n.133, p.32-34, mar. 2009.
- BURNETT, Henry. Hermenêutica da obra de arte. **CULT**, n.148, p.38-39, jul. 2010.
- BURNETT, Henry. Arte e redenção. **CULT**, n.149, p.62-64, ago. 2010.
- BUTLER, Judith; RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **CULT**, n.185, p.24-29, nov. 2013.
- CABRERA, Julio. A filosofia sempre foi cinema. **CULT**, n.104, p.41-43, jul. 2006.
- CALHEIROS, Alex. Fora do jogo. **CULT**, n.152, p.40-43, nov. 2010.
- CALHEIROS, Alex. Francisco de Assis: uma modernidade possível. **CULT**, n.186, p.28-31, dez. 2013.
- CARONE, André. Para inglês ler. **CULT**, n.181, p.34-35, jul. 2013.
- CAROPRESO, Fátima. Freud e a neurologia. **CULT**, n.147, p.51-53, jun. 2010.
- CARR, Cody. Guerra, juventude e América. **CULT**, n.83, p.52-55, ago. 2004.
- CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. Espinosa frente e verso. **CULT**, n.35, p.62-63, jun. 2000.
- CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. Kierkegaard e a reinvenção do existencialismo. **CULT**, n.116, p.55-57, ago. 2007.
- CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. Atrás do espelho. **CULT**, n.145, p.57-59, abr. 2010.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOUSA, Wilker de. Antropologia renovada. **CULT**, n.153, p.20-26, dez. 2010.
- CASTRO, Rosa Gabriela de. A paixão política de Hannah Arendt. **CULT**, n.5, p.16-19, dez. 1997.
- CASTRO, Rosa Gabriela de. Tarsila, a dama antropofágica. **CULT**, n.19, p.29-31, fev. 1999.
- CASTRO, Rosa Gabriela de. A crueldade do mundo. **CULT**, n.26, p.45-46, set. 1999.
- CASTRO, Susana de. On the road. **CULT**, n.92, p.37-39, maio 2005.
- CASTRO, Susana de. O enigma de Hannah. **CULT**, n.99, p.52-55, jan. 2006.
- CASTRO, Susana de. Queerificando Antígona. **CULT**, n.185, p.44-47, nov. 2013.
- CAVALLETTI, Andrea. Inoperosidade e atividade humana. **CULT**, n.180, p.42-45, jun. 2013.
- CHAUÍ, Marilena; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres; FURTADO, Joaci Pereira. A interrogação permanente de Mariela Chauí. **CULT**, n.35, p.44-61, jun. 2000.
- CHAUÍ, Marilena; REZENDE, Marcelo; SAVIAN FILHO, Juvenal. O visível e o invisível. **CULT**, n.85, p.7-12, out. 2004.
- CHAUÍ, Marilena. Baruch Espinosa. **CULT**, n.109, p.50-57, dez. 2006.
- CHAUÍ, Marilena. Merleau-Ponty: a obra fecunda. **CULT**, n.123, p.44-53, abr. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Um clássico da filosofia brasileira. **CULT**, n.128, p.28-31, set. 2008.

- CHAUI, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOCHA, Eduardo. A paciência do pensamento. **CULT**, n.133, p.16-23, mar. 2009.
- CHAUI, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal. Pela responsabilidade intelectual e política. **CULT**, n.182, p.6-15, ago. 2013.
- CHAUI, Marilena; SOUSA, Wilker. Sólida iniciação. **CULT**, n.151, p.40-41, out. 2010.
- CHAVES, Ernani. Raízes do Brasil e Nietzsche. **CULT**, n.37, p.52-55, ago. 2000.
- CHAVES, Ernani. Sexualidade, corpo e desejo em Walter Benjamin. **CULT**, n.106, p.54-56, set. 2006.
- CHAVES, Ernani. Entre o elogio e a crítica. **CULT**, n.134, p.48-50, abr. 2009.
- CHAVES, Ernani. Os alienistas. **CULT**, n.159, p.44-46, jul. 2011.
- CHAVES, Ernani. De Freud a Benjamin. **CULT**, n.181, p.36-39, jul. 2013.
- CHERUBIN, Felipe. O filósofo em busca da ordem. **CULT**, n.147, p.38-39, jun. 2010.
- CÍCERO, Antonio; PRETO, Marcus. A lira de Antonio Cicero. **CULT**, n.177, p.6-9, mar. 2013.
- COHEN-GEWERC, Elie. Arendt e Heidegger, destinos cruzados. **CULT**, n.99, p.56-57, jan. 2006.
- COMTE-SPONVILLE, André; SOCHA, Eduardo. Cético, espiritual e popular. **CULT**, n.131, p.14-21, dez. 2008.
- CONTE, Jaimir. O início: Sexto Empírico e o ceticismo pirrônico. **CULT**, n.121, p.39-42, jan. 2008.
- CORDEIRO, Denilson Soares. Abismos. **CULT**, n.175, p.66, dez. 2012.
- CORDEIRO, Denilson Soares. Infância clandestina. **CULT**, n.178, p.34-36, abr. 2013.
- CORREIA, Adriano. A vitória da vida sobre a política. **CULT**, n.129, p.61-63, out. 2008.
- CORTELLA, Mario Sergio; MARCEL, Felipe. Reflexões e provocações filosóficas. **CULT**, n.98, p.8-11, dez. 2005.
- COSTA, Caio Túlio; BARROS FILHO, Clóvis; SAVIAN FILHO, Juvenal. Mídia e catástrofe. **CULT**, n.145, p.52-53, abr. 2010.
- DAMIÃO, Carla Milani. A coroação do anti-subjetivismo. **CULT**, n.106, p.57-59, set. 2006.
- DAMIÃO, Carla Milani. O vício e as drogas. **CULT**, n.186, p.54-55, dez. 2013.
- DANIEL, Claudio. Fabulário. **CULT**, n.20, p.33-34, mar. 1999.
- DANTO, Arthur; DUARTE, Rodrigo. Arthur Danto: “Na arte hoje, tudo é permitido”. **CULT**, n.117, p.8-13, set. 2007.
- DEGUY, Michel; PINTO, Manuel da Costa. Michel Deguy. **CULT**, n.52, p.4-9, nov. 2001.
- DERRIDA, Jacques. Um inédito de Derrida. **CULT**, n.117, p.63-64, set. 2007.
- DORFMAN, Eran. Corpo segundo Merleau-Ponty e Lacan. **CULT**, n.123, p.58-61, abr. 2008.
- DOWELL, João Augusto Mac. Ética em tempos sombrios. **CULT**, n.177, p.40-42, mar. 2013.
- DUARTE, André. Uma poética da finitude. **CULT**, n.34, p.23-24, maio 2000.
- DUARTE, André. Heidegger em seu tempo. **CULT**, n.44, p.46-49, mar. 2001.
- DUARTE, André. Pensar e agir em tempos sombrios. **CULT**, n.129, p.46-49, out. 2008.
- DUARTE, André. Foucault no século 21. **CULT**, n.134, p.45-47, abr. 2009.
- DUARTE, André. Benedito Nunes, ou a arte do ensaio. **CULT**, n.156, p.58, abr. 2011.
- DUARTE, Rodrigo. Vicissitudes do belo. **CULT**, n.120, p.46-50, dez. 2007.
- DUARTE, Rodrigo. Da “cultura afirmativa” à subjetividade criativa. **CULT**, n.127, p.56-59, ago. 2008.
- DUARTE, Rodrigo. Ideologia e contraideologia. **CULT**, n.149, p.42-44, ago. 2010.

- DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Desconstrução e incondicional responsabilidade. **CULT**, n.117, p.53-55, set. 2007.
- DUTRA, Delamar José Volpato. A face de Janus dos direitos. **CULT**, n.136, p.53-55, jun. 2009.
- EVA, Luiz Antonio Alves. O paradigma oculto da filosofia moderna. **CULT**, n.121, p.43-47, jan. 2008.
- FAUSTINO, Silvia. Derrida e a linguagem. **CULT**, n.117, p.51-52, set. 2007.
- FAUSTINO, Silvia; PINTO, Débora Morato. A atividade filosófica pode oferecer alguma consolação?. **CULT**, n.143, p.59, fev. 2010.
- FEITOSA, Charles. Qualquer um de nós — a questão estética da feiura no filme Freaks. **CULT**, n.97, p.26-29, nov. 2005.
- FEITOSA, Charles. O mar e as catedrais: o belo na natureza. **CULT**, n.98, p.38-39, dez. 2005.
- FEITOSA, Charles. Do fim da arte ao fim da estética. **CULT**, n.99, p.42-43, jan. 2006.
- FEITOSA, Charles. Sonambulando. **CULT**, n.100, p.36-37, mar. 2006.
- FEITOSA, Charles. Corpo e imagem em movimento. **CULT**, n.101, p.33-35, abr. 2006.
- FEITOSA, Charles. Arquiteturas da confusão. **CULT**, n.102, p.30-31, maio 2006.
- FEITOSA, Charles. Arte e melancolia. **CULT**, n.103, p.40-43, jun. 2006.
- FEITOSA, Charles. Por que se grita tanto no rock?. **CULT**, n.104, p.34-36, jul. 2006.
- FEITOSA, Charles. A voz que nos encanta. **CULT**, n.105, p.41-43, ago. 2006.
- FERRAZ, Silvio; MALUFE, Annita Costa. Diálogos entre filosofia e arte. **CULT**, n.108, p.61-63, nov. 2006.
- FERREIRA, Alexandre. Heidegger: ser tempo e finitude. **CULT**, n.153, p.70-73, dez. 2010.
- FIGUEIREDO, Vinicius de. Pontualmente, às três da tarde. **CULT**, n.79, p.44-46, abr. 2004.
- FONSECA, Eduardo. Concha existencial. **CULT**, n.141, p.28-30, nov. 2009.
- FONSECA, Marcio Alves da. O domínio do politizável. **CULT**, n.97, p.56-57, nov. 2005.
- FONSECA, Márcio Alves da. A época da norma. **CULT**, n.134, p.57-59, abr. 2009.
- FRANÇA, Rodrigo Toledo. Entre o sagrado e a razão. **CULT**, n.97, p.44-45, nov. 2005.
- FREITAS, Verlaine. Massa e utopia. **CULT**, n.173, p.41-45, out. 2012.
- FRÜCHTL, Josef; DAMIÃO, Carla Milani. Filosofia do filme. **CULT**, n.182, p.22-25, ago. 2013.
- FURTADO, José Luiz. Um amor menos funcional e mais autêntico. **CULT**, n.146, p.58-61, maio 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A (im)possibilidade da poesia. **CULT**, n.23, p.48-51, jun. 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. N como Nada. **CULT**, n.27, p.29-30, out. 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Resistir às Sereias. **CULT**, n.72, p.51-55, ago. 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. A guerra do gosto. **CULT**, n.92, p.32-36, maio 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Seis teses sobre as teses. **CULT**, n.106, p.50-53, set. 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma vida sem consolação. **CULT**, n.143, p.62-65, fev. 2010.
- GALARD, Jean. Atualidade das *Mitologias*?. **CULT**, n.100, p.50-51, mar. 2006.
- GAZZINELLI, Gabriela Guimarães. Um pouco de filosofia de alpinista. **CULT**, n.151, p.74, out. 2010.
- GENTIL, Hélio Salles. Tempo redescoberto. **CULT**, n.157, p.50-51, maio 2011.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. As idéias generosas do Norte. **CULT**, n.83, p.44-47, ago. 2004.

- GHIRALDELLI JR., Paulo. Um grego antigo na América. **CULT**, n.86, p.13-14, nov. 2004.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Rorty, a andorinha solitária que faz verão. **CULT**, n.97, p.58-60, nov. 2005.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Os demônios de Arendt. **CULT**, n.99, p.62-64, jan. 2006.
- GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche, perspectivismo, genealogia, transvaloração. **CULT**, n.37, p.46-51, ago. 2000.
- GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche e o cristianismo. **CULT**, n.88, p.52-57, jan. 2005.
- GIACOIA JR., Oswaldo. A vida nua e o sujeito de direito. **CULT**, n.180, p.28-31, jun. 2013.
- GIANNOTTI, José Arthur; ALVES, Cauê. O estado das coisas. **CULT**, n.87, p.8-12, dez. 2004.
- GIANNOTTI, José Arthur; GUIMARÃES NETO, Ernane. “Somos um país caipira”. **CULT**, n.162, p.18-23, out. 2011.
- GIRARD, René; MENEZES, Melissa Antunes de. O ciclo do desejo e da violência. **CULT**, n.134, p.30-32, abr. 2009.
- GONÇALVES, Anderson. O mal de um professor de filosofia. **CULT**, n.150, p.78-81, set. 2010.
- GONÇALVES, Anderson. Imaginação e revolução. **CULT**, n.178, p.42-43, abr. 2013.
- GOTTSCHALK, Cristiane. Educação negativa. **CULT**, n.172, p.30-33, set. 2012.
- GUYAUX, André; ROSA FILHO, Sílvio; BERTOLO, Lucas. Sob o signo da insatisfação. **CULT**, n.178, p.28-31, abr. 2013.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. Da religiosidade à responsabilidade. **CULT**, n.131, p.53-56, dez. 2008.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e Foucault: Éticas sem virada. **CULT**, n.145, p.62-64, abr. 2010.
- HARDT, Michael; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. Duas questões para Michael Hardt. **CULT**, n.92, p.15, maio 2005.
- HONNET, Axel; REDAÇÃO. Duas perguntas para Axel Honneth. **CULT**, n.136, p.63, jun. 2009.
- IANNINI, Gilson. A língua de Freud e a nossa. **CULT**, n.181, p.21-25, jul. 2013.
- JAFFRO, Laurent; MONTELEONE, Joana. Futebol moral. **CULT**, n.85, p.22-25, out. 2004.
- JARDIM, Eduardo. Tensão ente teoria e prática. **CULT**, n.129, p.58-60, out. 2008.
- JOHANSON, Izilda. Cem anos de evolução. **CULT**, n.122, p.38-39, mar. 2008.
- JOSAPHAT, Carlos; SAVIAN FILHO, Juvenal. Por uma ética mundial da esperança. **CULT**, n.147, p.12-16, jun. 2010.
- JULLIEN, François; AXT, Gunter. Redescobrir a China. **CULT**, n.141, p.14-18, nov. 2009.
- KANGUSSU, Imaculada. Filosofia: do início, e de antes. **CULT**, n.103, p.54-56, jun. 2006.
- KONDER, Leandro; CIA, Patrícia de. Pela via política. **CULT**, n.95, p.52-55, set. 2005.
- KUNTZ, Rolf. Entre Platão e o apagão. **CULT**, n.85, p.58-60, out. 2004.
- KUNTZ, Rolf. Com o brilho do dólar. **CULT**, n.94, p.56-59, ago. 2005.
- LACERDA, Tessa Moura. Leibniz e o exercício da liberdade. **CULT**, n.65, p.21, jan. 2003.
- LAURET, Bernard. Crítica da cultura. **CULT**, n.177, p.36-37, mar. 2013.
- LEENHARDT, Jacques. Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo. **CULT**, n.24, p.10-13, jul. 1999.

- LEENHARDT, Jacques. A invocação do terceiro espaço. **CULT**, n.45, p.18-21, abr. 2001.
- LÉVY, Pierre; GUTIERRES, Jaqueline. O filósofo da web. **CULT**, n.160, p.14-15, ago. 2011.
- LINS, Daniel; TIBURI, Marcia. O pensamento interdisciplinar. **CULT**, n.137, p.16-18, jul. 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles; SAVIAN FILHO, Juvenal. Gilles Lipovetsky: “As marcas de tornaram o sentido da vida das pessoas”. **CULT**, n.120, p.10-17, dez. 2007.
- LIUDVIK, Caio. O mal-estar no mundo. **CULT**, n.158, p.26-28, jun. 2011.
- LIUDVIK, Caio. Kant moribundo. **CULT**, n.158, p.46-47, jun. 2011.
- LIUDVIK, Caio. Foucault na USP. **CULT**, n.159, p.40-42, jul. 2011.
- LIUDVIK, Caio. O Antropólogo. **CULT**, n.162, p.34-38, out. 2011.
- LIUDVIK, Caio. Filosofia da insurreição. **CULT**, n.170, p.38-41, jul. 2012.
- LOPARIC, Zeljko. Sobre a aniquilação da coisa. **CULT**, n.44, p.50-54, mar. 2001.
- LUCHI, José Pedro. Direito e democracia. **CULT**, n.136, p.56-59, jun. 2009.
- MAAR, Wolfgang Leo. A educação pela revolução. **CULT**, n.127, p.44-47, ago. 2008.
- MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. **CULT**, n.151, p.38-39, out. 2010.
- MACHADO, Roberto. Um geografia da diferença. **CULT**, n.108, p.58-60, nov. 2006.
- MARIGUELA, Márcio. A peste onírica. **CULT**, n.28, p.50-56, nov. 1999.
- MARQUES, Marcelo Pimenta. Amor platônico?. **CULT**, n.146, p.46-48, maio 2010.
- MARSOLA, Maurício Pagotto. Conhecimento, paixões, virtudes, felicidade.... **CULT**, n.152, p.44-45, nov. 2010.
- MARTINS, André. Espinosa, Winnicott e a teoria dos afetos. **CULT**, n.102, p.14-17, maio 2006.
- MARTON, Scarlett. Uma ética nietzschiana. **CULT**, n.149, p.54-57, ago. 2010.
- MASCARO, Alysson Leandro. A filosofia do direito e seus horizontes. **CULT**, n.112, p.42-45, abr. 2007.
- MATOS, Olgária; ALVES, Cauê. Zero em comportamento. **CULT**, n.94, p.51-55, ago. 2005.
- MATOS, Olgária; CARDIM, Zé Lúcio. Em busca do tempo livre. **CULT**, n.97, p.40-42, nov. 2005.
- MATOS, Olgária. A democracia moderna e a estética da moeda. **CULT**, n.154, p.56-57, fev. 2011.
- MATTÉI, Jean-François; PINTO, Manuel da Costa. Modernos e Bárbaros. **CULT**, n.65, p.6-11, jan. 2003.
- MELO, Tarso de. O poeta fora do lugar. **CULT**, n.178, p.56-57, abr. 2013.
- MELO, Tarso de. Algumas notas sobre marxismo e literatura. **CULT**, n.180, p.62-65, jun. 2013.
- MELO, Tarso de. O método Brecht: utilidade e atualidade. **CULT**, n.183, p.54-55, set. 2013.
- MÉSZAROS, István; BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Um anticapitalista excepcional. **CULT**, n. 119, p.12-15, nov. 2007.
- MILONOVIC, Miroslav. A condição humana na modernidade. **CULT**, n.118, p.47-50, out. 2007.
- MORAES, João Quartim de; GALÉ, Pedro Fernandes. A história enraizada no movimento da sociedade. **CULT**, n.61, p.31, set. 2002.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. O que é existencialismo?. **CULT**, n.91, p.53-56, abr. 2005.

- MUCHAIL, Salma Tannus. Um filósofo que pratica histórias. **CULT**, n.81, p.47-48, jun. 2004.
- MUHANA, Adma. O profeta encarcerado. **CULT**, n.1, p.40-46, jul. 1997.
- MUSSE, Ricardo. Cabeças frescas. **CULT**, n.157, p.38-39, maio 2011.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. Sinto, logo existo. **CULT**, n.172, p.25-29, set. 2012.
- NASCIMENTO, Rodnei. Ruptura no interior da modernidade. **CULT**, n.153, p.33, dez. 2010.
- NEGRI, Antonio. Meu Foucault. **CULT**, n.159, p.34-39, jul. 2011.
- NEGRI, Antonio; MUNCINI, Maria Andrea; VILLANI, Aldo. O império da biopolítica. **CULT**, n.69, p.8-12, maio 2003.
- NOVAES, Moacyr. As trajetórias de Agostinho. **CULT**, n.64, p.22-26, dez. 2002.
- NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. **CULT**, n.26, p.20-24, set. 1999.
- NUNES, Benedito; REDAÇÃO. Reencontrando Clarice. **CULT**, n.141, p.31, nov. 2009.
- OLIVA, Luís César. Bacon e a modernidade. **CULT**, n.58, p.33, jun. 2002.
- OLIVA, Luís César. Aristóteles e a questão da causalidade. **CULT**, n.59, p.24, jul. 2002.
- OLIVA, Luís César. Espinosa e a causalidade. **CULT**, n.60, p.7, ago. 2002.
- OLIVA, Luís César. Espinosa e a crítica do finalismo. **CULT**, n.61, p.47, set. 2002.
- OLIVA, Luís César. A ideia de progresso. **CULT**, n.62, p.17, out. 2002.
- OLIVA, Luís César. O século XVII e o progresso. **CULT**, n.63, p.32-33, nov. 2002.
- OLIVA, Luís César. A condição humana segundo Pascal. **CULT**, n.64, p.50-51, dez. 2002.
- OLIVA, Luís César. A questão do divertimento em Pascal. **CULT**, n.66, p.30, fev. 2003.
- OLIVA, Luís César. A universalidade da razão e o método cartesiano. **CULT**, n.67, p.34, mar. 2003.
- OLIVEIRA, Claudio. A herança foucaultiana em Giorgio Agamben. **CULT**, n.134, p.60-63, abr. 2009.
- OLIVEIRA, Claudio. Sutil unidade. **CULT**, 140, p.42, out. 2009.
- OLIVEIRA, Claudio. Agamben, um filósofo para o século 21. **CULT**, n.180, p.25-27, jun. 2013.
- OLIVEIRA, Luizir. Para uma vida equilibrada. **CULT**, n.143, p.48-51, fev. 2010.
- OLIVEIRA, Robespierre de. Viver bem, viver melhor. **CULT**, n.127, p.48-51, ago. 2008.
- OLIVEIRA, Robespierre de. A dialética da *libertação*: contracultura e sociedade unidimensional. **CULT**, n.152, p.55-57, nov. 2010.
- ONFRAY, Michel; PERES, Marcos Flamínio. “Nietzsche agiu como um álcool forte sobre Camus”. **CULT**, n.170, p.24-30, jul. 2012.
- ONFRAY, Michel; REDAÇÃO. O iconoclasta. **CULT**, n.97, p.16-19, nov. 2005.
- ORLANDI, Luiz B. L. Deleuze e nós. **CULT**, n.108, p.46-49, nov. 2006.
- PAULA, Marcio Gimenes de. Kierkegaard: entre Sócrates e Cristo. **CULT**, n.97, p.48-49, nov. 2005.
- PAULA, Márcio Gimenes de. Socratismo e cristianismo em Kierkegaard. **CULT**, n.116, p.62-64, ago. 2007.
- PAVIANI, Jayme. O amor, do mito à dialética platônica. **CULT**, n.103, p.57-59, jun. 2006.
- PELBART, Peter Pál. A utopia imanente. **CULT**, n.108, p.54-57, nov. 2006.
- PELBART, Peter Pál. Fala dos confins. **CULT**, n.134, p.51-53, abr. 2009.

- PENHA, João da. Heidegger e Wittgenstein, uma (im)possível convergência. **CULT**, n.44, p.58-63, mar. 2001.
- PENHA, João da. O filósofo e o detetive. **CULT**, n.60, p.51-57, ago. 2002.
- PENHA, João da. Atualidade e permanência de Sartre. **CULT**, n.91, p.44-48, abr. 2005.
- PENNA, Luciana Artacho. Subterrâneos da criação. **CULT**, n.2, p.42-46, ago. 1997.
- PENNA, Luciana Artacho. A bala e a fala. **CULT**, n.6, p.27-29, jan. 1998.
- PENNA, Luciana Artacho. Diversidade americana. **CULT**, n.10, p.62-63, maio 1998.
- PERAZZO, Alberto Augusto. Um argumento negligenciado. **CULT**, n.131, p.57-59, dez. 2008.
- PERIUS, Cristiano. Fenomenologia e estética. **CULT**, n.123, p.62-64, abr. 2008.
- PESSANHA, Juliano Garcia. Ser e tempo: uma “pedagogia” da perfuração. **CULT**, n.44, p.55-57, mar. 2001.
- PESSANHA, Juliano Garcia. Província da escritura. **CULT**, n.48, p.26-31, jul. 2001.
- PICH, Roberto Hofmeister. Uma visita ao maravilhoso. **CULT**, n.86, p.30-32, nov. 2004.
- PICH, Roberto Hofmeister. O enigma da liberdade. **CULT**, n.75, p.54-57, dez. 2003.
- PICH, Roberto Hofmeister. A Filosofia Analítica da Religião. **CULT**, n.131, p.60-64, dez. 2008.
- PIMENTA, Pedro. A formação do caráter. **CULT**, n.79, p.54-56, abr. 2004.
- PINTO, Débora Cristina Morato. A filosofia da experiência na aurora do século 20. **CULT**, n.123, p.54-57, abr. 2008.
- PINTO, Débora Cristina Morato. A vida, o tempo e o nosso tempo. **CULT**, 140, p.36-38, out. 2009.
- PINTO, Débora Cristina Morato. A filosofia e o consolo do tempo. **CULT**, n.143, p.58-60, fev. 2010.
- PINTO, Paulo Roberto Margutti. O lógico e a ética. **CULT**, n.60, p.60-63, ago. 2002.
- PIRES, Luiz. SP irá receber Cátedra Foucault no segundo semestre. **CULT**, n.168, p.14-17, maio 2012.
- PISANI, Marília Mello. Tecnologia e política em Marcuse. **CULT**, n.127, p.60-64, ago. 2008.
- PIVA, Paulo Jonas de Lima. Sade: matéria sem culpa, gozo sem limites. **CULT**, n.144, p.63-65, mar. 2010.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Religião como crítica: a hipótese de Deus. **CULT**, n.64, p.6-19, dez. 2002.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Ontologia do pó. **CULT**, n.75, p.47-49, dez. 2003.
- PONDÉ, Luiz Felipe; CURI, Fabiano. Meditações. **CULT**, n.88, p.58-60, jan. 2005.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Da inutilidade da crítica e do medo diante das almas metafísicas. **CULT**, n.101, p.36-39, abr. 2006.
- PONDÉ, Luiz Felipe. O desejo de Babel. **CULT**, n.111, p.40-42, mar. 2007.
- PONDÉ, Luiz Felipe. O silêncio impossível. **CULT**, n.156, p.52-53, abr. 2011.
- PORCHAT, Oswaldo; SMITH, Plínio Junqueira. O retorno à vida comum. **CULT**, n.121, p.57-60, jan. 2008.
- PORTA, Mario Ariel González. Para entender a crítica da razão pura. **CULT**, n.79, p.50-53, abr. 2004.
- PRADO JR., Plínio. O evento Beckett. **CULT**, n.142, p.62-64, dez. 2009.
- PRIORE, Mary del; SAVIAN FILHO, Juvenal. História do amor no Brasil. **CULT**, n.146, p.56-57, maio 2010.
- PUENTE, Fernando Ruy. Aristóteles e o enigma do tempo. **CULT**, n.153, p.58-61, dez. 2010.
- RAMOS, Silvana de Souza. O riso de Montaigne. **CULT**, n.143, p.55-57, fev. 2010.

- RANCIÈRE, Jacques. A política do espetáculo. **CULT**, n.171, p.59-60, ago. 2012.
- RANCIÈRE, Jacques; LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. Partilha do sensível. **CULT**, n.139, p.17-23, set. 2009.
- RANCIÈRE, Jacques; REZENDE, Marcelo. Selvagem inocência. **CULT**, n.83, p.24-27, ago. 2004.
- REGO, Pedro Costa. Estética e sistema. **CULT**, n.79, p.47-49, abr. 2004.
- REPA, Luiz. Habermas clássico sai no Brasil. **CULT**, n.170, p.42-45, jul. 2012.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia: entre a mimese e a criação. **CULT**, n.69, p.14-16, maio 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Ideais com deságio. **CULT**, n.71, p.14-17, jul. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. O que forma o elo social?. **CULT**, n.73, p.14-16, set. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Maquiavel, do diabo à ética. **CULT**, n.74, p.47-49, nov. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia e debate. **CULT**, n.75, p.34-36, dez. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. A economia como mistério. **CULT**, n.77, p.36-39, fev. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Direita e esquerda como posições. **CULT**, n.79, p.40-42, abr. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Do “eles” ao “nós”. **CULT**, n.81, p.40-42, jun. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Foucault, político. **CULT**, n.81, p.44-46, jun. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A representação teatral na política. **CULT**, n.83, p.36-38, ago. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A lei da nossa língua. **CULT**, n.85, p.44-46, out. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. OS limites da política ocidental. **CULT**, n.87, p.42-44, dez. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Ideologia é algo tão relativo. **CULT**, n.89, p.36-38, fev. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A perspectiva do poder. **CULT**, n.91, p.40-42, abr. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. Pessoas como mercadorias. **CULT**, n.93, p.44-46, jul. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A filosofia nasce da cultura. **CULT**, n.95, p.44-46, set. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A intersecção entre filosofias analítica e continental. **CULT**, n.97, p.51, nov. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. O pensador que engajou a filosofia na política. **CULT**, n.97, p.52-55, nov. 2005.
- RINESI, Eduardo. A tragédia política. **CULT**, n.74, p.56, nov. 2003.
- ROLNIK, Suely. Deleuze, esquizoanalista. **CULT**, n.108, p.50-53, nov. 2006.
- ROMANO, Roberto. Deuses e democracia. **CULT**, n.70, p.16-18, jun. 2003.
- ROMANO, Roberto. O riso e a política. **CULT**, n.72, p.14-16, ago. 2003.
- ROMANO, Roberto. O cálculo sinistro de Diderot. **CULT**, n.74, p.38-40, nov. 2003.
- ROMANO, Roberto. Um milhão de ouvidos. **CULT**, n.76, p.44-46, jan. 2004.
- ROMANO, Roberto. Antiamericanismo. **CULT**, n.78, p.34-36, mar. 2004.
- ROMANO, Roberto. Uma racionalidade assassina. **CULT**, n.80, p.34-36, maio 2004.
- ROMANO, Roberto. Democracia... mas quem é este senhor, o povo?. **CULT**, n.82, p.40-42, jul. 2004.
- ROMANO, Roberto. Hulks, nórdicos, wasps e a ética do racismo. **CULT**, n.84, p.42-44, set. 2004.
- ROMANO, Roberto. Violências. **CULT**, n.86, p.42-44, nov. 2004.
- ROMANO, Roberto. Santa Teresa de Jesus, crítica da ética. **CULT**, n.88, p.44-47, jan. 2005.
- ROMANO, Roberto. Por que o Ocidente venceu?. **CULT**, n.90, p.40-42, mar. 2005.
- ROMANO, Roberto. O ruído da ironia. **CULT**, n.92, p.44-46, maio 2005.

- ROMANO, Roberto. Democracia e transparência. **CULT**, n.94, p.44-46, ago. 2005.
- ROMANO, Roberto. Contra o eugenismo do governador de Santa Catarina. **CULT**, n.96, p.44-46, out. 2005.
- ROMANO, Roberto. Rousseau, religião e moral. **CULT**, n.98, p.36-37, dez. 2005.
- ROMANO, Roberto. Um paradigma totalitário. **CULT**, n.99, p.39-41, jan. 2006.
- ROMANO, Roberto. Terrorismo, um crime imperdoável. **CULT**, n.100, p.38-40, mar. 2006.
- ROMANO, Roberto. A letra espiritual da ética árabe. **CULT**, n.102, p.32-34, maio 2006.
- ROMANO, Roberto. Ricardo III e os múltiplos. **CULT**, n.104, p.37-39, jul. 2006.
- ROOS, Jonas. Religião, finitude e corpo. **CULT**, n.179, p.38-41, maio 2013.
- RORTY, Richard; GHIRALDELLI JR., Paulo. “Outro ataque terrorista à América é inevitável”. **CULT**, n.97, p.60-61, nov. 2005.
- ROSA FILHO, Sílvio; BERTOLO, Lucas. Os mundos suspensos de Rimbaud. **CULT**, n.178, p.38-41, abr. 2013.
- ROSENFELD, Kathrin. O professor e o mestre zen. **CULT**, n.173, p.26-29, out. 2012.
- ROUANET, Luiz Paulo. A renda da cidadania. **CULT**, n.59, p.22-23, jul. 2002.
- ROUANET, Luiz Paulo. Rawls, filósofo político do século 20. **CULT**, n.97, p.62-63, nov. 2005.
- ROUANET, Sergio Paulo; ROUANET, Luiz Paulo. Sergio Paulo Rouanet: “O intelectual está deixando de existir”. **CULT**, n.108, p.10-14, nov. 2006.
- ROUDINESCO, Elisabeth; SAVIAN FILHO, Juvenal. Contra os racismos e em defesa da psicanálise. **CULT**, n.149, p.40-41, ago. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. A democracia para além do Estado de direito?. **CULT**, n.137, p.42-44, jul. 2009.
- SAFATLE, Vladimir. A democracia que não veio. **CULT**, n.175, p.11, dez. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. A diferença sem voz. **CULT**, n.117, p.60-61, set. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. A farsa como tragédia. **CULT**, n.158, p.19, jun. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. A invenção precoce. **CULT**, n.166, p.57, mar. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. A linguagem como enterro. **CULT**, n.178, p.25, abr. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. A política externa. **CULT**, n.148, p.53-55, jul. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Amor pelo dever. **CULT**, n.157, p.57, maio 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Arte bloqueada. **CULT**, n.168, p.28-30, maio 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Atravessar a modernidade dobrando os joelhos. **CULT**, n.106, p.60-62, set. 2006.
- SAFATLE, Vladimir. Confrontar-se com o inumano. **CULT**, n.125, p.38-41, jun. 2008.
- SAFATLE, Vladimir. Da arte de nosso desejo de política. **CULT**, n.184, p.63, out. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. Das cinzas. **CULT**, n.118, p.41-43, out. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. De que filosofia do acontecimento a esquerda precisa?. **CULT**, n.118, p.61-64, out. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Democracia e religião. **CULT**, n.156, p.46, abr. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Do sublime capitalista e das ruínas. **CULT**, n.120, p.51-54, dez. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Ensaio de orquestra. **CULT**, n.169, p.35-38, jun. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Epílogo gaulês. **CULT**, n.94, p.60-62, ago. 2005.
- SAFATLE, Vladimir. Eu sou o que sou. **CULT**, n.164, p.61, dez. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Fora da representação. **CULT**, n.182, p.52, ago. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. Freud e a teoria social. **CULT**, n.147, p.60-62, jun. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Histeria e obsessão. **CULT**, n.161, p.54, set. 2011.

- SAFATLE, Vladimir. Humanismo como patologia. **CULT**, n.152, p.26, nov. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Marx ataca. **CULT**, n.160, p.60, ago. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Misticismo e forma. **CULT**, n.122, p.41-43, mar. 2008.
- SAFATLE, Vladimir. Nada aconteceu. **CULT**, n.180, p.61, jun. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. Não é apenas Deus que sabe distinguir. **CULT**, n.151, p.44, out. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. O cuidar de si. **CULT**, n.162, p.59, out. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. O dia em que Foucault se fez. **CULT**, n.159, p.43, jul. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. O fetichismo como dispositivo de crítica. **CULT**, n.144, p.47-49, mar. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. O mal-estar nas ciências humanas. **CULT**, n.138, p.62-64, ago. 2009.
- SAFATLE, Vladimir. O músico revolucionário. **CULT**, n.172, p.65, set. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. O poder da psiquiatria. **CULT**, n.184, p.22-23, out. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. O que significa “estar doente”? **CULT**, n.103, p.44-46, jun. 2006.
- SAFATLE, Vladimir. Para além de uma dicotomia. **CULT**, n.154, p.52, fev. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Para além do homem. **CULT**, n.171, p.46, ago. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Pratos quebrados. **CULT**, n.150, p.20, set. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Reconhecido pelo cão. **CULT**, n.155, p.42, mar. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Revolta e forma-mercadoria. **CULT**, n.96, p.52-54, out. 2005.
- SAFATLE, Vladimir. Ruínas estéticas. **CULT**, n.167, p.57, abr. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. São Paulo e Cairo. **CULT**, n.165, p.51, fev. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Sofrer hoje, segundo Lacan. **CULT**, n.174, p.20-23, nov. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Sofrimento psíquico e social. **CULT**, n.170, p.57, jul. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Voltar a agir. **CULT**, n.163, p.59, nov. 2011.
- SAFATLE, Vladimir; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. A música da modernidade. **CULT**, n.92, p.17, maio 2005.
- SAFATLE, Vladimir; SAVIAN FILHO, Juvenal. A filosofia nua e crua. **CULT**, n.186, p.6-15, dez. 2013.
- SALLES, João Carlos. Notas sobre a filosofia no Brasil. **CULT**, n.151, p.70-73, out. 2010.
- SANTIAGO, Homero. Do cartesianismo ao espinosismo. **CULT**, n.109, p.61-63, dez. 2006.
- SANTOS, Maga Guadalupe dos. Beauvoir e os paradoxos do feminino. **CULT**, n.133, p.58-61, mar. 2009.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Um itinerário de conversões filosóficas. **CULT**, n.75, p.50-53, dez. 2003.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. A “teologia” construída pela prática. **CULT**, n.98, p.57-59, dez. 2005.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Fenomenologia e luta de classes. **CULT**, n.106, p.17-19, set. 2006.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Um Bento XVI iluminista?. **CULT**, n.115, p.36-38, jul. 2007.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Kierkegaard e a histeria do espírito. **CULT**, n.116, p.49-51, ago. 2007.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Derrida e a defesa da honra da razão. **CULT**, n.117, p.41-43, set. 2007.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Por uma teologia da beleza. **CULT**, n.120, p.55-57, dez. 2007.

- SAVIAN FILHO, Juvenal. A persistência de Deus. **CULT**, n.131, p.46-49, dez. 2008.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. A busca de unidade interior. **CULT**, n.143, p.52-54, fev. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Avatar às avessas. **CULT**, n.144, p.35, mar. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Crer em Deus depois de Freud?. **CULT**, n.147, p.63-64, jun. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. O ser humano é corpo-alma. **CULT**, n.175, p.36-37, dez. 2012.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Diálogos com a filosofia contemporânea. **CULT**, n.177, p.43-45, mar. 2013.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Bicentenário de nascimento de Kierkegaard. **CULT**, n.179, p.25-27, maio 2013.
- SCHWEPPENHÄUSER, Gerhard. *Amor fati* prisioneiro: Horkheimer e Adorno lêem Nietzsche. **CULT**, n.37, p.56-59, ago. 2000.
- SENDACZ, Roberta. Sob a areia. **CULT**, n.94, p.19-24, ago. 2005.
- SHOOK, John; GHIRALDELLI JR., Paulo. Ecos de setembro. **CULT**, n.83, p.51, ago. 2004.
- SILVA FILHO, Waldomiro José da. Ceticismo: a filosofia como investigação. **CULT**, n.116, p.42-43, ago. 2007.
- SILVA FILHO, Waldomiro José da. Não saber de si. **CULT**, n.121, p.48-51, jan. 2008.
- SILVA JÚNIOR, Ivo da. Nietzsche, filósofo da cultura. **CULT**, n.149, p.50-53, ago. 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Metafísica e história no romance de Sartre. **CULT**, n.34, p.58-63, maio 2000.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. O mediador e a solidão. **CULT**, n.64, p.44-56, dez. 2002.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A educação sentimental. **CULT**, n.87, p.15-17, dez. 2004.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Liberdade e compromisso. **CULT**, n.91, p.49-52, abr. 2005.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Estar só e ser só. **CULT**, n.97, p.12-14, nov. 2005.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Aristóteles. **CULT**, n.103, p.60-62, jun. 2006.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Kierkegaard: o indivíduo diante do absoluto. **CULT**, n.116, p.58-61, ago. 2007.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Memória e esperança. **CULT**, n.126, p.61-63, jul. 2008.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Deus no pensamento de Bergson. **CULT**, n.131, p.50-52, dez. 2008.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Ética e situações-limite. **CULT**, n.145, p.48-51, abr. 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A incompreensibilidade do mal. **CULT**, n.150, p.71-73, set. 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A questão da alma. **CULT**, n.175, p.28-31, dez. 2012.
- SILVA, Gabriela Ferreira da. Nas origens da filosofia contemporânea. **CULT**, n.179, p.28-30, maio 2013.
- SILVA, Heraldo Aparecido. Crise nas infinitas terras. **CULT**, n.83, p.56-60, ago. 2004.
- SILVA, José Luis da; SAMPAIO, Vicente de Arruda. Dupla urgência: contenção e superação. **CULT**, n.53, p.10-13, dez. 2001.
- SILVA, Rafael Cordeiro. Indústria cultural e manutenção do poder. **CULT**, n.154, p.62-65, fev. 2011.
- SIMANKE, Richard Theisen. A filosofia de Freud e o Freud da filosofia. **CULT**, n.147, p.54-56, jun. 2010.
- SINGER, Peter; COLTRO, Fabio. Fazenda modelo. **CULT**, n.86, p.8-12, nov. 2004.

- SMITH, Plínio Junqueira. Oswaldo Porchat e o ceticismo no Brasil. **CULT**, n.121, p.52-56, jan. 2008.
- SOCHA, Eduardo. A aparência do improviso. **CULT**, n.174, p.48-49, nov. 2012.
- SOCHA, Eduardo. A invenção da duração. **CULT**, n.153, p.66-69, dez. 2010.
- SOCHA, Eduardo. A ostentação teórica da insignificância. **CULT**, n.134, p.34-36, abr. 2009.
- SOCHA, Eduardo. A sociologia de Max Weber. **CULT**, n.124, p.40-41, maio 2008.
- SOCHA, Eduardo. A supremacia da dúvida sistemática. **CULT**, n.121, p.36-38, jan. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Amor mundi. **CULT**, n.136, p.40, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. As aventuras da memória e a dificuldade do perdão. **CULT**, n.124, p.28-30, maio 2008.
- SOCHA, Eduardo. Bola da vez. **CULT**, n.150, p.62-64, set. 2010.
- SOCHA, Eduardo. Clássico e controverso. **CULT**, n.130, p.34, nov. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Cristo era um revolucionário?. **CULT**, n.136, p.39, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Desejo de concretude. **CULT**, n.154, p.27, fev. 2011.
- SOCHA, Eduardo. Filosofia sem suspeita. **CULT**, n.127, p.34-35, ago. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Flexibilidade cínica. **CULT**, n.129, p.30-32, out. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Goethe anti-romântico. **CULT**, n.126, p.30, jul. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Lacan de bolso. **CULT**, n.123, p.34, abr. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Merleau-Ponty e o olhar renovado. **CULT**, n.123, p.42-43
- SOCHA, Eduardo. Michel Foucault contra a busca do eu perdido. **CULT**, n.134, p.42-43, abr. 2009.
- SOCHA, Eduardo. O resgate da psicanálise. **CULT**, n.125, p.36-37, jun. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Obituário do CD clássico. **CULT**, n.127, p.26-27, ago. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Outro início. **CULT**, n.130, p.35, nov. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Panfleto da misantropia. **CULT**, n.136, p.40, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Para além dos manuais. **CULT**, n.122, p.40, mar. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Piratas, mas democráticos. **CULT**, n.126, p.31, jul. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Questão de justiça. **CULT**, n.128, p.36-37, set. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Reorganizar a emancipação. **CULT**, n.127, p.42-43, ago. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Testamentos de um exílio enigmático. **CULT**, n.139, p.36-37, set. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Um esporte de combate. **CULT**, n.128, p.44-45, set. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Um percurso da liberdade. **CULT**, n.129, p.42-43, out. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Uma história nada convencional da filosofia. **CULT**, n.123, p.35, abr. 2008.
- SOUZA, Gilda de Mello e. De Bastide a Aleijadinho. **CULT**, n.157, p.53-55, maio 2011.
- SOUZA, Humberto Araujo Quaglio de. Socratismo agostiniano. **CULT**, n.179, p.35-37, maio 2013.
- SUBIRATS, Eduardo. Das culturas virtuais à guerra global. **CULT**, n.61, p.36-37, set. 2002.
- SUBIRATS, Eduardo; NAVAS, Adolfo Montejo. Eduardo Subirats. **CULT**, n.46, p.4-9, maio 2001.
- TABARONI, Andrea. “Vencer a si mesmo”. **CULT**, n.186, p.43-46, dez. 2013.
- TAYLOR, Charles; SIERAKOWSKI, Slawomir. O fim da democracia?. **CULT**, n.167, p.61-65, abr. 2012.
- TELLES, Edson. Estado de exceção permanente. **CULT**, n.171, p.38-40, ago. 2012.
- TENÓRIO, Waldecy. O adeus interminável. **CULT**, n.64, p.66-69, dez. 2002.

- TIBURI, Marcia. A ação e sua prostituição. **CULT**, n.148, p.42-43, jul. 2010.
- TIBURI, Marcia. A biografia de Bob. **CULT**, n.160, p.29, ago. 2011.
- TIBURI, Marcia. A lista dos mais vendidos. **CULT**, n.175, p.19, dez. 2012.
- TIBURI, Marcia. A nova moral do funk. **CULT**, n.163, p.57, nov. 2011.
- TIBURI, Marcia. A ratoeira da internet. **CULT**, n.182, p.27, ago. 2013.
- TIBURI, Marcia. A vida como um território de caça. **CULT**, n.115, p.28-29, jul. 2007.
- TIBURI, Marcia. Alien — para comemorar os 30 anos do monstro que nos faz pensar o futuro. **CULT**, n.141, p.38-39, nov. 2009.
- TIBURI, Marcia. Amor digital. **CULT**, n.150, p.52-53, set. 2010.
- TIBURI, Marcia. Antídoto da filosofia. **CULT**, n.139, p.34-35, set. 2009.
- TIBURI, Marcia. Caiu no conceito. **CULT**, n.121, p.30-31, jan. 2008.
- TIBURI, Marcia. Celular e reza. **CULT**, n.180, p.49, jun. 2013.
- TIBURI, Marcia. Complexo de Ofélia. **CULT**, n.128, p.42-43, set. 2008.
- TIBURI, Marcia. Complexo de Roberto Carlos. **CULT**, n.154, p.27, fev. 2011.
- TIBURI, Marcia. Coronelismo intelectual. **CULT**, n.168, p.65, maio 2012.
- TIBURI, Marcia. Cultura da negligência. **CULT**, n.177, p.55, mar. 2013.
- TIBURI, Marcia. Cultura do logro. **CULT**, n.173, p.65, out. 2012.
- TIBURI, Marcia. Dizer o que não se deixa dizer. **CULT**, n.128, p.34, set. 2008.
- TIBURI, Marcia. Do jeito que você gosta. **CULT**, n.157, p.45, maio 2011.
- TIBURI, Marcia. Elvis não morreu. **CULT**, n.174, p.43, nov. 2012.
- TIBURI, Marcia. Esclarecer o pessimismo. **CULT**, n.112, p.11-12, abr. 2007.
- TIBURI, Marcia. Estamira, romantismo e lixo. **CULT**, n. 119, p.30-31, nov. 2007.
- TIBURI, Marcia. Esteticamente correto. **CULT**, n.179, p.49, maio 2013.
- TIBURI, Marcia. Esteticomania. **CULT**, n.170, p.55, jul. 2012.
- TIBURI, Marcia. Eu era um lobisomem. **CULT**, n.162, p.17, out. 2011.
- TIBURI, Marcia. Fabulosofia. **CULT**, n.125, p.32-33, jun. 2008.
- TIBURI, Marcia. Fascismo potencial. **CULT**, n.167, p.41, abr. 2012.
- TIBURI, Marcia. Feminicídio. **CULT**, n.176, p.24-25, fev. 2013.
- TIBURI, Marcia. Feminismo e filosofia no século 20. **CULT**, n.133, p.46-51, mar. 2009.
- TIBURI, Marcia. Filosofia e história. **CULT**, n.123, p.40-41, abr. 2008.
- TIBURI, Marcia. Filosofia não é literatura. **CULT**, n.122, p.46-47, mar. 2008.
- TIBURI, Marcia. Fim do mundo. **CULT**, n.165, p.65, fev. 2012.
- TIBURI, Marcia. Hamlet, a máquina mortífera. **CULT**, n.116, p.40-41, ago. 2007.
- TIBURI, Marcia. Hannah Arendt. **CULT**, n.183, p.18, set. 2013.
- TIBURI, Marcia. Homo Sedens. **CULT**, n.185, p.49, nov. 2013.
- TIBURI, Marcia. Humilhação. **CULT**, n.166, p.51, mar. 2012.
- TIBURI, Marcia. Imagem como capital. **CULT**, n.172, p.45, set. 2012.
- TIBURI, Marcia. Indústria cultural da felicidade. **CULT**, n.159, p.47, jul. 2011.
- TIBURI, Marcia. Judith Butler: Feminismo como provocação. **CULT**, n.185, p.21-23, nov. 2013.
- TIBURI, Marcia. Machado de Assis e a crítica da razão. **CULT**, n.129, p.40-41, out. 2008.
- TIBURI, Marcia. Mãe desnaturada. **CULT**, n.156, p.65, abr. 2011.
- TIBURI, Marcia. Mania de carrão. **CULT**, n.178, p.53, abr. 2013.
- TIBURI, Marcia. Manifesto Makumbacyber. **CULT**, n.184, p.19, out. 2013.
- TIBURI, Marcia. Márcia Tiburi: O aborto dos outros. **CULT**, n.138, p.34-35, ago. 2009.
- TIBURI, Marcia. Masoquismo hoje. **CULT**, n.144, p.38-39, mar. 2010.

- TIBURI, Marcia. Medialidade: império e religião dos meios. **CULT**, n.171, p.24, ago. 2012.
- TIBURI, Marcia. Minotaura. **CULT**, n.186, p.17, dez. 2013.
- TIBURI, Marcia. Neobovarismo. **CULT**, n.139, p.40-41, set. 2009.
- TIBURI, Marcia. Ninfa do subúrbio — a vida nua da jovem mulher vestida de rosa pink. **CULT**, n.142, p.44-45, dez. 2009.
- TIBURI, Marcia. Ninguém mora onde não mora ninguém. **CULT**, n.155, p.27, mar. 2011.
- TIBURI, Marcia. Nova elite caipira. **CULT**, n.181, p.51, jul. 2013.
- TIBURI, Marcia. Nudez. **CULT**, n.151, p.34, out. 2010.
- TIBURI, Marcia. O abutre de Kafka e o Prometeu moderno. **CULT**, n.127, p.40-41, ago. 2008.
- TIBURI, Marcia. O Brasil recalçado. **CULT**, n.134, p.38-39, abr. 2009.
- TIBURI, Marcia. O cão e o limbo. **CULT**, n.126, p.34-35, jul. 2008.
- TIBURI, Marcia. O cheiro do espírito adolescente. **CULT**, n.136, p.36-37, jun. 2009.
- TIBURI, Marcia. O começo da filosofia. **CULT**, n.103, p.48-50, jun. 2006.
- TIBURI, Marcia. O corpo entre a estética e a política. **CULT**, n.117, p.31-32, set. 2007.
- TIBURI, Marcia. O crime de Lady Gaga. **CULT**, n.146, p.40-41, maio 2010.
- TIBURI, Marcia. O culto às marcas. **CULT**, n.169, p.19, jun. 2012.
- TIBURI, Marcia. O homem sem mãos. **CULT**, n.118, p.32-33, out. 2007.
- TIBURI, Marcia. O luto da arte. **CULT**, n.145, p.42-43, abr. 2010.
- TIBURI, Marcia. O mistério da corrupção — do enigma da iniquidade ao enigma da honestidade. **CULT**, n.164, p.63, dez. 2011.
- TIBURI, Marcia. O que é e para que serve uma instalação. **CULT**, n.133, p.36-37, mar. 2009.
- TIBURI, Marcia. O que o olho não vê.... **CULT**, n.120, p.38-39, dez. 2007.
- TIBURI, Marcia. Onirokit. **CULT**, n.153, p.33, dez. 2010.
- TIBURI, Marcia. Paradoxo da burrice. **CULT**, n.143, p.44-45, fev. 2010.
- TIBURI, Marcia. Pensamento piXação. **CULT**, n.135, p.42-43, maio 2009.
- TIBURI, Marcia. Pensando no modo feminino. **CULT**, n.113, p.24-25, maio 2007.
- TIBURI, Marcia. Política da solidão. **CULT**, n.161, p.63, set. 2011.
- TIBURI, Marcia. Política kitsch. **CULT**, n.152, p.38, nov. 2010.
- TIBURI, Marcia. Profanação: o ato metafísico e democrático. **CULT**, n.114, p.34-35, jun. 2007.
- TIBURI, Marcia. Rockfilosofia. **CULT**, n.158, p.36, jun. 2011.
- TIBURI, Marcia. Sobre amor e filosofia. **CULT**, n.98, p.12-13, dez. 2005.
- TIBURI, Marcia. Sobre Twitter e Severinos. **CULT**, n.147, p.42-43, jun. 2010.
- TIBURI, Marcia. Tanatografia — Michael Jackson e o duplo corpo do Rei do Pop. **CULT**, 140, p.44-45, out. 2009.
- TIBURI, Marcia. Um espelho para o novo sexo frágil. **CULT**, n.132, p.34-35, fev. 2009.
- TIBURI, Marcia. Uma filosofia da superfície. **CULT**, n.130, p.42-43, nov. 2008.
- TIBURI, Marcia. Vampiropfilia. **CULT**, n.149, p.46-47, ago. 2010.
- TIBURI, Marcia. Ventriloquacidade. **CULT**, n.137, p.36-37, jul. 2009.
- TIBURI, Marcia. Vida própria. **CULT**, n.124, p.38-39, maio 2008.
- TODISCO, Orlando. Na fonte do pensamento franciscano. **CULT**, n.186, p.32-39, dez. 2013.
- TOGNOLLI, Claudio Julio. A parte pelo todo. **CULT**, n.98, p.40-41, dez. 2005.
- TÜRCKE, Christoph; LOSSO, Eduardo Guerreiro. Realidade, indústria cultural e liberdade. **CULT**, n.151, p.36-37, out. 2010.

- VALLS, Álvaro L. M. História da filosofia na ficção em cinco livros. **CULT**, n.97, p.24-25, nov. 2005.
- VALLS, Álvaro L. M. O filósofo da existência. **CULT**, n.116, p.52-54, ago. 2007.
- VALLS, Álvaro L. M. Um pensador subjetivo. **CULT**, n.179, p.31-34, maio 2013.
- VASCONCELLOS, Cláudia. Quando a noite cai. **CULT**, n.45, p.18-21, abr. 2001.
- VATTIMO, Gianni; REDAÇÃO. O capitalismo é, em grande parte, responsável pela infelicidade. **CULT**, n.126, p.12-15, jul. 2008.
- VATTIMO, Gianni; VILLANI, Aldo; MUNCINI, Maria Andrea. Gianni Vattimo. **CULT**, n.44, p.4-9, mar. 2001.
- VITALE, Denise. Cidadania e democracia no Brasil. **CULT**, n.104, p.61-62, jul. 2006.
- WATKIN, William. Agamben e a indiferença. **CULT**, n.180, p.39-41, jun. 2013.
- WIREDU, Kwasi. As culturas e o modo de filosofar. **CULT**, n.98, p.43-47, dez. 2005.
- WORMS, Frédéric; SOCHA, Eduardo. Entrevista com Frédéric Worms. **CULT**, 140, p.38-40, out. 2009.
- WRIGLEY, Michael. A tarefa sem fim. **CULT**, n.60, p.58-59, ago. 2002.
- ZAMAGNA, Domingos. O cativo libertador. **CULT**, n.64, p.34-38, dez. 2002.
- ZINGEREVITZ, Walter. Gaston Bachelard e a filosofia do inexato. **CULT**, n.65, p.30-31, jan. 2003.
- ZINGEREVITZ, Walter. O racionalista vital. **CULT**, n.81, p.36-38, jun. 2004.
- ZINGEREVITZ, Walter. Correspondências. **CULT**, n.84, p.34-35, set. 2004.
- ZINGEREVITZ, Walter. Divina comédia. **CULT**, n.89, p.30-32, fev. 2005.
- ZIZEK, Slavoj. Não existe o grande outro. **CULT**, n.125, p.59-65, jun. 2008.
- ZIZEK, Slavoj. Democracia corrompida. **CULT**, n.137, p.51-55, jul. 2009.
- ZIZEK, Slavoj. Saqueadores, uni-vos!. **CULT**, n.161, p.20-22, set. 2011.
- ZIZEK, Slavoj; GUIMARÃES NETO, Ernane. Z de Zizek. **CULT**, n.158, p.14-18, jun. 2011.
- ZIZEK, Slavoj; REZENDE, Marcelo. Olá Lenin. **CULT**, n.90, p.7-11, mar. 2005.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, v.11, n.19/20, p.79-100, jan./dez. 2004.
- ALVARENGA, Tales. Nova filosofia. **Veja**, Seção Educação, p.101-102, 28 mar. 1979.
- AQUILES, Marcio. Publicações decodificam alta erudição para leigos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.E12, 05 jun. 2012.
- AQUINO, Julio Groppa. A pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do expert no governmentamento docente. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v.36, n.2, p.201-209, maio/ago. 2013.
- _____. O pensamento como desordem: repercussões do legado foucaultiano. **Pro-Posições**, v.25, n.2 (74), p.83-101, maio/ago. 2014.
- ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BARTOLOMEI, Marcelo. Globo estreia série e tenta popularizar a filosofia. **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustrada, São Paulo, p.E6, 17 jul. 2005.
- BLANCHOT, Maurice. **Los intelectuales en cuestión**: esbozo de una reflexión. Madrid: Tecnos, 2001.
- _____. Nietzsche e a escrita fragmentária. In: _____. **A conversa infinita 2**: a experiência limite. São Paulo: Escuta, 2007. p.114-139.
- BOSSA NOVA FILMS — **Peripatético** — Projeto. Disponível em: <http://www.bossanovafilms.com.br/static/files/peri_projeto.pdf>. Acesso em: 27/02/2015.
- CALIXTO, Bruno. 'Nietzsche converteu-se ao culto da autoajuda'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 maio 2014. Caderno Segunda Página, p.2.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CARDOSO, Rodrigo. Filosofia em alta. **IstoÉ**, 11 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2014/artigo91916-1.htm>>. Acesso em: 10/11/2012.
- CARVALHO, Olavo de. Um filósofo na mídia é um jesuíta entre antropófagos. **Anekdota Búlgara**, 03 jan. 2002. Disponível em: <www.olavodecarvalho.org/textos/bulgara.htm>. Acesso em: 10/12/13.
- CHAUÍ, Marilena; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres; FURTADO, Joaci Pereira. A interrogação permanente de Marilena Chauí. **CULT**, n.35, p.44-61, jun. 2000.
- _____; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOCHA, Eduardo. A paciência do pensamento. **CULT**, n.133, p.16-23, mar. 2009.
- CHAVES, Ernani. Raízes do Brasil e Nietzsche. **CULT**, n.37, p.52-55, ago. 2000.
- COMTE-SPONVILLE, André; SOCHA, Eduardo. Cético, espiritual e popular. **CULT**, n.131, p.14-21, dez. 2008.
- CORDEIRO, Tiago. Filosofia POP. **Galileu**, abr. 2012. Disponível em: <revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,ERT299871-17773,00.html>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- CORREIA, Carlos João Nunes. Os usos da filosofia. **Philosophica**, Lisboa, n.6, p.35-42, 1995.
- CORTELLA, Mario Sergio; MARCEL, Felipe. Reflexões e provocações filosóficas. **CULT**, n.98, p.8-11, dez. 2005.
- FALCÃO, Daniela. Viva melhor à luz da filosofia. **Folha de S. Paulo**, Caderno Equilíbrio, São Paulo, p.8-10, 21 jun. 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

- _____. **Conversações**. São Paulo: 34, 2013.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DUARTE, André. Uma poética da finitude. **CULT**, n.34, p.23-24, maio 2000.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2009.
- FEITOSA, Charles. O que é isto — Filosofia Pop? In: LINS, Daniel (org.). **Nietzsche e Deleuze: Pensamento Nômade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.95-105.
- _____. Entre a academia e a receita de bolo. **Revista de História**, 30 nov. 2011. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/entre-a-academia-e-a-receita-de-bolo. Acesso em: 02 ago. 2012.
- _____. Giros, rodopios e piruetas. **O Povo** [online], Ceará, 13 jan. 2014. Coluna Filosofia Pop. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/filosofiapop/2014/01/13/noticiasfilosofiapop,3189627/girosrodopiosepiruetas.shtml>. Acesso em: 10/01/2015.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. O que é a crítica? (Crítica e *Aufklärung*). In: BIROLI, Flávia; ALVAREZ, Marcos César (orgs.). **Michel Foucault: histórias e destinos de um pensamento**. Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC-UNESP), Vol.9, n.1. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000. p.169-189.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- _____. História da loucura: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- _____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p.192-217.
- _____. Polêmica, política e problematizações. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: Ética, sexualidade e política**. Forense Universitária, 2006c. p.225-233.
- _____. O cuidado com a verdade. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p.240-251.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ditos e escritos, volume V: Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e. p.264-287.
- _____. O que é um filósofo?. In: _____. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. p.34-35.
- _____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: _____. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p.62-77.
- _____. Michel Foucault explica seu ultimo livro. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. p.145-146.
- _____. Theatrum Philosophicum. In: _____. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. p.230-254.
- _____. O filósofo mascarado. In: _____. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e. p.299-306.
- _____. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977—1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008f.

- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- _____. O que é um autor?. In: _____. **Ditos e escritos, volume III**: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p.264-298.
- _____. Poder e saber. In: _____. **Ditos e escritos, volume IV**: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p.223-240.
- _____. Diálogo sobre o poder. In: _____. **Ditos e escritos, volume IV**: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p.253-266.
- _____. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.
- _____. Resposta a uma questão. In: _____. **Ditos e Escritos, volume VI**: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d. p. 9-11.
- _____. Para uma moral do desconforto. In: _____. **Ditos e escritos, volume VI**: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p.279-284.
- _____. Conversa com Michel Foucault. In: _____. **Ditos e Escritos, volume VI**: Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010f. p.289-347.
- _____. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011a.
- _____. O saber como crime. In: _____. **Ditos e escritos, volume VII**: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. p.62-69.
- _____. A cena da filosofia. In: _____. **Ditos e escritos, volume VII**: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c. p.223-247.
- _____. O mundo é um grande hospício. In: _____. **Ditos e escritos, volume VII**: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011d. p.307-309.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica — para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2.ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. Entrevista com Michel Foucault. In: _____. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p.13-34.
- _____. O nascimento de um mundo. In: _____. **Ditos e escritos, volume X**: filosofia, diagnóstico do presente e verdade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p.51-54.
- _____. Prefácio. In: _____. **Ditos e escritos, volume IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c. p.7-10.
- _____. Prefácio à *História da sexualidade*. In: _____. **Ditos e escritos, volume IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d. p.207-213.
- _____. Sobre a genealogia da ética: um resumo do trabalho em curso. In: _____. **Ditos e escritos, volume IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014e. p.214-237.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma vida sem consolação. **CULT**, n.143, p.62-65, fev. 2010.
- GALLO, Silvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação & Realidade**, v.29, n.1, p.1-19, jun./jul. 2004.
- GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche, perspectivismo, genealogia, transvaloração. **CULT**, n.37, p.46-51, ago. 2000.
- _____. **Nietzsche como psicólogo**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

- GIANNOTTI, José Arthur; ALVES, Cauê. O estado das coisas. **CULT**, n.87, p.8-12, dez. 2004.
- GOYANO, Jussara; GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche, filosofia e cotidiano. **Filosofia Ciência & Vida**, n.1, p.6-13, jun. 2006.
- GROHMANN, Rafael do Nascimento. Michel Foucault, discurso e mídia. **Anagrama**: revista científica interdisciplinar da graduação, ano 3, n.2, p.1-11, dez 2009/fev 2010.
- GROS, Frédéric. A propósito de *A hermenêutica do sujeito*. **Mnemosine** v.8, n.2, p.316-330, 2012.
- GUARNIERI, Angelo Ricardo de Almeida. **O lugar da Filosofia na imprensa escrita**: No jornal a Folha de S. Paulo (1994-2003). Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade São Marcos, 2005. 161p.
- HARA, Tony. Sociedade da Comunicação: controle e captura da singularidade. **Revista Aulas**, v.3, p.1-10, 2007.
- KAUFMANN, Walter. **Nietzsche**: philosopher, psychologist, antichrist. New Jersey: Princeton University Press, 1974.
- LEMOES, Paulo; PINTO, Manuel da Costa. Ao leitor. **CULT**, n.1, p.2, jul. 1997.
- LEYA BRASIL — **Entendendo Filosofia**. Disponível em: <<http://geral.leya.com.br/pt/guias/entendendo-filosofia/>>. Acesso em: 27/02/2015.
- LOPES, Marcos Carvalho. Em cima das árvores: a filosofia e o restante da cultura. **Trilhas Filosóficas** (Impresso), v.IV, p.37-49, 2011.
- LOPEZ, Debora Cristina; DITTRICH, Ivo José. A mídia brasileira e a noção de poder em Foucault. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-midia-brasileira-Foucault.pdf>. Acesso em: 03/02/13.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- NEGRI, Antonio; MUNCINI, Maria Andrea; VILLANI, Aldo. O império da biopolítica. **CULT**, n.69, p.8-12, maio 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O livro do filósofo**. São Paulo: Centauro, 2012.
- _____. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- _____. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das letras, 2006a.
- _____. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das letras, 2006b.
- _____. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- OLIVEIRA, Guilherme Magalhães V. S. Nietzsche e a escrita: aproximações críticas à educação. In: MOGARRO, M.J.; CUNHA, M.T.S. (Orgs.). **Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares**. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p.4887-4999.
- ONFRAY, Michel; REDAÇÃO. O iconoclasta. **CULT**, n.97, p.16-19, nov. 2005.
- OLIVA, Luís César. Aristóteles e a questão da causalidade. **CULT**, n.59, p.24, jul. 2002.
- ORICHIO, Luiz Zanin. Pílulas de sabedoria para uma vida feliz. **O Estado de São Paulo**, Caderno Cultura, São Paulo, p.D6, 05 nov. 2006.
- PECHULA, Marli Aparecida. **A Filosofia e seus usos**: crítica e acomodação. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. 204p.
- PERES, Marcos Flamínio. Nietzsche para as massas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2010. Caderno Ilustrada, p.E1/E4-E5.

- PINTO, Manuel da Costa. Sartre, a transparência e o obstáculo. **CULT**, n.34, p.52-57, maio 2000.
- _____. O mestre da suspeita. **CULT**, n.37, p.60-63, ago. 2000.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Religião como crítica: a hipótese de Deus. **CULT**, n.64, p.6-19, dez. 2002.
- PORCHAT, Oswaldo; SMITH, Plínio Junqueira. O retorno à vida comum. **CULT**, n.121, p.57-60, jan. 2008.
- PUCHEU, Alberto. Nietzsche: uma escrita da vida. **Comum** — Rio de Janeiro, v.7, nº 20, p.60-70, jan./jun. 2003.
- RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.121-143, maio 1993.
- RANCIÈRE, Jacques. A filosofia no banheiro. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, São Paulo, 20 jan. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2001200206.htm>>. Acesso em: 05/06/2014.
- RANOYA, Guilherme. **Biopolítica, comunicação e o poder pastoral**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. 105p.
- REVISTA CULT — Editora Bregantini. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/editora-bregantini/>>. Acesso em: 27/02/2015.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia: entre a mimese e a criação. **CULT**, n.69, p.14-16, maio 2003.
- _____. A filosofia nasce da cultura. **CULT**, n.95, p.44-46, set. 2005.
- RODRIGUES, Carla. A filosofia está viva. **Valor Econômico**, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2811542/filosofia-esta-viva>>. Acesso em: 02 fev. 2013.
- ROMANO, Roberto. Deuses e democracia. **CULT**, n.70, p.16-18, jun. 2003.
- ROSE, Nikolas. Government, authority and expertise in advanced liberalism. **Economy and Society**, v.22, n.3, p.283-299, ago. 1993.
- ROUANET, Sergio Paulo; ROUANET, Luiz Paulo. Sergio Paulo Rouanet: “O intelectual está deixando de existir”. **CULT**, n.108, p.10-14, nov. 2006.
- SAFATLE, Vladimir. Nietzsche, Bob Dylan, Janis Joplin, Platão.... **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, p.7, 12 nov. 2006.
- _____. Democracia e religião. **CULT**, n.156, p.46, abr. 2011.
- _____. A democracia que não veio. **CULT**, n.175, p.11, dez. 2012.
- _____; SAVIAN FILHO, Juvenal. A filosofia nua e crua. **CULT**, n.186, p.6-15, dez. 2013.
- SANCHES, Tatiana Amendola. Filosofia pop: o fenômeno da popularização da filosofia e suas relações com a cultura midiática. **Mediação**, v.13, n.13, p.124-135, jul./dez. 2011.
- SANTIAGO, Silviano. A filosofia POP em questão. **O Estado de São Paulo**, Suplemento Sabático, p.S2, 14 maio 2011.
- SCHWEPPENHÄUSER, Gerhard. *Amor fati* prisioneiro: Horkheimer e Adorno lêem Nietzsche. **CULT**, n.37, p.56-59, ago. 2000.
- SILVA, Saulo Henrique Souza. A filosofia em meio à popularização e ao estranhamento. **Jornal da Cidade**, Aracaju, p.B4, 22-23 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/filosofia-meio-populariza-ao-estranhamento-3163.html>>. Acesso em: 10/11/2012.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Metafísica e história no romance de Sartre. **CULT**, n.34, p.58-63, maio 2000.
- TIBURI, Marcia. Pensando no modo feminino. **CULT**, n.113, p.24-25, maio 2007a.
- _____. Profanação: o ato metafísico e democrático. **CULT**, n.114, p.34-35, jun. 2007b.

- _____. O que o olho não vê.... **CULT**, n.120, p.38-39, dez. 2007c.
- _____. Filosofia e história. **CULT**, n.123, p.40-41, abr. 2008.
- _____. **Filosofia pop: poder e biopoder**. São Paulo: Bregantini, 2011.
- TONGEREN, Paul van. O filósofo como clínico da crítica à cultura. **Estudos Nietzsche**, Curitiba, v.1, n.2, p.265-286, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/estudosnietzsche?dd1=5023&dd99=view>>. Acesso em: 27/02/2015.
- TORRES, Fellipe. Ideias de Friedrich Nietzsche nunca foram tão atuais. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 29 set. 2014. Caderno Viver. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2014/09/29/internas_viver,532036/ideias-de-friedrich-nietzsche-nunca-foram-tao-atuais.shtml>. Acesso em: 15/01/2015.
- UNESCO — **Philosophy day at Unesco**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/socialandhumansciences/themes/philosophy/philosophydayatunesco/>>. Acesso em: 26/12/2014.
- VENTICINQUE, Danilo. As lições de um filósofo pop. **Época**, p.82-90, 03 set. 2012.
- VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.
- WORMS, Frédéric; SOCHA, Eduardo. Entrevista com Frédéric Worms. **CULT**, 140, p.38-40, out. 2009.
- ZAMAGNA, Domingos. O cativo libertador. **CULT**, n.64, p.34-38, dez. 2002.
- ZIZEK, Slavoj; REZENDE, Marcelo. Olá Lenin. **CULT**, n.90, p.7-11, mar. 2005.
- ZORDAN, Paola. Povo e Filosofia: um encontro necessário. **Educação, Cultura e Conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos** — 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu-MG, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1310/000569235.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02/10/2012.

ANEXO I: Artigos e entrevistas de e com autores de filosofia na revista *CULT* (em ordem cronológica)

1997

MUHANA, Adma. O profeta encarcerado. *CULT*, n.1, p.40-46, jul. 1997.

PENNA, Luciana Artacho. Subterrâneos da criação. *CULT*, n.2, p.42-46, ago. 1997.

CASTRO, Rosa Gabriela de. A paixão política de Hannah Arendt. *CULT*, n.5, p.16-19, dez. 1997.

1998

PENNA, Luciana Artacho. A bala e a fala. *CULT*, n.6, p.27-29, jan. 1998.

PENNA, Luciana Artacho. Diversidade americana. *CULT*, n.10, p.62-63, maio 1998.

1999

CASTRO, Rosa Gabriela. Tarsila, a dama antropofágica. *CULT*, n.19, p.29-31, fev. 1999.

DANIEL, Claudio. Fabulário. *CULT*, n.20, p.33-34, mar. 1999.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A (im)possibilidade da poesia. *CULT*, n.23, p.48-51, jun. 1999.

LEENHARDT, Jacques. Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo. *CULT*, n.24, p.10-13, jul. 1999.

BORNHEIM, Gerd. As dimensões da crítica. *CULT*, n.25, p.10-13, ago. 1999.

NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. *CULT*, n.26, p.20-24, set. 1999.

CASTRO, Rosa Gabriela de. A crueldade do mundo. *CULT*, n.26, p.45-46, set. 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. N como Nada. *CULT*, n.27, p.29-30, out. 1999.

MARIGUELA, Márcio. A peste onírica. *CULT*, n.28, p.50-56, nov. 1999.

2000

DUARTE, André. Uma poética da finitude. *CULT*, n.34, p.23-24, maio 2000.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Metafísica e história no romance de Sartre. *CULT*, n.34, p.58-63, maio 2000.

CHAUI, Marilena; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres; FURTADO, Joaci Pereira. A interrogação permanente de Mariela Chaui. *CULT*, n.35, p.44-61, jun. 2000.

CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. Espinosa frente e verso. *CULT*, n.35, p.62-63, jun. 2000.

GIACOA JR., Oswaldo. Nietzsche, perspectivismo, genealogia, transvaloração. *CULT*, n.37, p.46-51, ago. 2000.

CHAVES, Ernani. Raízes do Brasil e Nietzsche. *CULT*, n.37, p.52-55, ago. 2000.

SCHWEPPENHÄUSER, Gerhard. *Amor fati* prisioneiro: Horkheimer e Adorno lêem Nietzsche. *CULT*, n.37, p.56-59, ago. 2000.

2001

VATTIMO, Gianni; VILLANI, Aldo; MUNCINI, Maria Andrea. Gianni Vattimo. *CULT*, n.44, p.4-9, mar. 2001.

DUARTE, André. Heidegger em seu tempo. *CULT*, n.44, p.46-49, mar. 2001.

LOPARIC, Zeljko. Sobre a aniquilação da coisa. *CULT*, n.44, p.50-54, mar. 2001.

PESSANHA, Juliano Garcia. Ser e tempo: uma “pedagogia” da perfuração. *CULT*, n.44, p.55-57, mar. 2001.

PENHA, João da. Heidegger e Wittgenstein, uma (im)possível convergência. **CULT**, n.44, p.58-63, mar. 2001.

LEENHARDT, Jacques. A invocação do terceiro espaço. **CULT**, n.45, p.18-21, abr. 2001.

VASCONCELLOS, Cláudia. Quando a noite cai. **CULT**, n.45, p.18-21, abr. 2001.

SUBIRATS, Eduardo; NAVAS, Adolfo Montejo. Eduardo Subirats. **CULT**, n.46, p.4-9, maio 2001.

PESSANHA, Juliano Garcia. Província da escritura. **CULT**, n.48, p.26-31, jul. 2001.

DEGUY, Michel; PINTO, Manuel da Costa. Michel Deguy. **CULT**, n.52, p.4-9, nov. 2001.

SILVA, José Luis da; SAMPAIO, Vicente de Arruda. Dupla urgência: contenção e superação. **CULT**, n.53, p.10-13, dez. 2001.

ATTIE FILHO, Miguel. Falsafa ou epístola de uma filosofia. **CULT**, n.53, p.46-48, dez. 2001.

2002

OLIVA, Luís César. Bacon e a modernidade. **CULT**, n.58, p.33, jun. 2002.

ROUANET, Luiz Paulo. A renda da cidadania. **CULT**, n.59, p.22-23, jul. 2002.

OLIVA, Luís César. Aristóteles e a questão da causalidade. **CULT**, n.59, p.24, jul. 2002.

OLIVA, Luís César. Espinosa e a causalidade. **CULT**, n.60, p.7, ago. 2002.

PENHA, João da. O filósofo e o detetive. **CULT**, n.60, p.51-57, ago. 2002.

WRIGLEY, Michael. A tarefa sem fim. **CULT**, n.60, p.58-59, ago. 2002.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. O lógico e a ética. **CULT**, n.60, p.60-63, ago. 2002.

ARANTES, Paulo Eduardo; ALAMBERT, Francisco. "A realidade imita o marxismo". **CULT**, n.61, p.26-27, set. 2002.

MORAES, João Quartim de; GALÉ, Pedro Fernandes. A história enraizada no movimento da sociedade. **CULT**, n.61, p.31, set. 2002.

SUBIRATS, Eduardo. Das culturas virtuais à guerra global. **CULT**, n.61, p.36-37, set. 2002.

OLIVA, Luís César. Espinosa e a crítica do finalismo. **CULT**, n.61, p.47, set. 2002.

OLIVA, Luís César. A ideia de progresso. **CULT**, n.62, p.17, out. 2002.

OLIVA, Luís César. O século XVII e o progresso. **CULT**, n.63, p.32-33, nov. 2002.

PONDÉ, Luiz Felipe. Religião como crítica: a hipótese de Deus. **CULT**, n.64, p.6-19, dez. 2002.

NOVAES, Moacyr. As trajetórias de Agostinho. **CULT**, n.64, p.22-26, dez. 2002.

ZAMAGNA, Domingos. O cativo libertador. **CULT**, n.64, p.34-38, dez. 2002.

SILVA, Franklin Leopoldo e. O mediador e a solidão. **CULT**, n.64, p.44-56, dez. 2002.

OLIVA, Luís César. A condição humana segundo Pascal. **CULT**, n.64, p.50-51, dez. 2002.

TENÓRIO, Waldecy. O adeus interminável. **CULT**, n.64, p.66-69, dez. 2002.

2003

MATTÉI, Jean-François; PINTO, Manuel da Costa. Modernos e Bárbaros. **CULT**, n.65, p.6-11, jan. 2003.

LACERDA, Tessa Moura. Leibniz e o exercício da liberdade. **CULT**, n.65, p.21, jan. 2003.

ZINGEREVITZ, Walter. Gaston Bachelard e a filosofia do inexato. **CULT**, n.65, p.30-31, jan. 2003.

- OLIVA, Luís César. A questão do divertimento em Pascal. **CULT**, n.66, p.30, fev. 2003.
- OLIVA, Luís César. A universalidade da razão e o método cartesiano. **CULT**, n.67, p.34, mar. 2003.
- NEGRI, Antonio; MUNCINI, Maria Andrea; VILLANI, Aldo. O império da biopolítica. **CULT**, n.69, p.8-12, maio 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia: entre a mimese e a criação. **CULT**, n.69, p.14-16, maio 2003.
- ROMANO, Roberto. Deuses e democracia. **CULT**, n.70, p.16-18, jun. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Ideais com deságio. **CULT**, n.71, p.14-17, jul. 2003.
- ROMANO, Roberto. O riso e a política. **CULT**, n.72, p.14-16, ago. 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Resistir às Sereias. **CULT**, n.72, p.51-55, ago. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. O que forma o elo social?. **CULT**, n.73, p.14-16, set. 2003.
- ROMANO, Roberto. O cálculo sinistro de Diderot. **CULT**, n.74, p.38-40, nov. 2003.⁴²
- RIBEIRO, Renato Janine. Maquiavel, do diabo à ética. **CULT**, n.74, p.47-49, nov. 2003.
- BIGNOTTO, Newton. Maquiavel e o republicanismo. **CULT**, n.74, p.50-51, nov. 2003.
- ADVERSE, Helton. Um livro essencial. **CULT**, n.74, p.52-53, nov. 2003.
- RINESI, Eduardo. A tragédia política. **CULT**, n.74, p.56, nov. 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia e debate. **CULT**, n.75, p.34-36, dez. 2003.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Ontologia do pó. **CULT**, n.75, p.47-49, dez. 2003.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Um itinerário de conversões filosóficas. **CULT**, n.75, p.50-53, dez. 2003.
- PICH, Roberto Hofmeister. O enigma da liberdade. **CULT**, n.75, p.54-57, dez. 2003.

2004

- ROMANO, Roberto. Um milhão de ouvidos. **CULT**, n.76, p.44-46, jan. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A economia como mistério. **CULT**, n.77, p.36-39, fev. 2004.
- BIRMAN, Joel. Arqueologia do campo. **CULT**, n.77, p.48-51, fev. 2004.
- ROMANO, Roberto. Antiamericanismo. **CULT**, n.78, p.34-36, mar. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Direita e esquerda como posições. **CULT**, n.79, p.40-42, abr. 2004.
- FIGUEIREDO, Vinicius de. Pontualmente, às três da tarde. **CULT**, n.79, p.44-46, abr. 2004.
- REGO, Pedro Costa. Estética e sistema. **CULT**, n.79, p.47-49, abr. 2004.
- PORTA, Mario Ariel González. Para entender a crítica da razão pura. **CULT**, n.79, p.50-53, abr. 2004.
- PIMENTA, Pedro. A formação do caráter. **CULT**, n.79, p.54-56, abr. 2004.
- ROMANO, Roberto. Uma racionalidade assassina. **CULT**, n.80, p.34-36, maio 2004.
- ZINGEREVITZ, Walter. O racionalista vital. **CULT**, n.81, p.36-38, jun. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Do “eles” ao “nós”. **CULT**, n.81, p.40-42, jun. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. Foucault, político. **CULT**, n.81, p.44-46, jun. 2004.
- MUCHAIL, Salma Tannus. Um filósofo que pratica histórias. **CULT**, n.81, p.47-48, jun. 2004.
- ROMANO, Roberto. Democracia... mas quem é este senhor, o povo?. **CULT**, n.82, p.40-42, jul. 2004.

⁴² A partir daqui pode-se perceber problema de registro dos meses/edições da revista. Na revista impressa, o lançamento da edição 57 é maio de 2002; no site, é junho de 2002. Isso provoca a mudança das datas a partir de outubro/novembro de 2003, no geral, adiantando um mês no cronograma do que se seguia.

- RANCIÈRE, Jacques; REZENDE, Marcelo. Selvagem inocência. **CULT**, n.83, p.24-27, ago. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A representação teatral na política. **CULT**, n.83, p.36-38, ago. 2004.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. As idéias generosas do Norte. **CULT**, n.83, p.44-47, ago. 2004.
- SHOOK, John; GHIRALDELLI JR., Paulo. Ecos de setembro. **CULT**, n.83, p.51, ago. 2004.
- CARR, Cody. Guerra, juventude e América. **CULT**, n.83, p.52-55, ago. 2004.
- SILVA, Heraldo Aparecido. Crise nas infinitas terras. **CULT**, n.83, p.56-60, ago. 2004.
- ARANTES, Paulo Eduardo; REZENDE, Marcelo. Um intelectual destrutivo. **CULT**, n.84, p.27-29, set. 2004.
- ZINGEREVITZ, Walter. Correspondências. **CULT**, n.84, p.34-35, set. 2004.
- ROMANO, Roberto. Hulks, nórdicos, wasps e a ética do racismo. **CULT**, n.84, p.42-44, set. 2004.
- CHAUÍ, Marilena; REZENDE, Marcelo; SAVIAN FILHO, Juvenal. O visível e o invisível. **CULT**, n.85, p.7-12, out. 2004.
- JAFFRO, Laurent; MONTELEONE, Joana. Futebol moral. **CULT**, n.85, p.22-25, out. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. A lei da nossa língua. **CULT**, n.85, p.44-46, out. 2004.
- KUNTZ, Rolf. Entre Platão e o apagão. **CULT**, n.85, p.58-60, out. 2004.
- SINGER, Peter; COLTRO, Fabio. Fazenda modelo. **CULT**, n.86, p.8-12, nov. 2004.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Um grego antigo na América. **CULT**, n.86, p.13-14, nov. 2004.
- PICH, Roberto Hofmeister. Uma visita ao maravilhoso. **CULT**, n.86, p.30-32, nov. 2004.
- ROMANO, Roberto. Violências. **CULT**, n.86, p.42-44, nov. 2004.
- GIANNOTTI, José Arthur; ALVES, Cauê. O estado das coisas. **CULT**, n.87, p.8-12, dez. 2004.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A educação sentimental. **CULT**, n.87, p.15-17, dez. 2004.
- RIBEIRO, Renato Janine. OS limites da política ocidental. **CULT**, n.87, p.42-44, dez. 2004.

2005

- ROMANO, Roberto. Santa Teresa de Jesus, crítica da ética. **CULT**, n.88, p.44-47, jan. 2005.
- GIACOIA JR., Oswaldo. Nietzsche e o cristianismo. **CULT**, n.88, p.52-57, jan. 2005.
- PONDÉ, Luiz Felipe; CURI, Fabiano. Meditações. **CULT**, n.88, p.58-60, jan. 2005.
- ZINGEREVITZ, Walter. Divina comédia. **CULT**, n.89, p.30-32, fev. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. Ideologia é algo tão relativo. **CULT**, n.89, p.36-38, fev. 2005.
- ZIZEK, Slavoj; REZENDE, Marcelo. Olá Lenin. **CULT**, n.90, p.7-11, mar. 2005.
- ROMANO, Roberto. Por que o Ocidente venceu?. **CULT**, n.90, p.40-42, mar. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A perspectiva do poder. **CULT**, n.91, p.40-42, abr. 2005.
- PENHA, João da. Atualidade e permanência de Sartre. **CULT**, n.91, p.44-48, abr. 2005.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Liberdade e compromisso. **CULT**, n.91, p.49-52, abr. 2005.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. O que é existencialismo?. **CULT**, n.91, p.53-56, abr. 2005.

- HARDT, Michael; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. Duas questões para Michael Hardt. **CULT**, n.92, p.15, maio 2005.
- SAFATLE, Vladimir; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. A música da modernidade. **CULT**, n.92, p.17, maio 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. A guerra do gosto. **CULT**, n.92, p.32-36, maio 2005.
- CASTRO, Susana de. On the road. **CULT**, n.92, p.37-39, maio 2005.
- ROMANO, Roberto. O ruído da ironia. **CULT**, n.92, p.44-46, maio 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. Pessoas como mercadorias. **CULT**, n.93, p.44-46, jul. 2005.
- SENDACZ, Roberta. Sob a areia. **CULT**, n.94, p.19-24, ago. 2005.
- ROMANO, Roberto. Democracia e transparência. **CULT**, n.94, p.44-46, ago. 2005.
- MATOS, Olgária; ALVES, Cauê. Zero em comportamento. **CULT**, n.94, p.51-55, ago. 2005.
- KUNTZ, Rolf. Com o brilho do dólar. **CULT**, n.94, p.56-59, ago. 2005.
- SAFATLE, Vladimir. Epílogo gaulês. **CULT**, n.94, p.60-62, ago. 2005.
- BAUDRILLARD, Jean; EICHENBERG, Fernando. Na companhia dos homens. **CULT**, n.95, p.7-11, set. 2005.
- KONDER, Leandro; CIA, Patrícia de. Pela via política. **CULT**, n.95, p.52-55, set. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A filosofia nasce da cultura. **CULT**, n.95, p.44-46, set. 2005.
- ROMANO, Roberto. Contra o eugenismo do governador de Santa Catarina. **CULT**, n.96, p.44-46, out. 2005.
- SAFATLE, Vladimir. Revolta e forma-mercadoria. **CULT**, n.96, p.52-54, out. 2005.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Estar só e ser só. **CULT**, n.97, p.12-14, nov. 2005.
- ONFRAY, Michel; REDAÇÃO. O iconoclasta. **CULT**, n.97, p.16-19, nov. 2005.
- VALLS, Álvaro L. M. História da filosofia na ficção em cinco livros. **CULT**, n.97, p.24-25, nov. 2005.
- FEITOSA, Charles. Qualquer um de nós — a questão estética da feiura no filme Freaks. **CULT**, n.97, p.26-29, nov. 2005.
- BOTTON, Alain de. Sobre o homem sozinho. **CULT**, n.97, p.32-33, nov. 2005.
- MATOS, Olgária; CARDIM, Zé Lúcio. Em busca do tempo livre. **CULT**, n.97, p.40-42, nov. 2005.
- FRANÇA, Rodrigo Toledo. Entre o sagrado e a razão. **CULT**, n.97, p.44-45, nov. 2005.
- PAULA, Marcio Gimenes de. Kierkegaard: entre Sócrates e Cristo. **CULT**, n.97, p.48-49, nov. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A intersecção entre filosofias analítica e continental. **CULT**, n.97, p.51, nov. 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. O pensador que engajou a filosofia na política. **CULT**, n.97, p.52-55, nov. 2005.
- FONSECA, Marcio Alves da. O domínio do politizável. **CULT**, n.97, p.56-57, nov. 2005.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Rorty, a andorinha solitária que faz verão. **CULT**, n.97, p.58-60, nov. 2005.
- RORTY, Richard; GHIRALDELLI JR., Paulo. “Outro ataque terrorista à América é inevitável”. **CULT**, n.97, p.60-61, nov. 2005.
- ROUANET, Luiz Paulo. Rawls, filósofo político do século 20. **CULT**, n.97, p.62-63, nov. 2005.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Habermas, ou como não jogar fora o bebê junto com a água do banho. **CULT**, n.97, p.64-65, nov. 2005.
- CORTELLA, Mario Sergio; MARCEL, Felipe. Reflexões e provocações filosóficas. **CULT**, n.98, p.8-11, dez. 2005.
- TIBURI, Marcia. Sobre amor e filosofia. **CULT**, n.98, p.12-13, dez. 2005.

- ROMANO, Roberto. Rousseau, religião e moral. **CULT**, n.98, p.36-37, dez. 2005.
- FEITOSA, Charles. O mar e as catedrais: o belo na natureza. **CULT**, n.98, p.38-39, dez. 2005.
- TOGNOLLI, Claudio Julio. A parte pelo todo. **CULT**, n.98, p.40-41, dez. 2005.
- WIREDU, Kwasi. As culturas e o modo de filosofar. **CULT**, n.98, p.43-47, dez. 2005.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. A “teologia” construída pela prática. **CULT**, n.98, p.57-59, dez. 2005.

2006

- ROMANO, Roberto. Um paradigma totalitário. **CULT**, n.99, p.39-41, jan. 2006.
- FEITOSA, Charles. Do fim da arte ao fim da estética. **CULT**, n.99, p.42-43, jan. 2006.
- CASTRO, Susana de. O enigma de Hannah. **CULT**, n.99, p.52-55, jan. 2006.
- COHEN-GEWERC, Elie. Arendt e Heidegger, destinos cruzados. **CULT**, n.99, p.56-57, jan. 2006.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. Os demônios de Arendt. **CULT**, n.99, p.62-64, jan. 2006.
- FEITOSA, Charles. Sonambulando. **CULT**, n.100, p.36-37, mar. 2006.
- ROMANO, Roberto. Terrorismo, um crime imperdoável. **CULT**, n.100, p.38-40, mar. 2006.
- GALARD, Jean. Atualidade das *Mitologias*?. **CULT**, n.100, p.50-51, mar. 2006.
- FEITOSA, Charles. Corpo e imagem em movimento. **CULT**, n.101, p.33-35, abr. 2006.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Da inutilidade da crítica e do medo diante das almas metafísicas. **CULT**, n.101, p.36-39, abr. 2006.
- MARTINS, André. Espinosa, Winnicott e a teoria dos afetos. **CULT**, n.102, p.14-17, maio 2006.
- FEITOSA, Charles. Arquiteturas da confusão. **CULT**, n.102, p.30-31, maio 2006.
- ROMANO, Roberto. A letra espiritual da ética árabe. **CULT**, n.102, p.32-34, maio 2006.
- FEITOSA, Charles. Arte e melancolia. **CULT**, n.103, p.40-43, jun. 2006.
- SAFATLE, Vladimir. O que significa “estar doente”?. **CULT**, n.103, p.44-46, jun. 2006.
- TIBURI, Marcia. O começo da filosofia. **CULT**, n.103, p.48-50, jun. 2006.
- KANGUSSU, Imaculada. Filosofia: do início, e de antes. **CULT**, n.103, p.54-56, jun. 2006.
- PAVIANI, Jayme. O amor, do mito à dialética platônica. **CULT**, n.103, p.57-59, jun. 2006.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Aristóteles. **CULT**, n.103, p.60-62, jun. 2006.
- FEITOSA, Charles. Por que se grita tanto no rock?. **CULT**, n.104, p.34-36, jul. 2006.
- ROMANO, Roberto. Ricardo III e os múltiplos. **CULT**, n.104, p.37-39, jul. 2006.
- CABRERA, Julio. A filosofia sempre foi cinema. **CULT**, n.104, p.41-43, jul. 2006.
- VITALE, Denise. Cidadania e democracia no Brasil. **CULT**, n.104, p.61-62, jul. 2006.
- FEITOSA, Charles. A voz que nos encanta. **CULT**, n.105, p.41-43, ago. 2006.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Fenomenologia e luta de classes. **CULT**, n.106, p.17-19, set. 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Seis teses sobre as teses. **CULT**, n.106, p.50-53, set. 2006.
- CHAVES, Ernani. Sexualidade, corpo e desejo em Walter Benjamin. **CULT**, n.106, p.54-56, set. 2006.
- DAMIÃO, Carla Milani. A coroação do anti-subjetivismo. **CULT**, n.106, p.57-59, set. 2006.
- SAFATLE, Vladimir. Atravessar a modernidade dobrando os joelhos. **CULT**, n.106, p.60-62, set. 2006.

ROUANET, Sergio Paulo; ROUANET, Luiz Paulo. Sergio Paulo Rouanet: “O intelectual está deixando de existir”. **CULT**, n.108, p.10-14, nov. 2006.

ORLANDI, Luiz B. L. Deleuze e nós. **CULT**, n.108, p.46-49, nov. 2006.

ROLNIK, Suely. Deleuze, esquizoanalista. **CULT**, n.108, p.50-53, nov. 2006.

PELBART, Peter Pál. A utopia imanente. **CULT**, n.108, p.54-57, nov. 2006.

MACHADO, Roberto. Um geografia da diferença. **CULT**, n.108, p.58-60, nov. 2006.

FERRAZ, Silvio; MALUFE, Annita Costa. Diálogos entre filosofia e arte. **CULT**, n.108, p.61-63, nov. 2006.

CHAUÍ, Marilena. Baruch Espinosa. **CULT**, n.109, p.50-57, dez. 2006.

BAIONI, José Eduardo Marques. Espinosa e a Alemanha. **CULT**, n.109, p.58-60, dez. 2006.

SANTIAGO, Homero. Do cartesianismo ao espinosismo. **CULT**, n.109, p.61-63, dez. 2006.

2007

PONDÉ, Luiz Felipe. O desejo de Babel. **CULT**, n.111, p.40-42, mar. 2007.

TIBURI, Marcia. Esclarecer o pessimismo. **CULT**, n.112, p.11-12, abr. 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. A filosofia do direito e seus horizontes. **CULT**, n.112, p.42-45, abr. 2007.

ALMEIDA, Guilherme de Assis. Filosofia do direito e direitos humanos: uma proposta de reflexão. **CULT**, n.112, p.50-52, abr. 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. Filosofia crítica e filosofia do direito: por uma filosofia social do direito. **CULT**, n.112, p.53-55, abr. 2007.

TIBURI, Marcia. Pensando no modo feminino. **CULT**, n.113, p.24-25, maio 2007.

TIBURI, Marcia. Profanação: o ato metafísico e democrático. **CULT**, n.114, p.34-35, jun. 2007.

TIBURI, Marcia. A vida como um território de caça. **CULT**, n.115, p.28-29, jul. 2007.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Um Bento XVI iluminista?. **CULT**, n.115, p.36-38, jul. 2007.

ANDRADE, Pedro Duarte de. O óbvio e o oculto. **CULT**, n.116, p.14-17, ago. 2007.

TIBURI, Marcia. Hamlet, a máquina mortífera. **CULT**, n.116, p.40-41, ago. 2007.

SILVA FILHO, Waldomiro José da. Ceticismo: a filosofia como investigação. **CULT**, n.116, p.42-43, ago. 2007.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Kierkegaard e a histeria do espírito. **CULT**, n.116, p.49-51, ago. 2007.

VALLS, Álvaro L.M. O filósofo da existência. **CULT**, n.116, p.52-54, ago. 2007.

CARRASCO, Alexandre. Kierkegaard e a reinvenção do existencialismo. **CULT**, n.116, p.55-57, ago. 2007.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Kierkegaard: o indivíduo diante do absoluto. **CULT**, n.116, p.58-61, ago. 2007.

PAULA, Márcio Gimenes de. Socratismo e cristianismo em Kierkegaard. **CULT**, n.116, p.62-64, ago. 2007.

DANTO, Arthur; DUARTE, Rodrigo. Arthur Danto: “Na arte hoje, tudo é permitido”. **CULT**, n.117, p.8-13, set. 2007.

TIBURI, Marcia. O corpo entre a estética e a política. **CULT**, n.117, p.31-32, set. 2007.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Derrida e a defesa da honra da razão. **CULT**, n.117, p.41-43, set. 2007.

FAUSTINO, Silvia. Derrida e a linguagem. **CULT**, n.117, p.51-52, set. 2007.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Desconstrução e incondicional responsabilidade. **CULT**, n.117, p.53-55, set. 2007.

- BIRMAN, Joel. Derrida e a psicanálise. **CULT**, n.117, p.56-59, set. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. A diferença sem voz. **CULT**, n.117, p.60-61, set. 2007.
- DERRIDA, Jacques. Um inédito de Derrida. **CULT**, n.117, p.63-64, set. 2007.
- ARANTES, Paulo Eduardo; TIBURI, Marcia. Paulo Arantes: “Hoje a filosofia se encontra em estado de sítio”. **CULT**, n.118, p.8-12, out. 2007.
- TIBURI, Marcia. O homem sem mãos. **CULT**, n.118, p.32-33, out. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Das cinzas. **CULT**, n.118, p.41-43, out. 2007.
- MILONOVIC, Miroslav. A condição humana na modernidade. **CULT**, n.118, p.47-50, out. 2007.
- BARROS, Douglas Ferreira. Giorgio Agamben e o horizonte de um novo combate: a crítica da soberania política. **CULT**, n.118, p.58-60, out. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. De que filosofia do acontecimento a esquerda precisa?. **CULT**, n.118, p.61-64, out. 2007.
- MÉSZAROS, István; BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Um anticapitalista excepcional. **CULT**, n. 119, p.12-15, nov. 2007.
- TIBURI, Marcia. Estamira, romantismo e lixo. **CULT**, n. 119, p.30-31, nov. 2007.
- ANDRADE, Pedro Duarte. Ética da alegria: o pensamento moderno de Spinoza vivo entre nós. **CULT**, n. 119, p.32-34, nov. 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles; SAVIAN FILHO, Juvenal. Gilles Lipovetsky: “As marcas de tornaram o sentido da vida das pessoas”. **CULT**, n.120, p.10-17, dez. 2007.
- TIBURI, Marcia. O que o olho não vê.... **CULT**, n.120, p.38-39, dez. 2007.
- DUARTE, Rodrigo. Vicissitudes do belo. **CULT**, n.120, p.46-50, dez. 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Do sublime capitalista e das ruínas. **CULT**, n.120, p.51-54, dez. 2007.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Por uma teologia da beleza. **CULT**, n.120, p.55-57, dez. 2007.

2008

- TIBURI, Marcia. Caiu no conceito. **CULT**, n.121, p.30-31, jan. 2008.
- SOCHA, Eduardo. A supremacia da dúvida sistemática. **CULT**, n.121, p.36-38, jan. 2008.
- CONTE, Jaimir. O início: Sexto Empírico e o ceticismo pirrônico. **CULT**, n.121, p.39-42, jan. 2008.
- EVA, Luiz Antonio Alves. O paradigma oculto da filosofia moderna. **CULT**, n.121, p.43-47, jan. 2008.
- SILVA FILHO, Waldomiro José da. Não saber de si. **CULT**, n.121, p.48-51, jan. 2008.
- SMITH, Plínio Junqueira. Oswaldo Porchat e o ceticismo no Brasil. **CULT**, n.121, p.52-56, jan. 2008.
- PORCHAT, Oswaldo; SMITH, Plínio Junqueira. O retorno à vida comum. **CULT**, n.121, p.57-60, jan. 2008.
- JOHANSON, Izilda. Cem anos de evolução. **CULT**, n.122, p.38-39, mar. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Para além dos manuais. **CULT**, n.122, p.40, mar. 2008.
- SAFATLE, Vladimir. Misticismo e forma. **CULT**, n.122, p.41-43, mar. 2008.
- TIBURI, Marcia. Filosofia não é literatura. **CULT**, n.122, p.46-47, mar. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Lacan de bolso. **CULT**, n.123, p.34, abr. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Uma história nada convencional da filosofia. **CULT**, n.123, p.35, abr. 2008.
- TIBURI, Marcia. Filosofia e história. **CULT**, n.123, p.40-41, abr. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Merleau-Ponty e o olhar renovado. **CULT**, n.123, p.42-43, abr. 2008.
- CHAUI, Marilena. Merleau-Ponty: a obra fecunda. **CULT**, n.123, p.44-53, abr. 2008.

- PINTO, Débora Cristina Morato. A filosofia da experiência na aurora do século 20. **CULT**, n.123, p.54-57, abr. 2008.
- DORFMAN, Eran. Corpo segundo Merleau-Ponty e Lacan. **CULT**, n.123, p.58-61, abr. 2008.
- PERIUS, Cristiano. Fenomenologia e estética. **CULT**, n.123, p.62-64, abr. 2008.
- SOCHA, Eduardo. As aventuras da memória e a dificuldade do perdão. **CULT**, n.124, p.28-30, maio 2008.
- TIBURI, Marcia. Vida própria. **CULT**, n.124, p.38-39, maio 2008.
- SOCHA, Eduardo. A sociologia de Max Weber. **CULT**, n.124, p.40-41, maio 2008.
- TIBURI, Marcia. Fabulosofia. **CULT**, n.125, p.32-33, jun. 2008.
- SOCHA, Eduardo. O resgate da psicanálise. **CULT**, n.125, p.36-37, jun. 2008.
- SAFATLE, Vladimir. Confrontar-se com o inumano. **CULT**, n.125, p.38-41, jun. 2008.
- ZIZEK, Slavoj. Não existe o grande outro. **CULT**, n.125, p.59-65, jun. 2008.
- VATTIMO, Gianni; REDAÇÃO. O capitalismo é, em grande parte, responsável pela infelicidade. **CULT**, n.126, p.12-15, jul. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Goethe anti-romântico. **CULT**, n.126, p.30, jul. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Piratas, mas democráticos. **CULT**, n.126, p.31, jul. 2008.
- TIBURI, Marcia. O cão e o limbo. **CULT**, n.126, p.34-35, jul. 2008.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Memória e esperança. **CULT**, n.126, p.61-63, jul. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Obituário do CD clássico. **CULT**, n.127, p.26-27, ago. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Filosofia sem suspeita. **CULT**, n.127, p.34-35, ago. 2008.
- TIBURI, Marcia. O abutre de Kafka e o Prometeu moderno. **CULT**, n.127, p.40-41, ago. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Reorganizar a emancipação. **CULT**, n.127, p.42-43, ago. 2008.
- MAAR, Wolfgang Leo. A educação pela revolução. **CULT**, n.127, p.44-47, ago. 2008.
- OLIVEIRA, Robespierre de. Viver bem, viver melhor. **CULT**, n.127, p.48-51, ago. 2008.
- DUARTE, Rodrigo. Da “cultura afirmativa” à subjetividade criativa. **CULT**, n.127, p.56-59, ago. 2008.
- PISANI, Marília Mello. Tecnologia e política em Marcuse. **CULT**, n.127, p.60-64, ago. 2008.
- CHAUI, Marilena. Um clássico da filosofia brasileira. **CULT**, n.128, p.28-31, set. 2008.
- TIBURI, Marcia. Dizer o que não se deixa dizer. **CULT**, n.128, p.34, set. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Questão de justiça. **CULT**, n.128, p.36-37, set. 2008.
- TIBURI, Marcia. Complexo de Ofélia. **CULT**, n.128, p.42-43, set. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Um esporte de combate. **CULT**, n.128, p.44-45, set. 2008.
- BARROS FILHO, Clóvis de. A dinâmica dos meios de comunicação. **CULT**, n.128, p.56-58, set. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Flexibilidade cínica. **CULT**, n.129, p.30-32, out. 2008.
- TIBURI, Marcia. Machado de Assis e a crítica da razão. **CULT**, n.129, p.40-41, out. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Um percurso da liberdade. **CULT**, n.129, p.42-43, out. 2008.
- DUARTE, André. Pensar e agir em tempos sombrios. **CULT**, n.129, p.46-49, out. 2008.
- BIGNOTTO, Newton. Arendt e o totalitarismo. **CULT**, n.129, p.50-53, out. 2008.
- AGUIAR, Odílio Alves. Violência e banalidade do mal. **CULT**, n.129, p.54-57, out. 2008, out. 2008.
- JARDIM, Eduardo. Tensão ente teoria e prática. **CULT**, n.129, p.58-60, out. 2008.
- CORREIA, Adriano. A vitória da vida sobre a política. **CULT**, n.129, p.61-63, out. 2008.
- SOCHA, Eduardo. Clássico e controverso. **CULT**, n.130, p.34, nov. 2008.

- SOCHA, Eduardo. Outro início. **CULT**, n.130, p.35, nov. 2008.
- TIBURI, Marcia. Uma filosofia da superfície. **CULT**, n.130, p.42-43, nov. 2008.
- COMTE-SPONVILLE, André; SOCHA, Eduardo. Cético, espiritual e popular. **CULT**, n.131, p.14-21, dez. 2008.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. A persistência de Deus. **CULT**, n.131, p.46-49, dez. 2008.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Deus no pensamento de Bergson. **CULT**, n.131, p.50-52, dez. 2008.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. Da religiosidade à responsabilidade. **CULT**, n.131, p.53-56, dez. 2008.
- PERAZZO, Alberto Augusto. Um argumento negligenciado. **CULT**, n.131, p.57-59, dez. 2008.
- PICH, Roberto Hofmeister. A Filosofia Analítica da Religião. **CULT**, n.131, p.60-64, dez. 2008.

2009

DOSSIÊ ESPECIAL — Escola de Frankfurt

- TIBURI, Marcia. Um espelho para o novo sexo frágil. **CULT**, n.132, p.34-35, fev. 2009.
- CHAUÍ, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOCHA, Eduardo. A paciência do pensamento. **CULT**, n.133, p.16-23, mar. 2009.
- BURNETT, Henry. Wagner em Bayreuth: uma revolução?. **CULT**, n.133, p.32-34, mar. 2009.
- TIBURI, Marcia. O que é e para que serve uma instalação. **CULT**, n.133, p.36-37, mar. 2009.
- TIBURI, Marcia. Feminismo e filosofia no século 20. **CULT**, n.133, p.46-51, mar. 2009.
- SANTOS, Maga Guadalupe dos. Beauvoir e os paradoxos do feminino. **CULT**, n.133, p.58-61, mar. 2009.
- GIRARD, René; MENEZES, Melissa Antunes de. O ciclo do desejo e da violência. **CULT**, n.134, p.30-32, abr. 2009.
- SOCHA, Eduardo. A ostentação teórica da insignificância. **CULT**, n.134, p.34-36, abr. 2009.
- TIBURI, Marcia. O Brasil recalcado. **CULT**, n.134, p.38-39, abr. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Michel Foucault contra a busca do eu perdido. **CULT**, n.134, p.42-43, abr. 2009.
- DUARTE, André. Foucault no século 21. **CULT**, n.134, p.45-47, abr. 2009.
- CHAVES, Ernani. Entre o elogio e a crítica. **CULT**, n.134, p.48-50, abr. 2009.
- PELBART, Peter Pál. Fala dos confins. **CULT**, n.134, p.51-53, abr. 2009.
- FONSECA, Márcio Alves da. A época da norma. **CULT**, n.134, p.57-59, abr. 2009.
- OLIVEIRA, Claudio. A herança foucaultiana em Giorgio Agamben. **CULT**, n.134, p.60-63, abr. 2009.
- TIBURI, Marcia. Pensamento piXação. **CULT**, n.135, p.42-43, maio 2009.
- TIBURI, Marcia. O cheiro do espírito adolescente. **CULT**, n.136, p.36-37, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Cristo era um revolucionário?. **CULT**, n.136, p.39, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Panfleto da misantropia. **CULT**, n.136, p.40, jun. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Amor mundi. **CULT**, n.136, p.40, jun. 2009.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Um pensador da razão pública. **CULT**, n.136, p.45-48, jun. 2009.

- DUTRA, Delamar José Volpato. A face de Janus dos direitos. **CULT**, n.136, p.53-55, jun. 2009.
- LUCHI, José Pedro. Direito e democracia. **CULT**, n.136, p.56-59, jun. 2009.
- HONNET, Axel; REDAÇÃO. Duas perguntas para Axel Honneth. **CULT**, n.136, p.63, jun. 2009.
- LINS, Daniel; TIBURI, Marcia. O pensamento interdisciplinar. **CULT**, n.137, p.16-18, jul. 2009.
- TIBURI, Marcia. Ventriloquacidade. **CULT**, n.137, p.36-37, jul. 2009.
- SAFATLE, Vladimir. A democracia para além do Estado de direito?. **CULT**, n.137, p.42-44, jul. 2009.
- ZIZEK, Slavoj. Democracia corrompida. **CULT**, n.137, p.51-55, jul. 2009.
- TIBURI, Marcia. Márcia Tiburi: O aborto dos outros. **CULT**, n.138, p.34-35, ago. 2009.
- SAFATLE, Vladimir. O mal-estar nas ciências humanas. **CULT**, n.138, p.62-64, ago. 2009.
- RANCIÈRE, Jacques; LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. Partilha do sensível. **CULT**, n.139, p.17-23, set. 2009.
- TIBURI, Marcia. Antídoto da filosofia. **CULT**, n.139, p.34-35, set. 2009.
- SOCHA, Eduardo. Testamentos de um exílio enigmático. **CULT**, n.139, p.36-37, set. 2009.
- TIBURI, Marcia. Neobovarismo. **CULT**, n.139, p.40-41, set. 2009.
- ALBORNOZ, Suzana. O trabalho na balança dos valores. **CULT**, n.139, p.46-48, set. 2009.
- PINTO, Débora Cristina Morato. A vida, o tempo e o nosso tempo. **CULT**, 140, p.36-38, out. 2009.
- WORMS, Frédéric; SOCHA, Eduardo. Entrevista com Frédéric Worms. **CULT**, 140, p.38-40, out. 2009.
- OLIVEIRA, Claudio. Sutil unidade. **CULT**, 140, p.42, out. 2009.
- TIBURI, Marcia. Tanatografia — Michael Jackson e o duplo corpo do Rei do Pop. **CULT**, 140, p.44-45, out. 2009.
- JULLIEN, François; AXT, Gunter. Redescobrir a China. **CULT**, n.141, p.14-18, nov. 2009.
- FONSECA, Eduardo. Concha existencial. **CULT**, n.141, p.28-30, nov. 2009.
- NUNES, Benedito; REDAÇÃO. Reencontrando Clarice. **CULT**, n.141, p.31, nov. 2009.
- TIBURI, Marcia. Alien — para comemorar os 30 anos do monstro que nos faz pensar o futuro. **CULT**, n.141, p.38-39, nov. 2009.
- TIBURI, Marcia. Nífa do subúrbio — a vida nua da jovem mulher vestida de rosa pink. **CULT**, n.142, p.44-45, dez. 2009.
- PRADO JR., Plínio. O evento Beckett. **CULT**, n.142, p.62-64, dez. 2009.

2010

DOSSIÊ ESPECIAL — Filosofia francesa contemporânea

- TIBURI, Marcia. Paradoxo da burrice. **CULT**, n.143, p.44-45, fev. 2010.
- OLIVEIRA, Luizir. Para uma vida equilibrada. **CULT**, n.143, p.48-51, fev. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. A busca de unidade interior. **CULT**, n.143, p.52-54, fev. 2010.
- RAMOS, Silvana de Souza. O riso de Montaigne. **CULT**, n.143, p.55-57, fev. 2010.

- PINTO, Débora Cristina Morato. A filosofia e o consolo do tempo. **CULT**, n.143, p.58-60, fev. 2010.
- FAUSTINO, Silvia; PINTO, Débora Morato. A atividade filosófica pode oferecer alguma consolação?. **CULT**, n.143, p.59, fev. 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma vida sem consolação. **CULT**, n.143, p.62-65, fev. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Avatar às avessas. **CULT**, n.144, p.35, mar. 2010.
- TIBURI, Marcia. Masoquismo hoje. **CULT**, n.144, p.38-39, mar. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. O fetichismo como dispositivo de crítica. **CULT**, n.144, p.47-49, mar. 2010.
- PIVA, Paulo Jonas de Lima. Sade: matéria sem culpa, gozo sem limites. **CULT**, n.144, p.63-65, mar. 2010.
- BARROS, Douglas Ferreira. Por que teimamos em desconhecer o passado?. **CULT**, n.145, p.38-41, abr. 2010.
- TIBURI, Marcia. O luto da arte. **CULT**, n.145, p.42-43, abr. 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Ética e situações-limite. **CULT**, n.145, p.48-51, abr. 2010.
- COSTA, Caio Túlio; BARROS FILHO, Clóvis; SAVIAN FILHO, Juvenal. Mídia e catástrofe. **CULT**, n.145, p.52-53, abr. 2010.
- CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres. Atrás do espelho. **CULT**, n.145, p.57-59, abr. 2010.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e Foucault: Éticas sem virada. **CULT**, n.145, p.62-64, abr. 2010.
- TIBURI, Marcia. O crime de Lady Gaga. **CULT**, n.146, p.40-41, maio 2010.
- MARQUES, Marcelo Pimenta. Amor platônico?. **CULT**, n.146, p.46-48, maio 2010.
- PRIORE, Mary del; SAVIAN FILHO, Juvenal. História do amor no Brasil. **CULT**, n.146, p.56-57, maio 2010.
- FURTADO, José Luiz. Um amor menos funcional e mais autêntico. **CULT**, n.146, p.58-61, maio 2010.
- JOSAPHAT, Carlos; SAVIAN FILHO, Juvenal. Por uma ética mundial da esperança. **CULT**, n.147, p.12-16, jun. 2010.
- CHERUBIN, Felipe. O filósofo em busca da ordem. **CULT**, n.147, p.38-39, jun. 2010.
- TIBURI, Marcia. Sobre Twitter e Severinos. **CULT**, n.147, p.42-43, jun. 2010.
- CAROPRESO, Fátima. Freud e a neurologia. **CULT**, n.147, p.51-53, jun. 2010.
- SIMANKE, Richard Theisen. A filosofia de Freud e o Freud da filosofia. **CULT**, n.147, p.54-56, jun. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Freud e a teoria social. **CULT**, n.147, p.60-62, jun. 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. Crer em Deus depois de Freud?. **CULT**, n.147, p.63-64, jun. 2010.
- BURNETT, Henry. Hermenêutica da obra de arte. **CULT**, n.148, p.38-39, jul. 2010.
- TIBURI, Marcia. A ação e sua substituição. **CULT**, n.148, p.42-43, jul. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. A política externa. **CULT**, n.148, p.53-55, jul. 2010.
- ROUDINESCO, Elisabeth; SAVIAN FILHO, Juvenal. Contra os racismos e em defesa da psicanálise. **CULT**, n.149, p.40-41, ago. 2010.
- DUARTE, Rodrigo. Ideologia e contraideologia. **CULT**, n.149, p.42-44, ago. 2010.
- TIBURI, Marcia. Vampirófilia. **CULT**, n.149, p.46-47, ago. 2010.
- SILVA JÚNIOR, Ivo da. Nietzsche, filósofo da cultura. **CULT**, n.149, p.50-53, ago. 2010.
- MARTON, Scarlett. Uma ética nietzschiana. **CULT**, n.149, p.54-57, ago. 2010.

- ALMEIDA, Rogério Miranda de. Nietzsche e a religião. **CULT**, n.149, p.58-61, ago. 2010.
- BURNETT, Henry. Arte e redenção. **CULT**, n.149, p.62-64, ago. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Pratos quebrados. **CULT**, n.150, p.20, set. 2010.
- TIBURI, Marcia. Amor digital. **CULT**, n.150, p.52-53, set. 2010.
- SOCHA, Eduardo. Bola da vez. **CULT**, n.150, p.62-64, set. 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A incompreensibilidade do mal. **CULT**, n.150, p.71-73, set. 2010.
- BIRMAN, Joel. A predação e o mal na contemporaneidade. **CULT**, n.150, p.74-77, set. 2010.
- GONÇALVES, Anderson. O mal de um professor de filosofia. **CULT**, n.150, p.78-81, set. 2010.
- TIBURI, Marcia. Nudez. **CULT**, n.151, p.34, out. 2010.
- TÜRCKE, Christoph; LOSSO, Eduardo Guerreiro. Realidade, indústria cultural e liberdade. **CULT**, n.151, p.36-37, out. 2010.
- MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. **CULT**, n.151, p.38-39, out. 2010.
- CHAUI, Marilena; SOUSA, Wilker. Sólida iniciação. **CULT**, n.151, p.40-41, out. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Não é apenas Deus que sabe distinguir. **CULT**, n.151, p.44, out. 2010.
- SALLES, João Carlos. Notas sobre a filosofia no Brasil. **CULT**, n.151, p.70-73, out. 2010.
- GAZZINELLI, Gabriela Guimarães. Um pouco de filosofia de alpiste. **CULT**, n.151, p.74, out. 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Humanismo como patologia. **CULT**, n.152, p.26, nov. 2010.
- TIBURI, Marcia. Política kitsch. **CULT**, n.152, p.38, nov. 2010.
- CALHEIROS, Alex. Fora do jogo. **CULT**, n.152, p.40-43, nov. 2010.
- MARSOLA, Maurício Pagotto. Conhecimento, paixões, virtudes, felicidade.... **CULT**, n.152, p.44-45, nov. 2010.
- OLIVEIRA, Robespierre de. A dialética da *libertação*: contracultura e sociedade unidimensional. **CULT**, n.152, p.55-57, nov. 2010.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOUSA, Wilker de. Antropologia renovada. **CULT**, n.153, p.20-26, dez. 2010.
- TIBURI, Marcia. Onirokit. **CULT**, n.153, p.33, dez. 2010.
- NASCIMENTO, Rodney. Ruptura no interior da modernidade. **CULT**, n.153, p.33, dez. 2010.
- PUENTE, Fernando Ruy. Aristóteles e o enigma do tempo. **CULT**, n.153, p.58-61, dez. 2010.
- AYOUB, Cristiane Negreiros Abbud. O tempo espelho da alma. **CULT**, n.153, p.62-65, dez. 2010.
- SOCHA, Eduardo. A invenção da duração. **CULT**, n.153, p.66-69, dez. 2010.
- FERREIRA, Alexandre. Heidegger: ser tempo e finitude. **CULT**, n.153, p.70-73, dez. 2010.

2011

DOSSIÊ ESPECIAL — Os clássicos do pensamento social

- TIBURI, Marcia. Complexo de Roberto Carlos. **CULT**, n.154, p.27, fev. 2011.
- SOCHA, Eduardo. Desejo de concretude. **CULT**, n.154, p.27, fev. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Para além de uma dicotomia. **CULT**, n.154, p.52, fev. 2011.

- MATOS, Olgária. A democracia moderna e a estética da moeda. **CULT**, n.154, p.56-57, fev. 2011.
- SILVA, Rafael Cordeiro. Indústria cultural e manutenção do poder. **CULT**, n.154, p.62-65, fev. 2011.
- TIBURI, Marcia. Ninguém mora onde não mora ninguém. **CULT**, n.155, p.27, mar. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Reconhecido pelo cão. **CULT**, n.155, p.42, mar. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Democracia e religião. **CULT**, n.156, p.46, abr. 2011.
- PONDÉ, Luiz Felipe. O silêncio impossível. **CULT**, n.156, p.52-53, abr. 2011.
- DUARTE, André. Benedito Nunes, ou a arte do ensaio. **CULT**, n.156, p.58, abr. 2011.
- TIBURI, Marcia. Mãe desnaturada. **CULT**, n.156, p.65, abr. 2011.
- MUSSE, Ricardo. Cabeças frescas. **CULT**, n.157, p.38-39, maio 2011.
- TIBURI, Marcia. Do jeito que você gosta. **CULT**, n.157, p.45, maio 2011.
- GENTIL, Hélio Salles. Tempo redescoberto. **CULT**, n.157, p.50-51, maio 2011.
- SOUZA, Gilda de Mello e. De Bastide a Aleijadinho. **CULT**, n.157, p.53-55, maio 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Amor pelo dever. **CULT**, n.157, p.57, maio 2011.
- ZIZEK, Slavoj; GUIMARÃES NETO, Ernane. Z de Zizek. **CULT**, n.158, p.14-18, jun. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. A farsa como tragédia. **CULT**, n.158, p.19, jun. 2011.
- BOTTON, Alain de; PERES, Marco Flamínio. Por cima, por baixo. **CULT**, n.158, p.23-24, jun. 2011.
- LIUDVIK, Caio. O mal-estar no mundo. **CULT**, n.158, p.26-28, jun. 2011.
- TIBURI, Marcia. Rockfilosofia. **CULT**, n.158, p.36, jun. 2011.
- LIUDVIK, Caio. Kant moribundo. **CULT**, n.158, p.46-47, jun. 2011.
- BIRMAN, Joel. Guerras psi. **CULT**, n.159, p.20-46, jul. 2011.
- NEGRI, Antonio. Meu Foucault. **CULT**, n.159, p.34-39, jul. 2011.
- LIUDVIK, Caio. Foucault na USP. **CULT**, n.159, p.40-42, jul. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. O dia em que Foucault se fez. **CULT**, n.159, p.43, jul. 2011.
- CHAVES, Ernani. Os alienistas. **CULT**, n.159, p.44-46, jul. 2011.
- TIBURI, Marcia. Indústria cultural da felicidade. **CULT**, n.159, p.47, jul. 2011.
- LÉVY, Pierre; GUTIERRES, Jaqueline. O filósofo da web. **CULT**, n.160, p.14-15, ago. 2011.
- TIBURI, Marcia. A biografia de Bob. **CULT**, n.160, p.29, ago. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Marx ataca. **CULT**, n.160, p.60, ago. 2011.
- ZIZEK, Slavoj. Saqueadores, uni-vos!. **CULT**, n.161, p.20-22, set. 2011.
- BOLLACK, Jean. Sigi, o tirano. **CULT**, n.161, p.26-31, set. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Histeria e obsessão. **CULT**, n.161, p.54, set. 2011.
- TIBURI, Marcia. Política da solidão. **CULT**, n.161, p.63, set. 2011.
- TIBURI, Marcia. Eu era um lobisomem. **CULT**, n.162, p.17, out. 2011.
- GIANNOTTI, José Arthur; GUIMARÃES NETO, Ernane. “Somos um país caipira”. **CULT**, n.162, p.18-23, out. 2011.
- LIUDVIK, Caio. O Antropólogo. **CULT**, n.162, p.34-38, out. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. O cuidar de si. **CULT**, n.162, p.59, out. 2011.
- TIBURI, Marcia. A nova moral do funk. **CULT**, n.163, p.57, nov. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Voltar a agir. **CULT**, n.163, p.59, nov. 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Eu sou o que sou. **CULT**, n.164, p.61, dez. 2011.
- TIBURI, Marcia. O mistério da corrupção — do enigma da iniquidade ao enigma da honestidade. **CULT**, n.164, p.63, dez. 2011.

2012**DOSSIÊ ESPECIAL — Filosofia contra o sistema**

- SAFATLE, Vladimir. São Paulo e Cairo. **CULT**, n.165, p.51, fev. 2012.
- TIBURI, Marcia. Fim do mundo. **CULT**, n.165, p.65, fev. 2012.
- TIBURI, Marcia. Humilhação. **CULT**, n.166, p.51, mar. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. A invenção precoce. **CULT**, n.166, p.57, mar. 2012.
- TAYLOR, Charles; SIERAKOWSKI, Slawomir. O fim da democracia?. **CULT**, n.167, p.61-65, abr. 2012.
- TIBURI, Marcia. Fascismo potencial. **CULT**, n.167, p.41, abr. 2012.
- ARANTES, Otília; LIUDVIK, Caio. A potência pós-urbana. **CULT**, n.167, p.47, abr. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Ruínas estéticas. **CULT**, n.167, p.57, abr. 2012.
- PIRES, Luiz. SP irá receber Cátedra Foucault no segundo semestre. **CULT**, n.168, p.14-17, maio 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Arte bloqueada. **CULT**, n.168, p.28-30, maio 2012.
- TIBURI, Marcia. Coronelismo intelectual. **CULT**, n.168, p.65, maio 2012.
- TIBURI, Marcia. O culto às marcas. **CULT**, n.169, p.19, jun. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Ensaio de orquestra. **CULT**, n.169, p.35-38, jun. 2012.
- ONFRAY, Michel; PERES, Marcos Flamínio. “Nietzsche agiu como um álcool forte sobre Camus”. **CULT**, n.170, p.24-30, jul. 2012.
- LIUDVIK, Caio. Filosofia da insurreição. **CULT**, n.170, p.38-41, jul. 2012.
- REPA, Luiz. Habermas clássico sai no Brasil. **CULT**, n.170, p.42-45, jul. 2012.
- TIBURI, Marcia. Esteticomania. **CULT**, n.170, p.55, jul. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Sofrimento psíquico e social. **CULT**, n.170, p.57, jul. 2012.
- TIBURI, Marcia. Medialidade: império e religião dos meios. **CULT**, n.171, p.24, ago. 2012.
- TELLES, Edson. Estado de exceção permanente. **CULT**, n.171, p.38-40, ago. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Para além do homem. **CULT**, n.171, p.46, ago. 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. A política do espetáculo. **CULT**, n.171, p.59-60, ago. 2012.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. Sinto, logo existo. **CULT**, n.172, p.25-29, set. 2012.
- GOTTSCHALK, Cristiane. Educação negativa. **CULT**, n.172, p.30-33, set. 2012.
- ARCO JR., Mauro dela Bandeira. A obra fundadora. **CULT**, n.172, p.37-39, set. 2012.
- TIBURI, Marcia. Imagem como capital. **CULT**, n.172, p.45, set. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. O músico revolucionário. **CULT**, n.172, p.65, set. 2012.
- ROSENFELD, Kathrin. O professor e o mestre zen. **CULT**, n.173, p.26-29, out. 2012.
- ADORNO, Theodor; BENJAMIN, Walter. Passagens, Brecht e Ka. **CULT**, n.173, p.30-36, out. 2012.
- FREITAS, Verlaine. Massa e utopia. **CULT**, n.173, p.41-45, out. 2012.
- TIBURI, Marcia. Cultura do logro. **CULT**, n.173, p.65, out. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. Sofrer hoje, segundo Lacan. **CULT**, n.174, p.20-23, nov. 2012.
- TIBURI, Marcia. Elvis não morreu. **CULT**, n.174, p.43, nov. 2012.
- SOCHA, Eduardo. A aparência do improvisado. **CULT**, n.174, p.48-49, nov. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. A democracia que não veio. **CULT**, n.175, p.11, dez. 2012.
- TIBURI, Marcia. A lista dos mais vendidos. **CULT**, n.175, p.19, dez. 2012.
- BOLZANI FILHO, Roberto. O mito da preexistência da alma em Platão. **CULT**, n.175, p.25-27, dez. 2012.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. A questão da alma. **CULT**, n.175, p.28-31, dez. 2012.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. O ser humano é corpo-alma. **CULT**, n.175, p.36-37, dez. 2012.

CORDEIRO, Denilson Soares. Abismos. **CULT**, n.175, p.66, dez. 2012.

2013

TIBURI, Marcia. Feminicídio. **CULT**, n.176, p.24-25, fev. 2013.

CÍCERO, Antonio; PRETO, Marcus. A lira de Antonio Cicero. **CULT**, n.177, p.6-9, mar. 2013.

LAURET, Bernard. Crítica da cultura. **CULT**, n.177, p.36-37, mar. 2013.

DOWELL, João Augusto Mac. Ética em tempos sombrios. **CULT**, n.177, p.40-42, mar. 2013.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Diálogos com a filosofia contemporânea. **CULT**, n.177, p.43-45, mar. 2013.

TIBURI, Marcia. Cultura da negligência. **CULT**, n.177, p.55, mar. 2013.

SAFATLE, Vladimir. A linguagem como enterro. **CULT**, n.178, p.25, abr. 2013.

GUYAUX, André; ROSA FILHO, Sílvio; BERTOLO, Lucas. Sob o signo da insatisfação. **CULT**, n.178, p.28-31, abr. 2013.

CORDEIRO, Denilson Soares. Infância clandestina. **CULT**, n.178, p.34-36, abr. 2013.

ROSA FILHO, Sílvio; BERTOLO, Lucas. Os mundos suspensos de Rimbaud. **CULT**, n.178, p.38-41, abr. 2013.

GONÇALVES, Anderson. Imaginação e revolução. **CULT**, n.178, p.42-43, abr. 2013.

TIBURI, Marcia. Mania de carrão. **CULT**, n.178, p.53, abr. 2013.

MELO, Tarso de. O poeta fora do lugar. **CULT**, n.178, p.56-57, abr. 2013.

SAVIAN FILHO, Juvenal. Bicentenário de nascimento de Kierkegaard. **CULT**, n.179, p.25-27, maio 2013.

SILVA, Gabriela Ferreira da. Nas origens da filosofia contemporânea. **CULT**, n.179, p.28-30, maio 2013.

VALLS, Álvaro L. M. Um pensador subjetivo. **CULT**, n.179, p.31-34, maio 2013.

SOUZA, Humberto Araujo Quaglio de. Socratismo agostiniano. **CULT**, n.179, p.35-37, maio 2013.

ROOS, Jonas. Religião, finitude e corpo. **CULT**, n.179, p.38-41, maio 2013.

TIBURI, Marcia. Esteticamente correto. **CULT**, n.179, p.49, maio 2013.

OLIVEIRA, Claudio. Agamben, um filósofo para o século 21. **CULT**, n.180, p.25-27, jun. 2013.

GIACOIA JR., Oswaldo. A vida nua e o sujeito de direito. **CULT**, n.180, p.28-31, jun. 2013.

BONACCI, Valeria. Forma-de-vida e uso em Homo Sacer. **CULT**, n.180, p.35-38

WATKIN, William. Agamben e a indiferença. **CULT**, n.180, p.39-41, jun. 2013.

CAVALLETTI, Andrea. Inoperosidade e atividade humana. **CULT**, n.180, p.42-45, jun. 2013.

AGAMBEN, Giorgio. Sobre a dificuldade de ler. **CULT**, n.180, p.46-47, jun. 2013.

TIBURI, Marcia. Celular e reza. **CULT**, n.180, p.49, jun. 2013.

SAFATLE, Vladimir. Nada aconteceu. **CULT**, n.180, p.61, jun. 2013.

MELO, Tarso de. Algumas notas sobre marxismo e literatura. **CULT**, n.180, p.62-65, jun. 2013.

IANNINI, Gilson. A língua de Freud e a nossa. **CULT**, n.181, p.21-25, jul. 2013.

CARONE, André. Para inglês ler. **CULT**, n.181, p.34-35, jul. 2013.

CHAVES, Ernani. De Freud a Benjamin. **CULT**, n.181, p.36-39, jul. 2013.

TIBURI, Marcia. Nova elite caipira. **CULT**, n.181, p.51, jul. 2013.

CHAUÍ, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal. Pela responsabilidade intelectual e política. **CULT**, n.182, p.6-15, ago. 2013.

- FRÜCHTL, Josef; DAMIÃO, Carla Milani. Filosofia do filme. **CULT**, n.182, p.22-25, ago. 2013.
- TIBURI, Marcia. A ratoeira da internet. **CULT**, n.182, p.27, ago. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. Fora da representação. **CULT**, n.182, p.52, ago. 2013.
- TIBURI, Marcia. Hannah Arendt. **CULT**, n.183, p.18, set. 2013.
- MELO, Tarso de. O método Brecht: utilidade e atualidade. **CULT**, n.183, p.54-55, set. 2013.
- TIBURI, Marcia. Manifesto Makumbacyber. **CULT**, n.184, p.19, out. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. O poder da psiquiatria. **CULT**, n.184, p.22-23, out. 2013.
- SAFATLE, Vladimir. Da arte de nosso desejo de política. **CULT**, n.184, p.63, out. 2013.
- TIBURI, Marcia. Judith Butler: Feminismo como provocação. **CULT**, n.185, p.21-23, nov. 2013.
- BUTLER, Judith; RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **CULT**, n.185, p.24-29, nov. 2013.
- CASTRO, Susana de. Queerificando Antígona. **CULT**, n.185, p.44-47, nov. 2013.
- TIBURI, Marcia. Homo Sedens. **CULT**, n.185, p.49, nov. 2013.
- SAFATLE, Vladimir; SAVIAN FILHO, Juvenal. A filosofia nua e crua. **CULT**, n.186, p.6-15, dez. 2013.
- TIBURI, Marcia. Minotaura. **CULT**, n.186, p.17, dez. 2013.
- CALHEIROS, Alex. Francisco de Assis: uma modernidade possível. **CULT**, n.186, p.28-31, dez. 2013.
- TODISCO, Orlando. Na fonte do pensamento franciscano. **CULT**, n.186, p.32-39, dez. 2013.
- TABARONI, Andrea. “Vencer a si mesmo”. **CULT**, n.186, p.43-46, dez. 2013.
- DAMIÃO, Carla Milani. O vício e as drogas. **CULT**, n.186, p.54-55, dez. 2013.

ANEXO II: Os cinquenta principais autores de filosofia por assiduidade de escrita na revista *CULT* (contando com entrevistadores e entrevistados)

Autor	Quantidade de artigos
1. TIBURI, Marcia (entrevistador)	80 (2)
2. SAFATLE, Vladimir (entrevistado)	44 (2)
3. SOCHA, Eduardo (entrevistador)	29 (3)
4. ROMANO, Roberto	19
5. RIBEIRO, Renato Janine	18
6. SAVIAN FILHO, Juvenal (entrevistador)	14 (10)
7. SILVA, Franklin Leopoldo e	12
8. FEITOSA, Charles	9
9. OLIVA, Luís César	9
10. GAGNEBIN, Jeanne Marie	6
11. PONDE, Luiz Felipe (coautor)	5 (1)
12. CHAVES, Ermani	5
13. DUARTE, André	5
14. LIUDVIK, Caio	5
15. BIRMAN, Joel	4
16. GHIRALDELLI JR., Paulo	4
17. ZINGEREVITZ, Walter	4
18. CHAUI, Marilena (entrevistado)	3 (5)
19. ZIZEK, Slavoj (entrevistado)	3 (2)
20. CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (entrevistador)	3 (1)
21. BURNETT, Henry	3
22. CASTRO, Rosa Gabriela de	3
23. CASTRO, Susana de	3
24. DUARTE, Rodrigo	3
25. GIACIOA JR., Oswaldo	3
26. MELO, Tarso de	3
27. OLIVEIRA, Claudio	3
28. PENHA, João da	3
29. PENNA, Luciana Artacho	3
30. PICH, Roberto Hofmeister	3
31. PINTO, Débora Cristina Morato	3
32. VALLS, Álvaro L. M	3
33. ROUANET, Luiz Paulo (entrevistador)	2 (1)
34. ANDRADE, Pedro Duarte de	2
35. ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite	2
36. BARROS, Douglas Ferreira	2
37. BIGNOTTO, Newton	2
38. CALHEIROS, Alex	2
39. CORDEIRO, Denilson Soares	2
40. DAMIÃO, Carla Milani	2
41. FONSECA, Márcio Alves da	2
42. GONÇALVES, Anderson	2
43. HADDOCK-LOBO, Rafael	2
44. LEENHARDT, Jacques	2

45. NUNES, Benedito	2
46. OLIVEIRA, Robespierre de	2
47. PAULA, Marcio Gimenes de	2
48. PELBART, Peter Pál	2
49. PESSANHA, Juliano Garcia	2
50. SILVA FILHO, Waldomiro José da	2

ANEXO III: Entrevistas de e com autores de filosofia na revista *CULT*

1. CHAUI, Marilena; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres; FURTADO, Joaci Pereira. A interrogação permanente de Marilena Chaui. *CULT*, n.35 (2000);
2. VATTIMO, Gianni; VILLANI, Aldo; MUNCINI, Maria Andrea. Gianni Vattimo. *CULT*, n.44 (2001);
3. SUBIRATS, Eduardo; NAVAS, Adolfo Montejo. Eduardo Subirats. *CULT*, n.46 (2001);
4. DEGUY, Michel; PINTO, Manuel da Costa. Michel Deguy. *CULT*, n.52 (2001);
5. ARANTES, Paulo Eduardo; ALAMBERT, Francisco. “A realidade imita o marxismo”. *CULT*, n.61 (2002);
6. MORAES, João Quartim de; GALÉ, Pedro Fernandes. A história enraizada no movimento da sociedade. *CULT*, n.61 (2002);
7. MATTÉI, Jean-François; PINTO, Manuel da Costa. Modernos e Bárbaros. *CULT*, n.65 (2003);
8. NEGRI, Antonio; MUNCINI, Maria Andrea; VILLANI, Aldo. O império da biopolítica. *CULT*, n.69 (2003);
9. RANCIÈRE, Jacques; REZENDE, Marcelo. Selvagem inocência. *CULT*, n.83 (2004);
10. SHOOK, John; GHIRALDELLI JR., Paulo. Ecos de setembro. *CULT*, n.83 (2004);
11. ARANTES, Paulo Eduardo; REZENDE, Marcelo. Um intelectual destrutivo. *CULT*, n.84 (2004);
12. CHAUI, Marilena; REZENDE, Marcelo; SAVIAN FILHO, Juvenal. O visível e o invisível. *CULT*, n.85 (2004);
13. JAFFRO, Laurent; MONTELEONE, Joana. Futebol moral. *CULT*, n.85 (2004);
14. SINGER, Peter; COLTRO, Fabio. Fazenda modelo. *CULT*, n.86 (2004);
15. GIANNOTTI, José Arthur; ALVES, Cauê. O estado das coisas. *CULT*, n.87 (2004);
16. ZIZEK, Slavoj; REZENDE, Marcelo. Olá Lenin. *CULT*, n.90 (2005);
17. HARDT, Michael; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. Duas questões para Michael Hardt. *CULT*, n.92 (2005);
18. SAFATLE, Vladimir; REZENDE, Marcelo; CESANA, Natalia. A música da modernidade. *CULT*, n.92 (2005);
19. MATOS, Olgária; ALVES, Cauê. Zero em comportamento. *CULT*, n.94 (2005);
20. BAUDRILLARD, Jean; EICHENBERG, Fernando. Na companhia dos homens. *CULT*, n.95 (2005);
21. KONDER, Leandro; CIA, Patrícia de. Pela via política. *CULT*, n.95 (2005);
22. ONFRAY, Michel; REDAÇÃO. O iconoclasta. *CULT*, n.97 (2005);
23. MATOS, Olgária; CARDIM, Zé Lúcio. Em busca do tempo livre. *CULT*, n.97 (2005);
24. RORTY, Richard; GHIRALDELLI JR., Paulo. “Outro ataque terrorista à América é inevitável”. *CULT*, n.97 (2005);
25. CORTELLA, Mario Sergio; MARCEL, Felipe. Reflexões e provocações filosóficas. *CULT*, n.98 (2005);
26. ROUANET, Sergio Paulo; ROUANET, Luiz Paulo. Sergio Paulo Rouanet: “O intelectual está deixando de existir”. *CULT*, n.108 (2006);
27. DANTO, Arthur; DUARTE, Rodrigo. Arthur Danto: “Na arte hoje, tudo é permitido”. *CULT*, n.117 (2007);
28. ARANTES, Paulo Eduardo; TIBURI, Marcia. Paulo Arantes: “Hoje a filosofia se encontra em estado de sítio”. *CULT*, n.118 (2007);

29. MÉSZAROS, István; BRAGA, Ruy; BIANCH, Alvaro. Um anticapitalista excepcional. **CULT**, n. 119 (2007);
30. LIPOVETSKY, Gilles; SAVIAN FILHO, Juvenal. Gilles Lipovetsky: “As marcas de tornaram o sentido da vida das pessoas”. **CULT**, n.120 (2007);
31. PORCHAT, Oswaldo; SMITH, Plínio Junqueira. O retorno à vida comum. **CULT**, n.121 (2008);
32. VATTIMO, Gianni; REDAÇÃO. O capitalismo é, em grande parte, responsável pela infelicidade. **CULT**, n.126 (2008);
33. COMTE-SPONVILLE, André; SOCHA, Eduardo. Cético, espiritual e popular. **CULT**, n.131 (2008);
34. CHAUI, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOCHA, Eduardo. A paciência do pensamento. **CULT**, n.133 (2009);
35. GIRARD, René; MENEZES, Melissa Antunes de. O ciclo do desejo e da violência. **CULT**, n.134 (2009);
36. HONNET, Axel; REDAÇÃO. Duas perguntas para Axel Honneth. **CULT**, n.136 (2009);
37. RANCIÈRE, Jacques; LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. Partilha do sensível. **CULT**, n.139 (2009);
38. WORMS, Frédéric; SOCHA, Eduardo. Entrevista com Frédéric Worms. **CULT**, 140 (2009);
39. JULLIEN, François; AXT, Gunter. Redescobrir a China. **CULT**, n.141 (2009);
40. NUNES, Benedito; REDAÇÃO. Reencontrando Clarice. **CULT**, n.141 (2009);
41. FAUSTINO, Silvia; PINTO, Débora Morato. A atividade filosófica pode oferecer alguma consolação?. **CULT**, n.143 (2010);
42. COSTA, Caio Túlio; BARROS FILHO, Clóvis; SAVIAN FILHO, Juvenal. Mídia e catástrofe. **CULT**, n.145 (2010);
43. PRIORE, Mary del; SAVIAN FILHO, Juvenal. História do amor no Brasil. **CULT**, n.146 (2010);
44. JOSAPHAT, Carlos; SAVIAN FILHO, Juvenal. Por uma ética mundial da esperança. **CULT**, n.147 (2010);
45. ROUDINESCO, Elisabeth; SAVIAN FILHO, Juvenal. Contra os racismos e em defesa da psicanálise. **CULT**, n.149 (2010);
46. TÜRCKE, Christoph; LOSSO, Eduardo Guerreiro. Realidade, indústria cultural e liberdade. **CULT**, n.151 (2010);
47. CHAUI, Marilena; SOUSA, Wilker. Sólida iniciação. **CULT**, n.151 (2010);
48. CASTRO, Eduardo Viveiro de; SAVIAN FILHO, Juvenal; SOUSA, Wilker de. Antropologia renovada. **CULT**, n.153 (2010);
49. ZIZEK, Slavoj; GUIMARÃES NETO, Ernane. Z de Zizek. **CULT**, n.158 (2011);
50. BOTTON, Alain de; PERES, Marco Flamínio. Por cima, por baixo. **CULT**, n.158 (2011);
51. LÉVY, Pierre; GUTIERRES, Jaqueline. O filósofo da web. **CULT**, n.160 (2011);
52. TAYLOR, Charles; SIERAKOWSKI, Slawomir. O fim da democracia?. **CULT**, n.167 (2012);
53. ARANTES, Otilia; LIUDVIK, Caio. A potência pós-urbana. **CULT**, n.167 (2012);
54. ONFRAY, Michel; PERES, Marcos Flamínio. “Nietzsche agiu como um álcool forte sobre Camus”. **CULT**, n.170 (2012);
55. CÍCERO, Antonio; PRETO, Marcus. A lira de Antonio Cicero. **CULT**, n.177 (2013);
56. GUYAUX, André; ROSA FILHO, Sílvio; BERTOLO, Lucas. Sob o signo da insatisfação. **CULT**, n.178 (2013);

57. CHAUI, Marilena; SAVIAN FILHO, Juvenal. Pela responsabilidade intelectual e política. **CULT**, n.182, p.6-15 (2013);
58. FRÜCHTL, Josef; DAMIÃO, Carla Milani. Filosofia do filme. **CULT**, n.182 (2013);
59. BUTLER, Judith; RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **CULT**, n.185 (2013);
60. SAFATLE, Vladimir; SAVIAN FILHO, Juvenal. A filosofia nua e crua. **CULT**, n.186 (2013).

ANEXO IV: Capas e quantidade de artigos por edição/ano da revista *CULT*

EDIÇÃO / CAPA / DOSSIÊS	No. de Artigos	Por Ano
1. Che Guevara	1	1997 Total: 3
2. George Steiner	1	
3. Ferreira Gullar	—	
4. Canudos	—	
5. Clarice Lispector	1	
6. João Ubaldo Ribeiro	1	1998 Total: 2
7. Bertolt Brecht	—	
8. Michel Tournier	—	
9. Bienal do Livro	—	
10. Literatura em imagens	1	
11. Futebol e literatura	—	
12. Antonio Candido	—	
13. Haroldo de Campos	—	
14. Ricardo Piglia	—	
15. Bienal Antropofágica	—	
16. Stéphane Mallarmé	—	1999 Total: 9
17. José Saramago	—	
18. Fernando Pessoa	—	
19. Joan Brossa	1	
20. Umberto Eco	1	
21. Bienal do Livro	—	
22. João Paulo Paes	—	
23. Lygia Fagundes Telles	1	
24. Machado de Assis	1	
25. Jorge L. Borges	1	
26. Carlos Drummond de Andrade	2	
27. Plínio Marcos	1	
28. Sigmund Freud	1	
29. João Cabral	—	2000 Total: 7
30. Loyola Brandão	—	
31. James Joyce	—	
32. Gilberto Freire	—	
33. Manuel Bandeira	—	
34. Sartre	2	
35. Marilena Chaui [uma filosofia da liberdade]	2	
36. Franz Kafka	—	
37. Nietzsche, 100 anos	3	
38. Eça de Queirós	—	
39. Julio Cortazár	—	
40. Oscar Wilde	—	2001 Total: 12
41. Nelson Rodrigues	—	
42. Graciliano Ramos	—	
43. Guimarães Rosa	—	
44. Heidegger	5	
45. Veríssimo	2	
46. Murilo Mendes	1	
47. Alcântara Machado	—	
48. Jim Morrison	1	
49. Caetano Veloso	—	
50. Jorge Amado	—	
51. Cecília Meireles	—	
52. Proust	1	2002 Total: 19
53. Islã	2	
54. Leminski	—	
55. Oswald de Andrade	—	
56. Literatura U.S.A.	—	
57. Lenine	—	
58. Rumos da língua portuguesa	1	
59. Literatura de cárcere	2	
60. Wittgenstein	4	

61. Marx	4	
62. Drummond	1	
63. Camus	1	
64. Cristianismo e modernidade	6	
65. Beatles	3	
66. Literatura gay	1	2003 Total: 21
67. Hitler	1	
68. Carandiru	—	
69. Chico Buarque	2	
70. Paulo Coelho	1	
71. Blues	1	
72. Adorno	2	
73. Baudelaire	1	
74. Lévi-Strauss / Dossiê: Maquiavel	5	
75. Santo Agostinho	4	
76. Cuba	1	2004 Total: 34
77. Dostoiévski	2	
78. Ditadura	1	
79. Literatura de combate / Dossiê: Kant	5	
80. Literatura japonesa	1	
81. Michel Foucault e a loucura	4	
82. A linguagem das roupas	1	
83. Pensamento E.U.A.	6	
84. Dialética da paixão	3	
85. Marilena Chaui [e os segredos do Estado]	4	
86. Vida boêmia	4	
87. Gabriel García Márquez	3	
88. Filosofia e fé [Nietzsche]	3	
89. As mil e uma noites	2	2005 Total: 49
90. Retorno de Lenin	2	
91. Sartre e a liberdade de ser	4	
92. Adorno [A batalha de]	5	
93. Antonioni	1	
94. Nova face da França	5	
95. Pensamento radical	3	
96. Punk	2	
97. Pensadores: Sartre, Foucault, Rorty, Rawls e Habermas [Especial filosofia]	15	
98. Bento de Núrsia	7	2006 Total: 38
99. Hannah Arendt [Amor, filosofia e política em]	5	
100. Roland Barthes, subversivo e sedutor	3	
101. Freud [O essencial em]	2	
102. Poesia [Essa tal de]	3	
103. O início da filosofia	6	
104. Norberto Bobbio e a filosofia do direito	4	
105. Caetano Veloso, pseudo-intelectual	1	
106. Walter Benjamin, crítica e redenção	5	
107. Mito e verdade na tragédia grega	—	
108. Gilles Deleuze	6	
109. Truman Capote / Dossiê Espinosa	3	2007 Total: 39
110. Lévi-Strauss	—	
111. Edgar Morin [As novas ideias de]	1	
112. Filosofia do direito	4	
113. As divas do cinema	1	
114. Oscar Wilde [O gênio]	1	
115. TV Brasileira [Pensadores discutem sua qualidade, poder e ética]	2	
116. Noam Chomsky / Dossiê Kierkegaard	8	
117. Jacques Derrida	8	
118. Slavoj Žižek e renovação do pensamento de esquerda	6	
119. István Mészáros	3	
120. Gilles Lipovetsky / Dossiê Estética	5	
121. A supremacia da dúvida [ceticismo]	7	
122. Marxismo nos E.U.A.	4	
123. Merleau-Ponty	8	

124. Max Weber [A sociologia de]	3	2008 Total: 62
125. Jacques Lacan	4	
126. 1968, muito além de maio	5	
127. Herbert Marcuse [O filósofo da revolução]	8	
128. Pierre Bourdieu	6	
129. Hannah Arendt [Amor pelo mundo]	8	
130. J. W. Goethe [Legado humanista]	3	
131. Deus no pensamento contemporâneo	6	2009 Total: 45
132. Alma russa [e literatura]	1	
133. Marilena Chaui / Dossiê Pensamento do feminismo no século 20	5	
134. Michel Foucault [A herança de]	9	
135. A literatura norte-americana do século 20	1	
136. Jürgen Habermas [pensador da razão pública]	8	
137. A democracia e seus impasses	4	
138. Zygmunt Bauman	2	
139. Jacques Rancière	5	
140. Depressão	4	
141. Antonio Gramsci	4	2010 Total: 63
142. Samuel Beckett	2	
143. Filosofia e consolação	7	
144. Perversão [Novas formas de]	4	
145. Ética em tempos de crise	6	
146. Amor [e as (des)razões do coração]	4	
147. Freud [Continuidade e rupturas]	7	
148. A era Lula	3	
149. Nietzsche [filósofo da cultura e desafiador dos valores]	7	
150. O mal	6	
151. Os rumos da cultura no Brasil	7	
152. Contracultura	5	
153. Maria Rita Kehl / Dossiê O Tempo	7	2011 Total: 43
154. Mídia e poder	5	
155. Glauber Rocha	2	
156. Mundo Árabe	4	
157. O mito da juventude	5	
158. Slavoj Žižek	6	
159. Michel Foucault	6	
160. Bowie, Dylan, Queen	3	
161. Freud apaixonado	4	
162. Lévi-Strauss [o criador de mitos]	4	
163. Dostoiévski e Tolstói	2	
164. Fernando Pessoa e o cinema	2	2012 Total: 40
165. O crack social	2	
166. Pierre Bourdieu	2	
167. Clarice [Lispector]	4	
168. Mal-estar na cultura	3	
169. A esquerda na encruzilhada	2	
170. Nietzsche: o vício de Camus	5	
171. Walter Benjamin	4	
172. Rousseau [o criador da modernidade]	5	
173. Adorno [o filósofo contra o capital]	4	
174. Jacques Lacan [o sofrimento na contemporaneidade]	3	
175. A realidade da alma humana	6	2013 Total: 51
176. James Joyce [Metamorfoses de]	1	
177. O papado do intelectual	5	
178. Rimbaud [é hora de reler]	7	
179. Kierkegaard	6	
180. Giorgio Agamben [um filósofo para o século 21]	9	
181. Freud [A língua de... e a nossa]	4	
182. Marilena Chaui [A lucidez de]	4	
183. A linguagem da periferia	2	
184. O poder da psiquiatria	3	
185. Judith Butler	4	
186. Vladimir Safatle / A modernidade de Francisco de Assis	6	

ANEXO V: Palavras-chave das estratégias discursivas dos artigos e entrevistas de e com autores de filosofia por ano/edição na revista *CULT*

ANO	No. de ARTIGOS	TEMAS/CONCEITOS/AUTORES PRINCIPAIS
1997 Edições 01-05	3	Padre Antônio Vieira; literatura barroca; Dostoiévski; resenha; Hannah Arendt; biografia-intelectual; política.
1998 Edições 06-17	2	Crítica-literária; resenha; resenha.
1999 Edições 18-29	9	Resenha; antropofagia; criação literária; crítica-de-arte; crítica-de-arte; cultura; museu; estética; crítica-literária; resenha; Jorge Luis Borges; Franz Kafka; Sigmund Freud; psicanálise; Nietzsche; Lacan; Jung; Foucault.
2000 Edições 30-41	7	Marilena Chaui; papel-do-intelectual; política; militância; Emil Cioran; metafísica; romance; espanto filosófico; existência; Sartre; Sartre; existencialismo; liberdade; história; Benedito Nunes; Camus; Heidegger; divulgação-de-conceitos; Nietzsche; Nietzsche; Nietzsche; perspectivismo; Sérgio Buarque de Holanda; <i>Amor fati</i> ; Horkheimer; Adorno; nazismo; marxismo; teoria crítica.
2001 Edições 42-53	12	Heidegger; Heidegger; Heidegger; Heidegger; Heidegger; biografia-intelectual; resenha; existencialismo; nazismo; Arendt; Arendt; Nietzsche; Nietzsche; Benjamin; Husserl; Husserl; crítica à ciência; tecnologia; Kant; Kant; pedagogia; <i>dasein</i> ; Parmênides; Wittgenstein; Aristóteles; Sartre; Tomás-de-Aquino; Benedito Nunes; globalização MERCOSUL; Jorge Luis Borges; Ovídio; Gabriel Garcia Marquez; cotidiano; sofrimento; existência; experiência da escrita; escritura; solidão; Marx; Kafka; Deleuze; Derrida; Blanchot; Heráclito; 11-de-setembro; terrorismo; islamismo; filosofia árabe; Platão; Locke; Descartes; Aristóteles; Galeno.
2002 Edições 54-64	19	Aristóteles; história-da-filosofia; causalidade; modernidade; cidadania; liberalismo; pobreza; Hobbes; Locke; Rousseau; Marx; Aristóteles; Bacon; Espinosa/Spinoza; história-da-filosofia; Espinosa/Spinoza; causalidade; Bacon; Aristóteles; Marilena-Chauí; Wittgenstein; Nietzsche; Wittgenstein; história-da-filosofia; linguagem; Wittgenstein; história-da-filosofia; Schopenhauer; Frege; Russell; ética; lógica; linguagem; atualidade; 11-de-setembro; globalização; crise mundial; indústria-cultural; multiculturalismo; Espinosa/Spinoza; crítica ao finalismo; história-da-filosofia; Lucrecio; Agostinho; Jean Bodin; modernidade; progresso história-da-filosofia; televisão; crítica-aos-intelectuais; iluminismo; Aufklärung; Adorno; Adam Smith; progresso; modernidade; história-da-filosofia; Bacon; Descartes; Pascal; Fontanelle; Machado de Assis; ceticismo; Montaigne; Pascal; religião; cristianismo; crítica; epistemologia; teologia; história-da-filosofia; banalidade; senso comum; Freud; Montaigne; Bacon; Hume; Cioran; Levinas; Dostoiévski; Berdiaev; teologia; biografia-intelectual; Agostinho; vida feliz; Tomás-de-Aquino; teologia; papel da filosofia; Aristóteles; Abelardo; Anselmo; Bacon; Descartes; Kant; Pascal; encarnação; Deus; Pascal; condição-humana; teologia; condição-humana; literatura; Agostinho; Merleau-Ponty; Tomás-de-Aquino; Dante; Camões; Shakespeare; Milton; Joyce; Rilke; Borges; Genet; Pascal; Cervantes; Goethe; Kafka; Camus; Octavio Paz; Cortázar; Milan-Kundera; Hölderlin.
2003 Edições 65-75	21	história-da-filosofia; Leibniz; liberdade; Bachelard; epistemologia; poética; história-da-filosofia; Pascal; crítica-ao-racionalismo; diversão; divertimento; Jean-Genet; literatura; homossexualidade; transgressão; Sartre; Descartes; cartesiano; comentário-filosófico; democracia; crise; Iraque; Afeganistão; direito; economia; teoria-literária; romance; Lukács; Adorno; Sartre; Benjamin; Camus; Kant; Schiller; democracia; ética; público/privado; Estado; governo popular; totalitarismo; Platão; Rousseau; Plutarco; Burke; Tocqueville; democracia; fórum-social-mundial; teoria; prática; política; música; sátira; riso; política; corrupção; tirania; seriedade; crítica; Maquiavel; Demócrito; Platão; Necker; Sartre; Adorno; dialética; Aufklärung; iluminismo; esclarecimento; Horkheimer; Homero; Marx; Freud; Nietzsche; Kant; Adorno; música; crítica; indústria-cultural; Hegel; Hobsbawm; elo-social- sociedade; política; despolitização; imprensa; cultura; arte; jornalismo; Stendhal; Alfred-Jarry; Peter Burke; política; ética; direito-penal; iluminismo; Platão; Rousseau; Diderot; Camus; Chardin; política; filosofia; Maquiavel; Weber; Merleau-Ponty; moral; política; republicanismo; virtude; Maquiavel; Shakespeare; Maquiavel; literatura; teatro; ética; política; democracia; debate; educação; revistas-culturais;

		intelectualidade; Stendhal; Reich; teologia; religião; ciência; liberdade; atualidade; atualidade; Bauman; biografia-intelectual; história-da-filosofia; Agostinho; Aristóteles; teologia; Deus; religião; metafísica; liberdade; Agostinho; graça.
2004 Edições 76-87	35	Política; moral; vigiar; vigilância; monitoramento; espionagem; poder-soberano; direita-esquerda; razão-de-Estado; cidadania; política; Maquiavel; Hobbes; Bacon; Stendhal; Platão; Plutarco; política; economia; sociedade; eleições; Platão; Bacon; Locke; Mandeville; política; E.U.A.; democracia; Aristóteles; Diderot; Hegel; Heidegger; Nietzsche; Schmitt; política; direita-esquerda; democracia; ideologia; história-da-filosofia; moral; iluminismo; Kant; Hume; Schiller; Schelling; Schlegel; história-da-filosofia; estética; Belo; juízo; Kant; história-da-filosofia; Kant; metafísica; Kant; educação; caráter; formação; Fichte; Schelling; Hegel; Goethe; Schiller; Hölderlin; política; ética; crítica; comunismo; obediência; Tratenberg; Hobsbawm; Canguilhem; história-da-filosofia; ciência; biologia; medicina; fisiologia; saúde; Foucault; política; poder; liberdade; ética-da-responsabilidade; Foucault; biografia-intelectual; polêmica; Foucault; papel-do-intelectual; papel-do-filósofo; prática; democracia; política; ética; teatro; política; mídia; política; E.U.A.; pragmatismo; filosofia; educação; democracia; filosofia; E.U.A.; política; guerra; E.U.A.; política; crise; imperialismo; Bento-Prado-Jr; filosofia; resenha; eugenia; E.U.A.; ética; racismo; atualidade; resenha; futebol; linguagem; cidadania; política; economia; Brasil; democracia; Donald-Davidson; história-da-filosofia; ideologia; crítica; divulgação; divulgação; propriedade; Hegel; Locke; Hobbes; Flaubert; moral; ética; divulgação; política; Hobbes; sociedade; repressão; medo; esperança.
2005 Edições 88-98	49	Medicina; história; biografia-intelectual; transgressão; fanatismo; verdade; ética; Tomás-de-Aquino; Goethe; Montaigne; Nietzsche; cristianismo; história; religião; história; ciência; história; ideologia; diálogo; Disney; E.U.A.; política; atualidade; intelectualidade; conselho; resenha; pop; transgressão; partido-comunista; revolucionário; revolução; democracia; políticas-públicas; Sartre; biografia-intelectual; herança; crítica; Hegel; Sartre; liberdade; compromisso; dialética; ética; existencialismo; Sartre; consciência; Hegel; Kierkegaard; Husserl; Adorno; resenha; divulgação; arte; história; sociedade; resenha; divulgação; Ghiraldelli-Jr.; história-da-filosofia; pós-modernidade; pragmatismo; epistemologia; ética; política; estética; sátira; crítica; crise; ética; religião; regime-político; mercadoria; atualidade; fama; filosofia-francesa; conceitos; história; democracia; transparência; corrupção; política; França; Olgária-Matos; cultura; educação; políticas-públicas; França; papel-do-intelectual; França; E.U.A.; herança; atualidade; teoria-literária; pós-estruturalismo; estudos-culturais; Foucault; Deleuze; Derrida; Lyotard; diferença; Lacan; Hegel; filosofia; cultura; Brasil; história-da-filosofia; França; Guérout; Granger; Lebrun; ecletismo; religião; formação; origem-da-filosofia; valor; eugenia; eugenismo; política; ética; medicina; saúde; fascismo; nazismo; mercadoria; revolução; indústria-cultural; punk; solidão; existencialismo; Pascal; Kierkegaard; Dostoiévski; história-da-filosofia; popularização-da-filosofia; best-seller; estética; cinema; reflexão; belo; arte; filosofia-pop; romance; amor; solidão; atualidade; tecnologia; espiritualidade; religião; filosofia; razão; fé; Platão; Tomás-de-Aquino; Descartes; Pascal; Marx; Nietzsche; Heidegger; Kierkegaard; Sócrates; Cristo; filosofia; estética; literatura; psicologia; religião; história-da-filosofia; vertentes-filosóficas; atualidade; pragmatismo; Escola-de-Frankfurt; pós-estruturalismo; Sartre; engajamento; política; Foucault; poder; estratégia; metodologia; engajamento; papel-do-intelectual; Rorty; entrevista; filósofo; crítica; capitalismo; socialismo; pragmatismo; mídia; conservadorismo; Rawls; papel-da-filosofia; democracia; sociedade; Habermas; política; cosmopolitismo; atualidade; normas; comunidade; pluralismo; reflexão; amor; pop; Kierkegaard; vida; Rousseau; religião; moral; belo; filosofia; arte; polêmica; Hegel; Adorno; pós-modernidade; cultura-digital; tecnologia; atualidade; cultura; diferença; África; política; Descartes; Russel; crença; religião; teologia; Deus; conhecimento; experiência.
2006 Edições 99-109	38	Totalitarismo; Hobbes; religião; política; ética; arte; filosofia; belo; Hegel; estética; conhecimento; Arendt; ciência; política; filosofia; papel-da-filosofia; Estado; público; reflexão; Arendt; Heidegger; polêmica; ética; Arendt; conflitos; raça; política; Kant; público/privado; arte; filosofia; estética; sonho; Nietzsche; Aristóteles; Agostinho; Lispector; terrorismo; política; ética; violência; Aristóteles; Espinosa/Spinoza; Barthes; divulgação; filosofia; arte; imagem; movimento; dança; cinema; metafísica; crítica; religião; Iluminismo; terrorismo; Diderot; Locke; Hume; Kant; Bauman; Espinosa/Spinoza; Winnicott; afeto; psicanálise; Nietzsche; Freud; filosofia; arte; labirinto; desejo; ordem;

		acontecimentos; mito; Virgílio; Ovídio; Jorge-Luis-Borges; escrita; literatura; espiritualidade; lógica; islamismo; cultura-árabe; filosofia; arte; melancolia; afeto; Aristóteles; Benjamin; doença; ciência; espanto; Canguilhem; origem-da-filosofia; Grécia; mito; origem-da-filosofia; história-da-filosofia; dialética; Platão; Foucault; tragédia-grega; belo; Sócrates; origem-da-filosofia; história-da-filosofia; Aristóteles; empirismo; idealismo; Platão; verdade; origem-da-filosofia; história-da-filosofia; filosofia; arte; rock; estética; grito; ética; literatura; Shakespeare; teatro; Diderot; personagem; Maquiavel; Platão; Rousseau; Marx; Hegel; cinema; atualidade; diagnóstico; divulgação; cidadania; democracia; Brasil; filosofia; arte; voz; Barthes; Platão; Kafka; Nietzsche; Chauí; método; história-da-filosofia; fenomenologia; luta-de-classes; democracia; divulgação; resenha; Benjamin; resenha; história; teoria; Benjamin; sexualidade; corpo; desejo; civilização; Benjamin; crítica; subjetividade; divulgação; Benjamin; Freud; Bataille; diagnóstico; modernidade; sagrado; crítica; Hegel; papel-do-intelectual; marxismo; filosofia; Deleuze; filosofia; biografia-intelectual; divulgação; Deleuze; esquizoanálise; clínica; terapia; papel-do-intelectual; biografia-intelectual; filosofia; utopia; imanência; Deleuze; pós-modernidade; capitalismo; multiplicidade; vida; Bergson; Espinosa/Spinoza; Negri; Hardt; Heidegger; Marx; Engels; Deleuze; filosofia; diferença; Platão; Aristóteles; Descartes; Hegel; filosofia; arte; Espinosa/Spinoza; subversão; liberdade; biografia-intelectual; Deus; natureza; imanência; desejo; religião; teologia; política; Espinosa/Spinoza; Alemanha; Kant; Schelling; Fichte; Hegel; criticismo; crítica; dogmatismo; Espinosa/Spinoza; Descartes; Leibniz.
2007 Edições 110- 120	39	Desejo; debate-público; Agostinho; Bauman; felicidade; indústria-cultural; ética; experiência; dialética; esclarecimento; atualidade; Adorno; Horkheimer; Kant; Nietzsche; direito; história-da-filosofia; jurista; filósofos; lei; fenômeno; Platão; Aristóteles; Agostinho; Tomás-de-Aquino; Hegel; Kant; Reale; Habermas; Foucault; Marx; marxismo; Arendt; direito; política; condição-humana; papel-da-filosofia; direito; ciência; utilidade; radicalidade; transformação; Horkheimer; Sócrates; Platão; Habermas; feminismo; filosofia; pensamento; papel-da-filosofia; filósofo; Adorno; Wollstonecraft; patriarcado; profanação; metafísica; democracia; Agamben; Foucault; Sócrates; papel-da-filosofia; filósofo; Adorno; Flusser; caça; vida; relações; arte; Freud; Horkheimer; Agamben; Papa; religião; iluminismo; intelectualidade; cristianismo; modernidade; Aufklärung; razão; Rorty; Kant; resenha; divulgação; Nietzsche; Heidegger; metafísica; Shakespeare; ódio; interpretação; arte; Édipo; ceticismo; investigação; papel-da-filosofia; Descartes; Pirro; Sexto-Empírico; pirronismo; Kierkegaard; Hegel; indivíduo; Kierkegaard; biografia-intelectual; herança; Sócrates; Agostinho; Pascal; Schelling; Kant; Hegel; Heidegger; Jaspers; Sartre; Kierkegaard; existencialismo; Merleau-Ponty; Hegel; intuição; filosofia; Bergson; Hegel; Kierkegaard; Sócrates; cristianismo; Kierkegaard; Agostinho; Erasmo; Sócrates; dialética; Hegel; papel-da-filosofia; corpo; estética; política; sensibilidade; Foucault; Kant; Biopolítica; Benjamin; biopoder; Negri; Derrida; razão; desconstrução; escritura; literatura; Derrida; linguagem; texto; palavra; signo; literatura; Derrida; desconstrução; responsabilidade; Heidegger; metafísica; conceito; palavra; linguagem; Derrida; intelectualidade; diferença; desejo; alteridade; Bento-Prado-Jr; palavra; signo; linguagem; Derrida; Paulo-Arantes; entrevista; filósofo; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; Zizek; Adorno; Benjamin; Hobsbawm; Marx; Lula; Brasil; luta; política; atualidade; Flusser; design; filosofia; divulgação; arte; tecnologia; comunicação; Zizek; atualidade; esquerda; Marx; Agamben; Negri; Deleuze; Foucault; teoria; prática; condição-humana; modernidade; Arendt; Heidegger; Habermas; alteridade; outro; Derrida; Kant; Vattimo; Mouffe; fenomenologia; linguagem; consciência; Agamben; luta; crítica; soberania; política; militância; engajamento; Hobbes; Benjamin; atualidade; acontecimento; Badiou; política; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; atualidade; Lacan; cinema; inconsciente; conceito; moral; pensamento; senso-comum; academia; indústria-cultural; Freud; Adorno; Artaud; busca; verdade; resenha; Espinosa/Spinoza; ética; política; atualidade; alegria; Lipovetsky; entrevista; moral; indústria; luxo; marxismo; biografia-intelectual; arte; belo; democracia; hipermodernidade; felicidade; ética; humanismo; individualismo; olhar; democracia; fascismo; Debord; Nietzsche; psicanálise; estética; belo; filosofia; Platão; Sócrates; cristianismo; Agostinho; Tomás-de-Aquino; Burke; Kant; Hegel; Nietzsche; Stendhal; arte; segurança; perigo; técnicas; governo; administração; capitalismo; Agamben; Rorty; Kant; Adorno; teologia; beleza; Tomás-de-Aquino; Hegel; arte; experiência; belo.
2008 Edições	62	História; arte; contemporaneidade; belo; espetáculo; Platão; jogo; símbolo; festa; ceticismo; Sexto-Empírico; pirronismo; Pirro; suspensão-do-juízo; dúvida;

121-131		<p>Diógenes-Laércio; Cícero; Agostinho; Montaigne; Descartes; Berkeley; Hume; ceticismo; Montaigne; Hume; Berkeley; Platão; Sexto-Empírico; Descartes; modernidade; Pascal; Hegel; Nietzsche; Wittgenstein; ceticismo; autoajuda; contemporaneidade; best-sellers; problemas; Oswaldo Porchat; Freud; crenças; Oswaldo Porchat; ceticismo; Brasil; biografia-intelectual; neopirronismo; Aristóteles; herança; influência; Popper; Bento-Prado-Jr; Oswaldo Porchat; entrevista; filósofo; vida-comum; filosofia; papel-da-filosofia; erudição; popularização; história-da-filosofia; filósofo; debate; atualidade; Brasil; resenha; divulgação; tempo; ciência; evolucionismo; misticismo; Stockhausen; música; vanguarda; razão; filosofia; literatura; academia; conceito; escrita; filosofia; história; pensamento; liberdade; moda; história-da-filosofia; popularização-da-filosofia; educação; crítica; reflexão; papel-da-filosofia; filósofo; Merleau-Ponty; Merleau-Ponty; Merleau-Ponty; Merleau-Ponty; interrogação; papel-da-filosofia; biografia-intelectual; consciência; fenomenologia; Descartes; Kant; Husserl; Heidegger; empirismo; ciência; espírito; linguagem; cultura; história; experiência; herança/influência; fenomenologia; Husserl; Heidegger; Bergson; Sartre; percepção; corpo; Lacan; fenomenologia; psicanálise; papel-da-filosofia; Ricoeur; Husserl; Fink; Heidegger; Levinas; fenomenologia; ciência; arte; ontologia; percepção; Aristóteles; Proust; vida; verdade; linguagem; crítica; papel-da-filosofia; poder; discurso; Foucault; biopoder; condição-humana; ética; Nietzsche; Adorno; Freud; Deleuze; Derrida; Badiou; Foucault; crítica; cultura; indivíduo; psicanálise; outro; psicanálise; marxismo; Marx; Freud; Kant; Derrida; sonhos; tecnologia; ética; pós-humano; história; cinema; melancolia; felicidade; infelicidade; maio68; memória; esperança; ensaio; revolução; poder; futuro; Kafka; mito; poder; modernidade; Marcuse; democracia; revolução; Hobsbawm; Marx; Mao; ideologia; sociedade-industrial; crítica; engajamento; sensibilidade; papel-da-filosofia; filósofo; vida; transformação; sociedade; Teoria-Crítica; crítica; história; Marx; Marcuse; Horkheimer; Platão; razão-instrumental; Hegel; felicidade; utopia; Marcuse; cultura; subjetividade; reflexão; estética; Horkheimer; Heidegger; Adorno; arte; resistência; Freud; marxismo; práxis; revolução; tecnologia; política; razão-sensível; racionalidade; técnica; ciência; razão-instrumental; crítica; Husserl; Heidegger; Simondon; tecnicidade; ciência; natureza; práxis; resenha; Bento-Prado-Jr; linguagem; papel-da-filosofia; filósofo; literatura; clássico; atualidade; Blanchot; Derrida; Sartre; Heidegger; discurso; resenha; Rodrigo-Duarte; expressão; Adorno; Wittgenstein; Habermas; discurso; literatura; Shakespeare; feminino; tragédia; Bachelard; crítica; Machado-de-Assis; literatura; iluminismo; dialética; Horkheimer; Adorno; Kant; conhecimento; Arendt; pensamento; ação; atualidade; Heidegger; esquerda-direita; crítica; liberdade; política; revolução; Arendt; totalitarismo; democracia; política; Aron; nazismo; Arendt; violência; banalidade; mal; política; moral; religião; Kant; dever; nazismo; Arendt; Brasil; herança/influência; teoria; Arendt; política; condição-humana; consumidor; cidadão; ensaio; superfície; Flusser; Merleau-Ponty; Hegel; Platão; conceito; Deus; história-da-filosofia; modernidade; Espinosa/Spinoza; Kant; Fichte; Hegel; Feuerbach; antropologia; filosofia-francesa; Bergson; criação; religião; responsabilidade; ética; Lévinas; Derrida; justiça; pragmatismo; Pierce; experiência; lógica; semiótica; discurso; religião; teologia; Deus; Wittgenstein; Russell; Kant; Aristóteles; Tomás-de-Aquino.</p>
2009 Edições 132-142	45	<p>Ensaio; feminismo; história-da-filosofia; Beauvoir; Wollstonecraft; Kant; Chauí; entrevista; filósofo; pensamento; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; atualidade; Brasil; universidade; ideologia; história; história-da-filosofia; resenha; divulgação; Nietzsche; Adorno; Morin; arte; conhecimento; Nietzsche; Adorno; Benjamin; feminismo; filosofia; modernidade; Wollstonecraft; Friedman; Butler; Beauvoir; Adorno; Horkheimer; Beauvoir; crítica; metafísica; Hegel; Brasil; recalque; identidade; interpretação; ensaio; senso-comum; outro; Foucault; ciências; psicologia; direito; educação; biografia-intelectual; Descartes; Agamben; Ewald; Sennelart; Hardt; Negri; biopolítica; Sartre; Foucault; psicanálise; herança/influência/ Brasil; Birman; Mezan; Heidegger; Merleau-Ponty; Lacan; Agamben; poder; cuidado-de-si; biopolítica; Foucault; literatura; filosofia; Blanchot; Deleuze; guattari; Kafka; Bataille; Roussel; Dumézil; loucura; exterioridade; fora; transgressão; poder; prisão; norma; lei; direito; Foucault; herança/influência; Agamben; Foucault; biopolítica; Aristóteles; Benjamin; poder; Debord; Heidegger; Arendt; ensaio; pensamento; pichação; estética; atualidade; mídia; adolescência; atualidade; estética; revolução; Benjamin; música; pop; Habermas; razão; público; teoria-crítica; sociedade; debate; Horkheimer; Gadamer; Kant; Marx; divulgação; política; moral; democracia; Habermas; Schmitt; Kant; Hobbes; Rousseau;</p>

		<p>direito; democracia; direito; coerção; liberdade; sociedade; economia; administração; Kant; Daniel-Lins; entrevista; filósofo; interdisciplinar; pensamento; pluralidade; moda; popularização-da-filosofia; Brasil; França; atualidade; Deleuze; Nietzsche; Derrida; Foucault; Levinas; Heidegger; Bourdieu; psicanálise; esquizoanálise; poder; teoria; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; jogo; política; voz; linguagem; Hobbes; poder; democracia; Estado; direito; Locke; sociedade; medo; política; Derrida; justiça; lei; Lefort; democracia; corrupção; capitalismo; autoridade; Mao; crise; poder; eleições; política; verdade; ensaio; cinema; feminismo; moral; política; universidade; reflexão; ciência; humanidades; resenha; Adorno; dialética; negatividade; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; ensaio; insatisfação; vida; cotidiano; internet; reality-show; trabalho; moral; valores; Arendt; Marx; Hegel; Weber; condição-humana; liberdade; modernidade; Aristóteles; Agostinho; Bergson; vida; tempo; história-da-filosofia; Worms; entrevista; filósofo; Deleuze; responsabilidade; papel-da-filosofia; resenha; divulgação; Agamben; Foucault; dispositivo; Nietzsche; ensaio; Michael-Jackson; corpo; identidade; mídia; pop; capitalismo; Debord; democracia; cinema; ensaio; herói; monstro; Aristóteles; atualidade; ensaio; <i>bullying</i>; Adorno; moral; exclusão; repressão; Benjamin; Horkheimer; literatura; Beckett; fracasso; escrita; Blanchot; Sartre; moda; Freud; Nietzsche.</p>
2010 Edições 143- 153	63	<p>Paradoxo; burrice; idiota; Kant; ensaio; atualidade; papel-da-filosofia; filósofo; papel-do-intelectual; conhecimento; consolação; terapia; salvação; Sêneca; liberdade; interioridade; pensamento; Boécio; papel-da-filosofia; Montaigne; ensaios; experiência; indivíduo; estoicismo; melancolia; criação; riso; liberdade; consolação; papel-da-filosofia; Deleuze; tempo; papel-da-filosofia; sem-consolação; Adorno; Hegel; Aufklärung; Foucault; Nietzsche; Freud; Marx; ética; Ricoeur; Weber; Camus; masoquismo; ensaio; Deleuze; literatura; Sacher-Masoch; Adorno; Kafka; ética; perversão; fetichismo; psicanálise; marxismo; fetiche; alienação; desejo; dispositivo; Sade; ética; moral; literatura; arte; morte; Hegel; Kant; Freud; melancolia; estética; ética; Foucault; Derrida; Lyotard; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; filósofo; Heidegger; Adorno; Arendt; Benjamin; Levinas; Nietzsche; Freud; ética; história-da-filosofia; Aristóteles; Sócrates; decisão; autenticidade; valores; moral; liberdade; integridade; revolução; democracia; ética; mídia; poder; indústria-cultural; Benjamin; pop; feminismo; amor; Platão; ensaio; existencialismo; capitalismo; teologia; Paulo-César-De-Souza; entrevista; tradução; psicanálise; Freud; teoria-social; Freud; psicanálise; método; patológico; doença; diagnóstico; análise; Weber; sociedade; conduta; Rousseau; Deus; Freud; psicanálise; criação; patológico; atualidade; ensaio; <i>twitter</i>; discurso; circulação; ensaio; futebol; política; atualidade; Artaud; política; política-externa; atualidade; democracia; Hegel; ideologia; política; atualidade; Bacon; Montaigne; Marx; Engels; Brasil; Weber; Ricoeur; Locke; resenha; divulgação; Nietzsche; religião; niilismo; judaísmo; cristianismo; Epicuro; Grécia; Nietzsche; cultura; crítica; moral; Schiller; Goethe; iluminismo; Nietzsche; ética; genealogia; crítica; transvalorização; Montaigne; Pascal; filosofia-francesa; arte; valores; judaísmo; cristianismo; resenha; divulgação; Nietzsche; ensaio; música; John-Cage; Schoenberg; ensaio; teologia; política; amor; Platão; Adorno; afeto; digital; mídia; tecnologia; corpo; Aristóteles; mal; moral; religião; Bergson; racionalismo; Descartes; metafísica; história-da-filosofia; liberdade; literatura; religião; mal; moral; intelectualidade; <i>Bildung</i>; Schelling; Mann; ciência; filosofia; educação; ensaio; corpo; nudez; atualidade; ensaio; Deus; Marcuse; Bento-Prado-Jr; gozo; estética; ética; ensaio; humanismo; patologia; psicanálise; Lacan; atualidade; história-da-filosofia; política; kitsch; democracia; Brasil; atualidade; ensaio; Marcuse; dialética; liberdade; utopia; revolução; engajamento; tempo; duração; Bergson; história-da-filosofia; Kant; Bento-Prado-Jr; pensamento; Agostinho; tempo; história-da-filosofia; verdade; Deus; teologia; modernidade; literatura; atualidade; ensaio; Benjamin; Horkheimer; Adorno; estética; tempo; condição-humana.</p>
2011 Edições 154- 164	43	<p>Ensaio; amizade; subjetividade; redes-sociais; atualidade; Roberto-Carlos; concretude; autoria; Adorno; ensaio; resenha; divulgação; dicotomia; reformismo; revolução; política; Pascal; transformação; sociedade; democracia; modernidade; mídia; moral; sociedade; Benjamin; economia; Elias; Marx; estética; industriai-cultural; poder; Bacon; Tocqueville; arte; Adorno; Horkheimer; Benjamin; poder; massa; ensaio; moradia; solidão; cidade; atualidade; capitalismo; fracasso; condição-humana; animal; individualidade; reconhecimento; ensaio; democracia; totalitarismo; religião; atualidade; cristianismo; Oriente-Médio; religião; civilização; antiguidade; sexualidade; ética; intelectualidade; Brasil; Hegel; Benedito-Nunes; Nietzsche; Heidegger;</p>

		<p>Husserl; Gadamer; Platão; Ricoeur; Sartre; Foucault; Arendt; fenomenologia; hermenêutica; estética; mídia; maternidade; feminismo; natureza; condição-humana; dominação; cultural; moral; ensaio; sexualidade; Beauvoir; identidade; sociedade; temporalidade; Ricoeur; Aristóteles; Heidegger; identidade; narrativa; Agostinho; Kant; Husserl; Bastide; arte; cristianismo; Brasil; dever; obrigação; psicologismo; psicanálise; moral; ensaio; ansiedade; psicanálise; Heidegger; Nietzsche; Sartre; existencialismo; Camus; Olgária-Matos; Epicuro; Cícero; Sêneca; Kierkegaard; Hegel; história-da-filosofia; angústia; Pascal; Agostinho; Comte-Sponville; Foucault; conferência; Foucault; Brasil; atualidade; academia; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; Giannotti; marxismo; Janine-Ribeiro; Paulo-Arantes; Rago; Orlandi; Conde; revolução-iraniana; Foucault; loucura; Canguilhem; Hyppolite; Bachelard; psiquiatria; instituição; medicina; Nietzsche; Kant; Husserl; Heidegger; Hegel; Althusser; Merleau-Ponty; Foucault; biografia-intelectual; história-da-filosofia; Marx; Sartre; Brasil; Foucault; resenha; divulgação; Tiburi; resenha; divulgação biopoder; pop; ensaio; marketing; felicidade; papel-da-filosofia; ensaio; Marx; divulgação; marxismo; atualidade; música; ensaio; pop; rock; identidade; ensaio; histeria; neurose; psiquiatria; Lacan; psicanálise; atualidade; ensaio; solidão; política; hiperconectividade; atualidade; moral; indivíduo; ensaio; cinema; Agamben; Benjamin; vida; atualidade; Dunker; psicanálise; terapia; psicoterapia; clínica; Foucault; cuidado-de-si; Montaigne; Descartes; Hegel; história; arqueologia; ensaio; funk; Sade; atualidade; música; moral; Adorno; pornografia; lixo; barbárie; protestos; Zizek; Wall-Street; E.U.A.; marxismo; ensaio; teologia; filosofia; corrupção; atualidade; Brasil; política; ética; moral; ensaio; amor; problema; política; condição-humana; atualidade; ética.</p>
2012 Edições 165- 175	40	<p>Ensaio; atualidade; crença; vida; Platão; Leibniz; Descartes; Kant; Bruno; eternidade-do-mundo; futuro; ensaio; humilhação; Nietzsche; antipolítica; indivíduo; instituição; sustentabilidade; contemporaneidade; atualidade; governo; Espinosa/Spinoza; razão; afeto; consciência; ensaio; invenção; Adorno; experiência; intelectualidade; estilo; Deleuze; Kant; Nietzsche; classicismo; ensaio; fascismo; Adorno; subjetividade; intelectualidade; ética; estética; Hegel; Império; Adorno; música; arte; mercado; economia; estética-financeira; crítica; sociedade; Escola-de-Viena; revolução; sistema-político; curadoria; intelectualidade; coronelismo; autoritarismo; pensamento; liberdade; ensaio; marcas; capitalismo; poder; fascínio; consumismo; coisificação; consciência; liberdade; arte; esquerda; igualitarismo; Deleuze; Agamben; Butler; Zizek; Rancière; Badiou; democracia; reconstrução; Camus; pensamento; contemporaneidade; Habermas; Lukács; Adorno; Escola-de-Frankfurt; Marx; Weber; Teoria-Crítica; Horkheimer; história-da-filosofia; papel-da-filosofia; linguagem; ação-comunicativa; liberdade; Estado; ensaio; psiquiatria; doença-mental; farmacologia; Canguilhem; ciência; medicina; ensaio; capital; capitalismo; mídia; estética; indivíduo; Benjamin; corpo; atualidade; Flusser; idolatria; Meszaros; Badiou; Zizek; Sartre; esquerda; existencialismo; resenha; divulgação; Lyotard; Merleau-Ponty; Leopoldo-e-Silva; Lukács; filosofia; literatura; papel-da-filosofia; resenha; divulgação; filosofia; teatro; espectador; emancipação; educação; Platão; papel-da-filosofia; resenha; divulgação; Safatle; psicanálise; marxismo; linguagem; Lukács; Hegel; dialética; Lacan; Kant; Freud; Bendo-Prado-Jr; Brasil; Foucault; atualidade; Kant; sono-antropológico; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; indivíduo; norma; mídia; comunicação; ensaio; religião; império; atualidade; medialidade; internet; moral; ensaio; John-Cage; música; vanguarda; sociedade; espetáculo; atualidade; imagem; cinema; ensaio; Rousseau; história-da-filosofia; Lévi-Strauss; Derrida; Deleuze; linguagem; Bento-Prado-Jr; Platão; Rousseau; educação; negativa; pedagogia; Iluminismo; história-da-filosofia; Agostinho; Dewey; Rousseau; Iluminismo; biografia-intelectual; história-da-filosofia; divulgação; massa; utopia; Adorno; Horkheimer; arte; ideologia; indústria-cultural; cultura-de-massa; industrialização; Adorno; Benjamin; correspondência; Olgária-Matos; Horkheimer; Hegel; Bataille; Lacan; histeria; psicanálise; sofrimento; linguagem; desejo; real; Agostinho; alma; antropologia; metafísica; história-da-filosofia; teologia; Platão; biografia-intelectual; Descartes; Bergson; pensamento; alma; Kant; história-da-filosofia; papel-da-filosofia; alma; Platão; história-da-filosofia; conceito; forma; corpo; condição-humana; ensaio; mercado-editorial; divulgação; economia; <i>best-seller</i>; indústria-cultural; popularização; ensaio; democracia; atualidade; política; Brasil; Estado; cidadão.</p>
2013 Edições 176-	51	<p>Ensaio; mulher; gênero; cinema; patriarcado; moral; religião; diálogo; filosofia; atualidade; contemporaneidade; iluminismo; cristianismo; Descartes; Nietzsche; Bacon; Kant; Marx; Engels; Horkheimer; Adorno; intelectualidade; fé; razão;</p>

186	<p>história-da-filosofia; papa; Habermas; pensamento; cristianismo; ética; atualidade; Deus; fé; ensaio; Kafka; negligência; Brasil; atualidade; razão-de-Estado; papa; Iluminismo; razão; fé; Habermas; Escola-de-Frankfurt; Horkheimer; Adorno; democracia; religião; Estado; ensaio; Rimbaud; imaginação; revolução; literatura; poesia; ensaio; atualidade; capitalismo; automóvel; fetiche; Kierkegaard; Husserl; Shestov; história-da-filosofia; Kant; Espinosa/Spinoza; Leibniz; Hegel; Fichte; Schelling; Brentano; Frege; Aristóteles; Kierkegaard; Hegel; dúvida; Kierkegaard; literatura; Platão; Aristóteles; Agostinho; Hegel; Schelling; Goethe; Lessing; história-da-filosofia; Sócrates; ensaio; Nietzsche; moral; sacerdotes-da-moral; escravidão-voluntária; belo; estética; ética; morte; luto; símbolo; cultura; Montaigne; Hegel; Žižek; leitura; educação; Weil; Benjamin; livro; escrita; Agamben; condição-humana; Aristóteles; inoperar; Blanchot; Bataille; Heidegger; papel-da-filosofia; Agamben; história-da-filosofia; dispositivo; investigação; método; Agamben; biopoder; biopolítica; soberania; disciplinar; Foucault; Benjamin; Marx; política; direito; Estado; história; condição-humana; ensaio; atualidade; crença; religião; tecnologia; mídia; telefonia; morte; ensaio; luto; Lacan; atualidade; experiência; Hegel; Agamben; indiferença; diferença; Kant; crítica; Hegel; Nietzsche; Heidegger; Deleuze; Derrida; método; papel-da-filosofia; vida; biopolítica; biopoder; Agamben; Freud; Benjamin; Wittgenstein; Merleau-Ponty; Bataille; Adorno; Arendt; Heidegger; Sartre; Lacan; Foucault; Althusser; Derrida; Blanchot; Badiou; Rancière; Sloterdijk; Didi-huberman; Hegel; Deguy; Lyotard; Benjamin; antiacademia; Deleuze; Marx; cinema; ensaio; democracia; estética; moral; liberdade; Maquiavel; representação; diálogo; crise; Nietzsche; manifestações; luta-de-classes; Arendt; atualidade; cinema; Heidegger; crítica; diálogo; arte; transformação; política; atualidade; genealogia; cinema; manifesto; tecnologia; cinema; arte; filosofia; capitalismo; cura; terapia; alegria; Espinosa/Spinoza; psiquiatria; poder; doença; patologia; norma; Butler; tragédia; literatura; sexualidade; feminismo; gênero; Hegel; Lacan; Lévi-Strauss; Butler; Foucault; Beauvoir; gênero; corpo; feminismo; ensaio; Nietzsche; pensamento; Safatle; entrevista; filósofo; papel-da-filosofia; papel-do-intelectual; política; engajamento; teologia.</p>
-----	--